



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO**

RAISSA RODRIGUES FALCÃO

**NARRATIVAS SOBRE (DES)ESPERANÇA ENTRE PESSOAS JOVENS CIS
EGRESSAS DE INSTITUCIONALIZAÇÕES:**

Uma inter-invenção psicanalítica-contracolonial-feminista

RECIFE

2022

RAISSA RODRIGUES FALCÃO

**NARRATIVAS SOBRE (DES)ESPERANÇA ENTRE PESSOAS JOVENS CIS
EGRESSAS DE INSTITUCIONALIZAÇÕES:**

Uma inter-invenção psicanalítica-contracolonial-feminista

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia. **Área de concentração:** Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karla Galvão Adrião

RECIFE

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicea Alves Silva, CRB4-1260

F178n Falcão, Raissa Rodrigues.

Narrativas sobre (des)esperança entre pessoas jovens cis egressas de institucionalização: uma inter-invenção psicanalítica-contracolonial-feminista / Raissa Rodrigues Falcão. – 2022.

253 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora :Prof.^a Dr.^a Karla Galvão Adrião

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2022.

Inclui referências anexos.

1. Psicanálise. 2. Emoções. 3. Psicologia. 4. Filosofia. 5. Movimento de luta - Igualdade social -Direitos. 6. Juventude I. Adrião, Karla Galvão (Orientador). II. Título.

100 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-044)

RAISSA RODRIGUES FALCÃO

**NARRATIVAS SOBRE (DES)ESPERANÇA ENTRE PESSOAS JOVENS CIS
EGRESSAS DE INSTITUCIONALIZAÇÕES:**

Uma inter-invenção psicanalítica-contracolonial-feminista

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 02/09/2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª.Dr^ª Karla Galvão Adrião (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Jaileila de Araújo Menezes (1^a Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro (2^a Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro (1^º Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco

Prof. Dr. Marcos Mesquita (2^º Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico esta tese a todas as pessoas jovens que já
cumpriram medidas socioprotetivas e socioeducativas no
nosso país.

Dedico para quem, injustamente, muitos dizem “não
haver esperança”.

Dedico, em especial, as cinco pessoas jovens recifenses
que me presentearam com suas narrativas sobre
(des)esperança, que tanto me afetaram e ensinaram.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora e amiga, Karla Galvão Adrião, um ser de inspiração e de puro cuidado com a alteridade. Karlinha, por toda a parceria ao longo de todos esses anos, minha eterna admiração e gratidão: muito obrigada.

Ao meu companheiro, Diego Novaes, por toda a aposta, carinho e apoio dentro de casa, principalmente nos momentos mais desesperançados dessa escrita, muito obrigada.

Aos meus pais e minha irmã, pelo gosto compartilhado pela leitura e escrita e pelo eterno incentivo aos estudos, muito obrigada.

As minhas amigas Ísis Maurício, Andréa Fônseca, Celina Gondim, Fernanda Lima e Rebeqa Gomes, Leyllyanne Bezerra, Mayara Lacerda, Juliana Lucchesi, Daniela Moroni e Maria Eduarda Santos, pela nossa relação ser sempre matéria de salvação, como é a amizade (já dizia Clarice), muito obrigada.

À psicanalista Sandra Walter por me conceder a possibilidade de me reconhecer nesta escrita e reencontrar minhas paixões, muito obrigada.

À pedagoga da Funase Jevivam Conceição, por me conceder a possibilidade de conhecer as pessoas jovens com quem conversei, mediação essencial para este trabalho, muito obrigada.

A Paulinha Guareschi, pelo apoio para a realização das entrevistas através do interesse em acolher, com novas oportunidades, alguns jovens após a participação da pesquisa, além da facilitação com os tickets restaurante para presentear os interlocutores, muito obrigada.

A Nayara Torres, artista e amiga, que com tanto cuidado e paciência construiu os desenhos preciosos das histórias em quadrinhos, muito obrigada.

Ao Projeto Corpus, da professora Martha Penna, por me permitir esperar a partir dos (res)piros da dança, sempre junto das bailarinas Danielle Camelo e Willayne Dias, muito obrigada.

Aos meus alunos da graduação em Psicologia, em especial, ex-integrantes do Gevive e aos integrantes do nosso grupo VIAS (Vivências e inter-invenções a partir da arte da escrita), por me provocarem constantemente a paixão pela docência e não me deixarem desistir dela, muito obrigada.

Aos meus analisantes, em especial, crianças e jovens, que me ensinam que, no fim das contas, tudo o que precisamos é *brincar e escutar*, muito, muito obrigada.

[...] uma vez, aliás, agora é que me lembro, uma esperança bem menor que essa pousara no meu braço. Não senti nada, de tão leve que era, foi só visualmente que tomei consciência de sua presença. Encabulei com a delicadeza. Eu não mexia o braço e pensei: “e essa agora? que devo fazer?”. Em verdade, nada fiz. Fiquei extremamente quieta como se uma flor tivesse nascido em mim. Depois não me lembro mais o que aconteceu [...] (LISPECTOR, 2016, p. 59)

RESUMO

Esta tese teve por objetivo analisar as narrativas sobre (des)esperança entre pessoas jovens cis egressas de institucionalizações habitantes do Recife-PE. Mais especificamente, buscou também compreender se e como as narrativas sobre esperança estão relacionadas com o cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas e/ou marcadas pelas desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade, além de refletir se e como o aqui chamado método *psicanalítico-contracolonial-feminista* pôde contribuir para a (re)construção de narrativas sobre (des)esperança entre tais jovens. De modo geral, existem poucos estudos sobre esperança, tanto na Psicanálise, como na Psicologia. O esperar é constituído pela noção psicanalítica do princípio da esperança, que realiza uma função de organização da vida psíquica, e da noção filosófica da esperança como afetação interligada com o medo, a qual denominamos de “*medança?*”. Ele tem uma função política, social e de sustentação subjetiva e segue o seu curso de desenvolvimento desde que este esteja sendo construído com ambientes facilitadores e aquilombadores. Foram realizadas entrevistas a partir do uso de imagens e produção de uma história em quadrinhos, totalizando dois encontros com cada uma das cinco pessoas interlocutoras. Através da análise de narrativas, localizamos os pontos mais coletivos e os mais singulares das entrevistas, embora interdependentes. Os resultados demonstraram que as narrativas mais marcadas pela desesperança estiveram ligadas ao tempo de cumprimento das medidas nas instituições, às relações com as famílias de origem, traumas e culpas engendradas pelas desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade. Já as narrativas mais ligadas à esperança envolveram a presença de uma pessoa considerada salvadora, a profissionalização e construção de uma nova família. O estudo demonstrou a importância da democratização do acesso à escuta psicanalítica constituída por uma discussão contracolonial e feminista, além da necessária luta pela garantia de direitos juvenis em instituições socioprotetivas e socioeducativas.

Palavras-chave : esperança; psicanálise; contracolonial; feminismo; jovens

ABSTRACT

The propose of this thesis is to analyze narratives about hope(lessness) between cis young people former resident from institutionalizations in Recife – PE. But especially, also sought to understand if and how narratives about hope are related to fulfillment of socio-protective and socio-educational measures and/or marked by inequalities of race, class, gender and sexuality, besides, reflect if and how the method here called *psychoanalytic-countercolonial-feminist* may contribute to the (re)construction of narratives about hope(lessness) between those young women. In general, there are a few studies about hope, either on Psychoanalysis or Psychology. The expression of “hope up” is constituted by the psychoanalytic conception of the principle of hope, that accomplish a function of organizing psychic life, and the philosophical conception of hope as affectation interconnected with fear, which we call “*medança?*”. It has a political, social and subjective support function that follows its course of development as long as it is being built with “*aquilombadores*” and enabling environment. Interviews were carried out based on the use of images and the production of a comic book, totalizing two meetings with each of the five interlocutors. Through the analysis of narratives, we identify the most collective and the most singular points of the interviews, although interdependent. The results showed that the narratives most marked by hopelessness were linked to the time of compliance with the measures in the institutions, the relationships with the families of origin, traumas and guilt engendered by inequalities of race, class, gender and sexuality. The narratives more linked to hope involved the presence of a person considered savior, the professionalization and construction of a new family. The study demonstrated the importance of democratizing access to psychoanalytic listening constituted by a counter-colonial and feminist discussion, in addition to the necessary fight to guarantee youth rights in socio-protective and socio-educational institutions.

Keywords: hope; psychoanalysis; counter-colonial; feminism; young people

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Quadro 1 de Joan Miró sobre “a esperança do condenado à morte”.....	43
Imagem 2 - Quadro 2 de Joan Miró sobre “a esperança do condenado à morte”.....	44
Imagem 3 - Quadro 3 de Joan Miró sobre “a esperança do condenado à morte”.....	44
Imagem 4 - Sala de realização das entrevistas.....	99
Imagem 5 - Sala de realização das entrevistas.....	99
Imagem 6 - Sala de realização das entrevistas.....	100
Imagem 7 - Sala de realização das entrevistas.....	100
Imagem 8 - Vinte e quatro cartas do Jogo Dixit quando colocadas na mesa para ser escolhidas de acordo com o roteiro adaptado de entrevista para cada pessoa jovem.....	102
Imagem 9 - As vinte e quatro cartas selecionadas do jogo Dixit, aproximadas.....	102
Imagem 10 - Linha do tempo de Ian.....	111
Imagem 11 - Imagem que menos lembra “esperança”, segundo Ian.....	119
Imagem 12 - Segunda imagem que mais lembra “esperança”, segundo Ian.....	123
Imagem 13 - Primeira imagem que mais lembra “esperança”, segundo Ian.....	127
Imagem 14 - História em Quadrinhos de Ian.....	129
Imagem 15 - Linha do tempo de Frank.....	138
Imagem 16 - História em quadrinhos de Frank.....	149
Imagem 17 - Carta escolhida por Frank para representar nossa relação na pesquisa.....	151
Imagem 18 - Carta que menos representa “esperança” para Catarina.....	165
Imagem 19 - Primeira carta escolhida para representar “esperança” por Catarina.....	168
Imagem 20 - Segunda carta escolhida para representar “esperança” por Catarina.....	171
Imagem 21 - Linha do tempo de Catarina.....	174
Imagem 22 - História em Quadrinhos de Catarina.....	176
Imagem 23 - Primeira imagem que lembra “esperança” escolhida por Alaska.....	192
Imagem 24 - Segunda carta que lembra “esperança”, de acordo com Alaska.....	194
Imagem 25 - Linha do tempo de Alaska.....	197
Imagem 26 - História em Quadrinhos de Alaska.....	198
Imagem 27 - Linha do tempo de Mel.....	209
Imagem 28 - Primeira imagem escolhida por Mel que lembrava “esperança”.....	212
Imagem 29 - Segunda imagem que lembrava “esperança” para Mel.....	214
Imagem 30 - História em quadrinhos de Mel.....	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados da Revisão Bibliográfica	72
Tabela 2 - Tabela com caracterização das pessoas interlocutoras	104
Tabela 3 - Tabela com os dados objetivos sobre Ian	109
Tabela 4 - Tabela com dados objetivos de Frank	135
Tabela 5 - Tabela com dados objetivos de Catarina	157
Tabela 6 - Dados objetivos de Alaska	182
Tabela 7 - Tabela com dados objetivos de Mel	204

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O CONCEITO DE AMBIENTE E A “COLETIVIDADE SUFICIENTEMENTE BOA”: PRIVAÇÃO E CURA PELA ESPERANÇA	30
3	PESSOAS JOVENS CIS EGRESSAS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	35
3.1	Pessoas jovens cis egressas do cumprimento de medidas socioprotetivas	37
4	O CONCEITO E OS TIPOS DE ESPERANÇA: <i>O PRINCÍPIO ESPERANÇA E A MEDANÇA</i>	40
5	JUVENTUDES E (DES)ESPERANÇAS	48
6	SOBRE DEPRESSÃO, DESESPERANÇA CONGÊNITA E PESSOAS JOVENS TUTELADAS PELO ESTADO: POSSÍVEIS RELAÇÕES	51
7	TRAUMAS RACISTAS E JUVENTUDES INSTITUCIONALIZADAS	57
8	AS DESIGUALDADES DE RAÇA E DE CLASSE NA PESQUISA: A ESCRAVIZANTE DEFORMAÇÃO NARCÍSICA-SUBJETIVA BRANCA	61
9	ENTRE JOVENS CORPOS NEGROS INSTITUCIONALIZADOS E ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE	64
10	JUVENTUDES “DRAPETOMANÍACAS” OU ESPERANÇOSAS: POSSIBILIDADES DE SUBVERSÕES DOS JOGOS DE PODER	69
11	UM RESGATE DA LITERATURA	71
12	MÉTODO	79
12.1	Reflexões epistemológicas: a “pesquisa-inter-invenção-psicanalítica-contracolonial-feminista”	79
12.2	Reflexões sobre a Análise de Narrativas: fato social é fato clínico	84
12.3	Sobre adotar entrevistas, imagens e quadrinhos	88
12.4	O elemento “Dixit”: estética da (des)esperança	91
12.5	O elemento História em Quadrinhos: (Des)enquadrando e bordeando narrativas .	93
12.6	Passo a passo metodológico: pessoas interlocutoras; material; local e procedimentos de análise	95
13	IAN EM: “NUNCA DESISTA, PERSISTA, INSISTA. SONHE O MAIS ALTO QUE PUDER. E NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE, COLOQUE EM PRÁTICA!”	107
13.1	Seu processo de chegada	107
13.2	Referências biográficas: os marcadores de sua existência	107
13.3	Pontos coletivos de desesperança: raça/classe/sexualidade/ gênero; trauma; culpa; família de origem e violência institucional	109
13.4	Pontos coletivos de esperança: uma presença de alguém “salvador”; construção de nova família	122
13.5	Pontos singulares de (des)esperança: desejo de tornar-se policial e religião	126
13.6	(Des)enquadrando e bordeando a história de Ian	129

14 FRANK EM: “O MENINO E A ESPERANÇA”	133
14.1 Seu processo de chegada	133
14.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência.....	134
14.3 Pontos coletivos de desesperança: raça/classe/gênero/sexualidade; culpa; trauma família de origem e violência institucional	135
14.4 Pontos coletivos de esperança: uma presença de uma pessoa “salvadora” (ele próprio); construção de nova família	143
14.5 Pontos singulares de (des)esperança: depressão; crime; ideação suicida; abrigo..	145
14.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Frank	149
15 CATARINA EM: “A MULHER QUE SÓ QUERIA TER A CHANCE DE SER CRIANÇA”	154
15.1 Seu processo de chegada	154
15.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência.....	155
15.3 Pontos coletivos de desesperança: gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem	157
15.4 Pontos de esperança coletivos uma presença de pessoa “salvadora”; construção de nova família	167
15.5 Pontos singulares de (des)esperança: ser enfermeira; relação ambivalente com a medida socioprotetiva	172
15.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Catarina.....	176
16 ALASKA EM: “A VIDA DA GENTE”	180
16.1 Seu processo de chegada	180
16.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência.....	180
16.3 Pontos coletivos de desesperança: gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem; violência institucional.....	182
16.4 Pontos de esperança coletivos uma presença de uma pessoa “salvadora”; construção de nova família	191
16.5 Pontos singulares de (des)esperança: liberdade; judô e estudos.....	196
16.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Alaska	198
17 MEL EM: “AINDA HÁ ESPERANÇA PARA A ÁRVORE CORTADA!”	202
17.1 Seu processo de chegada	202
17.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência.....	203
17.3 Pontos coletivos de desesperança: gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem; violência institucional.....	204
17.4 Pontos de esperança coletivos uma presença de alguém ‘salvador’; construção de nova família	211
17.5 Pontos de (des)esperanças singulares: ser empreendedora; ideação suicida.....	214
17.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Mel	215
18 NARRATIVAS SOBRE (DES)ESPERANÇA ENTRE PESSOAS JOVENS CIS EGRESSAS DE INSTITUCIONALIZAÇÕES: UMA SÍNTESE	218
19 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS	229

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	247
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	249
ANEXO C – DECLARAÇÃO DE ACEITE PARA ATENDIMENTOS CLÍNICOS	251
ANEXO D – CARTA DE ANUÊNCIA	252
ANEXO E – TERMO DE DISPENSA DA CARTA DE ANUÊNCIA	253

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar as narrativas sobre (des)esperança entre pessoas jovens cis egressas de institucionalizações habitantes da Região Metropolitana do Recife-PE. Mais especificamente, os objetivos foram compreender se e como as narrativas sobre esperança estão relacionadas com o cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas e estudar se e como as narrativas sobre esperança estão marcadas pelas desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade. Além disso, buscamos refletir se e como o aqui chamado de método *psicanalítico-contracolonial-feminista* pôde contribuir para a (re)construção de narrativas sobre esperança entre as pessoas interlocutoras deste trabalho.

De modo geral, conhecemos poucos estudos sobre esperança que ocuparam lugar de destaque, tanto na Psicanálise, como na Psicologia, já reconhecia Zeferino Rocha (2007). Ao resgatarmos Paulo Freire (1992), percebemos que este defende a esperança enquanto necessidade ontológica, algo que precisa tornar-se concretude histórica para a sobrevivência da humanidade. Assim, com frequência, afirmamos: “A esperança é a última que morre”, talvez por sabermos que, de fato, experimentamos algum tipo de morte na sua ausência.

A partir daí, me pergunto: já que ela é a última que morre, será mesmo que a esperança sempre nasce? Existem histórias em que não é possível esperar? O que é, afinal, a esperança?

Desde já, antecipo que este trabalho não deu conta de responder todas essas questões, embora elas tenham sido muito importantes para guiar seu processo de escrita. Para realizá-lo, antecipo que não adotei uma única “linha” ou abordagem teórica. Informo que, assim como afirmou o psicanalista Alexandre de Almeida (2022), *a minha linha foi a linha de pesca*.

Afinal, a atividade da pesca exige preparação, iscas, critérios. Pescar pressupõe escolhas baseadas nos nossos desejos; selecionar aquilo que nos alimenta, além de que sempre podemos compartilhar os resultados de uma boa pesca. De modo que a pesca aqui foi composta, ao mesmo tempo, pelas seguintes redes epistemológicas: *psicanalítica, contracolonial e feminista*, sim, ciente dos muitos tensionamentos que existem aí. Considerei, no entanto, que poderíamos tentar tornar essa rede mais elástica ao perceber não só os desencontros, mas os pontos de encontro entre elas.

Helena Rosenfeld (1998) compara o trabalho da pessoa psicanalista com um trabalho de “pesca de (não) palavras”.¹ No caso desta pesquisa, tratei de pescar aquelas ligadas a um

¹ A autora faz uma referência a Clarice Lispector (1998, p.25), no livro *Água Viva*, quando afirma que: “Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu [...]”

princípio organizador da vida psíquica junto com um modo específico de afetação: o *esperançar*. Ou seja, tentei pescar palavras que, ao mesmo tempo em que produzem, são produzidas pela esperança. Nesse sentido, convém lembrar Bruno Latour (1993, p.04) e sua discussão sobre rede (que pode ser também de pesca), quando afirma:

[...]Cada palavra é precisa e designa exatamente as redes que traça, cava e para as quais viaja. Já que nenhuma palavra reina sobre as outras, estamos livres para usar todas as metáforas. Não precisamos ter medo que um significado seja “verdadeiro” e outro “metafórico”. Há democracia, também, entre palavras. Precisamos dessa liberdade [...]”.

Além de concordar que o trabalho de “pesca de (não) palavras” é algo que certamente constitui aquilo que praticamos como psicanalistas, considero que é, de certo modo, também o que devemos fazer quando estamos construindo uma Pesquisa em Psicologia. Assim, numa possível junção das duas funções, neste estudo, considere que a escuta “flutuante” (FREUD, 1912) foi essa que me preparou para poder mergulhar mais profundamente nas “águas das narrativas”. Para isso, foi necessário “flutuar” até que alguma coisa tocasse, com mais força, a rede de pesca que construímos (também a partir da escuta do Inconsciente²).

No entanto, escutar clinicamente é, como afirma Christian Dunker e Cláudio Thebas (2019, p.26) “arte que envolve risco”. Não podemos mergulhar nem mais e nem menos fundo do que for possível para a pessoa interlocutora numa pesquisa, pois assim corremos o risco de violentar suas estratégias de sobrevivência psíquica. Para isso, precisamos saber “tatear” o oceano de subjetivações que ali se (des)encontra:

saber quando e como se comunica alguma coisa ao analisando, quando se pode declarar que o material fornecido é suficiente para extrair dele certas conclusões; em que forma a comunicação deve ser, em cada caso, apresentada; como se pode reagir a uma reação inesperada ou desconcertante do paciente; quando se deve calar e aguardar outras associações; e em que momento o silêncio é uma tortura inútil para o paciente, etc. (FERENCZI, 1928/2011, p. 31)

Assim, para esta pesca em específico, escolhi escutar pessoas jovens ³egressas do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas do Recife-PE. Quer dizer, pessoas

²O Inconsciente está escrito em letra maiúscula por se tratar da concepção de sujeito do Inconsciente psicanalítico, ou seja, “[...]não o inconsciente adjetivo, descritivo, perfeitamente inteligível pela psicologia da consciência, mas o inconsciente sistemático. O temor de Freud de que os dois inconscientes sejam confundidos leva-o a propor que se faça uso da abreviação Ics (Ubw) para designar o conceito sistemático de inconsciente”, como explicou Luis Alfredo Garcia Roza (2009, p. 178). Ou seja, o Inconsciente em Psicanálise é considerado um sistema: atemporal, imoral, “ilógico”. Trata-se de um lugar simbólico e não anatômico/orgânico, tampouco é um mero adjetivo para indicar um estado daquilo que está “abaixo da consciência” .

³ As pessoas jovens que foram interlocutoras desta pesquisa se identificaram, todas, como cisgêneras. Desse modo, em atenção às discussões transfeministas e debates queers, demarcamos, desde o título, que as análises aqui

para quem comumente ouvimos dizer “não haver esperança”. E que, além disso, viveram momentos de suas vidas em instituições que, como sabemos, são particularmente “[...]vulneráveis ao fracasso da escuta” (DUNKER, THEBAS, 2019 p.14).

Desse modo, considere muito importante refletir sobre como essa linha/rede de pesca foi tecida pelas perspectivas *psicanalítica-contracolonial-feminista*. Assim, afirmo que minha escuta vem se instrumentalizando, a partir de um longo percurso de análise, de estudos e prática clínica, há pelo menos dez anos através da escuta do Inconsciente. Não houve como desaprendê-la ou desconsiderá-la nesta escrita.

Seria como “deslocalizar” meu conhecimento, desobjetivar minha Pesquisa, como crítica Donna Haraway (1995). Seria tentar “desconsiderar” a eterna formação (e paixão minha) que construímos como psicanalistas. Assim, foi preciso assumir e me autorizar nesta posição como pesquisadora: foi também deste lugar que partiu (mas não repartiu) minha escuta neste trabalho.

Desse modo, para fortalecer essa tecnologia de escuta, este projeto buscou um diálogo com a Psicanálise considerada, por vezes, como Pós-Estrutural; baseada, aqui, principalmente em Sándor Ferenczi (1933)⁴ e Donald Winnicott (1987). Há quem, inclusive, venha nomeando tais autores como pertencentes ao movimento da “Psicanálise Cultural” ou “Psicanálise Política”.

Confesso que considero um tanto redundante adjetivar “Psicanálise” com o termo “cultural”, assim como com o termo “política”, uma vez que o próprio Freud (1921, p.13/14) já reconhecia que: “Na vida mental individual o outro aparece sempre integrado [...] e, deste modo, a Psicologia individual é ao mesmo tempo e desde sempre, Psicologia social num sentido amplo, mas plenamente justificado”.

realizadas tratam de jovens que estão posicionados dentro da cisgeneridade Isso porque, de acordo com Beatriz Bagagli (2013, p.13): “Nesta empreitada teórica, novos sentidos sobre homens e mulheres emergem e são tensionados, de forma com que a cisgeneridade surja como conceito analítico, tornando possível a crítica ao sistema político baseado na cisnormatividade ou cisgeneridade compulsória. A cisgeneridade é compreendida através do conceito de cisgênero, que vêm sendo igualmente utilizado nestes discursos transfeministas como forma de designar o antônimo de transgênero. Embora o uso destes termos tenha se tornado cada vez mais comum nestes discursos transfeministas, que circulam majoritariamente nos espaços virtuais de blogs militantes, ainda são escassos estudos acadêmicos que tratem ou utilizem de tais conceitos”.

⁴ Sandor Ferenczi (1873-1933) foi um importantíssimo psicanalista húngaro com quem Freud nutriu uma relação de intimidade e trocou a maior quantidade de cartas da sua história (aproximadamente 2.500 cartas). Ferenczi foi também o professor da primeira disciplina de Psicanálise do mundo, em 1919, na Universidade de Budapeste. Suas contribuições se concentram em ideias críticas às ortodoxias psicanalíticas, como a suposta neutralidade do analista e interpretativismo, propondo, no geral, uma maior “elasticidade” de sua técnica, lembra Teresa Pinheiro (2016). É considerado um “pensador político”, sobretudo por [...] “fornecer um peso político à horizontalidade clínica, discute uma nova modalidade de laço social, construído sobre o reconhecimento da vulnerabilidade”, como mostra Jô Gondar (2012, p.193). Foi Ferenczi, também, quem empregou pela primeira vez, a palavra “analisando” para designar o paciente como ativo, ao realizar sua análise e analisar seu psicanalista (KUPERMANN, 2017).

Jacques Lacan, estruturalista, também reiterava a dimensão onipresente da alteridade na constituição psíquica do sujeito, desde as construções de suas teorias mais fundamentais, como bem nos lembra Marco Antônio Coutinho e Natália Travassos (2021). Ou seja, no único modo que considero ético e possível de se praticar a Psicanálise, o indivíduo e os grupos sociais possuem uma relação de interdependência; a subjetivação e a cultura são inseparáveis, representam a condição mesma de realização e singularização do sujeito. Afinal, os afetos também são políticos, como defende Vladimir Safatle (2015).

Nesse sentido, a compreensão do sofrimento psíquico se dá, necessariamente, no espaço intersubjetivo. Desse modo, a ideia aqui foi, sobretudo, construir uma tentativa de contribuição para uma Psicanálise (à) Brasileira, assim como fizeram e fazem importantes psicanalistas como Naomi Kon (2017), Grada Kilomba (2019) e Neusa Souza Santos (1983). Afinal, como provoca Anne Mccklintock (2010), não podemos trabalhar com a Psicanálise supondo que ela esteja separada de uma história social, ou tampouco isentando-a de suas dívidas em fortalecer, por exemplo, os estudos sobre racismo e a própria decolonização do Inconsciente, como defende Lucas Veiga (2019).

Baseada numa perspectiva semiótica, Adriane Castro (2010) classifica a esperança como um tipo de paixão que comanda estratégias intersubjetivas, sendo a paixão um reflexo da relação aproximada entre o sentir, o conhecer e o fazer. Assim, através da intensidade da paixão, a esperança enquanto tal seria considerada um tipo de afetação *eufórica*, bem como a confiança, a alegria e o amor. Elas se constroem dentro de uma relação não dicotômica com as emoções disfóricas (ligadas a alguma espécie predominante de “mal estar”) como o ódio, a tristeza e o medo.

Em Psicanálise, a palavra paixão é pouco presente na obra freudiana, não sendo considerada um verbe, ausente nos próprios Dicionários de Psicanálise, como aponta Waldir Beividas (2006). Sobre isso, Jurandir Freire Costa (1986) defende que, uma vez que a linguagem conceitual, acadêmica, tenta, tradicionalmente, se basear em alguma espécie de razão, é impossível conceituar, por exemplo, *a loucura, a violência e a paixão*, uma vez que são todas da ordem da anti-razão,

Assim, compreendo também que discutir paixão só se torna possível em uma linguagem transgressora, artística, que se preocupa menos com uma inteligibilidade e se produz *na* sensibilidade. Considero então a paixão é como transbordar intensidade, uma forma de embriaguez que *esperança* por nunca ter fim.

Por isso, dentro do Paradigma Pós-Estrutural, também é importante driblarmos a dicotomia entre “ciência” e “arte”, pois ambos podem ser potentes empreendimentos de saúde.

Ao tomarmos a Psicanálise como *não ciência (ao menos, não ciência hegemônica, experimental) e sim como arte*, e a arte enquanto linguagem transgressora e metafórica-portanto íntima do sofrimento psíquico, como afirma Helena Rosenfeld (1998) - podemos compreender sua relação com a esperança e sua função na saúde psíquica.

A função principal seria, dessa forma, facilitar a travessia dos (des)encontros que nos constituem subjetivamente. Assim: “A arte renova a esperança, o sentido e nos coloca em sintonia com o estado poético do viver”, como coloca Izabel Petraglia (2012, p.97) Nesse sentido, é inegável a relação da esperança com a arte: uma produz a outra.

Por fim, aponto como mais um fator que favoreceu a presença da Psicanálise como um dos componentes da linha/rede de pesca para esta pesquisa, o fato de que as próprias teorizações clássicas psicanalíticas sempre remeteram à ideia de uma *esperança* também como constituinte do sujeito (sujeito de desejo). Como lembra a psicanalista Ana Suy (2015), seria justamente a *esperança* humana de encontrar a completude, originada da perda de uma experiência de uma satisfação inicial que foi limitada, a principal fonte de nossos movimentos psíquicos.

Afinal: “À busca pelo retorno dessa satisfação, se dá o nome de desejo” (2019, p.20). Assim, se é o desejo que nos move como sujeitos, não seria a *esperança de amor* o que nos permite alguma espécie de reencontro com a satisfação, ainda que limitada?

Nesse sentido, trabalhamos a partir do conceito psicanalítico de esperança como princípio organizador da vida psíquica, baseado em Luís Cláudio Figueiredo (2003), e da esperança como modalidade de afetação, intimamente ligada ao medo, baseada na noção filosófica de Baruch Spinoza (2009), o que decidimos denominar de “*medança?*”. A união do *princípio esperança* com a *medança* foi o que consideramos como, justamente, aquilo que compõe o movimento do *esperançar*.

Sobre a concepção da esperança como princípio na Psicanálise, ao contrário do que Winnicott (1958) denominou de “desesperança congênita”, essa seria justamente uma potente habilidade de organizar o aparelho mental, operando em planos muito profundos e inconscientes do psiquismo. Sem ela, a pessoa se torna inoperante pela ausência de conseguir reconhecer seus desejos, pois tende à estagnação; o “princípio esperança” é, assim, considerado primordial para a vida psíquica em coletividades (FIGUEIREDO, 2003).

Sobre a esperança como modo de afetação, Spinoza (2009) considera a sua instabilidade e ligação com situações duvidosas, além da sua aproximação com o medo e a tristeza, oriundos da apreensão de que algo que se deseja não se realize. Para ele, enquanto durar a predominância desses afetos no *sujeito*, ele poderia estar sob jurisdição do outro e não de si próprio. Ou seja,

em alguma medida, é possível considerar justamente que a esperança também pode inspirar modos de passividade e submissão política.

Ao mesmo tempo, podemos interpretar a esperança como necessária para a luta e não só para a condução das massas, na medida em que questiona, de modo ambivalente: “Com efeito, com que virtude combaterão soldados a quem se retira toda a esperança de glória e de alcançar honras?” (SPINOZA, 2009, p. 93). Esse paradoxo é também retomado por Vladimir Safatle (2015, p.11), quando afirma que o medo é um afeto político que nos prende a uma lógica securitária. No entanto, a esperança tampouco seria o “remédio” para se opor a esse corpo paranoico, já que o “[...]poder é, sempre e também, uma questão de promessas de êxtase e de superação de limites.”

Spinoza (2009) também afirma que a multidão “livre”, aquela que procura cultivar a vida e não só evitar a morte, se conduz mais pela esperança do que pelo medo; caso contrário, essa sim seria uma multidão necessariamente subjugada. Desse modo, ao que parece, talvez possamos apreender que o autor rejeita a esperança enquanto espera, mas se aproximaria da ideia importante de “educar a esperança”, (MERÇON, 2012) e/ou espera de luta, o que está também ligado ao ato de “esperançar”.

É conhecida a ideia de Freire (1992) sobre a necessidade de compreendermos a esperança a partir do verbo “esperançar”, que é diferente de esperar, já que esperançar significa, por sua vez, algo como *insistir no construir*. É mais ou menos como se estivesse conversando com Chico Buarque (1972) em “Bom Conselho”: “espere sentado, ou você se cansa: está provado, quem espera nunca alcança”. Nesse mesmo sentido, encontramos também as palavras de Rocha (2007, p. 1): ⁵“Esperança não é esperar, é caminhar”.

Assim, enquanto esperançar é o que nos mobiliza para o movimento e para reconstruções, a desesperança nos imobiliza e nos faz existir no fatalismo no qual não é possível a mudança (FREIRE, 1992). Dessa forma, podemos dizer que “a esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo seu endereço, se torna distorção na necessidade ontológica”. (FREIRE, 1992, p. 5). Nesse sentido, vemos como não se pode dicotomizar esperança e desesperança, mas sempre entendê-las a partir de um modo de relação: uma contida dentro da outra, como pretendemos mostrar com o termo “(des)esperança”.

Considero que o esperançar, formado inconscientemente pelo *princípio esperança* e que facilita o acesso até a esperança como estado subjetivo, é uma insistência de vida. O esperançar é uma grande força dentro do regime necropolítico, como denuncia Achille Mbembe (2018), já

⁵ Zeferino Rocha (2007) disse ter se inspirado em um diálogo de uma série televisiva chamada “Hoje é dia de Maria (2005) para afirmar essa frase.

que essa política colonial, neoliberal, capitalista e também, muitas vezes, antidemocrática tem como elemento central a precarização e produção de mortes do esperar de determinadas vidas. E entre essas vidas precarizadas, como demonstram Marianne Barbosa e Danichi Mizoguchi (2019), estão as juventudes negras e pobres no nosso país, mais especificamente aqui, as egressas de institucionalizações.

Assim, uma vez indissociáveis dos processos de subjetivação e do esperar, as questões de raça, classe, gênero e sexualidade foram problematizadas neste estudo através de suas possíveis relações com as narrativas sobre esperança. Para tanto, na construção deste trabalho de tese, foram explorados também como linha/rede de pesca algumas teorias que se utilizam da crítica pós-estrutural e contracolonial.

A contracolonialidade⁶ é considerada mais do que um projeto acadêmico, uma vez que parte do reconhecimento de que o projeto eurocêntrico moderno subalternizou povos, lugares geopolíticos e subjetividades. As (de)marcações violentas dos lugares- geográficos e simbólicos - de colonizadores e povos colonizados têm graves consequências psicológicas, como demonstra Franz Fanon (1952/2008).

Desse modo, em acordo com Antônio Bispo dos Santos (2020), considero que o termo “contracolonialidade” traduz uma teimosia e, ao mesmo tempo, uma esperança, na medida em que o autor afirma que contra-colonizar é, justamente, contrariar a ordem social para que não se sinta as dores advindas do racismo que a colonialidade deseja infundir.

Assim, de maneira geral, o debate contracolonial busca o diálogo entre povos colonizados envolvidos nos processos de subordinação do sul do globo, como defendem Joaze Bernardino Costa e Ramon Grosfoguel (2016), em que foram praticados genocídios e um epistemicídio dos saberes tidos como inferiores e primitivos. E, por isso, nesta rede de pesca, considerei indispensável, assim como Beatriz Alvez e Polianne Delmondez (2015), lutar por

⁶Como afirmou Bárbara Sordi (2022), existem outros termos, além do “contracolonial”, que também reconhecem a colonialidade de poder e o imperativo ético de fortalecer o enfrentamento a tais condições epistemicidas e genocidas. Por exemplo, diferente do *descolonial*, que se contrapõe ao colonialismo, algo mais ligado a uma ideia de dominação política formal, o *decolonial* se opõe à colonialidade, ou seja, à permanência das estruturas de poder colonial, o que envolve a racialização do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005; SANTOS, 2018). No entanto, como demonstra Sordi (2022), algumas autoras consideram que o termo decolonial ficou demasiado restrito ao mundo acadêmico, de modo que o termo ‘contracolonial’ seria a melhor tentativa de “tradução” da luta emancipatória de territórios, conhecimentos e subjetivações colonizadas. Por essa razão, foi adotado nesta Pesquisa. Além disso, há uma crítica também ao termo “Pós-colonial”, pois este se ligaria ao fato de, ainda que tal termo não se refira a um momento em que estaria supostamente encerrada a autoridade das metrópoles sob as colônias do ponto de vista territorial, viveríamos uma espécie de risco de dominação intelectual da própria teoria pós-colonial. Ela estaria se propondo a uma nova universalização, principalmente na medida em que não inclui a América Latina em seus estudos (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

uma contracolônização nas estratégias de produção do conhecimento para refletir e inter-vir sobre os modos contemporâneos de subjetivação.

Afinal, através da invenção da raça e do racismo, a lógica colonial, constantemente, “atenta sobre a vida” (RUFINO, 2019, p. 269). Por isso, consideramos como urgente tentar subverter as relações entre o desesperançar com os indissociáveis traumas racistas (KILOMBA, 2019) sofridos por pessoas jovens egressas de institucionalizações.

Para isso, nos baseamos na reflexão ferencziana sobre o trauma psíquico, já que é justamente constituído pelo *abandono* da pessoa no seu processo de elaboração de sentidos, relembra Daniel Kupermann (2017). A escolha por essa concepção do trauma se deu pela sua compreensão em que se “[...]tensiona as dicotomias interior-exterior, individual-social e evidencia o aspecto interpessoal e político do trauma”, como defende Daniel Kveller (2017, p.07).

Por ocupar um lugar de “resto” na estrutural social, Miriam Rosa (2015) afirma que todas as pessoas negras no nosso país estão sob uma “condição traumática”. No entanto, como a concepção freudiana defende que a própria constituição do psiquismo se deve às experiências traumáticas, de modo que, assim, um trauma psíquico seria como que inescapável da nossa condição humana, decidi utilizar o termo “traumatógeno”, encontrado na obra ferencziana, em vez de traumático. Isso porque: “Ética e politicamente é fundamental não confundir o lugar de resto no discurso social com uma subjetivação da falta, que promove o desejo” (ROSA, 2015, p.28). Assim, com o uso do termo “traumatógeno”, objetivamos remeter, infelizmente, a uma constante possibilidade racista traumatizante que, no mínimo, comprime modos do esperançar das pessoas negras na nossa sociedade. Ou seja, o uso de “traumatógeno” significa adotar a noção de que “o trauma, por esse ângulo, deixa de ser uma patologia exclusivamente clínica para ser entendido como um fenômeno complexo, em que se encontram as dimensões da subjetividade, da cultura, do direito e da política institucional”(KVELLER, 2017, p.07).

Por último, mas não menos importante para sustento dessa linha/rede de pesca, está a epistemologia feminista. Pesquisar a partir da crítica da epistemologia feminista significa corporificar assumidamente a construção do conhecimento científico, portanto localizado, sem pretensões de neutralidade ou universalidade (HARAWAY, 1995). Ou seja, repleto de afetações. Para tal perspectiva, é preciso refletir sobre o nosso lugar também demarcado pelas relações de classe, raça, gênero, sexualidade e território.

No caso do Projeto aqui trabalhado, isso significa refletir sobre os meus *privilégios* (que em muito diferem de *méritos*) de jovem pesquisadora da Universidade, mulher, cisgênera, branca, heterossexual, que vive em um centro urbano do Nordeste do Brasil e de classe média.

Afinal, como afirma Freire⁷ (1992, p, 36), “não é possível simplesmente fazer o discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial”.

A epistemologia feminista compreende que é assim que se constrói a objetividade na pesquisa: através do reconhecimento que as construções dos saberes são sempre parciais, repletos de afetações e localizadas, e não totalizantes (HARAWAY, 1995). Isso porque os pressupostos de uma perspectiva feminista contracolonial pós-estrutural nos convida, além de trabalhar a partir das relações e não das dicotomias, a refletir nos termos de mobilizações afetivas construídas nas relações com o que está ligado à Pesquisa (o que é diferente de adotar uma escrita puramente subjetivista). Algo como, de certo modo “semelhante”, afirma Marcela Monteiro (2012), quando esta considera que a pesquisa com utilização do método psicanalítico só é possível quando se dá a afetação.

Assim, o entrelaçamento entre raça, classe, gênero e sexualidade, envolvidos nas relações de (des)privilégios foi ponto de partida para a problematização da construção da relação com o objeto de Pesquisa. Ou seja: para a problematização dos (des)encontros intersubjetivamente *marcados* entre mim, pesquisadora e *interlocutores*.⁸

Nesse processo, porém, reconheço o óbvio: meus⁹ estudos, em geral, são próprios do paradigma estrutural e logicamente assim predominantemente formados por autores homens brancos europeus e por conceitos binários. No entanto, apesar da dificuldade, é indispensável a tentativa também de deslocamento de um pensamento estrutural, uma vez que a “perspectiva da imobilidade e da não transformação é uma das dimensões da política colonial” (RUFINO, 2019, p. 83).

Deste modo, acredito que é enorme o desafio central de romper com as dicotomias que (des)organizam a nossa forma de construir conhecimento intelectualmente colonizado. A

⁷ O livro “A Pedagogia da Esperança”, segundo o próprio Paulo Freire (1992), foi fruto da sua esperança através da qual desenvolveu a Pedagogia do Oprimido (1968), e promove o engajamento para a luta, defesa de direitos e reivindicação da justiça social.

⁸ Inspirada em Kilomba (2019), optei por utilizar as palavras “interlocutores”, “sujeito”, e “analizando” sempre em *itálico*, com o objetivo que isso permita com que sejam lidas com as devidas variações de gênero e sexualidades (LGBTQIA+) das pessoas que estão referidas por essas duas palavras. Essa estratégia foi uma tentativa de fugir do binarismo “a/o”, dos considerados “erros de português” na escrita, como o uso do “e” e do “x”, deixando aqui a provocação da autora sobre o que pode simbolizar as dificuldades de representar, na escrita, determinadas identidades, consideradas “erros”, inclusive, gramaticalmente

⁹ Escrevo, ao longo deste Projeto de duas formas: na primeira pessoa do singular (“eu”), uma vez que me oriento pela epistemologia feminista que preza pela construção de um conhecimento localizado, e/ou na primeira pessoa do plural (“nós”) porque parto de compreensões conjuntas como condições da produção do saber científico. A coletividade se faz presente, por exemplo, na minha relação com as orientações recebidas para a escrita deste Projeto. Toda construção de um texto é assim coletiva por ser produzida através dos (des)encontros de muitos diálogos ao longo de uma trajetória acadêmica, o que envolve aulas, conversas informais nos corredores com colegas, professores, *interlocutores* da pesquisa, além das sugestões de leituras, músicas, filmes e consumo de arte e literatura em geral.

dicotomização, por exemplo, entre *sujeito* e objeto seria mais uma das oposições nucleares do pensamento estrutural, além das demais: razão/paixões (ou emoções); objetividade/subjetividade; mente/corpo; abstrato/concreto; público/privado, como demonstrava Sandra Harding (1993), além de, negros/brancos; colonizadores/colonizados, sexo/gênero, consciente/inconsciente; esperança/desesperança; Psicologia Social/Psicanálise.

A ideia foi também escrever de forma a promover um “rompimento” com tais dicotomias para, finalmente, compreender que uma não existe sem *estar em relação* com a outra. Principalmente porque, como afirma Maria Lugones (2014), a perspectiva da modernidade colonial tem como principal dicotomia aquela entre humanos e não humanos.

Assim, ao tentar contribuir para uma concepção relacional e indissociável entre esses fatores, acredito que nos diferenciamos de uma Psicologia e/ou Psicanálise meramente descritivas, tendenciosas à naturalização e ordenação temporal da existência dos fenômenos. Nesse sentido é que, por exemplo, não podemos afirmar que o corpo se forma primeiro que a mente: ele não existe sem ela, assim como a razão existe sem a emoção, tampouco a objetividade sem a subjetividade, o singular sem o coletivo, o consciente sem o Inconsciente, a esperança sem a desesperança.

Foi, dessa forma, preciso partir do princípio de que as pessoas negras só existem *com* as pessoas brancas (FANON, 2008), que o sexo não existe sem o gênero (BUTLER; AGUIAR, 2003), assim como a ideia de pobreza só existe *na relação com* a ideia de riqueza e as pessoas trans só existem na relação com as pessoas cis.

Ou seja, por me propor a trabalhar com subjetividades atravessadas pelas desigualdades não só geracionais, como de classe, raça, gênero e sexualidade, além dos processos de institucionalização, foi indispensável considerar suas narrativas a partir de uma postura crítica, não moralista, localizada (HARAWAY, 1995) e que problematizasse as violências e assimetrias das relações de poder aí envolvidas.

Assim, a partir dos referidos marcos teóricos e desse contexto de tensões, (des)esperanças, tabus, lacunas, discriminação e violências, foi se construindo o desejo de construção desta Pesquisa. Apesar de não ter sido objetivo deste trabalho analisar as relações entre a pandemia¹⁰ da COVID-19 e as narrativas sobre esperança das pessoas interlocutoras, tal contexto foi definidor para a escolha de pesquisar sobre esperança em geral. Afinal, (sobre)viver privilegiadamente dentro de um país (des)governado por uma política generalizada

¹⁰ Foram incluídas perguntas no roteiro original das entrevistas sobre como as pessoas interlocutoras percebiam afetações na relação de suas (des)esperanças com a questão da pandemia. No entanto, esses dados construídos não foram aqui diretamente analisados, devido à complexidade, estando guardados para futuros trabalhos.

do ódio às minorias sociais, me fez acreditar ser possível escrever um trabalho de tese se, e somente se, ele fosse diretamente capaz de nos ajudar a repensar e, sobretudo, a sentir o esperançar.

Desse modo, as minhas vivências nos atendimentos clínicos, sobretudo, com crianças e jovens, as realizações prévias de outros trabalhos com jovens em situação de vulnerabilidade social, durante o Mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foram decisivas na insistência para a realização desta Pesquisa, principalmente através do Projeto Ação Juvenil¹¹.

O desejo de pesquisar com pessoas jovens egressas do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas foi criado também junto à realização de um trabalho prévio (antes da pandemia), durante o ano de 2018, como coordenadora de um Projeto de Extensão no curso de Psicologia em uma instituição de Ensino Superior Particular do Recife-PE.

A partir deste Projeto de Extensão, realizávamos trabalhos, principalmente, sobre as desigualdades de gênero e sexualidade, com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas em uma instituição educacional filantrópica do Recife-PE, localizada próximo ao Centro Universitário. Esse grupo de jovens estava realizando um curso profissionalizante nesse local, em cumprimento aos seus direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

O referido grupo de extensão foi chamado de GEVIVE. A sigla significava “Grupo de Extensão e Estudos em Gênero Vivencial” e a criação do seu nome, realizada pelos estudantes, trazia, sobretudo, a tentativa de construção de um significante que juntasse “Gênero” com “Vida” (FALCÃO et al., 2018). O grupo existiu, no total, durante quatro anos e, durante todo o ano de 2018, trabalhamos, sobretudo, acerca de questões ligadas à juventudes, gênero e sexualidade através de oficinas quinzenais com dezesseis jovens em cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas.

Assim, o GEVIVE já tinha três anos de existência e atuações dentro do ambiente universitário, além de ter realizado algumas ações pontuais nas comunidades próximas, com

¹¹ O “Ação Juvenil” integrou uma Pesquisa-intervenção voltada para a mobilização comunitária da sub-região Suape-PE chamada “Diálogos”, com coordenação de Jaileila Menezes, Karla Galvão Adrião e Luis Felipe Rios (2017). O Projeto Diálogos foi construído como uma tentativa de promover direitos humanos entre habitantes de tal região que havia sofrido diversos impactos sociais como aumento do índice de exploração sexual de crianças e jovens, do uso abusivo de álcool e outras drogas, do índice de infecções sexualmente transmissíveis, do índice de violência contra as mulheres e de violências entre homens. O Ação Juvenil objetivou formar e instrumentalizar os/as jovens como lideranças capazes de atuar na promoção de direitos, sendo realizado inicialmente através de período breve de realização de oficinas para sensibilização de um grupo de setenta jovens e depois através de uma formação continuada com um grupo de vinte jovens. Os diálogos se construíram a partir de oficinas que buscaram possibilitar a construção de um conhecimento reflexivo acerca do cotidiano para subverter desigualdades (ADRIÃO et al., 2017).

jovens em situação de vulnerabilidade, quando conseguimos sistematizar e formalizar nossas ações semanais na referida instituição filantrópica. A formação dos estudantes da Graduação se dava com a facilitação da leitura de textos acadêmicos referentes às discussões sobre Gênero e Psicologia, como Sandra Azerêdo (2010), Joan Scott (1989), Judith Butler (2003), Gayle Rubin (1993) e também com uma proposta vivencial; para isso, nos inspirávamos, sobretudo, em Julie Mccarthy e Karla Galvão Adrião (2001).

Ou seja, tanto nos encontros entre docente e estudantes, quanto nos encontros entre o GEVIVE e jovens, discutíamos os textos acadêmicos e facilitávamos oficinas, com grande parte de suas técnicas baseadas no Artpad (MCCARTHY; GALVÃO, 2001). As oficinas eram compreendidas como uma tecnologia social que facilitava o diálogo e a participação efetiva, recursos intelectuais, emocionais e culturais de um grupo de forma participativa e criativa, oferecendo possibilidade de conscientização de situações, por exemplo, de opressão (MCCARTHY; GALVÃO, 2001).

Desse modo, considere que, entre contextos considerados, geralmente, como desesperança-**dores**, estão justamente os daquelas pessoas jovens egressas de processos de institucionalizações, mais especificamente, aqui, do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas.

Para William Pereira (2007), nós, humanos, nos instituímos, ou seja, criamos as instituições, que estão presentes em qualquer processo civilizatório, visando diminuir o estado de desamparo, inerente à condição humana. Segundo o autor (2007, p.02):

[...]Espera-se que as instituições criem estruturas razoáveis de apoio para apaziguar as sensações de caos absoluto e destrutividade das relações. As grandes formações culturais têm como função proporcionar, num mundo feito de linguagem, estruturas de apoio[...]

No entanto, é improvável não lembrarmos de Michel Foucault (1977) ao perceber que muitas instituições, representantes de um regime de poder disciplinar criado no século XVIII com apogeu no século XX, funcionam, sobretudo, para o controle e docilização de determinados corpos. Assim, é notório, tanto com relação às pessoas jovens em situação de abrigo, como em relação às pessoas jovens tidas como autoras de ato infracional, que operam, com muita força, a lógica da punição, da disciplinarização e do enclausuramento (MOREIRA et al., 2015). Isso porque as próprias instituições delegadas à proteção e educação funcionam, muitas vezes, como dispositivos violadores de direitos, como denunciam Livia Nascimento, Alessandra Lacaz e Marilisa Nascimento (2010)

No Brasil, existem cerca de 26 mil jovens, sobretudo meninos, pobres e negros, incluídos no sistema de medidas socioeducativas para as quais existem aproximadamente 470 unidades de atendimento socioeducativo no país (BRASIL, 2018). Tais medidas são aplicadas a pessoas entre 12 e 18 anos incompletos, a quem se atribui a prática de atos infracionais (MOREIRA et al., 2015). Dentre elas, para fins da realização desta Pesquisa, consideramos mais especificamente as de semiliberdade e internação¹², que estão entre aquelas que concentram o maior número de jovens no país.

Já em relação às medidas socioprotetivas¹³, que podem ser aplicadas de zero até os dezoito anos, no Brasil estima-se que aproximadamente 46 mil crianças e jovens estejam em cumprimento de medida de acolhimento institucional distribuídas entre 4 mil entidades acolhedoras no país. Dentro dessa população (des)abrigada no país, a maioria é de meninos, negros e pobres, com idade entre 7 e 15 anos (BRASIL, 2017).

Entre as medidas socioprotetivas, foi destacada aqui a condição do abrigo, que é tida como uma medida de caráter excepcional, temporária e não privativa de liberdade. Apesar de tais pressupostos encontrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2017), o abrigo é caracterizado não só pela sua não transitoriedade encontrada na usual permanência de jovens até a maioridade, como pela permanência da “cultura do internato” de modo geral.

Assim, as políticas de medidas que visam proteger e educar crianças e jovens, apesar dos muitos avanços construídos, no sentido de promover cuidados e direitos para tais pessoas, ainda apresentam problemas graves ligados a diversas formas de violências institucionalizadas. Nesse sentido, é preciso analisar os efeitos que a aplicação de uma lei vai produzindo (NASCIMENTO, LACAZ, TRAVASSOS, 2010) também nos planos discursivos, uma vez que eles demonstram como uma política pública afeta a sociedade e, em específico, seu público-alvo, bem como demonstra Jaqueline Moreira (et.al, 2015).

Assim, pesquisas sobre jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil apontam para muitas dificuldades enfrentadas no processo de ressocialização juvenil.

¹² Outras medidas socioeducativas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) são: advertência; obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade.

¹³ De acordo com o artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as medidas de proteção se dividem em: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar; colocação em família substituta.

Como afirmam diversos estudos como o de Carolina Ritter (2010), Marcela Andrade e Vanessa Barros (2018), este grupo sofre com os estigmas e condições de vulnerabilidade que, infelizmente, muitas vezes não deixam de existir após os momentos de institucionalização.

Além do estigma, são jovens com baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação profissional e com baixa possibilidade de acesso ao mercado formal de trabalho (RITTER, 2010). Além disso, no Brasil, estima-se que a reincidência no crime de jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas é de 20 por cento, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2019).

Inclusive, quando os dados são sobre reincidências nas instituições, em Pernambuco e em São Paulo, os números são bem maiores. Em Pernambuco, 47,2 por cento dos jovens da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), tanto em regime de internação, como em regime de semiliberdade, são reincidentes na instituição (FUNASE, 2020). Já em São Paulo, o número vem aumentando: mais de 60 por cento são reincidentes na Santa Casa (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017).

É preciso refletir sobre esses dados, pois eles apontam para um ciclo de (re)institucionalização que nos diz sobre uma perpetuação dos muros em torno de determinadas juventudes, sobretudo negras e pobres. Nesse sentido, esse ciclo parece funcionar como um “cobertor de violência” que envolve esses corpos, “intra” e “extramuros”. Ou seja, o cobertor, que supostamente protege, é o mesmo que aprisiona.

A situação de jovens egressos do cumprimento de medidas socioprotetivas também é preocupante no Brasil. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, apesar de Pernambuco estar como quarto estado que mais promove adoções no Brasil e ser considerado um destaque no país em relação ao número de adoções chamadas “tardias” (a partir dos três aos 17 anos), apenas 12 por cento dos pretendentes pernambucanos adotariam crianças com mais de sete anos (BRASIL, 2019).

Na cultura da adoção, o mais comum é a busca por bebês, por diversas razões. As principais delas são o preconceito de que adoções de crianças mais velhas serão sinônimo de fracasso e adoção de bebês, de sucesso, além do fato da adoção ainda ser muito procurada por pessoas “inférteis” que optam, assim, pela adoção de bebês, como mostram Cristina Dias, Ronara Silva e Célia Fonseca (2008). Nossa cultura não preconiza, assim, que a adoção é um processo que deve acontecer todos os dias, em todas as etapas da vida, entre pessoas consanguineamente vinculadas ou não: é preciso adotar as diferenças para amar a alteridade.

Assim, muitas vezes, jovens ficam “desabrigados” em relação aos cuidados do Estado com educação e saúde, distantes da sociedade e das configurações hegemônicas de “famílias”

em geral. Embora nada disso impeça que construam seus vínculos familiares dentro das próprias instituições, o que é notório é que a grande maioria da juventude institucionalizada no Brasil está distante da efetivação de seus direitos fundamentais. Desse modo, compreendo que jovens egressos de uma vivência de “não adoção” e/ou “rejeição” podem adotar e/ou rejeitar diversas estratégias em suas existências. Afinal, ao se tornarem egressos e completarem a maioridade, vivenciam, muitas vezes, mais separação e quebra de vínculos que tendem a ser desesperançadoras.

Para tentar nos aproximar, portanto, das narrativas sobre (des)esperança entre pessoas jovens cis egressas de processos de institucionalizações, caracterizamos o método desta pesquisa como uma *inter-invenção-psicanalítica-contracolonial-feminista*. Para a construção dos dados, o tipo de entrevista específico utilizado foi o da entrevista narrativa, e nos baseamos em Camila Muylaert et al. (2014).

Apostamos que a possibilidade de narrar o vivido exige um esforço de simbolização que pode, assim, ter efeitos terapêuticos. A narrativa se enraíza e se multiplica no outro, e é necessariamente constituída e mantida pela relação com o coletivo. Nelas, as histórias se constroem na interação, na troca e no encontro intersubjetivo entre pesquisadora e *interlocutores*.

Desse modo, realizamos entrevistas com as cinco pessoas jovens cis egressas do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas através de dois encontros com cada uma delas. Um roteiro de entrevista envolveu o uso de imagens de um jogo de cartas chamado Dixit¹⁴, e também a construção, realizada por mim e por uma ilustradora, de uma história em quadrinhos. A construção da história em quadrinhos serviu como tentativa de inter-vir através do bordear e (des)enquadrar os eventuais pontos de esperança “pescados” naquelas escutas.

Dessa forma, promover o rompimento da lógica assistencialista e violenta do Estado se torna ainda mais relevante quando sabemos dos possíveis impactos subjetivos construídos nessas relações entre instituições e juventudes pobres e negras. Assim, se aproximar das narrativas sobre (des)esperança entre pessoas jovens, em geral, afastadas dos modelos hegemônicos de família e/ou consideradas transgressoras da lei, é algo que considero digno de reflexões e análise.

Ou seja, as dinâmicas de violências de direitos, físicas e simbólicas, cotidianamente, vivenciadas por pessoas jovens tuteladas pelo Estado no Brasil torna necessária a compreensão de suas (sobre)vivências como rasuras no tecido sócio-político de um país colonizado.

¹⁴ As informações sobre este jogo estão situadas no método, a partir do tópico “O elemento “Dixit”: Estética da (des)esperança.

Compreendo que são as rasuras que nos permitem simbolizar as desigualdades em vez de negá-las: é que tais rasuras se emendam, justamente, na esperança.

Assim, ao longo, portanto, desta Pesquisa, considerando uma relação de cuidado indispensável formada pela ideia de um ambiente não só facilitador, como apontou Winnicott (2011), mas também aquilombador¹⁵, entendemos que o ambiente colonial é promovedor de abandonos subjetivos. Dessa forma, construímos a seguinte tese: *a habilidade do esperar, formada pela união do princípio esperança e da esperança como afetação (“medança?”) está, em geral, comprimida (mas não eliminada) entre pessoas jovens cis egressas de institucionalizações, uma vez que se encontram distantes de ambientes facilitadores-aquilombadores e, portanto, sob condição traumatógena.*

Como tentativa de argumentá-la, mas, ao mesmo tempo, tensioná-la, organizamos os seguintes tópicos de discussão a seguir: o conceito de ambiente e a “coletividade suficientemente boa”: privação e cura pela esperança; pessoas jovens cis egressas do cumprimento de medidas socioeducativas; pessoas jovens cis egressas cumprimento de medidas socioprotetivas; o conceito e os tipos de esperança: *o princípio esperança e a medança*; sobre depressão, desesperança congênita e pessoas jovens tuteladas pelo Estado: possíveis relações; traumas racistas e juventudes institucionalizadas; as desigualdades de raça e de classe na pesquisa: a escravizante deformação narcísica-subjetiva branca; entre jovens corpos negros institucionalizados e algumas questões de gênero e sexualidade; juventudes “drapetomaníacas” ou esperançosas: possibilidades de subversões dos jogos de poder e um breve resgate da Literatura.

Após isso, foram detalhadas questões epistemológicas-metodológicas da perspectiva *inter-invenção-psicanalítica-contracolonial-feminista*, realizadas as análises das entrevistas das pessoas interlocutoras, assim como uma síntese delas para, finalmente, apresentarmos as considerações finais.

2 O CONCEITO DE AMBIENTE E A “COLETIVIDADE SUFICIENTEMENTE BOA”: PRIVAÇÃO E CURA PELA ESPERANÇA

Acordei com vontade de chorar, mas eu não queria que os outros colegas de cela me vissem triste por não ter conseguido ver minha mãe antes de ser sentenciado a seis meses. Antes de tudo, o que me deixava frustrado foi não ter oportunidade de poder ver minhas irmãs, poder dar um abraço nelas, não pude ter nada nem ligar pra minha mãe pra dar a notícia. Isso me deixa muito triste. Porque eu queria ouvir a voz dela mesmo que fossem dois segundos ou pelo menos um, só pra dizer que eu a amo demais, pedir desculpa por não ter dado ouvidos a ela. Eu só queria dar um abraço e dizer que eu a amo muito, e que quando eu voltar pra casa eu vou mudar, vou ser outra pessoa, que não vou fazer ela chorar.

R.V, 16 anos, enquanto cumpria medida socioeducativa na Funase.
Trecho do livro “Diário de uma tranca”, organizado pela psicóloga Jedivam Conceição (2020, p.09).

A esperança, não só como *afetação* do tipo predominantemente eufórica, mas como *princípio* organizador da vida psíquica, é condição de (re)existência subjetiva. E, como qualquer outro tipo de princípio ou afetação, não se constrói sozinha, e sim na relação com a alteridade. Ou seja, para desenvolver o esperar, é preciso estar em redes de relações suficientemente seguras: é preciso estar em um ambiente facilitador (WINNICOTT, 2011).

O conceito winnicottiano de ambiente facilitador se refere a um tipo integrador de vinculação, e não desintegrador¹⁶, ou seja, é aquele que oferece as condições necessárias para o crescimento do indivíduo, onde ele consegue *integrar-a-dor a sua continuidade de ser*, sem se destruir. O ambiente facilitador (que facilita a simbolização da dor) é necessariamente um ambiente relacional (e simbólico), formado por figuras e formas de cuidado, no qual é promovida uma continência emocional. Esse processo é denominado, por Winnicott (2011), de “cuidar-curar”.

Em Psicanálise, acreditamos que compreender o sofrimento psíquico como evento singular significa abordá-lo numa perspectiva do cuidado, e não da cura (CAVALCANTI, 2005). Ao menos, não no sentido de cura como sinônimo de eliminação de sintomas, como no caso da Medicina. Podemos então tentar subverter a ideia de cura, concebendo-a como sinônimo de um certo apaziguamento da relação com as feridas subjetivas, o que quer dizer, ao mesmo tempo, uma aceitação da nossa condição humana de sofrer, afinal, é o sofrimento que nos humaniza.

¹⁶ Para Winnicott (2011), há um diferença entre a *desintegração* (intenso sofrimento não simbolizado, não “traduzido”) e aos momentos que vivemos de *não-integração*, que podemos experimentar durante o repouso, relaxamento. Os estados de *não-integração*, diferentes dos estados de *desintegração*, estão intimamente associados à criatividade e portanto à vida saudável.

Aqui, é indispensável lembrar mais uma vez que, para a Psicanálise, a compreensão do sofrimento psíquico se dá, necessariamente, no espaço intersubjetivo. Afinal, “o processo maturacional, por si só, não pode conduzir o indivíduo através do seu processo de se tornar indivíduo” (WINNICOTT, 2011, p.113), uma vez que não é possível nem mesmo vida humana fora de uma relação primária de cuidado.

O processo “cuidar-curar” é compreendido como uma extensão da ideia de ‘segurar’, que começa desde o bebê no útero (WINNICOTT, 2011). Esse “segurar”, físico e também simbólico, está no cerne dos polêmicos conceitos de “preocupação materna primária” e da construção das três condições para uma “mãe suficientemente boa” *holding, handling e apresentação aos objetos*) de sua teoria maturacional do desenvolvimento humano.

De acordo com os diferentes graus de dependência do bebê, as figuras mais significativas de cuidado vão ser imprescindíveis para o seu desenvolvimento e sobre isso. No caso, ao praticar o *holding* (“o segurar”), o objetivo é ofertar segurança física, subjetiva, o fortalecimento e integração do bebê. É essa integração que leva o bebê a uma categoria integrada, antes indiferenciada do outro, “eu” (WINNICOTT, 2011), num estado de dependência absoluta de um outro para sobreviver.

Não podemos esquecer, afinal, que a referência psicanalítica “concebe a subjetivação a partir de uma relação primária de indiferenciação entre eu e outro” (CAVALCANTI, 2005). Sobre o *holding*, assim, Winnicott (1999, p.15) destaca como “os bebês são realmente muito sensíveis à maneira como são segurados, o que os leva a chorar com algumas pessoas e a ficar calmos e satisfeitos quando no colo de outras, mesmo quando são ainda muito novinhos”.

Na continuidade das condições para uma “mãe suficientemente boa” e do processo de desenvolvimento e diferenciação do bebê, está o *handling* (“o lidar”). Essa “tarefa” está ligada ao desenvolvimento da dependência relativa do bebê ao ambiente. Consiste na necessária forma cuidadosa de manusear o corpo do bebê, e, ao mesmo tempo, nomear esse corpo. Por isso, é aí onde há a personalização do ser. O *handling* se relaciona com a maneira como o bebê é tratado, cuidado, manipulado. Ele resulta também na construção do corpo como uma unidade para o bebê, e não uma coleção de membros soltos, como destacam Madeleine Davis e David Wallbridge (1982).

Assim, o *handling* se faz presente quando a pessoa que faz uma função de “mãe” apresenta e reapresenta o corpo e a psique do bebê um ao outro, o que constrói justamente uma “personalização” da futura criança (do corpo difuso de bebê, vai se construindo um ser único, com características singulares). Winnicott (1970 *apud* DAVIS & WALLBRIDGE, 1982, p.118) explica que tal tarefa pode ser difícil se no bebê a mãe vê algo que a deixa culpada,

envergonhada, assustada ou *desesperançosa*.

O destaque para a palavra *desesperançosa* foi para mostrar como é importante que, desde cedo, o bebê possa sentir que sua própria existência mobiliza estados subjetivos de esperança. Ainda que não seja uma relação de causa e efeito, consideramos a intensidade com que se inscrevem na psiqué essas primeiras vivências subjetivantes e, portanto, sua participação na construção da habilidade futura do esperar.

Por fim, como terceira tarefa, está a apresentação aos objetos, que consiste basicamente no estímulo à capacidade do bebê de interagir com os objetos substituíveis à família, o que será a base para o início das relações interpessoais (WINNICOTT, 2011). É aí onde vemos um deslocamento dos investimentos criativos da relação do bebê com o seu primeiro espaço de socialização, a família, para o início das relações interpessoais. Sobre esse período “Uma vez que essas coisas tenham se estabelecido [...] a criança se torna gradativamente capaz de se defrontar com o mundo e todas as suas complexidades, por ver aí, cada vez mais, o que já está presente dentro de si própria”, afirma Winnicott 1993/2007, p.87).

Ao discorrer sobre a tarefa de apresentação aos objetos, início das relações interpessoais na vida de uma criança, afirma que o uso que o bebê faz do ambiente não humano depende de um uso anterior de um ambiente humano (WINNICOTT, 1968, *apud* DAVIS & WALLBRIGE, 1982, P.119). Ora, sabemos que existem os ambientes “humanos” desumanizados, a partir da cisão entre os considerados humanos e os não humanos que envolve raça e gênero na colonialidade (FANON, 2008; LUGONES, 2014).

Desse modo, como seriam essas apresentações aos objetos quando a própria criança se sente objetivada, sendo cuidada diretamente por pessoas de quem retiramos, cotidianamente, sua humanidade? Ou seja, nesses casos, muitas vezes, envolvidos nas trajetórias das pessoas interlocutoras desta pesquisa, como esperar?

É importante lembrar que para operar com a teoria winnicottiana e refletir sobre essas e outras questões, é preciso considerar que a “maternidade suficientemente boa” é necessariamente, um trabalho considerado coletivo pelo autor, e, acrescento, não como sinônimo do trabalho de uma mãe biológica e/ou mulher cisgênera heterossexual. Ou seja, se aproxima mais da ideia de uma “mãe situacional”. Nesse sentido, propus uma brincadeira com o famoso conceito para “coletividade suficientemente boa” no título deste tópico.

Isso significa dizer que a principal pessoa envolvida nessa função, precisa ter, no mínimo, vínculos satisfatórios (mediados por alguém da família, alguma relação de amizade, pelo acesso à educação, pelos serviços de saúde, pela sociedade, pelo Estado) que a permitam ter condições subjetivas para esse “maternar”. No entanto, ainda assim, são muitas as tensões

entre as correntes consideradas maternantes da Psicanálise e o feminismo.

Sobre essas tensões, talvez a noção de “preocupação materna primária” talvez seja o conceito mais controverso. A partir dele, Winnicott (1968) afirma que o ser-mãe deve experimentar um estado de “quase doença” “fusional” com o bebê, para poder dar conta de interpretá-lo, uma vez que este ainda não fala. A ênfase na abdicção, considerada necessária por ele, das outras relações da mãe com o mundo para além do bebê, fazem com que o autor seja criticado por centralizar demais o cuidado infantil na figura materna, como colocam, por exemplo, Jonathan Miranda, Alberto Timo e Fábio Belo (2019). Outros problemas entre as discussões feministas e a Psicanálise foram discutidos mais adiante, no tópico: “Entre jovens corpos negros institucionalizados e algumas questões de gênero e sexualidade”.

Assim como reformula a noção sobre ambiente, Winnicott subverte o conceito de depressão psiquiátrica, além do sentido de “personalidade anti-social” na sua obra. Para ele: “A característica da tendência anti-social é o impulso que dá ao menino ou à menina para que voltem à condição ou ao momento de privação” (WINNICOTT, 2011, p.8). Ou seja, ainda que fora de uma relação de causa e efeito, uma falha na base do “ambiente maternante” pode acarretar na construção da tendência antissocial (SILVA, SILVA, FALCÃO, 2019).

Para Winnicott (1987), nesses casos de privação de um ambiente facilitador, a pessoa poderá buscar a “cura”, de modo hostil e destrutivo na relação com o mundo. Desse modo, privado de um ambiente facilitador para a saúde, *a “delinquência” pode se tornar uma saída subjetiva para o esperar.*

Ou seja, ele reinterpreta o comportamento anti-social como manifestações de “esperança renascente”, quando o próprio comportamento anti-social atinge em primeiro lugar: ou quem ofereceu o holding e acolheu, para propiciar uma nova esperança ao sujeito em privação ou a si mesmo, numa autodestruição para tentar uma oportunidade de ser cuidado em um ambiente mais favorável (FIGUEIREDO, 2003). Na passagem a seguir, Winnicott (2011, p.83) resume o processo:

[...] Uma criança que tenha sido submetida a tal privação sofreu inicialmente uma ansiedade impensável, e então reorganizou-se gradualmente, até atingir um estado razoavelmente neutro: fica concordando com tudo, pelo fato de que uma criança não pode fazer nada mais além de concordar. Tal estado pode ser razoavelmente satisfatório, do ponto de vista das pessoas que dirigem o local. Então, por uma razão ou outra, começa a surgir a *esperança*; isso significa que a criança, sem ter a menor consciência do que está ocorrendo, começa a sentir um impulso de voltar para antes do momento da privação, e assim desfazer o medo da ansiedade impensável ou da confusão que existiam antes que se organizasse o estado neutro...toda vez que as condições fornecem um certo grau de novas esperanças, então a tendência anti-social transforma-se numa característica clínica: a criança torna-se difícil.

Num ambiente que propicia um “segurar” satisfatório, o resultado é uma continuidade de existência que se transforma num *senso de existir* (WINNICOTT, 2011)., em que a esperança se fortalece como princípio. Caso contrário, afirma Rocha (2007), que o futuro pode deixar de representar uma mensagem de esperança para ameaça de destruição ou desespero.

Assim, ao compreendermos a coletividade como inerente ao conceito de ambiente facilitador, vemos que essa *segurança para o senso de existência* encontra-se, muitas vezes, distante dos vínculos construídos (e destruídos) com jovens criminalizados, ameaçando a habilidade da *cura pela esperança fora de uma relação de conflito com a lei*.

No contexto do cumprimento de medidas socioeducativas, o que se observa, de forma geral, é a manutenção do caráter repressor do antigo Código de Menores (1979). Ou seja, é notória a perpetuação de ciclos de violências praticadas pelas próprias dinâmicas institucionais. Entre elas, circula o imaginário da inimizabilidade, além da manutenção dos estereótipos junto à indissociabilidade entre criminalidade, negritude e pobreza.

Ou seja: a aplicação de medidas socioeducativas pouco tem contribuído para a construção de novas condições de afirmação das existências juvenis para além do crime (MOREIRA et al., 2015). A seguir, vemos como os processos de institucionalização se relacionam com as dificuldades encontradas pelas pessoas egressas do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas.

3 PESSOAS JOVENS CIS EGRESSAS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

De acordo com Pereira (2007, p.03), a construção de instituições, numa visão psicanalítica, se liga a ideia de buscar, através do trabalho da linguagem, organizar o mundo social. “Afinal, para que o desejo possa servir à espécie humana e ao esforço civilizatório, ele precisa ser institucionalizado”. Essa visão parte de uma dialética entre “instituinte”, para tudo aquilo representa movimentos, tensões e criatividade (esperança), e “instituído”, como tudo aquilo representa a ordem conservadora da instituição (desesperança como estagnação).

Sabemos como, muitas vezes, a estrutura institucional se coloca a serviço de privilégios e degrada-se ao alimentar desigualdades e violências. Com frequência, se transforma em um instrumento meramente disciplinador, punitivo e destruidor de liberdades democráticas. Ou seja, sendo Pereira (2007, p.04):

A instituição desvirtuada de seu propósito trabalhará para o avesso da liberdade: a servidão. As grandes instituições e organizações geralmente temem a união dos participantes, percebendo-os como possível força de resistência. As fantasias inconscientes institucionais acreditam que a união entre os membros pode destruir a instituição. Isso é freqüente em instituições totais e constituídas de autoridades despóticas. A imposição unilateral de normas rígidas pode sacrificar [...], a própria razão de ser comunitária, que são as pessoas com seus desejos.

Assim, no Brasil, as instituições responsáveis pelas pessoas jovens, tanto as socioeducativas, quanto socioprotetivas, ficam distantes de serem ambientes facilitadores, e muito próximas de ambientes instigadores de revivências de abandonos, traumas e assujeitamentos. Nesses casos, o futuro pode deixar de representar uma mensagem de esperança para ameaça de destruição ou desespero (ROCHA, 2007).

Assim, para Andrade e Barros (2018), o sistema de privação de liberdade no Brasil mantém, instituidamente, a segregação social (e racial) e a pessoa jovem como submissa a uma cultura institucional prisional, que deixa marcas subjetivas.

Nesse sentido, não são apenas pessoas *egressas* das possíveis violências que permeiam o cumprimento de medidas, mas de pessoas *ingressas* em condições prévias de violências, punições, estigmas e fragilizações de vínculos com o Estado e a sociedade civil devido às desigualdades, por exemplo, de raça, geração, classe, gênero e sexualidade. Ou seja, *ingressas em um ambiente que facilita-a-dor e não um ambiente facilitador da simbolização dos afetos*. Desse modo:

Então, os fatores anteriormente descritos – como a invisibilidade, o uso da violência como passaporte para a visibilidade, bem como a falta de perspectivas futuras desses jovens – colaboram para um possível desinteresse destes em trabalhar, até porque, em muitos casos, o retorno econômico desse trabalho não se equipara ao rendimento proporcionado pelo ato infracional, principalmente quando esses jovens se inserem no tráfico de drogas, trabalho ilícito que garante acesso rápido aos bens de consumo desejados por esses adolescentes, que são maciçamente expostos à publicidade como forma de se sentirem pertencentes e aceitos na sociedade. Essa realidade faz com que a comparação entre os rendimentos dos trabalhos lícito e ilícito seja perversa. (RITTER, 2010, p. 52).

Assim, é comum, primeiramente, entre jovens pobres, negros e, sobretudo, identificados com o ethos da masculinidade hegemônica, o *ingresso* para a criminalidade como engodo para tornar-se um *egresso* da condição de invisibilidade social. Vemos também que o momento do cumprimento de medidas supostamente educativas é, sobretudo, punitivo; comumente, a pessoa jovem que *egressa* dessa condição, não sai dela com um *ingresso* para uma vida com seus direitos fundamentais garantidos. Dessa forma, percebemos que o trabalho de tentativa de compreensão das narrativas sobre esperança entre tais pessoas jovens foi árduo diante de determinadas egressões e ingressões, histórias das quais tentamos nos aproximar.

Para Gonçalves (2015), em liberdade, na grande parte dos casos, o que se observa é uma ampliação da pena, além da questão da reincidência na criminalidade e institucionalização juvenil, a partir de um vínculo enfraquecido com a escola e o trabalho e fortalecido com o crime.

Em Pernambuco, os programas Vida Aprendiz e Novas Oportunidades são voltados para oferecer cursos profissionalizantes para jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas, e firmam parcerias com empresas e instituições públicas visando a inserção deste grupo no mercado de trabalho. Em 2019, cerca de 800 jovens foram atendidos pelos dois programas do governo (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2019).

Apesar de ser crescente o número de parcerias dos programas com empresas privadas e órgãos públicos, para Ritter (2010), o Estado ainda não preconiza a situação de jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas. A pesquisadora considera isso um reflexo de uma política clientelista e paternalista, que muitas vezes transfere o dever do Estado de promover os direitos a essa população, para a sociedade civil através de práticas filantrópicas. As políticas sociais se tornam assim insuficientes e agem de forma mais pontual para cuidar dos sofrimentos que estão, em geral, envolvidos na situação de jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas.

3.1 Pessoas jovens cis egressas do cumprimento de medidas socioprotetivas

Os abandonos do Estado e da sociedade civil também podem ser observados nas condições de jovens egressos do cumprimento de medidas socioprotetivas. De modo geral, no Brasil, também há uma deficiência de políticas públicas para jovens egressos de instituições de abrigo. De acordo com Guimarães (2015), é muito recente a preocupação no país com a construção de políticas públicas para a juventude em geral, sendo os principais marcos o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013).

De acordo com Brasil (2013), no Estatuto da Juventude, observamos algumas referências às situações de jovens egressos de instituições educativas e protetivas. Assim, de acordo com o artigo quarto, é dever dos agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventudes:

XI – zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto (BRASIL, 2013, p. 28).

O Estatuto também versa sobre as políticas de segurança pública voltadas para a pessoa jovem. Afirma que se deve adotar “IV – a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário nacional (art. 38, p. 34)”. Assim, segundo o artigo 14 do mesmo Estatuto, o Projovem Adolescente, serviço socioeducativo destinado aos jovens de quinze a dezessete anos que exige, dentre outros, que jovens que participem do referido Programa “II – sejam egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei no 8.069, de 1990”; e “III – estejam em cumprimento ou *sejam egressos de medida de proteção*, conforme disposto na Lei no 8.069, de 1990” (2013, p. 36).

Além do Projovem, existem, no Recife-PE, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Acolhimento em Repúblicas que, por vezes, facilitam o percurso da pessoa jovem egressa da situação de abrigo. O primeiro organiza o acolhimento de crianças e adolescentes que estão sob medida de proteção em residência de famílias cadastradas, com os objetivos de retorno à família de origem ou de encaminhamento para a adoção (RECIFE, 2018).

Já o segundo serviço, oferece moradia subsidiada a grupos de pessoas entre 18 anos e 21 anos em estado de abandono, com vínculos familiares muito fragilizados e sem condições

de moradia e/ou autossustentação. Adultos em processo de saída das ruas e pessoas idosas também são acolhidas no Serviço de Acolhimento em Repúblicas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2018).

No entanto, apesar dos importantes direcionamentos para a garantia dos direitos juvenis, é notória uma necessidade de que o Estatuto da Juventude, por exemplo, possa ser mais específico em relação aos deveres dos abrigos e do Estado com a população que deve ser preparada economicamente, profissionalmente, psicologicamente e socialmente para atingir os 18 anos, idade máxima permitida nos abrigos.

Ou seja, que o Estatuto possa desenvolver mais diretrizes em relação à população que se tornará egressa do acolhimento institucional como medida de proteção. Isso porque, como afirma Leal (2016), a institucionalização de crianças e jovens exige um conjunto de investimentos que possa expandir os lugares subjetivos, tendo em vista a subversão de suas vivências que as vitimizam. Infelizmente:

[...] embora muitas instituições de acolhimento institucional realizem atividades que garantem o desligamento deste jovem das unidades de abrigos de forma gradativa, muitas dessas instituições não apresentam essa preocupação para com o jovem, o que acaba deixando esses jovens sem maiores expectativas fora das unidades de abrigo (GUIMARÃES, 2015, p. 37).

Dessa forma, sobre o abrigamento como tentativa de proteção de crianças e jovens, esse deve ser somente aplicável diante de uma ameaça ou violação de seus direitos fundamentais (FANCHINETTO, 2004). No entanto, em vez de protetor dos direitos de crianças e jovens, o abrigo é, muitas vezes, *infrator* desses mesmos direitos, o que pode ser observado com uma alta frequência.

É comum, por exemplo, a prática de ameaças e punições físicas aplicadas nas instituições, além da restrição das possibilidades de integração do *sujeito* ao grupo familiar (limitações extremas dos horários de visita, por exemplo). É usual também a constatação das repetições de práticas higienistas disfarçadas de cuidado que visam a disciplinarização e homogeneização de seus corpos com o objetivo de manter “a boa aparência” (tolhendo suas singularidades). É frequente também a dificuldade em priorizar o contato com atividades comunitárias de forma geral, o que envolve as barreiras encontradas, inclusive, para levar as pessoas jovens até mesmo aos postos de saúde (NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010).

Assim, apesar das diferenças de enquadre jurídico, sem desvalorizar suas particularidades, é importante traçar o que teriam em comum tais grupos de jovens, que

poderiam ser tidos, à primeira vista das suas nomenclaturas, como quase “opostos”. Um subgrupo que cumpre medidas socioprotetivas, ou seja, o grupo das “vítimas” e outro, o grupo dos “delinquentes/culpados”, que cumpre medidas socioeducativas.¹⁷

Já que este trabalho está pautado no debate Pós-Estrutural, e, portanto, não dicotômico, é preciso, então, flexibilizar essas noções vitimizadoras e culpabilizadoras, até porque são catalisadas por julgamentos morais, incompatíveis com a ética. Ambos os grupos estão desfavorecidos por dinâmicas desumanizáveis praticadas por instituições que ditam como (não) devem esperar.

Portanto, pode ser compartilhado o sofrimento entre tais jovens ligados a uma vigilância institucional de maneira geral: é notório como, entre pessoas jovens pobres e negras, as possibilidades de esperar se tornam uma questão a ser tolhida pelo Estado, Polícia e Justiça. Assim, notamos que, nesses casos:

Há nas instituições silêncios impostos e consciências caladas, em que a autoridade determina as condições e os parâmetros da comunicação. O rompimento desse silêncio contribui para o desmoronamento de restrições, obstáculos que vêm à tona e podem tornar-se reveladores da estrutura institucional e daquilo que chamamos “não saber”, no sentido do desconhecido, do censurado pela força violenta do instituído. (PEREIRA, 2007, p.04)

Isso porque, já nos lembrava Foucault (2001), o apelo à Medicina (Psiquiatria e também à própria Psicologia) será realizado para uma classe privilegiada, e o apelo ao tribunal funcionará como a instância de controle social popular. Nesse sentido, podemos inferir como os discursos científicos são organizados também de maneira classista e no acesso à promoção de saúde do esperar existe, ao menos, uma forte tentativa de limitação, de acordo com os marcadores geracionais, de classe, raça, gênero e sexualidade.

¹⁷ Os casos presentes de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, em geral, são de meninos envolvidos em transgressões ligadas ao tráfico de drogas, de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2016). É importante destacar também que, de acordo com o ECA (1990), medidas protetivas também podem ser aos autores de atos infracionais, de maneira isolada ou cumulativamente.

4 O CONCEITO E OS TIPOS DE ESPERANÇA: O PRINCÍPIO ESPERANÇA E A MEDANÇA

Supõe-se que quem está apegado à esperança, e tem dúvida sobre a realização de uma coisa, imagina algo que exclui a existência da coisa futura e, portanto, dessa maneira, entristece-se. Como consequência, enquanto está apegado à esperança, tem medo de que a coisa não se realize. Quem, contrariamente, tem medo, isto é, quem tem dúvida sobre a realização de uma coisa que odeia, também imagina algo que exclui a existência dessa coisa e, portanto, alegre-se. E, como consequência, dessa maneira, tem esperança de que essa coisa não se realize.

Spinoza

Ao longo deste tópico, vamos considerar dois tipos de esperança: a esperança como princípio organizador da vida psíquica, imprescindível para um funcionamento saudável, conceituada por Figueiredo (2003), chamada de “*esperança-princípio*” e a esperança como estado subjetivo, ou seja, afetação (um tipo de *afeto em ação*), que passaremos a chamar de “*medança*”, neologismo que criamos, justamente, com o objetivo de distingui-la da “*esperança-princípio*”.

Defendo que o verbo *esperançar* seja, justamente, a união exercida desses dois tipos de esperança, no qual a esperança como princípio pode não estar sempre ligada a um estado subjetivo esperançoso (esperança como afetação), mas a habilidade para sentir a esperança como afetação eufórica, surge com muito mais facilidade para as pessoas que vivem com a presença do princípio esperança em sua organização psíquica.

Etimologicamente, “esperança” tem como raiz “*spe*” que significa expandir, ter êxito em um “projeto” físico ou psíquico (HOUAISS, 2013). Na cultura ocidental, o discurso sobre esperança comumente remete à tríade da teologia cristã a partir de uma tradição bíblica: fé, amor e esperança. De forma que, dentro da filosofia cristã, a ideia de esperança acabou sendo enaltecida de forma marcante (ROCHA, 2007). A

Assim, compreendo que a noção de esperança nesse vocabulário religioso seria, portanto, uma forma de alimento para *expansão* da crença religiosa¹⁸, com o objetivo de *ter êxito* no projeto de sustentação de “apostas” no amor incondicional de um Deus-Pai-Todo-Poderoso, o que resultaria na salvação e também de manutenção do poder das instituições cristãs.

¹⁸ É interessante aqui lembrar que, segundo Freud (1978, p. 123): “Para que o abandono da religião aconteça, os homens terão que admitir para si mesmos toda a extensão de seu desamparo e insignificância na maquinaria do universo; não podem mais ser o centro da criação, o objeto de terno cuidado por parte de uma Providência beneficente. Estarão na mesma posição que uma criança que abandonou a casa paterna, onde se achava tão bem instalada e tão confortável[...]”

No entanto, a noção de esperança não encontra o mesmo destaque na Psicologia, Filosofia ou na Psicanálise, sendo um conceito considerado pouco trabalhado (ROCHA, 2007). E foi a partir de noções filosóficas e psicanalíticas que conceituamos a esperança, tanto como *princípio*, como *enquanto afetação*. Dessa forma, assim como Figueiredo (2003), não partimos da noção de esperança como algo ligado à filosofia cristã ou como algo que se refere a um estado consciente de puro otimismo. Nem mesmo de uma esperança necessariamente “temática”, ou ainda como aquilo que tenha, necessariamente, um alvo objetivo a ser conquistado no futuro.

Uma das noções de esperança, portanto, que utilizamos nesta pesquisa foi a da *esperança como princípio*, que é uma condição que opera no plano inconsciente do psiquismo. O princípio esperança não trata de uma vivência ou fantasia do tempo futuro, mas sim de *uma abertura para ele*. Essa esperança “fundamental” é indispensável para a saúde psíquica, algo central na constituição da subjetividade, considerada pela Psicanálise como uma das condições fundamentais na organização do aparelho psíquico. Assim, a esperança como princípio diz respeito à expectativa e possibilidade de continuidade do ser, do existir (FIGUEIREDO, 2003).

No entanto, algumas pessoas podem não desenvolver a esperança fundamental (o princípio esperança) e passam a não suportá-la: criam uma defesa organizada contra a esperança sinalizada por Winnicott (1987). De tanto sentir e não encontrar acolhimento, suporte e palavras para seus sofrimentos, a pessoa renuncia à potencialidade de desenvolver tal tipo de esperança.

A chamada *desesperança congênita* consiste numa radical retirada de investimento do mundo, e está profundamente enraizada no sujeito, comprometendo suas possibilidades de amadurecimento emocional. Se parece com um estado de estagnação, ainda que possa estar camuflado; frequentemente, se liga a subjetivações¹⁹ em que predominam agressividade, apatia, tédio e melancolia (FIGUEIREDO, 2003).

Na *desesperança congênita*, é como se o sujeito não pudesse antecipar mais nada além de um intenso sofrimento psíquico. Ela sustenta uma posição de embotamento da sensibilidade para as dores emocionais (alheia e própria). De modo que “quando não há esperança nesse nível, não se podem formar, a rigor, fantasias de desejo” (FIGUEIREDO, 2003, p.165).

Consideramos, junto com Figueiredo (2003) a existência dos aspectos pulsionais da *desesperança congênita*, ao compreender pulsão como “desvio” das forças consideradas por muito tempo, como “forças” puramente “instintivas”. Ou seja, pulsão como aquela tensão que nos instiga a caminhar (ou correr) para uma infinita variabilidade de relações, com o objetivo

¹⁹ Na visão winnicotiana, a *desesperança congênita*, habitualmente, se liga a quadros psicopatológicos (esquizoides, borderlines, narcisistas) que não foram objetos de estudo desta Pesquisa.

de obter prazer. Desse modo, juntamente com a função social, consideramos que a esperança corresponde a uma função erótica subjetivante, pois sustenta a ligação entre investimento de si e investimento nas relações com o mundo (FIGUEIREDO, 2003).

É muito importante não confundir o nome dado por Winnicott (1958) “desesperança congênita” como sinônimo de “herdada”. Isso porque tal termo se refere a uma falha relacional, e não de origem orgânica. Essa falha consiste na ausência de um ambiente que ofereça continência dos afetos e simbolização para dores. Ela pode ser combinada, assim, com ausência de estados afetivos de esperança, ou de vivências da esperança como afetação, que discutimos a seguir.

Postulamos, assim, que: para viver a esperança como afetação, não é necessário desenvolver o *princípio esperança*, assim como o sujeito pode ter a esperança como princípio, mas não viver num estado “permanentemente esperançoso”. Ou seja, tanto o *princípio esperança* como a *esperança como estado subjetivo/afetação*, podem funcionar de maneira relativamente “independentes”. No entanto, o que aqui consideramos “*esperançar*” é justamente a junção da *organização mental do princípio esperança* colaborando para as *vivências da esperança como afetação*.

Para falar da esperança como afetação, nos baseamos em Spinoza (1992), pois este considera a vida afetiva como aliada e não como obstáculo ao conhecimento. Para ele, o conhecimento é o mais potente dos afetos e conhecê-los racionalmente é o caminho para a liberdade. Vemos aqui, inclusive, uma aproximação com a concepção de sujeito descentrado freudiana, “terceira ferida narcísica” da humanidade (FREUD, 1917). Ou seja, a concepção na qual o “ser humano não é senhor em sua própria casa”, ambas distintas da concepção cartesiana de sujeito governado pela razão, “eixo do universo simbólico da Idade Moderna”, como afirma Rocha (2007, p.265).

O filósofo conceitua afetações aparentemente distantes, e, ao mesmo tempo, mais íntimas como a *esperança* e o *medo*, considerando-as inseparáveis. Spinoza (1992, p. 12) assim reflete que a esperança (*spes*) “é uma alegria instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida”. [...] E que o medo (*metus*) “é uma tristeza instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida” (SPINOZA, 1992, p.13).

Assim, percebemos que, apesar da alegria mais ligada à esperança e da tristeza mais ligada ao medo, notamos também as semelhanças entre os dois conceitos, dadas às instabilidades e desenlaces duvidosos de ambos. Partimos, portanto, da ambivalência inerente aos afetos: ainda que aparentemente “opostos”, estão presentes em uma mesma relação, ao

mesmo tempo. Para ilustrar um pouco esse tipo de afetação e essa mistura de intensidades, podemos refletir sobre a potência da linguagem imagética, por exemplo, construída nos quadros intitulados “A esperança do condenado à morte”, de Joan Miró²⁰, demonstrada nas fotografias abaixo:

Imagem 1 - Quadro 1 de Joan Miró sobre “a esperança do condenado à morte”



Fonte: registro próprio na Fundação Miró

²⁰ Joan Miró foi um importante pintor, ceramista, escultor e gravurista do século XX, nascido em Barcelona, Espanha. Apesar da perspectiva contracolonial promover a ideia de um maior reconhecimento acadêmico e artístico de pessoas de origem do sul do globo, escolhi Miró por sua simplicidade em meio a um assunto tão complexo, e também devido a sua inspiração nas pinturas rupestres, que, segundo ele, deveriam servir para “redescobrir as fontes do sentimento humano”. De modo que considerei que elas pudessem ilustrar de forma bem “primitiva” algo exclusivamente humano: a habilidade de sentir esperança. Dentro dessas limitações, é importante lembrar que apesar da crítica à veneração de autores europeus (ALVES; DELMONDEZ, 2015), a contracolonialidade não se constitui num projeto acadêmico que obrigaria aqueles que a adotassem a citar seus autores e conceitos-chaves, nem se constitui numa espécie de universalismo abstrato (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016). Por fim, uma curiosidade: conta-se que o dia em que o artista espanhol Joan Miró terminou esses quadros, foi o mesmo em que o ditador espanhol Franco mandou executar o ativista catalão Salvador Puich, o último a ser executado pelo garrote vil, conhecido instrumento de tortura.

Imagem 2 - Quadro 2 de Joan Miró sobre “a esperança do condenado à morte”



Fonte: registro realizado na Fundação Miró

Imagem 3 - Quadro 3 de Joan Miró sobre “a esperança do condenado à morte”



Fonte: registro realizado na Fundação Miró

Em todas as imagens, vemos linhas riscadas próximas a uma mancha colorida. As linhas, como não parecem terminadas, em nenhuma das imagens, nos dá a impressão de movimento, caminhada. A mancha colorida nos parece alimento: as linhas ora crescem ao redor dela, no caso, sendo a esperança o núcleo, como no quadro 1.; ora crescem apenas através dela, como que interdependentes, esperança e caminhada, como no quadro 2 ou apenas parecem se aproximar dela em determinado ponto, como no quadro 3.

Essas linhas, como que traçando os caminhos do sujeito, e essas manchas coloridas, como a esperança, co-existem e podem retratar diferentes relações com a esperança, a depender

do momento em que vivemos. É interessante podermos *pensar a esperança como mancha, ou seja, como algo que produz uma marca e, portanto, diferença na vida psíquica.*

Também observamos que, em todos os quadros, a linha é interrompida. Acredito que, de maneira muito simples e elegante, Miró retratou o *paradoxo da esperança*: como somos todos condenados à morte (assim como no título da sua obra), não apenas à morte “real”, mas às mortes subjetivas, o máximo que fazemos são caminhos em que nos moldamos à esperança, sem poder prever exatamente a durabilidade desse processo ou a direção a ser escolhida. No caso de jovens tutelados pelo Estado, sabemos que as condenações às “mortes” em vida são praticadas cotidianamente: em que direções será que construiram suas linhas de vida em relação à presença/ausência da mancha-esperança?

Assim, a partir da ambivalência afetiva e atemporalidade da esperança, voltemos para as ideias de Spinoza (2009), para quem todo medo é uma espécie de tristeza. Não existe, dessa forma, esperança sem alguma espécie de tristeza, tampouco, *não existe esperança sem medo*. O próprio Lacan (1988, apud SAFATLE, 2015, p.69) também defendia: “viver sem esperança é também viver sem medo”. Afinal, a ideia de não alcançar aquilo que desejamos pode nos provocar justamente uma profunda frustração. Mais uma vez, a arte, sendo agora através da linguagem literária, talvez possa ajudar mais do que a acadêmica: “Quando se sente amor, tem-se uma funda ansiedade. É como se eu risse e chorasse ao mesmo tempo. Sem falar no medo que essa felicidade não dure” (LISPECTOR, 1999, p. 62).

É possível compreender, no entanto, que é importante perpetuar um modo de viver em que a esperança enquanto ação, ou seja, o esperar de Paulo Freire (1992) “vença” o medo, já que ambos são sempre acionáveis como estratégias políticas. A esperança e o medo são, portanto, complementares (CASTRO, 2010): elas balizam o controle das instituições sobre nossos corpos.

Assim, ambos os efeitos de sentido que promovem medo e esperança, presentes nos discursos, podem funcionar como estratégias de dominação política. Em qualquer Estado, os seres humanos podem ser controlados, ou seja, conduzidos por algum afeto que a multidão se põe de acordo “por uma esperança ou medo comuns, ou ainda desejo pelo desejo de vingar algum dano comum” (SPINOZA, 2009, p. 47). Assim, o autor defende que uma multidão livre conduz-se mais pela esperança, enquanto que uma multidão subjugada conduz-se mais pelo medo.

As ideias de medo e esperança revelariam um sentido de servir “à segurança do Estado e à tranquilidade da organização civil” (SILVA, 2003, p. 23). Dessa forma, é como se o afeto *esperança-medo* fundasse a obediência e, ao desaparecerem, retirassem o direito de uns sob os

outros (BRAGA, 2017). É possível, assim, ter um indicativo da potência de Estado a partir da intensidade com a qual se manifestam a esperança e o medo (MERÇON, 2012). Nesse sentido, importa refletir sobre a força com que a esperança-medo opera sob as narrativas entre jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas.

Para fins de uma compreensão mais específica tipo de afetação, construímos uma palavra para nos referirmos a tal ambivalência do medo e da esperança: *medança?*²¹. Partimos da aposta de que a dança possibilita a escuta do corpo, o desenvolvimento de ritmos, pulsações e novas posições subjetivas (já que, desde os meus seis anos de idade, a dança me exige entrega e me integra). Portanto, existiu aqui uma tentativa de ser também bailarina com as palavras e suas piruetas.

“*Medança?*” não é, tampouco, um neologismo que pode ser lido com essa interrogação sem propósito. É como entendemos que é sentir esperança: uma espécie de convite que conduz a uma dança prazerosa. Ao mesmo tempo em que há sempre o medo de ser uma pessoa largada no meio do palco e ter, assim, que improvisar os movimentos.

A *medança?* está interligada com a “esperança crítica” (FREIRE, 1992) ou a esperança como resistência, pois pode subverter uma relação de dominação e superar a despolitização e o fatalismo (HESSEL; MORIN, 2012). E, assim, é fundamental entender a sua origem e sua função nas narrativas sobre esperança de jovens tutelados pelo Estado, visto que ela pode ser advinda de uma sedução e submissão, mas também utilizada com fins de proteção, defesa e sobrevivência.

Nesse sentido, apesar de envolver tristezas, carências de conhecimento ou impotências, *a esperança possui uma grande função social* (MERÇON, 2012). E, portanto, subjetiva: uma função de possibilitar a construção de mais ofertas de simbolização e saúde psíquica. Em síntese, defendemos que essas funções favorecem o desenvolvimento do potencial do princípio-esperança e das afetações esperançosas que, co-existindo, formam, idealmente, o que consideramos que é *esperançar*.

Afinal, diante do processo de decolonização das juventudes, precisamos esperançar pela “maior” libertação do medo e para isso, não devemos cultivar uma espera passiva, alimentada por uma ingenuidade despolitizada e alienada. Mas sim lutar por instituições democráticas pautadas por uma ética mais cuidadosa e menos punitiva.

Porém, conforme avança o capitalismo neoliberal e as “juventudes” como uma questão pública, muitas vezes nos direcionamos para elas tanto através da ideia de caridade, de

repressão, paternalismo e/ou criminalização (GROPPO, 2016). Nesse sentido, o ECA (1990) estabelece diferentes medidas que preconizam um novo discurso comparado ao Código de Menores (1979), mas que também opera, muitas vezes, através de instituições de qualidade facilmente violável, com esses mesmos direcionamentos repressores e assistencialistas.

Ou seja, apesar de potentes na oferta de cuidados, muitas vezes, as próprias instituições “educativas e protetivas”, no Brasil, operam como um desserviço à promoção de direitos das pessoas jovens. Tais pessoas são, sobretudo negras e pobres, e muitos danos graves podem ser causados no desenvolvimento desse público (PINA, 2021). Isso, devido aos diversos tipos de violências (físicas, raciais, econômicas, de gênero e sexualidade, morais, enfim, psíquicas) encontrados nessas instituições.

Acreditamos que é através de uma ética da escuta clínica, ou seja, da política do desejo, feminista e contracolonial que podemos buscar alternativas mais esperançadoras através do exercício de uma proteção “[...]fora da repressão, da vigilância, da prisão e do paternalismo desenvolvimentista” (VERGÈS, 2021, p.11). Observemos, então, com mais detalhes, os contextos em que vivem jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil e as possíveis relações com a noção de “delinquência” e com a esperança.

5 JUVENTUDES E (DES)ESPERANÇAS

É possível observar que as noções que relacionam “esperança” e “juventudes” normalmente são encontradas num perigoso discurso adultocêntrico, capitalista, linear, marcado por uma relação de causa e (d)efeito: “*O jovem de hoje é o adulto de amanhã*”. E/ou simplesmente, romantizado, determinista e midiaticizado: “*Criança, esperança*”.

Sabemos que o adultocentrismo atravessa a Psicologia, na qual se difunde a idade adulta como o ápice do desenvolvimento das capacidades humanas (econômica, social, política, intelectual, emocional) através de um viés meritocrático e neoliberal. Nesse sentido: “Vir a ser um adulto maduro, estável e integrante do mundo do trabalho ou vir a ser um desempregado sem família nem rede social, dependeria exclusivamente de cada um e de suas competências individuais”(COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005, p. 07).

Adotar o termo “juventudes” em vez de “adolescência” é uma tática argumentativa (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005; GROppo, 2016; FINE; FOX, 2013) para situar essa categoria sempre em termos políticos, históricos e subjetivos.

Do ponto de vista “científico”, inclusive da própria Psicologia, essa forma hegemônica e “adultocêntrica” de conceber adolescência meramente como “fase transitória” para a vida adulta tende a servir à biologização, patologização²², exclusão, desautorização dos saberes e promoção de sofrimentos (como desesperanças) entre as diversidades juvenis.

Por essas razões, sugiro que, em vez de situarmos a discussão sobre o tema a partir dessa falácia capitalística neoliberal (contida no significante “adolescência”), afirmo que ser “*o jovem de hoje*” já deve ser o bastante para que possa ser investida de cuidados necessários ao desenvolvimento do *esperançar*. Não apenas porque se tornará uma pessoa adulta. Além disso, sabemos que o ser adulto não para de se desenvolver emocionalmente (WINNICOTT, 2011) e que, tampouco, pode ser reduzido ao “jovem do passado”.

É importante destacar que o termo juventudes envolve sim os significados sociais criados a partir de grupos etários homogêneos, embora o marcador geracional não possa corresponder ao etarismo (GROppo, 2016). Ou seja, não corresponde ao simples critério do tempo absoluto, que, embora importante e estratégico do ponto de vista da garantia de direitos, certamente não dá conta das múltiplas diferenças entre pessoas com mesma idade.

Assim como em Galvão et al. (2017), a ideia deste Projeto foi que o debate em torno das juventudes estivesse em atenção aos conceitos de *condição juvenil*, o que envolve sua

²² Winnicott (2011, p.07) também critica a patologização da adolescência, reafirmada pela própria Psicanálise. Para ele: “Um adolescente não deve ser curado como se fosse um doente[...] isso não implica negar que possa haver doença durante o período da adolescência”.

dimensão histórica e geracional, ou seja, as maneiras como tal condição pode ser vivida. Mais especificamente, nesta Pesquisa, foi preciso considerar as ideias de *condição e situação juvenil egressa do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas* em relação às narrativas *sobre esperança a partir dos demais marcadores que foram considerados (classe, raça, gênero e sexualidade)*.

Num breve resgate à historicidade da condição juvenil, Groppo (2016) ressalta que, desde o fim do século XVIII e mais propriamente a partir do século XIX, a juventude se torna uma questão “pública” devido aos efeitos da aceleração da urbanização produtores da noção de “delinquência juvenil” junto à modernização. Nessa onda de modernização capitalista, encontramos as exigências para que jovens se tornem produtivos, como afirmam Thaís Serafim, Frank Mezzomo e Cristina Pátaro (2016) e, também para consumam determinados produtos, como destacam Cecília Coimbra, Fernanda Bocco e Maria Lívia do Nascimento (2005).

Não é por acaso que a institucionalização das juventudes modernas vai envolver aspectos como proteção ao trabalho, leis eleitorais, penalidades criminais, maioridade, pensões ligadas aos direitos e deveres juvenis, como sinaliza Antônio Groppo (2016). Já nos anos 60, existem diversas reformulações pensadas a respeito da questão das juventudes, através, por exemplo, dos movimentos estudantis e da contracultura. Dessa forma, de maneira geral, é possível tentar definir juventudes como uma: “*categoria relacional usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. Opera no âmbito do imaginário social, é um elemento estruturante das redes de sociabilidade*” (GROPPO, 2016, p.11).

No entanto, enfatizar as singularidades envolvidas no marcador geracional juvenil não significa adotar a negativa na qual não existiria um “ethos adolescente” (que precisamos decolonizar) muitas vezes adotado pelas pessoas jovens, que constroem aí processos de identificação. Segundo Groppo (2016, p.12): é justamente “[...]no movimento de naturalização da juventude pelas ciências e saberes modernos que acontecia a própria criação das juventudes modernas”, não sendo possível sairmos “ilesos das ondas da modernização”.

Afirmo também, a partir de vivências na clínica psicanalítica com crianças, tanto nos atendimentos em grupo, como nos atendimentos individuais, que, *assim como nas juventudes, na infância* existem contextos de violências em que a *habilidade para o esperar é suspensa, machucada, comprimida e/ou subdesenvolvida*. Entre esses contextos em que não podemos afirmar uma associação direta entre os termos “criança, esperança”, muitas vezes, encontramos as histórias de pessoas jovens tuteladas pelo Estado.

Acerca disso, Raquel Acioli, Alice Barreira e Maria Luiza Lima (2021) traçaram, recentemente, um panorama da situação de crianças e adolescentes que *vivem dentro dos serviços de acolhimento no Recife-PE*. Objetivaram, entre outros, avaliar a estrutura e o processo dos serviços, analisar as características dos adolescentes com relação a sexo, idade, doença grave, deficiência, vínculo familiar, motivo de entrada e saída no serviço. Ao buscarem na literatura os fatores de risco para o desenvolvimento de *adolescentes acolhidos*, encontraram, como alguns dos principais: *discriminação racial, de gênero, de classe e a presença de depressão*, além de “comportamento de delinquência” e ruptura dos vínculos com a família.

Comentamos, a seguir, brevemente sobre esses marcadores e nos aprofundamos, primeiramente, na questão da depressão e da desesperança congênita. Ao longo dos demais capítulos, problematizamos os demais marcadores, a saber: questões ligadas à raça, classe, gênero, sexualidade, além da noção winnicotiana de privação, delinquência e esperança. Consideramos, assim, que esses fatores estão todos interligados nas histórias de pessoas jovens (des)acolhidas pelo Estado, engendrando vulnerabilidade psíquica e possivelmente comprimindo a habilidade de esperar.

6 SOBRE DEPRESSÃO, DESESPERANÇA CONGÊNITA E PESSOAS JOVENS TUTELADAS PELO ESTADO: POSSÍVEIS RELAÇÕES

[...]Sobre a clínica psicanalítica das relações raciais...há muito passado pela frente!

Fabiana Villas Boas

Quando pensamos na “falta de esperança”, é comum nos remetermos à ideia de depressão: a imagem de um sujeito deprimido é, aí, facilmente acionável, como observa Figueiredo (2003). Dessa forma, foi necessário aprofundar a discussão sobre depressão, diferenciando-a da chamada “desesperança congênita” (WINNICOTT, 1958) e suas possíveis relações com esperança de pessoas jovens egressas de tutelas do Estado.

No Brasil, alguns aspectos são apontados como potencializadores para a depressão, como: se identificar com o gênero feminino, ter um baixo nível socioeconômico, ser uma pessoa negra e vivenciar perda ou afastamento da família (DELL’AGLIO & HUTZ, 2004).

Observemos, primeiramente, como, nesses mapeamentos, estão presentes os marcadores raciais e econômicos, existindo na pobreza e mais especificamente, na negritude, enormes prejuízos psíquicos envolvidos nas repressões de suas emoções, como defende bell hooks (2015), além da desvalorização da auto-imagem e qualidade de vida em geral, como mostram Marcus Eugênio Lima & Jorge Vala (2004).

Interligado com raça e classe, aparece também o gênero feminino como potencializador de risco para a depressão. Isso interpretamos como um reflexo das próprias dinâmicas de gênero que violentam, patologizam e manicomializam mais “o feminino”; além de subnotificarem o adoecimento psíquico do “masculino” (ZANELLO, FIUZA, COSTA, 2015). Por fim, o fator da própria perda ou ruptura com a família, o que é algo emblemático na história de muitos jovens em cumprimento de medidas. Sendo esses fatores, portanto, os que mais “deprimem” jovens tutelados pelo Estado, seriam também os que mais dificultam o *esperançar após se tornarem egressos dessa tutela?*

Apesar desses dados estarem possivelmente ligados a uma concepção de “depressão” no vocabulário da Psiquiatria, este não foi o mais explorado nesta Pesquisa, uma vez que trabalhamos com as reflexões psicanalíticas sobre “depressão” a partir de uma necessária problematização da relação midiaticizada entre “criança, esperança”. A saber: consideramos, aqui, também que “criança” significa um modo de ser e sentir que ultrapassa a infância. Está

dentro de jovens, adultos, idosos, na medida em que: “No mais profundo do nosso ser, nós permanecemos crianças, e permaneceremos por toda a nossa vida. Arranhe o adulto e você encontrará a criança” (FERENCZI, 1909/1991, p.98).

Assim, diferente de uma relação direta com a definição nosográfica dos manuais de Psiquiatria (baseada num “check-list” de sinais e sintomas), a definição de depressão²³ em Psicanálise promove outras formas de compreensão sobre o fenômeno, certamente, como afirma Urania Peres (2010), bem menos “esterilizadas” do que os rótulos diagnósticos da Medicina.

Aqui, inspirada sobretudo em Figueiredo (2003) e Winnicott (2011) tratamos *depressão* como algo que se relaciona com *a compressão da esperança como estado subjetivo*, e da *desesperança congênita* como algo que se relaciona com a *ausência da esperança como princípio*. Ambas as compreensões, tanto acerca da depressão, como acerca da desesperança congênita, estão mais dedicadas à tentativa de escutar palavras sobre os fenômenos de modo singular.

Uma vez que já nos remetemos à esperança congênita no capítulo anterior, referente à depressão, sabemos como o psicodiagnóstico pode ter um efeito iatrogênico: muitas vezes serve como uma muleta, “terceira perna” e/ou “encurta conversas” (OLIVEIRA; SILVA, 2006) sobre o sujeito (“não posso, sou depressiva/o”). Assim, apostamos na visão psicanalítica sobre depressão, pois ela nos ajuda a lembrar que é sempre necessário, de fato, escutá-la. Quase que uma recomendação, de não esquecermos de “interrogar”: “E como é *a sua* depressão?”.

Dessa forma, em Psicanálise, a depressão está no terreno simbólico do psiquismo. É sinônimo de uma forte compressão libidinal, um atributo da impossibilidade (ainda que passageira), implica em ter algo do sentido do viver subtraído, bem como da habilidade

17 Sem necessariamente uma preocupação com o diagnóstico diferencial, *melancolia e depressão* tem sido muitas vezes empregados como sinônimos (MENDES et.al,2014; PERES, 2010). No entanto, alguns autores e autoras diferenciam, assim como Freud, melancolia de depressão: é comum que a Psicanálise privilegie o termo melancolia e nos confronte com essa dificuldade terminológica (PERES, 2010). Para Freud, a melancolia se liga a uma *psiconeurose narcísica* e a depressão é como *um sintoma* que pode estar presente em qualquer *organização psíquica*. Ele diferencia “luto e melancolia” justamente quando explica que, no luto, a perda pode ser nomeada e se torna consciente, já na melancolia, trata-se de uma perda inconsciente e *não simbolizada*. Desse modo: “Ao se deparar com a perda, real ou ideal, o melancólico regride a um estágio anterior no seu desenvolvimento, no qual houve uma ferida narcísica, ficando paralisado, impossibilitado de realizar o luto, uma vez que há uma retração da libido de volta ao eu. O melancólico se identifica com o objeto perdido”, nos explica Mendes et. al (2014, p.426). Daí, portanto, a relação com o narcisismo e a melancolia. Em outras palavras, no luto “[...]a dor da perda é sustentada pela esperança, enquanto, na melancolia, ela é vivida na ausência da esperança e na dor do desespero”(ROCHA, 2007, p.268)”. Por fim, como considera Peres (2010), entre melancolias e depressões (no plural), vivemos uma época em que a tristeza, desesperança e o desencanto que tomam proporções gigantescas. E como a “depressão” é a expressão dominante em nossos dias, optamos, estrategicamente, por problematizar este *mesmo termo* em vez de oferecer outro já carregado de tantas confusões conceituais, como é o caso do termo “melancolia”.

representativa (DELOUYA, 2008). Ou seja, acreditamos que a *depressão é derivada da compressão (e não exclusão) da afetação esperança, ou seja, da esperança como estado subjetivo*, que denominei como “*medança*”.

É então algo que resulta num *desencanto* com as possibilidades de realização de desejos e, portanto, com o prazer de “ser”/ “estar” no mundo; até o ponto em que pode haver um *desencontro* do sujeito com o próprio desejo. O efeito é doloroso no plano dos afetos e no plano representativo: se formam, de alguma maneira, a desvitalização tanto da linguagem, como dos sentidos (DELOUYA, 2008).

Assim, compreendo que, na depressão, há dificuldade em reconhecer os afetos e compromete-se o prazer de falar, cheirar, tocar, ouvir, olhar, degustar. Normalmente, temos extremos, a depender do caso: viram escassos (“desiste-se” de tentar sentir prazer) ou excessivos (“insiste-se” demais, pois não há satisfação consciente).

Há, portanto, na depressão, o que chamamos de inibição do desejo, como bem sinaliza Sônia Alberti (2004), junto com um enorme medo de que esse decréscimo de energia psíquica seja duradouro. Tal inibição “[...] é sentida como uma paralisia, seja motora, afetiva ou intelectual: a certeza de nada poder fazer” (PERES, 2010, p.11).

Acontece que, em contextos de jovens tutelados pelo Estado no Brasil, de modo geral, *além de inibir, violentamos, de diversas maneiras, seus desejos*. São escassas as ofertas de referências, oportunidades, garantia de direitos e, assim, é possível que acreditem *não (poder) desejar mais nada* ou, simplesmente, apenas *desejar o nada*. Permaneceria, ainda assim, “o desejo de desejar algo” ou o “de voltar a desejar”, ou seja, *o desejo de poder esperar?*

Acerca disso, é preciso lembrar que foi Winnicott (1989;2011) um dos autores que mais contribuiu para afastar de forma ainda mais definitiva o termo da depressão psicanalítica da compreensão psiquiátrica. Para ele, a depressão traz, dentro de si mesma, “o germe da recuperação”, justamente por estar vinculada à tentativa de elaboração de um sentimento de culpa, capacidade tal que é sinal também de certo grau de amadurecimento.

Tal experiência pode, assim, ser considerada saudável, como um indicativo de integração pessoal. Para Winnicott (2011, p.15), dessa forma, “a saúde é tolerante com a doença”. É nesse sentido que podemos compreender, junto com o autor até *a própria depressão como sinal de esperança*. Seriam apenas as “impurezas da depressão” que nos conduziriam mais ao terreno da psicopatologia (VIDAL & LOWERNKRON, 2008).

É importante aqui sinalizar a nossa concepção sobre saúde psíquica. Winnicott (2011) afirma que muitos psicanalistas já pensaram que a saúde era sinônimo de ausência de distúrbios psiconeuróticos, mas reconhece a necessidade de adotarmos outros critérios. Para ele, a saúde

social depende da individual, e vice-versa, já que um não existe sem outro. Afirma, por exemplo: “Espero não incidir no erro de pensar que se pode avaliar a saúde de um homem ou uma mulher sem levar em conta seu lugar na sociedade”.(WINNICOTT, 2011,s/ p.).

Uma psiqué “sadia e relativamente estável” se relaciona com a confiabilidade da “mãe interna”, capacidade que é sustentada pelo indivíduo a partir do tipo de vínculo que estabeleceu com o ambiente, sempre relacional. (WINNICOTT, 1986). Para ele, o desenvolvimento da saúde acontece por toda a vida, e se inicia na relação com um ambiente satisfatório.

Como vimos, tal ambiente é justamente aquele que torna possível o desenvolvimento das várias tendências individuais “herdadas”. Atenção: herança e ambiente, na obra winnicottiana, são fatores “predominantemente externos” já que de nada vale o hereditário sem o ambiente, uma vez que falamos do desenvolvimento emocional de cada pessoa. Ou seja:

A tendência hereditária não pode agir sozinha, é o ambiente que facilita o crescimento do indivíduo durante o desenvolvimento do bebê e da criança pequena. No extremo oposto, se disséssemos que ensinamos tudo a nossos filhos, isso seria um patente absurdo. Não somos capazes sequer de ensiná-los a andar, mas sua tendência inata para andar numa certa idade necessita de nós. Winnicott (1986, p.249-250).

Um sujeito saudável sente medos, dúvidas, frustrações, dores, mas suporta “viver sua própria vida”, num senso contínuo de existência, pois emergiu da dependência para a autonomia (WINNICOTT, 2011) conquistada na relação com a coletividade, assim como defende Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (1996). Portanto, a concepção de saúde então se liga a uma ideia de maturidade, o que implica movimento em direção à independência, embora ele próprio critique esse conceito para não ser confundido com algum tipo de individualismo organicista.

Considero, então, fundamental compreender o esperar como empreendimento de saúde, e saúde não como uma constante a priori, mas como o poder que desenvolvemos sob determinadas condições para dominar situações de perigos, que ameaçam a nossa (re)existência (CANGUILHEM, 2002). Tais condições são fortalecidas numa sociedade democrática e que promove equidade, e, portanto, maturidade, já que há uma relação íntima entre democracia e saúde psíquica, afirma Winnicott (2011), para quem era necessário estudar o desenvolvimento emocional da sociedade e afirmava que a democracia não precisava ter um sentido fixo (WINNICOTT, 2011).

Democracia, segundo Rancière (2017), é mais do que como um regime de governo: como uma forma de comunidade ligada à circulação de algumas palavras. Portanto, parto da compreensão que nossa saúde psíquica depende das brechas para os fluxos de palavras relativas às desigualdades e violências sendo combatidas e nomeadas, gritadas e necessariamente

escutadas. Ou seja: podemos construir essa segurança emocional de um existir contínuo, a partir da internalização de um ambiente politicamente facilitador que inspire confiabilidade entre nós, humanos. Que abra mais espaços para as diferenças e feche espaços para as desigualdades.

A partir dessas considerações sobre saúde, acredito que fique facilitada a compreensão da valorização winnicottiana da depressão, uma vez que o autor a considera necessária, inclusive, para o desenvolvimento psíquico, embora não negue o intenso sofrimento envolvido em muitos casos. “A visão aqui expressa é que a depressão tem valor: no entanto, também é claro que as pessoas deprimidas sofrem, podem machucar a si mesmas ou dar cabo da própria vida e que algumas delas são vítimas de acidentes psiquiátricos (WINNICOTT, 2011, p.60)”.

A depressão pode então ser assim compreendida como se fosse um momento de expectativas de cuidado e de reparação, como um grito tortuoso de ajuda. Por isso, acreditamos que sustentar esse estado deprimido pode, assim, se constituir como um pequeno sinal de esperança.

De acordo com Peres (2010), a depressão também pode ser descrita como uma “doença do tempo”- um tempo que não sofre variações: no qual o passado é insuportável, o presente, uma tortura e a falta de esperança acompanha o sentimento de impossibilidade de futuro. Nesse sentido, é muito importante destacar a relação entre esperar e o tempo, uma vez que a *esperança como princípio* e a *esperança como afetação* foram aqui consideradas *elementos constitutivos do existir humano no tempo* (ROCHA, 2007).

Esse tempo que não é uma sucessão linear de “agoras”, pois passado e futuro estão inter-relacionados inerentemente ao presente; é no chamado “tempo do possível” de onde a esperança, enquanto princípio e também enquanto afetação, se instauram. O ato de *esperançar*, que idealmente une os dois tipos de esperança, seria justamente uma espécie de “ainda não” (ROCHA, 2007). Ou seja: uma ausência que, preenchida de um desejo, nos permite seguir caminhando, “*expandindo*” nossa existência” a partir de uma “promessa interna” de que vamos ter algum tipo de “*êxito*” (“*spe*”).

No filme “Estou pensando em acabar com tudo”, dirigido por Charlie Kaufman (2020) e classificado como um suspense psicológico, há um monólogo existencial da protagonista sobre o tempo em que afirma: “Humanos são os únicos animais que não podem viver no presente. Por isso, *nós inventamos a esperança*”. Sim, acreditamos que foi também *para lidar com a não linearidade e imprevisibilidade do tempo, que tanto a esperança-princípio como a esperança como afetação se tornaram grandes aliadas à vida psíquica*. No entanto, como ficaria esse “tempo do possível” diante das *impossibilidades de cuidados* de jovens tutelados pelo Estado?

Por hora, é como se pudéssemos, cuidadosamente, além de afirmar “*o jovem de hoje, é o ser humano de ontem, hoje e amanhã*”, interrogar “*criança, esperança?*” devido às inúmeras possibilidades que podem ser vivenciadas pelas juventudes e nossos “modos de ser criança” nas a-linearidades do tempo.

Ou seja, ainda que *esperança* não seja sinônimo de *criança*, como denomina o conhecido programa televisivo, *depressão* tampouco seria o *perfeito antônimo* dessa afetação (embora esteja relacionada com a *compressão da esperança como estado subjetivo*). Por isso, adotamos, também, o termo winnicottiano “*desesperança congênita*”, que indica a ausência da *esperança-princípio*, possivelmente interligada com uma falha de um ambiente *facilitador* e, portanto, de falha na organização da vida psíquica *simbolizadora*.

7 TRAUMAS RACISTAS E JUVENTUDES INSTITUCIONALIZADAS

Excessos de ausência (abandono) e de presença de cuidado (invasões) durante o momento em que o sujeito não consegue sobreviver sem o outro se ligam a traumas psíquicos, que podem ser vitalizantes ou devastadores, a depender dos destinos do trauma (FIGUEIREDO, 2003). Ou seja, a depender se vão encontrar relações de cuidado que permitirão liquidá-los (ainda que parcialmente). Para isso, precisam ofertar a possibilidade de regressão, retorno a um certo modo de contato com o ambiente para reparação, de modo que se “pulsionalize vitalmente” o sujeito traumatizado (FIGUEIREDO, 2003).

Para Ferenczi (1933), existem dois tempos do trauma. No primeiro momento, há o *choque*, que afeta o sujeito de tal maneira que este não encontra nenhuma forma de resistência para oferecer. O segundo momento é o do *desmentido*, da reação de descrédito dos adultos que pode vir através de uma incompreensão, exigências incabíveis para a criança ou um silêncio que se torna ensurdecedor para ela.

Assim, um dos efeitos mais comuns do trauma se liga ao comprometimento do sujeito em suas convicções e percepções, justamente por não encontrar *autorização para o seu sofrimento*. Como afirma Ferenczi (1931/1992, p.79): "O pior é realmente *o desmentido*, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento (...) é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico".

O que será que encontrariam, em geral, jovens, sobretudo negros e pobres, em relação aos seus possíveis traumas como egressos do cumprimento de medidas no Recife-PE? Não seriam justamente destinos difíceis, uma vez que sabemos, como afirma Fabiana Villas Boas (2021) que a própria lógica do “racismo à brasileira sustenta a lógica do desmentido”?

Ora, nesta Pesquisa, sabemos como é preciso um cuidado para que a discriminação racial não seja vista como uma questão apenas de classe ou ainda como algo episódico ou pontual, o que é comum no Brasil, país onde a presença do *mito da democracia racial* se fortalece através do *não-dito racista* (SALES JUNIOR, 2006) e vira um *terror escondido*, como nos conta Nogueira (2017). Assim, desmentimos, descaradamente, os sofrimentos psíquicos construídos nas desigualdades raciais.

Portanto, a negação do racismo brasileiro descrito como “não sendo exatamente um racismo do tipo europeu ou norte americano” (COSTA, 2021) sustenta possíveis traumas psíquicos. Assim, foi necessário problematizar a questão do trauma psíquico interligado com o fato de que maior parte do número de pessoas jovens brasileiras egressa do cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas não apenas pobre: é negra.

Desse modo, essa questão do trauma psíquico foi aqui articulada de acordo com a Psicanálise, uma vez que conhecemos a devastação psíquica que o racismo pode produzir junto a uma enorme dívida (não apenas) da clínica psicanalítica (COSTA, 2021). Como também reconhece Noemi Kon (2017), os estudos sobre racismo no Brasil não configurariam, sequer, um “assunto” de estudos na Psicanálise Brasileira.

Como tentativa de combate a esse distanciamento, Kilomba (2019, p. 213-214), nos explica como o colonialismo se consolida a partir de uma política do medo, criadora de corpos desviantes e de traumas: “O conceito de trauma refere-se a qualquer dano em que a pele é rompida como consequência da violência externa”. Ela trabalha, assim, com uma noção psicanalítica de trauma articulada ao racismo cotidiano, considerando assim sua dimensão de *choque violento* (imprevisibilidade), *separação* (relação entre *sujeito* e sociedade tensionada, cortada) e *atemporalidade* (é sentido como se estivesse acontecendo, sempre, no presente). O racismo cotidiano não é considerado um evento isolado, mas sim *acumula-dor* de episódios reprodutores dos traumas de uma história colonial coletiva (KILOMBA, 2019).

Ou seja, o trauma como aquilo que atinge o sujeito negro intensamente, de forma dolorosa, sob ameaça de aniquilação (estética, política, moral, erótica, e psíquica) e o paralisa diante de uma elaboração simbólica. Nesse sentido, há, muitas vezes, “uma privação cultural de narrativas que o teriam permitido elaborar sua identidade”[...]o que se liga a uma destituição devastadora corporal e dos ideais do eu” (COSTA, 2021, p.27). Ora, como nos lembra Neusa Souza Santos (1983), o ideal do eu da pessoa negra, é o branco. O ideal do ego²⁴ é da ordem do discurso, do domínio do simbólico. E o significante “cor negra” está inserido num arranjo semântico político, econômico e histórico, que configura um sofrimento que podemos chamar, como Nogueira (2017) de “*apartheid psíquico*”.

Assim, os principais destinos encontrados para o trauma racista se liga a um sentimento persecutório, justamente pela negação do preconceito (NOGUEIRA, 2017) e/ou à introjeção “do agressor” (COSTA, 2021), que faz com que diversas violências e assujeitamentos (embranquecimentos) sejam praticados contra si próprios, na medida em pode se formar o

²⁴ Neusa Souza Santos (1983) e Zeferino Rocha (2008) nos lembram a importância de diferenciar os conceitos “ideal do eu” e “eu ideal”, em Psicanálise, para não acharmos que é sempre necessário viver uma alienação a partir de uma idealização. Desse modo: “o ego ideal é uma instância pré-edípica de natureza narcísica, inteiramente constituída no registro do imaginário, tendo como modelo a onipotência das figuras parentais. Quando é inteiramente investida no ego, a libido produz a ilusória sensação de plenitude, *na qual não há lugar para a falta nem para o desejo, nem por conseguinte para a esperança, tal como a apresentamos [...]*.” Já o “[...]ideal do ego, ao invés, é uma instância pós-edípica, porquanto supõe a experiência e aceitação da castração simbólica, indispensável para que se instalem as relações verdadeiramente intersubjetivas. Ele oferece ao sujeito um modelo de identificação, sem o qual dificilmente este assumiria sua posição de sujeito (ROCHA, 2007, p.267).

“desejo de brancura”. Como provocou Fanon (2008), ao afirmar que estava tentando descobrir porque o antilhano gosta tanto de falar o francês.

As dinâmicas de poder nas instituições em que vivem jovens para o cumprimento de medidas torna, desse modo, essencial uma discussão sobre racismo que sustenta sofrimentos ligados à culpa, vergonha, medo, aniquilação e desconfiança de suas próprias percepções. Foi preciso, nesta Pesquisa, partir da ideia de que a transmissão silenciosa dos privilégios da brancura invade e evade tanto a Psicologia quanto a Psicanálise, de forma geral.

Assim, segundo Fanon (2008), o branco é, inclusive, quem faz o negro na própria Psicologia e Psicanálise, além de que são insuficientes as reflexões sobre o lugar de privilégio da elite branca dominante nas pesquisas. Há, portanto, uma urgência em decolonizar nosso Inconsciente que, como instância psíquica subjetivante, é também um território existencial violentado por antagonismos desumanizadores pós-coloniais (negro x branco; homem x mulher; cis x trans; homo x hetero, para citar alguns), o que implica necessariamente em decolonizar nossa escuta ao Inconsciente.

Segundo Rocha (2007, p.267) [...]”quando novos horizontes se descortinam há sempre lugar para a esperança, pois ela *vive de horizontes*”. Nesse sentido, compreendo que é preciso *horizontalizar as relações de poder* que atravessam jovens egressos de medidas para que seja possível torna-las menos assimétricas e ‘descortinar a esperança’. Assim, o horizonte/futuro se torna “menos nebuloso” (FRANCH, 2004), mais diversificado de possibilidades de reconhecimento e não desintegra-se do presente. É importante lembrar que a *horizontalidade* é justamente um modo de relação grupal democrático, que exige uma postura na qual diferenças de funções e possibilidades são guardadas e respeitadas, enquanto desigualdades são combatidas (ADRIÃO, 2014).

Mesmo diante de tantas violências e dificuldades, de tão central que é o princípio esperança para a vida humana, consideramos, junto com Figueiredo (2003), que “fiapos” de esperança como princípio subesistem e podem conseguir exercer sua força vital. Ou seja, existem quase sempre “elementos latentes de esperança” na ausência do princípio esperança (na desesperança congênita) e também, como vimos, na depressão.

Mas afinal, como que eventuais fiapos de esperança como princípio podem ser restaurados, transformados e/ou fortalecidos entre pessoas jovens egressas do cumprimento de medidas? Defendo a partir de uma *escuta clínica feminista e contracolonial*, devemos conceber ofertas de cuidado praticadas num ambiente não só *facilitador*, como necessariamente *aquilombador*.

Para Abdias Nascimento (1980, p.25) “O modelo quilombista vem atuando como ideia-

força, energia que inspira estruturas de organização desde o século XV.” Aquilombar significa buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político, como define Stéfane Souto (2020, p.141).

Aqui, consideramos que esse ambiente (relacional) aquilomba-dor se constitui como uma alternativa sócio-política com profundo poder de reafirmação e mobilização do esperar. Afinal, a visão quilombola traz, segundo Anônio Bispo dos Santos (2015, p.11): “memória e atitude de quem resistiu à assimilação forçada dos negros escravizados na Colônia e no Império e dos negros libertos na República racista”.

Se o ambiente aquilombador é justamente o que traz memória (BISPO DOS SANTOS, 2020), é através dele que se pode fazer holding, handling e uma apresentação aos objetos de forma a favorecer justamente a integração psíquica das pessoas negras . Afinal, é urgente a necessidade do negro brasileiro recuperar sua memória sistematicamente agredida pela estrutura de dominação ocidental europeia (ABDIAS DO NASCIMENTO, 1980).

É desse modo, portanto, que apostamos no desenvolvimento do princípio esperança e de mais estados de *medança*? de maneira psicanaliticamente mais situada e aproximada das “cores”, como afirma Isildinha Nogueira (2017) e dores do Inconsciente de pessoas colonizadas.

Em outras palavras, proponho que o que vem sendo chamado, segundo Kupermann (2019), de “ambientalismo psicanalítico” não esqueça que é, ao mesmo tempo, um *ambientalismo psicanapolítico*. Ou seja, que aquelas pessoas consideram indispensável analisar a qualidade das relações entre o bebê e a criança com seus cuidadores num campo relacional para o seu desenvolvimento (FERECNZI, 1931; WINNICOTT, 1983), considerem que este campo relacional, no sul do globo, é um campo colonizado, portanto, marcado pelas desigualdades (compressoras de esperança), mais especificamente aqui consideradas, de gênero, classe, raça e sexualidade.

8 AS DESIGUALDADES DE RAÇA E DE CLASSE NA PESQUISA: A ESCRAVIZANTE DEFORMAÇÃO NARCÍSICA-SUBJETIVA BRANCA

“Toda a beleza e todo o respiro que existem vieram a ser apesar do Brasil. Então é para o apesar, para o terreno da força que contradiz toda a brutalidade, que essas palavras fogem.”

Jota Mombaça

As diferenças entre conquistadores e conquistados foram codificadas a partir da ideia de raça e, portanto, não existe racismo pré-colonial (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). É inegável o constrangimento de notar as fortes heranças denunciadoras da escravizante e narcísica deformação subjetiva branca (BENTO, 2002) nas pesquisas em Psicologia. Nesse sentido, é fundamental considerar o possível envolvimento do silenciamento de questões raciais nas narrativas sobre esperança entre jovens desta Pesquisa.

Como mulher branca pesquisadora, considere urgente aproximar-me desse debate, na medida em que ignorar a própria branquitude é desresponsabilizar(-me) das possíveis repercussões do lugar da brancura nas relações raciais, sejam nas atividades clínicas que pratico cotidianamente, na realização desta Pesquisa, na docência, em todos os vínculos, em geral.

Isso porque, em geral, a branquitude não é sentida como condição humana, como afirma Vivian Santos (2018, p. 9): “pessoas brancas não se veem como brancas, mas sim como pessoas”. Desse modo, não podemos, através da construção de conhecimento científico, continuar a compactuar com a segregação racial que, muitas vezes, culpabiliza pessoas negras pelas desigualdades e suas conseqüentes perpetuações de sofrimentos.

É preciso entender que a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar que também essas desigualdades no Brasil constituem exclusivamente um problema da pessoa negra (BENTO, 2002). Ainda mais, quando se trata de uma pessoa jovem, pobre e negra. Isso porque, diferente da pessoa adulta branca rica, tal indivíduo pertenceria a um grupo social extremamente estudado, dissecado, problematizado.

Como já destacado, é indispensável lembrar que a maior parte do número de pessoas jovens brasileiras egressas do cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas é pobre e negra. A desautorização dessas famílias tidas como “desestruturadas”, por exemplo, no caso de jovens em cumprimento de medidas socioprotetivas, existe através de aparelhos de normalização, regulação e controle do Estado. Junto a ele, um aparato jurídico e a própria

Psicologia adquirem valor de palavra legal de modo a prescrever e também patologizar determinados comportamentos, em que as subjetividades de jovens pobres negros são, portanto, tidas como aquelas que precisam de intervenção (NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010).

É importante frisar que, de acordo com a lei, é obrigatória apenas a inclusão da família em programas oficiais de auxílio, e não o abrigo, quando cuidadores não conseguem cumprir com suas obrigações de proteção aos filhos por exclusivamente motivos de “pobreza” material- salvo se existir(em) outro(s) motivo(s) a ensejar a decretação da medida (FANCHINETTO, 2004). Apesar disso, pesquisas mostram que o argumento da “pobreza” material das famílias aparece como central nas justificativas das instituições para o abrigo de jovens no Brasil (NASCIMENTO, LACAZ, TRAVASSOS, 2010).

No entanto, em *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire (1992) lembra que, mais do que um pensamento de classe, a raça foi a sombra sempre presente nas políticas do Ocidente, especialmente ao lembrarmos dos processos de colonização. Assim, a criminalização e desqualificação da negritude jovem (BADY & SILVA, 2019) são indissociáveis também das questões de classe, uma vez que a própria noção de classe se funda a partir da escravização do povo negro e indígena no Brasil e nas Américas.

Dessa forma, no Brasil, existem oposições entre “brancos” e “negros”, muitas vezes, interligadas com a pobreza associada à periculosidade e violência e com ideias como a de “pobre honesto” e do “pobre delinquente” que recriam práticas de abandono e de ódio de classe no nosso país (SOUZA, 2017).

Diante disso, algo que precisou ser considerado foi a possibilidade deste (des)encontro (contra)transferencial nesta pesquisa, uma vez que ocupo lugar de privilégio de uma pessoa branca e de classe média alta. Uma vez que, partindo da perspectiva pós-estruturalista, não podemos considerar que “o negro” existe fora de uma relação com “o branco” (FANON, 2008). O encontro simbólico entre uma pesquisadora branca e *interlocutores* predominantemente de pessoas negras, precisou ser muito bem cuidado. Afinal, a ideia foi não reproduzir as desigualdades que envolvem questões ligadas a práticas historicamente opressoras de “supremacia” econômica, política e cultural.

Ou seja: foi digna de muitos cuidados essa tentativa na pesquisa de uma interlocução institucionalmente “apartheidizada”, pois certamente envolveu, conscientemente ou não, sofrimentos ligados a questões de representatividade, sexualidade, gênero e racialidade. Além disso, realizei um cuidado para que relação estabelecida com o campo não configurasse em mais uma relação em que as(os) *interlocutores* fossem *homogeneizados*, mas que se

constituíssem momentos de escuta singular que promovesse, de alguma maneira, efeitos *transforma-dores*.

9 ENTRE JOVENS CORPOS NEGROS INSTITUCIONALIZADOS E ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Por estar me propondo para um diálogo que envolve a tensa relação entre Psicanálise e a epistemologia feminista, me sinto aqui provocada a refletir brevemente sobre meu posicionamento neste debate. Desde já, afirmo que adotei sobretudo outras perspectivas epistemológicas como predominantes na discussão sobre as relações de gênero e sexualidade nesta Pesquisa (VERGÈS, 2021; VERGUEIRO, 2016; BUTLER, 2003).

Por outro lado, não considero que a Psicanálise nada tenha contribuído ou não possa nos servir para ampliar ainda mais os ouvidos para inter-vir clínico/politicamente a respeito das desigualdades de gênero. Afinal, foi exatamente por ter escutado os sofrimentos de algumas mulheres (excessivamente violentadas pela Psiquiatria) e suas repressões sexuais que a Psicanálise foi fundada, assim como relembra Maria Rita Kehl (2016). Aqui, cabe-nos também considerar os avanços ²⁵de Ferenczi (1908, *apud* PINHEIRO, 2016, p.23/24):

Estamos habituados desde longa data a admitir que somente os homens tem direito à libido sexual e ao orgasmo. Estabelecemos e impusemos às mulheres um ideal feminino que exclui a possibilidade de exprimir e reconhecer abertamente desejos sexuais e só tolera a aceitação passiva ideal que classifica as tendências libidinais, por muito pouco que elas se manifestem nas mulheres, nas categorias patológicas e (vicioso) se os homens rompessem seu modo de pensar egocêntrico para imaginar uma vida em que lhes tocasse sofrer constantemente a interrupção do ato antes da resolução orgástica da tensão, dar-se-iam conta do martírio sexual suportado pelas mulheres e o desespero provocado pelo dilema que se reduz à escolha entre o respeito a si mesmas e à plena satisfação sexual.

”.

Tais avanços não querem dizer, tampouco, que o fundador da Psicanálise, homem cisgênero, heterossexual, europeu ou seja, no auge, exceto por ser judeu²⁶, de seus privilégios, tenha conseguido se aproximar o suficiente das desigualdades coloniais que constroem nosso Inconsciente e sofrimentos no sul do globo. Essa, realmente, seria uma tarefa da ordem do impossível. De modo que essa cobrança de nada valerá se não for feita para quem tem condições de produzir novos horizontes de escuta: nós mesmos. Para tal, sugiro refletirmos com Lucas Veiga (2019, p.244):

²⁵ Outra grande contribuição seria a própria noção freudiana da bissexualidade originária, ainda que, depois, infeliz e equivocadamente, tenha sido compreendida por alguns como “rumo a uma heterossexualidade obrigatória”.

²⁶ Alguns psicanalistas, como Renato Mezan (2003), afirmam que Freud jamais teria conseguido criar a Psicanálise se não fosse judeu, no sentido de nunca poder ter vivenciado algum tipo de preconceito na própria pele, o que certamente tem sua coerência. Esse argumento tem sido, infelizmente, utilizado como forma de defesa da Psicanálise em alguns debates recentes, inclusive, no Recife-PE, por psicanalistas que, na minha visão, parecem apenas reiterar os pactos narcísicos da branquitude e antecipadamente tentar quitar as dívidas da Psicanálise tanto em relação aos debates de raça como em relação aos debates de gênero e sexualidade de modo geral.

Nosso inconsciente é colonial. O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente. Racismo, machismo, lgbtphobia são produtos da máquina colonial de produção de subjetividade, produtos que operam um corte na realidade e que dividem o mundo num arranjo que compõe quem exerce violência e quem a sofre. Opressão do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do cis sobre a/o trans, do hétero sobre o homossexual. Este mundo tal como o conhecemos se funda na violência.

Por hora, considero suficiente dizer que, apesar de reconhecer que o vocabulário da Psicanálise de fato seja bastante limitado para as sexualidades dissidentes e tenha provocado muitos ruídos (até patologizantes) sobre elas (que não são objeto de estudo desta Pesquisa), além de ter adotado um vocabulário binário baseado na cisgeneridade, como bem reconhece Kehl (2016), nada disso impede que uma determinada prática de escuta, também baseada na Psicanálise, possa fazer dela “uma ferramenta clínico-política atuante em um sentido contrário”, como defende Kveller (2017).

Como vimos, os debates de gênero e sexualidade, na perspectiva contracolonial, são completamente articulados com as questões de raça e classe, uma vez que “a dinâmica do gênero foi, desde o início, fundamental para assegurar e manter o empreendimento imperial” (MCKKLINTOCK, 2010, p.22).

Acerca disso, é preciso, ainda, reconhecer as insuficientes reflexões freudianas em torno da participação nos processos de subjetivação infantil a partir de uma figura de classe social e raça distintas da triangulação edipiana: a babá. Acerca disso, critica coerentemente, Mckklintock (2010, p.140): “A Psicanálise freudiana clássica em sua maior parte, tem recusado firmemente dar qualquer status teórico à criada, a não ser como uma intromissão temporária no romance familiar, ou como uma substituta dos pais”.

Assim, cientes das limitações da epistemologia psicanalítica e desejando que possamos, mais do que simplesmente ataca-las, de fato, contribuir para um aprofundamento e superação, pensemos agora, mais diretamente, sobre as relações assimétricas de gênero e sexualidade envolvidas nos processos de institucionalização juvenil brasileiro.

Como mencionado, as questões de branquitude vão desde a concepção de ciência até as violências mais explicitamente racializadas sofridas pelas pessoas jovens negras no Brasil, na qual convivem com o medo e ódio advindos da elite branca. Na gênese desses processos, está, sobretudo, o medo da sexualidade projetada no negro e negada pelo europeu cristão (BENTO, 2002).

Assim, as perversidades das dinâmicas racializadas circunscrevem as relações com a sexualidade de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas de diversas formas, na medida em que se ligam a possíveis perdas de direitos sobre o próprio corpo. De uma maneira geral, podemos dizer que a erotização de corpos jovens negros brasileiros parece facilmente concebê-los ora como estupradores, ora como estupráveis, o que, portanto, também é atravessado por questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido é que é necessário compreender também o gênero como uma imposição colonial (LUGONES, 2014).

No caso de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, por exemplo, existe a crença na suposta virilidade indomável do corpo negro ainda mais perigoso na “puberdade”. No caso de jovens em cumprimento de medidas socioprotetivas, se atualizam também as dinâmicas de exploração sexual da mulher negra (NASCIMENTO, 2016; GONZALES, 1984). É também oriundo do sistema colonial mascarar a sexualidade feminina, que é transformada, além objeto passivo, em maligna. Essa tensão entre hipersexualidade e passividade sexual ligadas à gênero e raça estão interligadas com os efeitos políticos de não-humanidade, da abjeção e da repugnância de que nos falam Fígari e Benítez (2009). Em especial, relativos aos corpos que desafiam a sexualidade como dispositivo de poder da modernidade ocidental.

Podemos então afirmar que o incômodo produzido no decorrer do século XVIII na sociedade disciplinar, através da constatação científica da existência da sexualidade desde a infância, fez com que o sexo do colegial se tornasse um problema público. Nesse contexto, a Medicina e a Pedagogia se articularam para realizar projetos de advertência e de pedagogização das perigosas mãos masturbatórias juvenis (FOUCAULT, 1988).

Os resquícios históricos dessas dinâmicas sobre juventudes e sexualidades contribuem para que, na atualidade, mais do que uma “educação sexual” nas instituições educativas e protetivas, de caráter superficial e higienista baseado na economia da reprodução, seja urgente cuidar das sexualidades juvenis de maneira integral e não moralista. Nesse sentido, podemos lembrar a crítica foucaultiana a respeito de uma superprodução normatizadora da ciência sobre a sexualidade.

Isso porque, para Foucault (2004), o que vivemos no Ocidente desde os séculos XVIII e XIX não é um silêncio sobre a sexualidade, e sim, ao contrário, uma superprodução “cientificizante” em torno dela. Essa visão envolve a ideia paradoxal de que, inclusive, há uma “superprodução de silêncios” (FALCÃO, 2015), principalmente quando se tratam de sexualidades dissidentes, isto é, “sexualidades que denunciam um ponto de não-sutura das sexualidades instituídas” (BENÍTEZ; FIGARI, 2009, p. 21).

Em relação às juventudes, portanto, é facilmente observável esse paradoxo da “superprodução e silenciamento”: ao mesmo tempo em que a erotização dos corpos juvenis é bastante estimulada na mídia, tais pessoas vivem uma série de restrições e violências em que são desautorizados a decidir sobre suas próprias práticas sexuais (PARKER; MANIR, 2009). É como produzir aprisionamentos da carne nos corpos juvenis e, ao mesmo tempo, dizer o mínimo possível do desejo sexual, mas tudo falar do corpo biológico reprodutor (FOUCAULT, 2001).

Assim, essa exploração erotizada deve ser sempre revisitada criticamente, considerando também as significativas desigualdades de gênero racializadas que a envolvem, sempre promovendo condições para que jovens possam realizar escolhas a partir de informações mais seguras, dentro de relações menos silenciadas e menos assimétricas de poder. Afinal, como sabemos, foi a partir das relações de gênero nas colônias, que, ao mesmo tempo em que eram racializados, homens e mulheres negras e indígenas eram sexual e constantemente violentados (MCCCKLINTOCK, 1995).

Desse modo, neste Projeto, partimos do pressuposto de que gênero constrói sexo, no sentido de desnaturalizar tal noção, ou seja, não mais descrevê-la como parte da história natural das sociedades humanas (PRECIADO, 2004). O debate queer desfaz a suposta linearidade da tríade sexo-gênero-desejo (BUTLER; AGUIAR, 2003) e portanto a ideia de que gênero é simplesmente a interpretação social/subjetiva de um sexo “primeiro” e/ou anatomicamente “dado”.

Assim, nessa perspectiva, é considerado ponto de partida localizar a historicidade sempre linguística da construção cultural que é o sexo, assim como o gênero (TONELI, 2012) e como a noção de *sujeito-raça* (FIGARI; BENÍTEZ, 2009). Desse modo, é possível considerar que tal prática contrassexual – de não admitir a existência do “sexo/gênero” e/ou do “*sujeito/raça*” pré-linguísticos – pode funcionar como uma tecnologia de resistência (PRECIADO, 2004). Através dela, corpos abjetos colonizados podem conquistar novos lugares investidos de relações menos desiguais de poder. Isso porque sexo e gênero, assim com *sujeito* e *raça*, funcionam como conceitos performativos que se transformam em substâncias fictícias que só tem realidade linguística.

Ou seja, a ideia é que fora das oposições homem/mulher; heterossexual/homossexual; feminino/masculino; branco/negro possam ser ampliados os espaços para os direitos às dissidências e às possibilidades de prazer e do esperar, enfraquecendo, assim, as forças homogeneizantes que castigam os corpos jovens de quem vive fora da(s) norma(s).

Desse modo, a ideia é refletir também sobre os poderes de vida e de morte do (des)esperançar nas narrativas juvenis. Isso foi realizado através da compreensão do dispositivo

disciplinado e normalizado da sexualidade e das relações de gênero junto com as desigualdades racistas e de classe, pois elas motivam os assassinatos de tal população de maneira literal e simbólica. Afinal, será que não estamos, até hoje, constantemente (re)colonizando tais corpos e desejos?

10 JUVENTUDES “DRAPETOMANÍACAS” OU ESPERANÇOSAS: POSSIBILIDADES DE SUBVERSÕES DOS JOGOS DE PODER

No Brasil, é notório que, tanto as pessoas jovens negras em cumprimento de medidas socioeducativas, quanto de medidas socioprotetivas, estão, no sentido do abandono dos seus direitos, “jogadas à própria sorte (ou azar)”, como ironiza Jessé Souza (2017, p. 47). Assim, é preciso lembrar que tais jovens estão jogados dentro de uma ordem social competitiva. A ideia aqui presente é que, de alguma maneira, essas dinâmicas historicamente interligadas com as perversidades oriundas da escravidão possam ser também subvertidas em condições mais justas. Assim, tecemos condições para que tais jovens possam, enfim, estarem menos “jogados” à desesperança e possam “jogar mais” com o esperar.

Diante disso, é preciso partir do princípio que a atividade de Pesquisa possa funcionar também como uma oferta criativa de outras relações com suas próprias narrativas. É necessário discutir acerca do favorecimento de momentos em que tais jovens possam dialogar sobre suas relações com as inúmeras possibilidades, que lhes é simplesmente de direito de esperar e de vivenciarem os prazeres de ser e estar no mundo. Para tanto, algumas fugas são necessárias.

Em 1851, ficou conhecida na Medicina uma enfermidade mental chamada “drapetomania”, diagnóstico proposto por Samuel A. Cartwright, oriundo da cultura sulista extremamente racista dos Estados Unidos da América. Tal “enfermidade” se caracterizava pelo desejo de fuga dos escravos. O tratamento proposto era o do açoite, também recomendável à “disestesia etiópica”, outro diagnóstico proposto pelo mesmo médico, dessa vez se referindo à suposta falta de motivação ligada ao trabalho entre as pessoas negras escravizadas (SCLIAR, 2007). É evidente, assim, que a escravidão exige a tortura física e psíquica cotidiana como tentativa de abdicar do próprio desejo (SOUZA, 2017). Ou seja, abdicar da própria humanidade.

Dessa forma, é imprescindível ter como ponto de partida desta Pesquisa, a promoção de condições para as *drapetomanias juvenis*. Fugas que permitam fraturas da colonialidade (LUGONES, 2014), que permitam o esperar. Ou seja: que possibilitem uma constante desmontagem das engrenagens do sistema-mundo colonizador, de suas estruturas hierárquicas e opressoras, uma vez que estão também envolvidas nas condições das produções de narrativas de jovens egressos do cumprimento de medidas.

A partir daí, devem ser identificadas a disponibilidade de recursos juvenis. Esses recursos são materiais, simbólicos, sociais e afetivos, que se ligam às oportunidades sociais, econômicas e culturais ligados ao Estado, mercado e sociedade (TOROSSIAN; RIVEIRO, 2013).

Foi com essa compreensão que a ideia desta Pesquisa se construiu como um trabalho a partir dessa noção de vinculação social e Inconsciente que pudesse convidar a *presença* das habilidades, estratégias e potencialidades juvenis, pois esses fatores podem ser (re)construídos criativamente para subverter as injustiças e discriminações de acordo com a ordem social em que vivem.

11 UM RESGATE DA LITERATURA

Para se construir um problema de Pesquisa, é preciso também refletir sobre a forma como realizamos a Revisão da Literatura, produção narrativa que conta sobre nossas concepções de construção conhecimento e pesquisa. Alfonso Montuori (2016) considera que tal atividade deve ser vista como possibilidade de exercício criativo e de diálogo com uma certa comunidade, ou seja, algo que vai além de uma reprodução perigosamente entediante de uma simples listagem exaustiva de nomes e ideias.

Assim, a construção de uma Revisão de Literatura no modelo de “pesquisa reprodutiva”, além de pouco convidativa a futuras pesquisas, iria de encontro às perspectivas epistemológicas aqui comentadas, uma vez que se aproximaria da ideia de que é possível realizar uma listagem sem um importante fator que a permitiu existir: a minha relação, ou seja, da pessoa que pesquisa, com o meu objeto de estudo. Nesse sentido, é que ela deve ser um “mapa do terreno, e não o terreno em si” (MONTUORI, 2016, p. 5).

Ao nos aproximarmos de uma comunidade pesquisadora em que é preciso participar e interpretar (e não apenas sumarizar), é fácil perceber que existem alianças, conflitos e disputas, além de que excluir uma visão que discordamos pode se tornar altamente sedutor, perigoso (MONTUORI, 2016) e alienante. Sabemos, justamente que uma importante diferença entre a Revisão da Literatura sistemática ligada ao “estado da arte” e a Revisão de Literatura para o desenvolvimento dos Marcos Teóricos está no encontro (ainda que pouco aprofundado) com trabalhos de outras áreas e também da mesma área do conhecimento, que compreendem o nosso objeto de estudo de maneira (a)d(i)versa.

É importante considerar que uma revisão teórica não é realizada de maneira distante daquilo que a influenciou como a participação em eventos, as trocas em salas de aula, conversas informais, produções artísticas²⁷. Desse modo, na tentativa de sistematizar os dados de forma breve e menos enfadonha, serão comentados alguns pontos considerados relevantes de uma possível revisão da literatura. Para começar, foi construída uma tabela simples localizada abaixo:

²⁷ Sobre as produções artísticas que marcaram intensamente a construção deste projeto, destaco a série de Ava DuVernay (2019) traduzida como “Olhos que Condenam”. A série abordou sensivelmente a história ocorrida em 1989 de cinco jovens negros nos Estados Unidos da América que foram injustamente condenados com penas de até doze anos por um suposto crime de estupro (de uma mulher branca). É com muita intensidade que são encenadas as violências oriundas sobretudo do Estado, e também das famílias e da sociedade nas vidas desses jovens. A série é nauseante na medida em que escancara os sofrimentos oriundos do racismo, e da manipulação, com conseqüente alienação subjetiva, exercidas pelo poder das instituições policiais e jurídicas. Ao mesmo tempo, as cenas transcendem a linguagem conceitual, acadêmica e domesticada (AZERÊDO, 2010), como é próprio das produções artísticas, e nos aproximam de um encontro memorável com as diferenças e os (des)privilégios.

Tabela 1 - Dados da Revisão Bibliográfica

PLATAFORMA DE BUSCA	DESCRITORES	Nº DE TRABALHADORES ENCONTRADOS / Nº DE TÍTULOS LIDOS / Nº DE RESUMOS LIDOS	Nº DE TRABALHOS ESCOLHIDOS
Scielo Brasil	esperança; jovens	28/28/28	08
Scielo Brasil	jovens; egressos;	31/31/31	03
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	esperança; jovens	3500/200/20	06
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	jovens; egressos; socioeducativo; socioprotetivo..	3600/100/10	08

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

Assim como sinaliza a tabela, através da revista eletrônica Scielo Brasil e da busca com as palavras “esperança” e “jovens” (todos os índices), foram localizados 28 artigos e lidos 28 resumos, entre os quais, destaco oito trabalhos. O primeiro intitulado “Adolescência e privação: o Rap como Expressão de uma Privação Emocional”, de Silva e Milani (2015). O estudo analisou letras de rap brasileiro que apresentam conteúdos ligados à raiva, denúncias sociais e esperança.

Através de um referencial psicanalítico winnicottiano, as autoras compreendem que o rap se configurou como a própria esperança juvenil, no sentido de favorecer a elaboração de sofrimento, identificações e reconhecimento social em contextos específicos. Tais contextos sócio-familiares se caracterizam por constituírem um ambiente falho em cuidados subjetivos que acaba por favorecer a adoção de condutas juvenis desafiadoras como tentativa de buscar uma contenção externa.

Também a partir de um referencial psicanalítico e winnicottiano, foi localizado um artigo intitulado “O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico”, de Santos e Motta (2014). Tal estudo, através de uma análise sobre a trajetória de mães jovens em situação de abrigo, relaciona como a maternidade revela-se como sinal de esperança para essas jovens, no sentido de um código simbólico para importantes trocas de afetos e de sentimentos autênticos de cuidado, comprometimento e visibilidade social. A pesquisa identificou ainda como a vulnerabilidade (oriunda das quebras de vínculos com a família, educação e mundo do trabalho) em que se encontram tais mães também favorece a construção de trajetórias de repetição de abandono e violências vivenciadas por elas.

Além de artigos que utilizam uma epistemologia psicanalítica, encontramos artigos como “Os jovens desafiam a comunidade: entre a esperança e a estigmatização”, realizada por

Dlamini (2015). O autor trabalhou com jovens de ascendência africana que habitam o Canadá. Se preocupou em estudar o modo como as narrativas sobre violência e bem-estar (des)estruturam conceitos como criminalidade e (des)esperança juvenis. A pesquisa utilizou um método participativo, através da produção de fotografias pelos jovens e enfatizou a importância do desenvolvimento de um capital social na forma de vínculos entre jovens em contexto de estigmatizações.

Outro ponto importante localizado com a Revisão Sistemática é que, por um lado, artigos como “Os jovens do ensino médio e suas representações sociais”, de Franco e Novaes (2001) e “O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa”, de Sochaczewski (2012), demonstram como a ideia de esperança está socialmente conectada com os sentidos sobre o mundo do trabalho e da educação pelos próprios jovens em idade escolar. Assim, discutem como a promessa capitalista de uma “boa vida” através do trabalho é vivida como esperança para muitos jovens. Isso acaba, muitas vezes, por promover a permanência de relações insatisfatórias com o trabalho, que se torna mal remunerado e cansativo.

Por outro lado, o artigo “A esperança em gerações de futuro sombrio”, de Pais (2012), discute numa perspectiva mais filosófica, a ideia de “ansiedade de idade”, mais especificamente, pensando nos jovens “indignados” e nos idosos “abandonados”. De acordo com o autor, ambos os grupos sociais estão sofrendo de um presente deficitário de esperança, mesmo com jovens que se tornam, de modo geral, crescentemente escolarizados. Isso porque existe uma dinâmica social cada vez mais imprevisível, permeada por frustrações, temores e exigências excessivas do mundo capitalista, que geram “disritimias” entre o caminho idealizado e o realizado, em especial dos jovens.

Ainda sobre a questão da educação, encontramos um artigo acerca da qualidade desta no Ensino Superior de Brasília, escrito por Vasconcelos, Lira e Soares (2019) e suas relações com o desenvolvimento juvenil. Assim, a pesquisa chamada “Jovens universitários em silêncio no mundo das informações: casos de liberação”, realizou estudos de caso em que estão presentes a violência, exclusão e silêncio nos processos de aprendizagem de jovens universitários. Isso pode nos mostrar que não existe correspondência direta entre educação e esperança, embora a pesquisa mostre justamente que são construídos momentos de superação dessa educação monológica pelos jovens. Ou seja, que são, portanto, construídas transformação de situações de opressão em situações de esperança²⁸.

²⁸ Entre os 28 artigos localizados no scielo brasil com a busca através dos descritores “esperança” e “jovens”, é notória a quantidade de trabalhos ligados à Medicina. Os artigos trabalham com temas diversos. Dentre eles, os principais são: tratamentos cirúrgicos, fertilidade, doenças vasculares, diabetes e câncer em pessoas jovens, mortalidade e sobrepeso, além da questão das diferenças ligadas à mortalidade e tabagismo de acordo com o sexo.

Através de uma busca das palavras “jovens” e “egressos”, localizei 31 artigos no scielo, lidos 31 resumos, dentre os quais três serão destacados por maior aproximação com os objetivos desta Pesquisa. O primeiro, de autoria de Picanço (2015), intitulado “Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?” se interessou por analisar os impactos da expansão do acesso à educação no país. Para isso, utilizou os critérios de raça, classe e geração. Ou seja, analisou até que ponto mudam as apostas no ensino superior entre jovens negros e brancos, pobres ou com maior renda.

A pesquisa mostrou como a estratificação educacional é marcada por essas desigualdades e destacou como a população negra acumula outros destinos escolares, tanto quando a pessoa está num nível de renda mais alto, ou ainda no mesmo nível de pobreza. Como sabemos, o maior número de jovens no Brasil que viveram institucionalizados são negros e pobres e, também por essa razão, nesta Pesquisa, é importante teorizar sobre esses marcadores.

Já o artigo “Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro”, escrito por Meirelles e Minayo Gomez (2009) procurou, de forma geral, analisar justamente as condições que motivam jovens a abandonarem o tráfico. O desgaste na saúde juvenil, o medo, as situações de punição e traição, além dos conflitos armados, foram apontados como os principais fatores para o abandono do tráfico de drogas. Assim, o referido trabalho colabora para desconstruir uma visão fatalista e moralista a respeito dos egressos da criminalidade de forma geral.

Destaco, por fim, também a pesquisa: “A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade”, de Padovani e Ristum (2013). Foram realizadas entrevistas com profissionais e com “adolescentes autores de ato infracional” sobre a participação da escola a comunidade de atendimento socioeducativo na prevenção à reincidência na criminalidade. Mais uma vez, encontramos nesta pesquisa a ênfase na falta de acompanhamento aos egressos, de acordo com o discurso dos próprios profissionais, e também a falta de articulações com a rede de apoio social externa à instituição.

Foi importante notar que, nesta busca, as publicações se referiam aos egressos do sistema socioeducativo e não aos egressos do sistema socioprotetivo, o que pode indicar uma necessidade de desenvolver mais pesquisas com este público. Destaco também que a publicação mais recente relacionada a jovens egressos do cumprimento de medidas socioprotetivas foi de mais de cinco anos atrás, o que pode indicar também a pertinência de mais publicações sobre o tema, em especial, sobre egressos do sistema de proteção.

A ideia de esperança nesses trabalhos aparece sobretudo como algo limitado às noções como expectativa de vida e sobrevivência, portanto, mais distanciadas do objetivo deste Projeto.

Sobre a busca no banco de teses e dissertações da CAPES com as palavras “jovens” e “esperança”, foram localizados aproximadamente 3.500 trabalhos, entre teses e dissertações, dos quais foram observados 200 títulos. A partir da aproximação dos títulos com a presente pesquisa e do período de publicação de até 12 anos atrás, foram lidos 20 resumos e selecionados seis trabalhos importantes na Sociologia, Direito, Pedagogia e Psicologia, áreas de maior concentração das publicações encontradas.

Na área da Sociologia e do Direito, a dissertação de Antunes (2014) chamada “Jovens pobres e falas de esperança: um estudo de um grupo de jovens e suas estratégias de superação” mostrou as diversidades de rumos que jovens de classes populares constroem para além da criminalidade. A pesquisa utilizou uma metodologia inspirada em histórias de vida, e se dedicou a compreender como jovens de classes populares podem tecer múltiplos caminhos para além da criminalidade.

Também nas Ciências Sociais, a tese de Alves (2013) trabalhou com o sistema filosófico do pensador Ernst Bloch e com a ideia da esperança como suporte para superações no campo da educação, “esvaziado” pelo niilismo da atualidade. Assim, a tese propõe a prática de uma educação voltada para a esperança, o que envolveria, sobretudo, aprender a lidar com as incertezas.

Já a dissertação de Francisca Lima (2014), localizada na área da Filosofia, trabalhou com as concepções de esperança para Spinoza. A pesquisa, intitulada “Esperança e liberdade na constituição do Estado em Benedictus Spinoza” considera a esperança um afeto que permite com que os humanos possam perseverar em suas existências com segurança. Desse modo, junto com a imaginação, constrói a ideia de Estado, de modo que esperança, imaginação e Estado estão interligados. Foi muito importante a localização de tais trabalhos, uma vez que as concepções de esperança dos filósofos referidos fazem parte das bases das teorizações sobre esperança da presente pesquisa.

Na Psicologia, foi relevante encontrar trabalhos com epistemologias distintas sobre esperança. Por exemplo, através de uma perspectiva psicométrica, na tese “Esperança e relações com autoeficácia, afetos, realização e abertura à experiência”, Juliana Pacico (2014) teorizou sobre as diferenças entre esperança e otimismo. Na pesquisa referida, o método envolveu uma aproximação com o campo não através da análise de narrativas, como é o caso da nossa Pesquisa, mas sim a partir de um modelo explicativo para esperança, o que envolveu a chamada Escala de Esperança Disposicional e também a Escala de Otimismo. A tese reflete uma tentativa das relações sobre esperança e variáveis de personalidade, e trabalhou assim com a ideia de esperança a partir de uma linguagem mais matemática e menos filosófica ou sociológica.

Na Pedagogia, foi possível encontrar trabalhos com outras concepções sobre esperança. É o caso da dissertação “Educar na esperança com Paulo Freire: para além da visão educacional do neoliberalismo”, de Peroza (2009). A pesquisa demonstra como a educação neoliberal é incompatível com a ideia freireana de educação na esperança, já que esta envolve uma criticidade, criatividade, revolução e um posicionamento político que desinteressa e ameaça o neoliberalismo como ideologia. A argumentação do neoliberalismo como ideologia, que detém grande influência e domínio sobre as massas, é trabalhada através da própria conceituação de ideologia por diversos filósofos, que é marcada pela ideia de meritocracia e por basicamente entender a economia de mercado capitalista como único modelo válido para a sociedade, naturalizando suas desigualdades.

Também desenvolvida na área da Pedagogia, a tese de Denilson Castro (2016) chamada “A escola e o adolescente em liberdade assistida” entrevistou 19 jovens que cumpriam medida socioeducativa em Liberdade Assistida em Palmas (TO), para tentar compreender como ocorrem seus processos de socialização e aquisição dos conteúdos escolares. Concluiu, de modo geral, que são necessárias políticas de sustentação para combater o abismo social e os prejuízos na qualidade da educação formal de jovens inseridos na condição de liberdade assistida.

Por fim, serão comentadas brevemente 8 pesquisas encontradas através dos descritores “jovens”; “egressos”; “socioeducativo” e “socioprotetivo”, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, após a leitura de 100 títulos e 10 resumos. O total de trabalhos encontrados com esses dois termos foi de aproximadamente 3.600. As pesquisas foram escolhidas dada a aproximação com o objeto de estudo e também com o tempo de publicação (de até 7 anos atrás).

A dissertação de Leal (2016), intitulada: “Sujeitos de direitos ou sujeitos de tutela: memórias de jovens egressos sobre o acolhimento institucional em João Pessoa”, é uma pesquisa que, apesar de não se dedicar exatamente às narrativas sobre esperança, nos permite esperar. Isso porque a pesquisadora concluiu que, desde que haja o preparo gradativo para o desligamento das pessoas jovens baseado na educação em direitos humanos, as vivências do acolhimento institucional podem constituir um marco positivo, especialmente, no tocante ao desenvolvimento da autonomia e protagonismo nos processos de escolhas juvenis.

Por outro lado, Leal (2016) também observou que não é isso o que acontece na maior parte dos casos de jovens egressos do cumprimento de medidas socioprotetivas, o que ela atribuiu à precarização dos serviços de acolhimento institucional (SAI). Distantes de uma sistematização de práticas pedagógicas, e marcados pela baixa qualificação dos profissionais e falhas articulatórias da rede de proteção, não atingem o objetivo de preparar jovens para o

desligamento institucional. Ou seja, há pouco direcionamento, perspectiva de retorno ao lar e/ou encaminhamento educacional/profissional.

As dificuldades na Rede de Proteção às crianças e jovens também foram analisadas na pesquisa “O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais: como procede a história?”. A partir dela, Prado (2014) dialogou com jovens egressos do cumprimento de medidas e com profissionais envolvidos com esse cumprimento. Através de um olhar crítico para o ato infracional, a dissertação buscou, além de se aproximar das trajetórias de vida no retorno à “liberdade” de jovens, conhecer o (não) acesso desse grupo às políticas sociais, uma vez que os resultados apontaram, principalmente, para a escassez de tais políticas.

Marinho (2013), em sua dissertação “Jovens egressos do sistema socioeducativo: desafios à ressocialização”, entrevistou 21 jovens liberados de suas medidas restritivas em Brasília. Também observou também alto índice de reincidência criminal, preparo insuficiente para o mercado de trabalho, além dos estigmas como principais obstáculos enfrentados por tais jovens. Considera os métodos institucionais correccionais-repressivos como contraproducentes e sugere atenção ao próprio ideal de ressocialização, que por vezes desconsidera os processos de socialização necessariamente envolvidos no convívio tanto dentro das instituições socioeducativas, como nas instituições familiares.

Corroboram com tais resultados acerca do processo precarizado de reinserção social, por exemplo, as pesquisas: “A experiência vivida no acautelamento: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei”, dissertação de Costa (2016), além de Silva (2015) na sua pesquisa “O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e os Desafios nas Unidades de Internação no Distrito Federal”. Esta última aponta não só para a reincidência na criminalidade, como no agravamento das infrações. Assim, considera que a medida de privação deixa de ser um meio para emancipação para ser um fim em si mesma.

Dados semelhantes foram encontrados ainda por Vieira (2017), na dissertação: “Espaços de pertencimento e circulação: vivências de egressos do sistema socioeducativo da cidade de Manaus”. Os resultados apontam para a persistência do quadro de vulnerabilidade de jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas e para a dificuldade dos deslocamentos físicos e subjetivos advindos da nova condição.

O mais interessante aqui é que a pesquisa considera o possível caráter emancipador e ao mesmo tempo restritivo das instituições, sendo que as estratégias de enfrentamento ficam dependentes de arranjos individuais das pessoas jovens, e não de um apoio formalizado. Pereira (2017) em “Fora dos muros do Pomeri: (Ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema

socioeducativo, uma análise crítica do discurso” também chama a atenção para essa ausência de apoio formalizado, ao afirmar por exemplo que, no Mato Grosso do Sul, poucas escolas aceitam alunos que já cumpriram medidas socioeducativas.

Por fim, a tese “Produção de subjetividade na fronteira entre o dentro e o fora da medida socioeducativa de internação: uma abordagem semiótico-cultural do desenvolvimento”, de Cunha (2018), estudou os processos de subjetivação produzidos entre o dentro/ fora da medida socioeducativa de internação. Como um estudo longitudinal, desenvolveu técnicas metodológicas inspiradoras para a presente Pesquisa, como a técnica “Trilho da Vida” e “Radar das Relações Interpessoais”, que funcionou a partir da ideia de narrativa e de representação gráfica. A pesquisadora enfatiza a importância da adoção de um preparo para a saída do sujeito das instituições desde a sua entrada, e não apenas nos últimos três meses que antecedem o fim do cumprimento da medida.

A partir da localização desses trabalhos, compreendemos ainda mais as possíveis contribuições de uma perspectiva “inter-inventiva, clínica contracolonial e feminista” envolvendo as ideias de narrativas, esperança, juventudes e cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas, sobre as quais detalhamos, a seguir, no método.

12 MÉTODO

12.1 Reflexões epistemológicas: a “pesquisa-inter-invenção-psicanalítica-contracolonial-feminista”

A pesquisa qualitativa, como caracterizo inicialmente este estudo, não se opõe à quantitativa (ambas se complementam), tem como elemento essencial construir o dimensionamento subjetivo ligado ao objeto da pesquisa, uma vez que o social é um mundo investido de significados. Ela envolve a aproximação entre sujeito e objeto, de natureza humana, e concebe todas as etapas da Pesquisa como partes do processo no qual as dimensões simbólica, histórica e concreta se ligam a valores, opiniões, crenças do grupo de *interlocutores* (MINAYO; SANCHES, 1993).

Porém, no debate acerca da natureza do conhecimento científico, existem filósofos que concebem a existência de apenas uma ciência, e outros que defendem concepções plurais de “ciências”. Para Furlan (2002), existem dois modos principais de se conceber o desenvolvimento da ciência. Um modo baseado numa concepção de história interna, em que a ciência seria originada por questões intrínsecas ao próprio desenvolvimento científico. E outro modo que seria baseado numa concepção de história externa, em que a relação com fatores psicossociais é tida como indissociável da origem do conhecimento científico.

Assim, a discussão sobre cientificidade pode ser entendida em diferentes níveis. Posições de pesquisadores ligados à tradição interpretativista, por exemplo, defendem que as abordagens qualitativas em Ciências Sociais podem atender aos requisitos da tradição científica. Outros defendem que os critérios tradicionais de cientificidade são irrelevantes, pois as Ciências Sociais constituem um outro tipo de ciência (ALVES-MAZZOTTI, 2002).

Há também quem, como eu, defenda que é preciso (re)construir critérios, mas buscar uma maior problematização ligadas às pessoas pesquisadoras, uma vez que somos seres de relação. Foi indispensável incluir, na pesquisa, aspectos afetivos ligados a ela e refletir sobre a relação com *interlocutores* a partir da compreensão do meu lugar no mundo engendrado como mulher cis, jovem, de classe média, branca, heterossexual, habitante da capital do estado, cheia de privilégios.

A saber: a compreensão de ciência do projeto de Pesquisa debatido foi baseada numa ideia de “história interna-externa” do desenvolvimento científico, uma vez que o rompimento com a cisão do que é “interno” e “externo” e a adoção de uma compreensão necessariamente relacional entre ambos são considerados imprescindíveis na perspectiva pós-estrutural. Além

disso, defendo a importância de combatermos, também, o dualismo entre ciência e arte, no sentido de reconhecermos as “não-ciências” como empreendimentos de saúde. É justamente o caso, por exemplo, da Psicanálise.

Todos esses debates envolvem ideias de autores diretamente envolvidos na história da ciência, que não deve ser vista como um mero processo de acumulação sem rupturas (FURLAN, 2002). Na Psicologia e na Psicanálise, é indispensável não perder de vista que lidamos com fatos irrepetíveis e instáveis, assim como a própria história da construção do conhecimento científico, como afirma Gergen (2008).

Diante de diversas tentativas de definir enunciados científicos, ao menos, hoje, alguns pontos são, predominantemente, consensuais: uma experiência científica absolutamente “pura”, ou seja, construir ideias que surgiriam sem qualquer interpretação, é uma falácia (FURLAN, 2002). Além disso, existe a impossibilidade da noção de ciência como instância de reflexão puramente individual, e admite-se que *o ideal das ciências naturais nunca se realizou em absoluto*, nem mesmo nas suas próprias pesquisas, e também não deu conta para as demais ciências- o que é diferente de dizer que “vale tudo na ciência” (ALVES-MAZZOTTI, 2002).

Nesse difícil processo de definir “ciência”, existe uma conhecida pretensão em afirmar o conhecimento científico como neutro e/ou superior aos demais (ALVES-MAZZOTTI, 2002). Esses aspectos foram problematizados neste Projeto de Pesquisa a partir da adoção de uma concepção crítica sobre a ciência contida numa noção de uma combinação de significantes: “*pesquisa-inter-invenção-psicanalítica-contracolonial-feminista*” (PERUCCHI, 2014; SANTOS, 2020; FIGUEIREDO, 2003; HARAWAY, 1995).

Vejamos, portanto, termo a termo, o que significa essa classificação. A ideia de trabalhar com o termo *inter-invenção* envolve a combinação fluida de dois verbos: *intervir* e *inventar*. De acordo com Lopes e Diehl (2012), o verbo *intervir* se liga à ideia de quebra, rachadura, tensionamento. Isso se constrói na medida em que “*intervir*” pode promover a reconfiguração de uma situação que acontece no fluir das conversações humanas e, portanto, das posições subjetivas.

Já Virgínia Kastrup (2012) considera que o verbo *inventar* envolve o trabalho com “restos”, o que é diferente de uma suposta iluminação “súbita” distanciada de um contexto histórico. Assim, a invenção aí se relaciona não só com a dimensão original que se ocupa das tentativas de construção de “solução” para os problemas na Pesquisa, como também com a própria (re)criação de problemas. Dessa forma, combinados, intervenção e invenção podem, dialogicamente, (re)produzir tensionamentos históricos e subjetivos de forma contínua e subversiva.

A ideia de inter-invenção pressupõe, assim, a tentativa de inventar, junto com os interlocutores, as próprias formas de comunicação. De acordo com a Pedagogia da Esperança de Paulo Freire (1992), isso se dá através da busca por possibilitar, nas classes populares, o desenvolvimento de sua própria linguagem, que jamais deve ser tolhida pela linguagem dos acadêmicos. Ou seja, envolverá o exercício ético da horizontalidade (ADRIÃO, 2014) na relação com o campo, aquela em que os lugares estão posicionados, mas não através de uma relação de opressão, e sim de reconhecimento dos diferentes (des)privilégios que o constituem no espaço *entre* mim, pesquisadora e *interlocutores*.

De acordo com Lugones (2014), a transcendência da diferença colonial só pode ser feita a partir da construção de um novo terreno epistemológico. Esse novo terreno envolve a leitura da relação entre colonizador e grupos colonizados em termos de geração, gênero, raça, classe e sexualidade. Envolve a crítica ao eurocentrismo como forma de controle e produção de subjetividades através de dinâmicas racializadas, já que a modernidade organiza o mundo, de forma aniquiladora, em categorias universalizantes.

A colonialidade participa de cada aspecto da vida pela circulação do poder em diferentes níveis: corpo, trabalho, lei, tributos e territórios através da lógica do capital (LUGONES, 2014). Assim, dentro da perspectiva contracolonial feminista, a construção do conhecimento localizado (HARAWAY, 1995) permite problematizar quem está invisibilizado na produção do conhecimento científico.

A sua crítica compreende as dinâmicas de gênero como parte impossível de dissociar das relações raciais, econômicas e epistêmicas (SANTOS, 2018). Compreende também que as fronteiras de onde são formulados conhecimentos como não apenas geopolíticas, e se propõe a partir das perspectivas de vivências de *sujeitos* colonizados (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Além disso, a dimensão da afetação e o lugar das emoções também é digno de nota nessa epistemologia, já que também há um conhecido incômodo da tradição científica em que as emoções são consideradas prejudiciais ao conhecimento (JAGGAR, 1997). Isso porque os pressupostos da pesquisa feminista nos convidam, além de trabalhar a partir das relações e não das dicotomias, a refletir nos termos de mobilizações afetivas construídas nas relações com o que está ligado à Pesquisa; o que é diferente de adotar uma escrita subjetivista ou puramente renarcisante.

Acerca do termo “clínico”, o objetivo aqui foi de desenvolvê-lo a partir da Psicanálise. Apesar de interligadas, de acordo com Luís Cláudio Figueiredo e Marion Minerbo (2006), existe uma certa distinção entre “pesquisa em Psicanálise” e “pesquisa com o método

psicanalítico”. Primeiramente, é necessário marcar que para uma Pesquisa em Psicanálise²⁹(conceitual), não é necessário, embora recomendável, que exista uma pessoa psicanalista pesquisadora envolvida, diferente da utilização do método clínico psicanalítico na Pesquisa, onde a presença “da pessoa psicanalista é incontornável”, já que envolve a questão da escuta.

Assim, acredito que, no caso desta Pesquisa, utilizei alguns conceitos psicanalíticos, ao mesmo tempo em que também me orientei pelo seu método de escuta do Inconsciente. Nesse momento, assim como Winnicott (2011, p.173) acho que é pertinente questionar: “Será que justamente aqui a ciência se divide em pesquisas aceitáveis e pesquisas que dizem respeito ao inconsciente?”.

Certamente, para os que compreendem a ciência como forma de padronização e racionalização sim, há uma divisão. Se, como afirma Winnicott (2011. p.171), existem dois caminhos para a “verdade”, que são o poético e o científico, então esta Pesquisa se ampara na tentativa de romper esse binarismo. Afinal: “ O vínculo entre a verdade poética e a verdade científica se encontra, com certeza, nas pessoas- em mim e em você”.

Assim, entre o científico e o poético, é preciso marcar, ainda, que a escuta nesta Pesquisa se deu de maneira distinta de um outro tipo de “pesquisa subjetiva”, justamente o que faço constantemente nos atendimentos “estritamente clínicos”, o que não impede que possíveis efeitos terapêuticos (alivia-dores) tenham existido. Desse modo:

Pesquisas em psicanálise com o método psicanalítico podem ter como alvo, entre outros, processos socioculturais e/ou fenômenos psíquicos transcorridos e contemplados fora de uma situação analítica no sentido estrito (embora também aí se constate uma dimensão clínica e se observem efeitos terapêuticos). (FIGUEIREDO & MINERBO, 2006).

Existem produções também entre o científico e o poético nos estudos sobre sexualidades e dissidências, nos quais o termo “ativismo” vem marcando as tensões entre arte e política, sendo utilizados para ampliar as compreensões sobre [...] “a potência da arte como criadora de novas ações, linguagens e como ato de resistência e subversão. Não é de tempos recentes que as artes começam a ser utilizadas como instrumento de ação política”, relembra Isabela Meira (2019).

Além disso, científico e poético é uma relação que autoras feministas como Grada Kilomba (2016), por exemplo, em “descolonizando o conhecimento: uma palestra performance” e Jota Mombaça (2021) vão trazer como possibilidade potente de *fissura na*

²⁹ Winnicott(2011, p.173) também ressaltava que “a pesquisa psicanalítica não pode ser restringida ao padrão que se adapta à pesquisa nas ciências físicas”.

ferida colonial. As autoras consideram a própria linguagem conceitual como uma herança colonial e, por isso, “a linguagem transgressora da arte”, como denomina Sandra Azerêdo (2010) pode fraturar feridas subjetivas e epistêmicas, subvertendo assim silenciamentos e violências sofridas nos processos de colonização.

Diante disso, considero o *método inter-inventivo psicanalítico contracolonial feminista* como um tipo de “psicanarte”, assim como se refere Silvia Almoedo (2012) à Psicanálise. Dentro dessa psicanarte, para falar da relação entre a pessoa pesquisadora e a pessoa interlocutora considero, de acordo com Monteiro (2012), que uma boa metáfora é a de uma folha de cera que toca, mas também se descola do outro.

Afinal, a pesquisadora-clínica é marcada pelo sofrimento do outro, uma vez que o seu inconsciente, devidamente instrumentalizado, jamais poderá ser dispensado do exercício dessa escuta. Para Figueiredo e Minerbo (2006), a entrega da pessoa que pesquisa ao seu objeto de estudo é deixar-se fazer junto com ele, construí-lo durante a interação que necessariamente modifica ambos, *pesquisadores e interlocutores*.

Nesse sentido, este trabalho compreende que as emoções são necessárias para a construção do conhecimento, interligada com a noção diferenciada de objetividade na epistemologia feminista (HARAWAY, 1995). Ora, não é justamente uma tarefa clínica a de catalisar afetos, como se refere Ferenczi (1909/1988), mais especificamente, ao falar sobre a clínica psicanalítica? Uma certa catálise, atração de afetos, foi também minha função como pesquisadora, tanto na construção e escuta nos momentos de entrevista, como na escrita.

Assim, apesar de distinta de um encontro “tradicionalmente” clínico, a tarefa clínica desta Pesquisa foi praticada, através da única forma que nos é possível: do exercício da famosa “escuta clínica”. A escuta clínica, de modo geral, é aquela que ajuda as pessoas a se escutarem melhor, é o nosso ganha-pão como psicólogos e psicanalistas, como afirma Dunker e Thebas (2019).

Mais especificamente, é “a escuta das pessoas e dos seus mundos, em meio à alegria e miséria, passando do sofrimento para a capacidade de mudar o mundo e a nós mesmos” (DUNKER & THEBAS, 2019, p.25). É precisamente essa escuta que pode fazer o sujeito se posicionar diante de seu sofrimento de uma maneira diferente. Assim, a escuta clínica psicanalítica ampliada corresponde a uma *ética* da escuta dos “não ditos”, daquilo que ainda não é consciente nos indivíduos e na sociedade. É uma escuta propiciadora do “vir a ser” subjetivo, o que difere de uma “psicologização do social” (FIGUEIREDO, 2003).

Tal escuta envolve o trabalho com os marcadores sociais e com as afetações na construção da relação com nosso objeto. A objetividade feminista nos convida a “sair” do

suposto lugar de neutralidade e assumir a “realidade” sempre parcial e ficcional que (re)construímos na Pesquisa, reconhecendo que a realizamos sempre a partir de determinados lugares sociais.

Assim, nesta Pesquisa, considero que foi feita a tentativa de uma *atitude clínica*, visto que ela “[...] pode se manifestar em outras condições e sempre terá como efeito a transformação das partes em jogo, o “objeto” e o “sujeito” da pesquisa” (FIGUEIREDO & MINERBO, 2006, p.260). Nesse sentido, além dela, a tentativa foi de realizar também uma *atitude inter-inventiva, contracolonial e feminista*. Para todas, a ideia é que haja transformação e ampliação dos olhares no encontro, tanto em mim, pesquisadora, como nas pessoas interlocutoras. Para todas essas perspectivas, os “depoimentos”, longe de serem “versões únicas”, foram (re)criados somente a partir dessa relação em que estavam as pessoas interlocutoras fora de suas interações habituais.

A partir de tais reflexões metodológicas e também com a análise localizada adiante, esperamos ter contribuído com alguma espécie de novidade, para alguns debates, por vezes, considerados “inimigos” pela própria academia. A saber: o da Pesquisa e o da Psicanálise, e o da Psicologia Social e Psicanálise, afinal, “na academia ou fora dela, uma pesquisa (com o método psicanalítico) é sempre capaz de trazer novidades (à própria Psicanálise)” (FIGUEIREDO, 2006, p.259). Continuamos então com a reflexão metodológica. Os fatores que foram situados a seguir: a entrevista, o diário de campo e o diário íntimo; os passos que foram dados junto com o campo caracterizado e suas dimensões éticas e, por fim, foram comentados os procedimentos de análise.

12.2 Reflexões sobre a Análise de Narrativas: fato social é fato clínico

Etimologicamente, do grego *análysis* vem de *analýein*, isto é, “aná”, para cima e “lýein” soltar, afrouxar, decompor (KUPERMANN, 2017). Afrouxar a censura, com o objetivo de “soltar” o sujeito em relação ao seu desejo, é, muitas vezes, o trabalho da Psicanálise. Bem como “decompor” os elementos que supomos fazer parte do sofrimento psíquico, tentando compreender o todo, é algo que buscamos na nossa prática psicanalítica cotidiana. Inclusive, como “decompor” significa separar, dividir, podemos perceber que analisar é, portanto, sinônimo de diferenciar.

Segundo Freud (1923), o sujeito do inconsciente é um sujeito de herança, se constitui a partir de identificações de uma matriz familiar/social que outorga lugares, estabelece ideais, pressupõe conflitos, projeta desejos. E daí, muitas vezes, a importância de poder se diferenciar de muitas dessas identificações para não se distanciar de seu próprio desejo, é o trabalho de

desalienação da análise. Assim, compreendo que, no caso da prática da Psicanálise, analisar significa, em última instância, *facilitar o encontro com nossas próprias diferenças e desejos*. Mas, e no caso da análise das narrativas desta Pesquisa, o que esta significa?

Sem dúvida, considero que a realização das entrevistas deste estudo foi, sim, uma tarefa clínica, na medida em que *fato social* e *fato clínico* não se opõem: são interdependentes. Durante os encontros intersubjetivos na situação de entrevista desta Pesquisa, interlocutores moldaram, versaram suas histórias de (des)esperanças. Ou seja, a ideia de “inclinarse” (ligada à própria origem do termo clínica), foi essencial para a escuta das narrativas neste estudo. Assim:

A Psicologia Clínica necessitou expandir a concepção do fato clínico, quando admitiu que, em determinados fatos sociais (entre eles, a desigualdade social, a liberdade sexual, a intolerância com as diferenças, o racismo, a corrupção, o tráfico de drogas, o trabalho escravo, o desemprego, a fome, a miséria, a violência, o terrorismo e as guerras para a manutenção do capitalismo desumano), e em fatos naturais (como as catástrofes ecológicas), estão presentes sofrimentos humanos e grupais, que exigem intervenções terapêuticas cada vez mais inovadoras.”(NERY & COSTA, 2008, p.242).

Defendo também que toda pesquisa qualitativa tem potencial inter-inventivo (PERUCCHI, 2014), ou seja, em que se inventam tensões e promovem mudanças. Ainda que essas não sejam sempre o ponto de partida de toda Pesquisa Qualitativa em Psicologia, acredito que acaba, quase sempre, sendo ao menos um dos pontos de chegada. Portanto, aqui me dedico a desenvolver mais o termo “clínica” contido na classificação desta pesquisa como “*pesquisa-inter-invenção clínica contracolonial feminista*”. Para tanto, instigarei reflexões sobre algumas semelhanças e diferenças entre a Análise de Narrativas desta Pesquisa e o trabalho clínico que pratico, mais especificamente, de análise na clínica psicanalítica.

Sobre as semelhanças, inspirada em Nery e Costa (2008), afirmo que a observação *acurada*³⁰ do ser, a escuta do Inconsciente, do sofrimento psíquico e a expressão da subjetividade (que também se constrói durante as entrevistas de análise e de Pesquisa) são elementos indispensáveis na prática clínica psicanalítica. E sim, todos eles estiveram presentes na realização das entrevistas desta Pesquisa.

Do mesmo modo, reitero também que o que ocorre no trabalho entre psicanalista e analisando não deixa de ser uma grande *pesquisa* acerca das narrativas do analisando e da construção de seu sofrimento psíquico, assim como envolve pesquisar, incansavelmente, os

³⁰ A grafia original seria “acurada”, escrita de forma conjunta, sem hífen, no sentido de “minuciosa”. A separação da palavra em “a-curada” possibilita também a tentativa de fazer circular o sentido crítico sobre “cura” da Psicanálise, debatido na Introdução da tese.

meios disponíveis e inventivos de cuidar de suas dores. Winnicott (2011, p.173) resume muito bem isso ao afirmar: “Todo analista faz pesquisa, mas não uma pesquisa planejada enquanto tal, pois o analista precisa seguir necessidades que se modificam e os objetivos da pessoa em análise”.

Além disso, ainda que a entrevista da Pesquisa tenha sido dirigida a objetivos específicos, a associação livre, única regra fundamental da Psicanálise (FREUD, 1912), foi também chave nessa escuta. Ela foi crucial em vários momentos da entrevista, ainda que esta última tenha sido previamente roteirizada, o que não é possível numa sessão de análise.

Porém, como é próprio das entrevistas semi-estruturadas (POUPART,2012), a proposta não foi, e nem poderia ser, seguir à risca o roteiro nas entrevistas de uma pesquisa que se propõe inter-inventiva, psicanalítica, contracolonial e feminista. Afinal, compreendo que todas essas marcas pressupõem, de algum modo, a linguagem como polissêmica, contraditória, “contingente”, como defende Richard Rorty (2007), em que as palavras ganham seu sentido apenas com seu uso dentro de determinadas relações de poder. Desse modo, a própria escuta vai necessariamente (des)ordenar e modificar o roteiro, pois a imprevisibilidade da linguagem é algo inerente a qualquer tipo de encontro entre seres humanos.

Como, por exemplo, no caso de Frank, que chegou com muita demanda de fala e “invadiu” a sala com muitas histórias, de modo que não foi possível utilizar as imagens das cartas como “disparador” (escutei que suas dores já haviam sido “disparadas”). Ou como no caso de Mel, que, por exemplo, disse que quando via uma psicóloga, já dava “vontade de chorar”, e precisamos pausar mais vezes do que o habitual.

Assim, apesar de distinta de um encontro “tradicionalmente” clínico, a tarefa clínica desta Pesquisa foi praticada, através da única forma que nos é possível: da famigerada “escuta clínica”. Essa escuta clínica pode ser traduzida, em Psicanálise, mais ou menos como “[...]a entrada na conversa analítica, essa conversa diferente, em que as palavras são ouvidas em seus múltiplos sentidos, em que se diz coisas sem saber que as está dizendo” (ROSENFELD, 1998, p.35).

Para inter-vir clinicamente, tanto na Psicanálise, como numa atividade formalizada de Pesquisa, *nem sempre* é necessária uma grande interpretação metafórica. Mas sempre é necessário, de fato, *escutar*. Temos, inclusive, que ser bastante cuidadosos com esse metaforizar, para que não seja desastroso dentro da(s) história(s) do sujeito, que é interligada por inúmeros significantes, e que não suscite, assim, de eco em eco, um “despencar subjetivo”, como sugere Helena Rosenfeld (2008). Ou seja, a interpretação tem que dar conta de uma

alteridade, não pode ser pura construção. Por outro lado, a interpretação transforma tal alteridade, não pode ser pura reconstrução (ROSENFELD, 1998).

Os momentos poéticos numa análise não são sempre frequentes, e quando surgem, tem muita força, pois a emoção que os acompanha é uma emoção peculiar, silenciosa; e, muitas vezes, não é necessária nenhuma palavra (ROSENFELD, 1998). Desse modo, é *difícil precisar* quais palavras, olhares, atrasos, sorrisos, imagens e sentidos promoveram mais deslocamentos subjetivos numa relação entre analista e analisando e entre pesquisadora e *interlocutores*.

Ao mesmo tempo, foi imprescindível identificar o que poderia ou não ser trabalhado naqueles dois encontros durante a Pesquisa. Afinal, a entrevista na relação entre analista e analisando se propõe a compreender (algo sobre) a gênese do sofrimento psíquico e os meios de cuidá-lo através do trabalho da análise (KUPERMANN, 2017), sendo a duração de cada processo de análise, necessariamente, indeterminada.

De outra maneira, a entrevista inter-inventiva clínica não pode aprofundar-se nos tensionamentos subjetivos, buscar psicodiagnósticos ³¹e/ou ainda uma arriscada promoção apressada por retificações subjetivas. E como sinal da importância da continuidade da escuta clínica, nos moldes mais contínuos, foi que, das cinco pessoas interlocutoras, quatro aceitaram encaminhamentos para acompanhamento clínico em um Serviço de Psicologia Aplicada³², o que demarcou a limitação do trabalho da Pesquisa em relação às demandas identificadas.

Assim, nesta “*pesquisa-inter-invenção-clínica*”, a entrevista foi direcionada para escutar, especificamente, as narrativas sobre esperança, com prazo já antecipado de início, meio e fim, através de um convite meu, como psicóloga, e, portanto, pesquisadora que se interessa pela singularidade do sofrimento psíquico. De modo que a duração foi pré-determinada, mas a função inter-inventiva, da entrevista, a escuta clínica e a ética do cuidado permaneceram como princípios norteadores dessa atividade.

Sobre a ética do cuidado, essa se constrói a partir da busca por cultivar uma espécie de equilíbrio dinâmico entre as diferentes formas de presença, implicada e reservada, como sugere Figueiredo (2007) referindo-se à figura da pessoa psicanalista. Ou seja, ainda que conhecendo a dificuldade em praticar com “exatidão” essas presenças, foi preciso, também durante a entrevista, compreender os momentos em que eu devia simplesmente acolher, de outros em que

³¹ Tampouco nos preocupamos em realizar as ditas três principais funções da entrevista de acordo com a Psicanálise Estrutural, a saber: a função sintomal, transferencial e diagnóstica (QUINET, 1991).

³² Além do Serviço de Psicologia Aplicada da Faculdade Esuda em Recife, um dos interlocutores mudou-se para Caruaru, e foi encaminhado para um SPA de sua atual cidade. Aqui também registro o meu agradecimento à psicanalista em formação (estamos sempre em formação) Vera Gabrielly, ex-aluna da Graduação do curso de Psicologia da Esuda, quem ofereceu vagas no seu consultório particular para acompanhamento de uma das interlocutoras da pesquisa, sem custos.

senti que devia interpelar ou reconhecer ou ainda calar ou esperar. Assim, essa Análise de Narrativas co-produziu seus “dados” numa visão ampliada da ideia de “narrar”.

Foi fundamental me debruçar sobre fatores como: tensões envolvidas naqueles relatos e na relação ali construída (entre pesquisadora e *interlocutores*), sentimentos e questionamentos sobre o tema em análise, entonações de voz e velocidade da fala (NUNES et al., 2017). Alguns desses elementos foram, assim, detalhados mais adiante, no que diz respeito à realização de cada uma das doze entrevistas.

Por fim, destaco que, como parto também de uma epistemologia contracolonial, feminista e psicanalítica, a análise de narrativas exigiu interpretações que consideram impossível observar e/ou interpretar de forma neutra, ou seja, sem produzir qualquer tipo de afetação. Dessa forma, partiu da noção de que a própria análise formará uma nova narrativa afetada diretamente por mim, pesquisadora. É importante destacar que não apenas os conteúdos construídos nas entrevistas participaram da análise, como também aqueles do diário de campo.

Dessa maneira, tal narrativa foi construída através da comunicação, *no entre* pesquisadora, e *interlocutores*, antes, durante e depois do momento da entrevista. Além disso, parti do princípio de que os relatos do passado são potentes para a projeção para o futuro. Afinal, a projeção de futuro e histórias do passado se presentificaram em *narra-ções* não lineares, afetadas por muitos fluxos de intensidades afetivos. Tal noção de Análise de Narrativas é, assim, puro movimento (MUYLAERT et al., 2014).

Desse modo, as principais fases da entrevista narrativa foram: preparação (exploração do campo, formulação do problema de pesquisa), iniciação (formulação do tópico inicial para narração, quando contei com ajuda visual), narração central, fase de perguntas e fala conclusiva (MUYLAERT et al., 2014). Tais fases foram detalhadas no roteiro localizado nos apêndices.

12.3 Sobre adotar entrevistas, imagens e quadrinhos

A entrevista é uma técnica de comunicação simbólica amplamente utilizada na Pesquisa em Psicologia, que pode ser definida como uma forma de arte de fazer falar o outro (POUPART, 2012). Ela envolve a habilidade de uma escrita que tenta desenhar contornos mais precisos para o que narra o *interlocutor* através dos (des)encontros em territórios desconhecidos (SOUSA, 2012). Nesse processo de (re)conhecimento das diferenças, costumamos reafirmar a importância de trabalhar através do movimento de familiarizar o que nos é estranho e estranhar o que nos é familiar (DA MATTA, 1978).

É uma tarefa difícil, pois trata-se de abrir-se para a escuta do inédito a partir da compreensão da presença de muitas vozes além daquelas da pesquisadora e das(os) entrevistadas(os). Ou seja, compreender a elaboração das perguntas e respostas como produções necessariamente coletivas de *sujeitos* multiplicadores de saberes e afetos.

Assim, o deslocamento e o descentramento exigidos na arte de entrevistar alguém é como inaugurar uma espécie de exílio, no sentido de poder apresentar-nos ao estrangeiro que nos habita (SOUSA, 2012). Pode se construir um fluxo de intensidades que nem sempre é possível de nomear (FAVRET-SAADA, 2005) no qual não será possível acessar a integralidade do que está sendo comunicado, uma vez que a Linguagem é contingente e necessariamente constituída por ruídos (RORTY, 2007).

Na entrevista narrativa, rompemos com o modelo tradicional baseado em perguntas e respostas. Considera que a originalidade dos relatos e o aprofundamento nas histórias combinam contextos, sentidos, crenças e valores que participam das relações construídas pelos *interlocutores* em suas trajetórias de vida (MUYLAERT et al., 2014). De todo modo, é possível previamente elaborar possíveis questões nesse modelo de entrevista, como fizemos no roteiro.

Assim, é importante lembrar que essas perguntas trataram de tentar acionar pontos de partida, mas que é sempre preciso um mergulho profundo no contexto para que eles sejam bem construídos. Foi necessário compreender que às vezes as respostas podem vir em formas de perguntas, de gaguejos (SOUSA, 2012) ou em forma de silêncios que também comunicam.

Desse modo, foi indispensável o respeito às pausas e ausência aparente de fala, onde, inclusive, pudemos “encontrar” a esperança narrada, afinal, importou considerar também o “silêncio como uma esperança, uma pausa necessária para ouvir o primeiro som, inédito, que ainda não conhecemos” (SOUSA, 2012, p. 86).

De acordo com Muylaert et al. (2014, p. 193), “a narratividade é uma forma artesanal de comunicação cujo objetivo é veicular conteúdos a partir dos quais as experiências subjetivas podem ser transmitidas”. As narrativas são, assim, uma cadeia de signos com sentidos culturais e/ou singulares, que por sua vez, não existem um sem o outro. Por tratarem da dimensão da singularidade, partimos dos pressupostos de que as narrativas podem operar de diversas formas, inclusive em imagens imóveis, como é o caso de fotografias. Ou seja, materiais visuais também constituem narrativas (SQUIRE, 2014).

A “leitura” de histórias na relação com as(os) *interlocutores* pode, portanto, “mudar ou se romper entre universos sociais, culturais e históricos distintos” (SQUIRE, 2014, p. 2). Assim, a concepção do uso das narrativas nesta pesquisa não preconizou a ideia de uma linearidade temporal, pois existe também a dimensão espacial e suas extensões (SQUIRE, 2014).

Ou seja, a compreensão das narrativas esteve para além de uma sequência dificilmente cronológica dos fatos, que são sempre ficcionais. Isso porque também partimos da noção de que fato e ficção não se opõem (AZERÊDO, 2010), distinção considerada também impossível em Psicanálise. Ou seja: não existe a realidade não ficcional a ser “descoberta” no momento da pesquisa, mas sim uma nova “realidade” inventada ali; não existem narrativas pré-linguísticas.

Desse modo, o que existem são versões de realidades subjetivas socialmente construídas. Assim, através do método das narrativas, nos baseamos na relação entre vozes, escuta, imagens e escrita, como afirma Squire (2014). E nessa perspectiva epistemológica e ética da presente Pesquisa, é preciso decolonizar nosso Inconsciente (VEIGA, 2019) nossas visões e interpretações. Afinal, vivemos num “país onde todas as as formações do inconsciente são europeias, brancas”. (GONZALEZ, p. 321)

Para isso, trabalhamos com a ideia de que existe uma conexão de caráter colonial entre dominação e representação. Por isso, foi importante oferecer material para palavras que nomeiem as dores que podem surgir dessa relação, caso contrário, não existirem, tampouco, palavras para articular vivências prazerosas (hooks, 2019).

Mais especificamente ao pensar sobre a questão do uso de imagens e representatividade, bell hooks (2019) denuncia a luta necessária para romper com modos racistas e hegemônicos de ver, pensar e ser. Tais modos dificultam a capacidade das pessoas negras de se inventar de modos libertadores, se imaginar e se descrever. É preciso interrogar criticamente velhas narrativas, também fomentando maneiras alternativas de contemplar a subjetividade de pessoas negras e o debate sobre branquitude, uma vez que são inseparáveis.

De modo geral, a ideia, portanto, foi de criar, com o método da pesquisa, “gestos de desobediência” (hooks, 2019, p. 37) e utilizar a entrevista com o objetivo maior de questionar, ainda que, com outras palavras: “com quais imagens (des)esperançamos?”. No entanto, sabemos que a eficácia do método da entrevista está justamente quando se trata de saber das suas limitações e ao mesmo tempo da sua apreciação como método privilegiado para a denúncia de uma “realidade” social/subjetiva (POUPART, 2012).

É nosso trabalho compreender que escutar o outro é como nos tornar hospedeiros de um vírus, e que devemos passá-lo adiante. No entanto, escutar com qualidade é algo que se aprende em constante movimento: é uma arte que envolve riscos (DUNKER; THEBAS, 2019). Entre esses riscos, está justamente o de não compreender que entrevistar é sempre uma ação inacabada em que é necessário esperar o tempo do outro (SOUSA, 2012). Existe o tempo para ressoar, em ambos entrevistadores e entrevistados, as possíveis respostas e também a construção de novas perguntas.

Assim, para sistematizar e simbolizar muitas das afetações desta Pesquisa, ou seja, para compor o conjunto de práticas de escritas aqui envolvido, me inspirei também no uso (ainda que tímido) de um diário de pesquisa. Consistiu numa técnica que colocou em prática minhas observações da pesquisadora e que aqui não foi considerada como exclusiva de nenhuma disciplina ou método, como é o caso, por exemplo, do conceito de diário de campo para a Etnografia (WEBER, 2009). O diário de pesquisa permitiu sistematizar observações, descrever, e problematizar os lugares sociais que ocupavam *interlocutores* e eu, pesquisadora (WEBER, 2009), o que facilitou a análise das assimetrias de poder aí envolvidas.

Assim, o diário de pesquisa se entrelaçou com o diário íntimo, no qual foram incluídos meus humores as emoções vivenciadas a partir da relação com a pesquisa. Ambos possibilitaram, ao fim, a construção de uma espécie “autoanálise”, que, via de regra, será sempre incompleta. Após a escrita dos diários, alguns fragmentos foram utilizados para análise das entrevistas.

Por fim, foi importante destacar, como Figueiredo (2008, p.168) que não se combate a “desesperança congênita” e tampouco a “depressão” (compressão da esperança como estado subjetivo) com “*discursos otimistas e esperançosos*”. Ao contrário, devemos exercitar “a corajosa determinação de encarar e falar abertamente do mais difícil e menos esperançoso que há”. Foi assim que apostamos que *a escuta* proporcionada pelos momentos das entrevistas com jovens nesta Pesquisa pudesse, de forma cuidadosa, *abrir* um pouco *esse espaço* para a narração de suas histórias e *não já previamente ocupa-lo com alguma “receita esperançosa”*.

12.4 O elemento “Dixit”: estética da (des)esperança

O jogo de cartas “Dixit” lançado em 2008, foi criado pelo francês Jean-Louis Roubira, psicólogo infantil e designer de jogos. O jogo, na sua versão original (a mesma que utilizamos nas entrevistas) contém 84 cartas grandes ilustradas ³³por Marie Cardouat. A beleza e criatividade das imagens criadas nas cartas chamaram muito a minha atenção e logo adotei o jogo nos atendimentos clínicos.

O jogo funciona da seguinte maneira: no início, são distribuídas seis cartas para cada pessoa jogadora. Essas cartas contêm imagens as quais o criador do jogo denominou como inspiradas nos seus medos, desejos e fantasias de sua infância.

³³ Podem ser adquiridas novas cartas para inovar o jogo, como que “extensões” ou ainda outras versões, com regras um pouco diferentes. De todo modo, é na relação da imagem com a palavra que está o principal desafio do jogo. Outros ilustradores, além de Marie Cardouat, participam da renovações das imagens. Além disso, o jogo foi premiado em 2009 como “Jogo do Ano” em Cannes.

A cada rodada, uma pessoa diferente assume o papel de narrador. Ela escolhe uma carta que está secretamente na sua mão, dá uma dica relacionada com a imagem (uma palavra, uma frase, uma música) e a coloca na mesa sem revelar a ilustração. Os demais jogadores escolhem uma carta da própria mão que mais combine com a dica, e então se revelam todas as cartas. O objetivo é descobrir de quem é a carta do narrador.

Desse modo, para poder atender mais diretamente aos objetivos desta Pesquisa, decidi realizar as entrevistas apenas com as imagens do jogo, que tem um forte apelo estético às emoções. Considerarei essa escolha como algo muito importante para o trabalho de tese, na medida em que a própria noção de estética pode ser definida como “partilha do sensível” (RANCIÈRE,2017).

Assim, numa atmosfera de partilha de confiança e de ofertas para os sentidos, sobretudo, da visão, fizemos uso da própria ideia central do jogo, que está baseada numa comunicação por interpretação de imagens. Logo, também na comunicação inconsciente. Afinal, já diria a própria Nise da Silveira (1992, p.21): “a criatividade é o catalisador por excelência das aproximações de opostos”.

Um dos principais objetivos que considero existir no trabalho inter-inventivo de uma pesquisa é o exercício da criatividade do sujeito. Criatividade para poder nomear, simbolizar, significar o que ainda carece de sentidos e que causa sofrimento para o sujeito, e criatividade para eventuais reposicionamentos subjetivos. Criatividade para integração de experiências não simbolizadas e criatividade para mudança. É por isso que Safra (1995) enfatiza a importância de que o terapeuta (ou, acrescento, analista, pesquisadora) favoreça o surgimento de condições que ajudem o sujeito a ter uma experiência simbolizadora capaz de tensionar sua perspectiva de mundo e sua visão de si mesmo.

Para que se promova esse viver criativo, na nossa perspectiva, o brincar é indispensável (WINNICOTT, 1971). O brincar que é diferente de brincadeira. Sim, pois o brincar é algo necessariamente espontâneo e implica um envolvimento ativo por parte de quem brinca. Nesse sentido, o brincar pode estar relacionado àquilo que não é brincadeira, que pode ser uma atividade com limites demarcados ou jogos institucionalizados. Assim, nos explica Winnicott (2000) que a “psicoterapia” se efetua na sobreposição do brincar, para o que aquele (psicanalista ou analisante) que não seja capaz de brincar, possa alcançar um estado em que o é.

Assim, apesar de ter usado o *Jogo “Dixit”*, este foi utilizado como tentativa de “disparar o desejo de brincar” e não propriamente competir por acertos como pede o tabuleiro. Afinal, não é possível brincar quando não se quer, da mesma forma que não é possível exercer a criatividade para a nomeação inédita e integração ou reposicionamento subjetivo quando não

se está disponível para tal. Ou ainda, quando há um ambiente invasivo, desintegrador. Por isso é que o brincar, e não a brincadeira, é o que importa no trabalho de uma pesquisa *inter- inventiva-psicanalítica-contracolonial e feminista*.

Por fim, acredito que me coube considerar aquilo que nos conta Clarice Lispector (2008, p.38) em seu conto “A menor mulher do mundo”: “[...] E considerou a cruel necessidade de amar. Considerou a malignidade de nosso desejo de ser feliz. Considerou a *ferocidade* com que queremos *brincar*. E o número de vezes em que *mataremos* por amor [...]”

Assim, foi escutando as narrativas e apostando ainda ser possível brincar, (isto é fantasiar, metaforizar, simbolizar) que considerei que o uso das cartas do jogo Dixit puderam incentivar novas *criações*, e assim a realização dos objetivos desta pesquisa tornou-se facilitada. A saber: Para que existissem *tais criações*, inevitavelmente, algumas mortes simbólicas foram narradas. Antecipo que, em geral, as pessoas jovens cis interlocutoras foram ferozes nesse brincar, e que puderam, ainda que sentindo as desesperanças dos seus momentos de mortes subjetivas, parecer favorecer o nascimento de novas formas de esperar.

12.5 O elemento História em Quadrinhos: (Des)enquadrando e bordeando narrativas

O que estamos insistentemente propondo é que o pensamento clínico-e também o político-deva dedicar-se à tarefa de refazer os laços entre esperança, fé, utopia e Eros como força de ligação entre o passado, futuro, presente, ligação entre nós. A essa aliança, em sua criatividade, talvez coubesse o atributo de poética (FIGUEIREDO, 2003, p.188).

De acordo com Cristina Xavier (2005), as histórias em quadrinhos se tornaram populares como meio de comunicação em massa por volta dos anos 20 nos EUA. Ela sofreu diversas diversificações de estilos, como super-heróis em quadrinhos, mangás japoneses, fanzines e graphic novels de todos os gêneros. Seu sucesso foi tamanho que chegou a ser perseguida:

Na década de 1950, seu poder de apaixonar e seduzir o leitor chegou a causar mal-entendidos, difamações e perseguições que quase a condenou a uma categoria marginal, sendo considerada um produto perigoso e pernicioso para a educação dos adolescentes norte-americanos. Acreditava-se que a HQ pudesse prejudicar os jovens das mais variadas e inventivas maneiras desde incitar comportamentos violentos, incentivar práticas homossexuais, ou provocar atrasos no desenvolvimento intelectual pois os desenhos levariam à preguiça mental! (XAVIER, 2005, s/p).

Assim, utilizar a história em quadrinhos nesta Pesquisa, com pessoas jovens que são, muitas vezes, marginalizadas, pareceu coerente e potente, uma vez que a sua própria história

remonta à ideia de marginalização. Os quadrinhos são versáteis e, a partir da sua linguagem lúdica, constitui-se como um recurso criativo que podem inter-vir no funcionamento psíquico de formas variadas (XAVIER, 2005).

Apesar do estilo dos quadrinhos aqui construídos não pertencerem exatamente ao gênero dos fanzines, é importante lembrar que essas “revistas mimeografadas, cujo nome é um neologismo formado pela contração dos termos ingleses fanatic e magazine”, de acordo com Branco (2015, p.741), muito nos ensina. De modo que, historicamente forjam resistências e liberdades, consistindo numa forma de arte política e, portanto, também clínica.

Assim, compreendo a construção de histórias em quadrinhos nesta Pesquisa como um importante lembrete de que o *clínico é também político*. Em nossa condição de viventes, somos atravessados pelas relações de poder engendradas pelos antagonismos e hostilidade entre humanos, ou seja, pelo político. Assim como também pelas tentativas de organizarmos esses antagonismos, ou seja, pela política, “em condições que são sempre conflituosas porque atravessadas pelo político”, defende Chantal Mouffe (1999, p.269/270).

Ou seja: quando tensionamos alguma narrativa, tensionamos vários ao mesmo tempo. Quando escutamos, clinicamente, histórias de sofrimentos, compreendemos que esses foram construídos na relação de antagonismos, disputas e perdas entre seres humanos, ou seja, no terreno (subjetivo) do político. Afinal, o “pessoal também é político”, já afirmava Carol Hanisch (1969).

Desse modo, inspirada em Safatle (2015), defendo *que, como clínicos, nós somos e cuidamos de corpos políticos, de seus regimes de afetos construídos dentro de regimes políticos*, e nossas inter-invenções podem contribuir para uma reorganização menos violenta de uma política dos corpos. Desse modo:

Não há política sem corpo [...] constituir vínculos políticos é indissociável da capacidade de ser afetado, de ser sensivelmente afetado, de entrar em um regime sensível [...] As metáforas do corpo político [...] também indicam a natureza do regime de afecção que sustenta adesões sociais (SAFATLE, 2015, p.10).

Aqui, cabe lembrar também da importância não só das imagens nos quadrinhos para reiterar uma relação de *cuidado dos afetos (clínico) dos corpos políticos*, mas da própria escrita, uma vez que ela é também política (RANCIÈRE, 2017). Foi a partir dessas compreensões que escolhi o formato das histórias em quadrinhos, que articulam o “visível e o dizível”³⁴, para

³⁴ Rancière (2017) define ordem política como articulação entre o visível e o dizível.

reunir personagens, eventos, sofrimentos e alegrias que escutei, guiada pela tentativa de compreensão das narrativas sobre esperança.

Foi dessa forma que o convite à atividade de narrar-se e re-narrar-se, ocorreu a partir também de uma oferta de “borda” construída, literalmente, pela história em quadrinhos. Num movimento de inter-vir (LOPES & DIEHL, 2012) inventivo, tensionamentos de “verdades” foram colocados em suspensão. Escolhi palavras específicas para subverter, brincar com as (des)esperanças e tentar representar, imagetivamente, a esperança singularizada que, em todas as narrativas, se mostrava, ao mesmo, necessariamente em uma relação com a coletividade.

Sobre a construção do roteiro, defini, primeiramente, que todas as histórias teriam quatro quadrinhos (um número pequeno para tentar ser mais assertiva), e todas começariam por “era uma vez”... Acredito que foi uma escolha por tentar transformar contos de, sobretudo, muito sofrimento em uma espécie de “mini conto de fada” em que os sentidos de algumas palavras e expressões puderam ser ampliados.

Por exemplo: a) na história de Ian, a cidade de *Arcoverde*, onde este cumpriu seu período difícil de internação, se tornou um “*arco-verde*” que o perseguia e que depois, pelo próprio Ian, cozinheiro, foi transformado num “*arco-íris*” através de uma receita que ele criou; b) na história de Frank, este repete algumas vezes que sua mãe o “*jogou na lata lixo*” quando nasceu; e, no fim dos quadrinhos, este está segurando o símbolo da *reciclagem*; c) na história de Alaska, aluna nota 10, existe a angústia *de não saber o motivo* do abandono de sua família, e descobre que não é possível “*saber de tudo*” e portanto pode *abandonar* essa ideia; d) na história de Mel, de *meldrosa* passa a aprender a degustar e dividir a *doçura do seu próprio mel*; e) na história de Catarina, que de menina *que perdia tudo* é obrigada a virar *mulher*, vive um encontro que a faz parar de *buscar por coisas perdidas* e poder ser *menina* novamente. A seguir foram escritos os detalhes dessas e outras histórias.

12.6 Passo a passo metodológico: pessoas interlocutoras; material; local e procedimentos de análise

A atuação como coordenadora de um Projeto de Extensão junto a estudantes de graduação do curso de Psicologia referido na Introdução deste trabalho (GEVIVE), a qual foi completamente inspirada na experiência do Mestrado no também citado “Ação Juvenil” (Projeto Diálogos/UFPE), foi o que mais diretamente possibilitou a abertura do desejo para a realização desta Pesquisa. Para especificar a questão da esperança nesse contexto, a escuta na clínica psicanalítica com crianças e jovens em tempos de pandemia foi decisiva.

Ao longo das nossas oficinas com o grupo de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas, percebíamos que, muitas vezes, as temáticas das discussões nos grupos eram reconstruídas para além das violências geracionais e de gênero e sexualidade. Ou seja, se interligavam com os episódios de violência familiar, policial, econômica e racial (FALCÃO et al, 2018). Isso significava que aquele grupo tinha sempre algo a mais para nos dizer e que nós precisávamos ofertar essa escuta de modo mais livre e diversificado.

Assim, a ideia inicial desta pesquisa foi convidar pessoas jovens desse grupo, agora egressos do cumprimento de medidas, para participarem desta Pesquisa sobre Esperança. Ao mesmo tempo, ao longo dos atendimentos clínicos, percebia que era necessário discutirmos esperança nas nossas pesquisas, pois a mesma é objeto “subpesquisado” na área. Considerei que só era possível compreender como promover saúde mental no cenário caótico e mórbido que estávamos vivendo na pandemia se compreendêssemos e desenvolvêssemos, todos, mais *sobre a habilidade do esperar*.

No entanto, por conta de uma desarticulação do grupo de jovens egressos conhecido que foi ocasionada, principalmente pela pandemia da COVID-19, soubemos que os mesmos não estavam mais frequentando a instituição filantrópica. Me vi e me senti recomeçando o encontro com o campo. Estava, de fato, diante de um grande impasse, ao não conseguir obter respostas para as minhas tentativas de contato com as pessoas jovens que conheci durante o referido projeto. E tampouco respostas efetivas da instituição, que continuava adiando o fornecimento de mais contatos de jovens do grupo, que inclusive, até o presente momento desta escrita, não obtive.

Em suma, vinha se arrastando, nessa relação, uma sequência de “bolos”, no sentido de “ausência” de respostas, tanto da instituição, como das três pessoas jovens do grupo com quem eu tinha tentado o convite-contato. “E agora?”, me questionei. “Como convidar pessoas jovens, egressas do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas, para participar da Pesquisa?”. Eis o trecho do diário de campo que detalhou um pouco esse processo:

Uma das minhas resoluções para o ano de 2022 foi abandonar definitivamente a ideia de convidar os jovens interlocutores da Pesquisa a partir do Antigo Projeto de Extensão-GeVive e sua vinculação com uma instituição filantrópica que realiza capacitação para jovens em situação de abrigo e de conflitos com a lei.

A dificuldade de comunicação com a instituição e ausência de respostas – uma vez que havia muito tempo que nem mesmo o grupo de jovens frequentavam a instituição, devido à pandemia- me levaram a buscar outros vínculos. O primeiro que busquei ainda no fim de 2021,

foi um vínculo feito de matéria de salvação, como diz Clarice, ou seja, um vínculo de amizade com um psicólogo que já havia trabalhado na Funase (Tiago Correia, muito obrigada!). Através dele, encontrei Jeditam Conceição, pedagoga, autora do livro “Diário de uma tranca”, que me possibilitou entrar em contato com lindos escritos de jovens da FUNASE e conhecer meu primeiro jovem entrevistado.

Diário de campo, 03/01/2022

Assim, já que o desafio era convidar, decidi recomeçar pedindo ajuda a um amigo, que me fez *conhecer uma pessoa nova* que trabalha na FUNASE, e isso também acabou me lembrando que poderia também encontrar possíveis interlocuções *(re)conhecendo pessoas “velhas”*, através de um Abrigo em que já tinha trabalhado como voluntária. E foi quando continuei minha busca, trilhando por onde eu já havia me sentido convidada a transitar ao longo da minha trajetória na Graduação e Pós-Graduação em Psicologia na UFPE.

Para superar as adversidades de uma nova chegada ao campo, foi preciso lembrar que meu percurso e desejo sempre estiveram *entre* a Clínica Psicanalítica e a Psicologia Social³⁵, ou seja, no encontro indissociável entre elas. Foi preciso, assim, lembrar de “minha vocação”. Não no sentido de algo determinado pré-discursivamente em mim, mas no sentido, como afirma Puertas (2016), daquilo que me ‘chama’ para a ação, ou seja, que me convoca para o movimento e para a ocupação de determinados lugares discursivos, éticos, estéticos, políticos. De modo que considero que *evoquei* os conhecimentos, afetos, caminhos que já havia *invocado*.

E foi assim que, após aprovação deste projeto pelo CEP-Comitê de Ética em Pesquisa, consegui convidar as pessoas jovens interlocutoras. Para cada uma delas, se construiu um processo diferente de chegada. Esse processo está detalhado mais adiante, separadamente, na discussão dos encontros com cada jovem.

Utilizei o método “bola de neve” para encontrar algumas das pessoas interlocutoras. Esse tipo de amostragem é caracterizado como amostragem não probabilística que funciona através de cadeias de referências e que é útil para pesquisas com grupos eventualmente difíceis de acessar (VINUTO, 2014). Sobre a “bola de neve”, a primeira pessoa jovem egressa do cumprimento de medidas socioprotetivas (Catarina) fez mais duas indicações (Frank e Alaska), que aceitaram participar da Pesquisa. Já o primeiro jovem (Ian) que encontrei através da psicóloga e seu trabalho na FUNASE, teve função de “semente” ou “informante-chave” para localizar egressos das medidas socioeducativas.

³⁵ Compreendo que toda Psicologia é Social, está assim referido no texto apenas para fins de ênfase, uma vez que não existe humanidade ou subjetividade sem sociedade.

No entanto, também busquei ajuda junto ao programa Novas Oportunidades, do governo do Estado de Pernambuco (referido na página 36), quando tive dificuldades com duas das indicações de diferentes interlocutoras. Foi através do Novas Oportunidades foi que conheci Mel.

É indispensável comentar também que, como foram realizados presencialmente, os encontros foram construídos com todos os cuidados sanitários relativos ao contágio da COVID-19, como distanciamento físico, uso de máscaras e insumos de limpeza. O local escolhido para as entrevistas foi a minha sala de atendimentos clínicos, localizada no bairro de Boa Viagem. Tal escolha foi dialogada com cada uma das pessoas interlocutoras, de maneira aberta, e foi ofertada na medida em que, de forma geral, disseram não terem, à disposição, nenhum ambiente com suficiente privacidade para a realização da Pesquisa.

Assim, o deslocamento para o espaço clínico foi combinado com cada pessoa interlocutora, de acordo com suas disponibilidades de horários. Para chegar até a sala, a maior parte preferiu a utilização de aplicativos de transporte, sendo todos os deslocamentos, naturalmente, custeados por mim. Além disso, um restaurante pernambucano que apoia a ressocialização de jovens egressos do cumprimento de medidas ofereceu cinco vouchers (no valor de 40 reais) como forma de apoio e agradecimento por tornar possível a realização da Pesquisa, o que foi recebido com animação pelas pessoas interlocutoras. Abaixo, algumas imagens da sala em que foram realizadas as entrevistas:

Imagem 4 - Sala de realização das entrevistas



Fonte: capturada pela autora da pesquisa.

Imagem 5 - Sala de realização das entrevistas



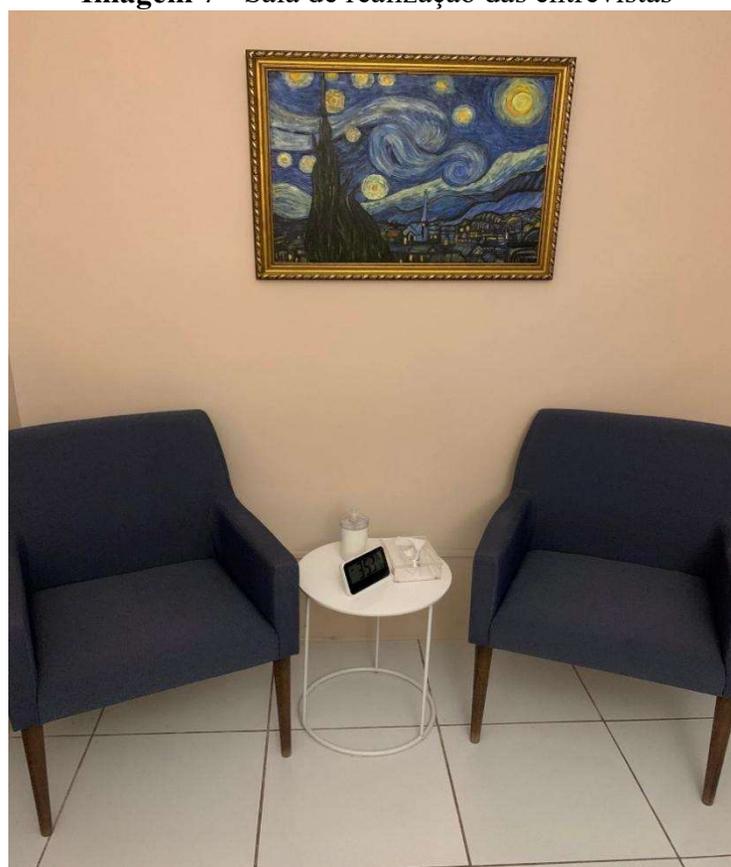
Fonte: capturada pela autora da pesquisa.

Imagem 6 - Sala de realização das entrevistas



Fonte: capturada pela autora da pesquisa.

Imagem 7 - Sala de realização das entrevistas



Fonte: capturada pela autora da pesquisa.

Portanto, foi no espaço mostrado acima que as 5 pessoas jovens³⁶, entre 2 meninos e 3 meninas, todas pessoas egressas do cumprimento de medidas socioeducativas e/ou socioprotetivas, entre 18 a 21 anos, habitantes da região Metropolitana do Recife-PE foram entrevistadas. As entrevistas aconteceram após o momento da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foi solicitada a autorização *dos interlocutores* para que os encontros fossem áudio-gravados. Foram realizados dez encontros no total, dois com cada jovem, com duração aproximadamente de 45 minutos a uma hora, em cada encontro.

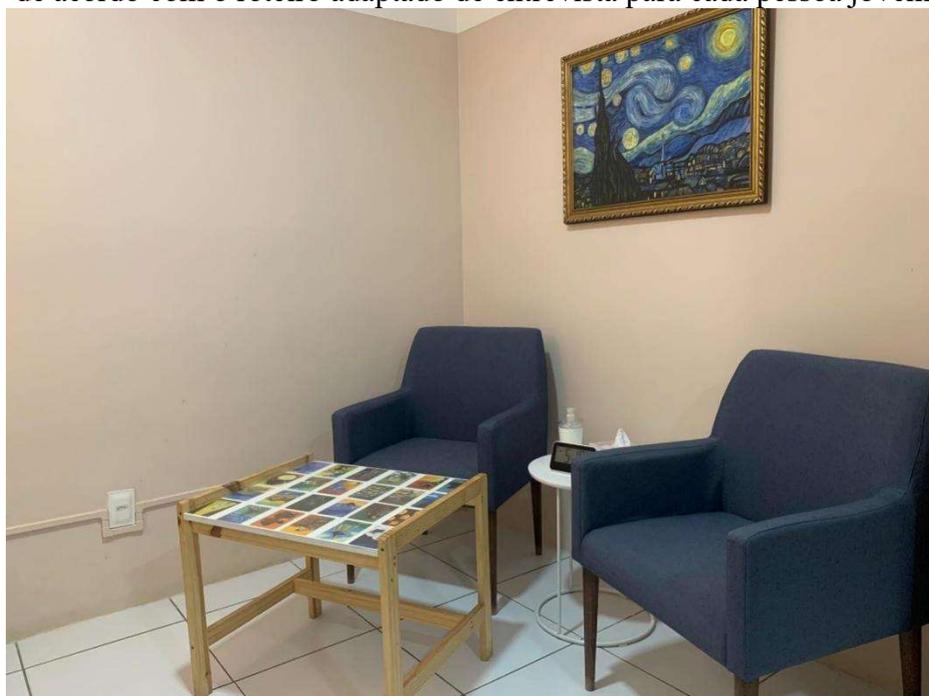
Assim, a entrevista contou com um roteiro (que, como mencionado, está nos apêndices), através do qual, no primeiro encontro, após uma breve explicação da pesquisa e de pedir algumas informações mais “objetivas” (como escolaridade, renda, idade), pedi também para que as pessoas interlocutoras pudessem escolher algumas entre vinte e quatro imagens do jogo Dixit que mais lembrassem “esperança”.

Para selecionar as vinte e quatro cartas, entre as oitenta e quatro existentes na versão original do jogo, utilizei o critério da maior diversidade possível de imagens. Ou seja, escolhi imagens ligadas ao maior número de “representações” de pessoas (entre homens e mulheres, com referências ao cis e trans, pessoas brancas e pessoas negras, adultos, crianças), paisagens e/ou objetos, animais, monstros que consegui “combinar”.

Esse critério da diversidade foi uma tentativa de tornar mais livre a associação roteirizada para as palavras esperança e (des)esperança e ampliar as possibilidades de identificação e projeção ali envolvidas. Para isso, contamos também com a riqueza de detalhes das imagens nas cartas. Abaixo, vemos como ficava a sala quando elas eram mostradas para as pessoas entrevistadas:

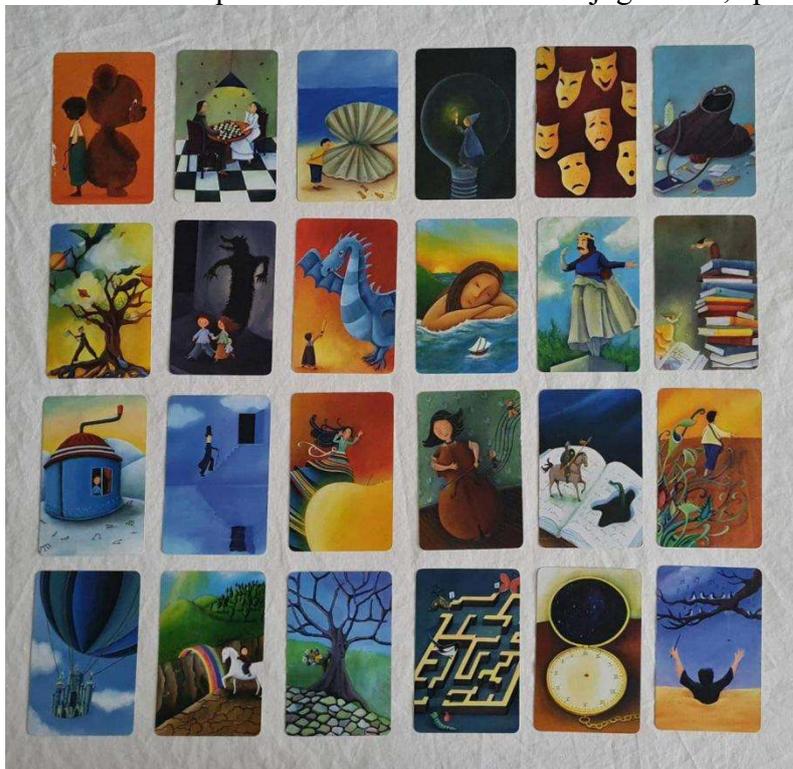
³⁶ Existiu mais uma pessoa participante da pesquisa, que escolheu como nome fictício Diel. Ele cumpriu medida na FUNASE por alguns anos em regime fechado. No entanto, os “dados” construídos nas entrevistas de Diel não foram analisados neste trabalho de tese por uma questão do número de páginas delimitado pelo Programa, além da percepção, na análise de Mel, de uma certa saturação dos dados que poderia tornar o texto enfadonho. De modo que as entrevistas de Diel estão guardadas com o objetivo de ser trabalhadas em um momento futuro.

Imagem 8 - Vinte e quatro cartas do Jogo Dixit quando colocadas na mesa para ser escolhidas de acordo com o roteiro adaptado de entrevista para cada pessoa jovem



Fonte: capturada pela autora da pesquisa.

Imagem 9 - As vinte e quatro cartas selecionadas do jogo Dixit, aproximadas



Fonte: capturada pela autora da pesquisa.

Após isso, conversávamos sobre aquelas imagens e depois pedia para que escolhessem uma que lembrasse mais a palavra “desesperança”. Sugeria que me contassem histórias envolvendo aquelas cartas e depois perguntava se encontrariam pontos em comum e pontos divergentes de suas próprias histórias com as (des)esperanças.

Ainda no primeiro encontro, a ideia foi pedir para que desenhassem uma linha do tempo com três momentos marcantes para serem representados, um no passado, outro no presente e outro no futuro. A partir daí, conversávamos mais especificamente sobre a institucionalização e como esta (não) havia afetado seus modos de esperar.

Após construir um roteiro para uma história em quadrinhos e sugerir uma determinada estética junto à ilustradora, pude oferecê-las no momento do segundo encontro com cada jovem. O combinado foi que alguns elementos característicos das pessoas interlocutoras pudessem ser vistos nas ilustrações com o objetivo de provocar identificação, mas nada que pudesse ficar tão parecido ao ponto de serem reconhecidas. Assim, foram construídas ilustrações mais genéricas que preservaram a cor da pele, o cabelo e a presença de algum objeto identificador como óculos, por exemplo, as quais combinei previamente com a ilustradora.

Assim, no segundo encontro, levei, para cada uma das pessoas jovens a história em quadrinhos personalizada. Construí os roteiros dos quadrinhos a partir do que escutei no primeiro encontro e, neste segundo momento, as perguntas se dirigiram mais para as questões ligadas aos possíveis impactos das desigualdades de raça, gênero, classe e sexualidade nas narrativas sobre (des)esperança, além de também ter sido um momento de avaliação do processo de interlocução com a pesquisa.³⁷

Os momentos da entrega dos quadrinhos foram, sem dúvida, os meus preferidos na realização desta pesquisa. Isso porque foi significativa a força com que o “borderar” narrativas pareceu desenvolver. Narrativas dolorosas tiveram uma oferta, ainda que breve, de contenção afetiva e reconhecimento subjetivo. Desse modo, simbolicamente, a história em quadrinhos serviu para tentar: (des)enquadrar dores psíquicas, materializar histórias e catalisar esperanças.

Vejamos, assim, um quadro que caracteriza as pessoas jovens interlocutoras, considerando marcadores importantes para a discussão, como “raça”; “classe”; “escolaridade”; “sexualidade”; “gênero” e “tipo de cumprimento de medida”, que serão aqui apenas mostrados:

³⁷ No roteiro do segundo encontro, foram incluídas perguntas referentes à pandemia da COVID-19 e a relação com os processos de (des)esperança, assim como também trabalhamos um momento para que as pessoas interlocutoras narrassem uma história que supunham ser a minha história com esperanças e desesperanças. Também não foi possível analisar todo esse volume de material aqui, mas certamente há o desejo de poder aproveitá-los para futuros trabalhos.

Tabela 2 - Tabela com caracterização das pessoas interlocutoras

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

NOME FICTÍCIO	GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA FAMILIAR	RAÇA AUTODECLARADA	TIPO DE MEDIDA	TEMPO DE CUMPRIMENTO
IAN	Masculino	Heterossexual	20	Ensino Médio	1.700	“Branca”	Educativa sem aberto	3 meses
CATARINA	Feminino	Heterossexual	19	Ensino Médio	600	“Parda”	Protetiva	3 anos
FRANK	Masculino	Heterossexual	18	Cursando E.M	1.000	“Moreno”/“Branca”	Protetiva	8 anos
ALASKA	Feminino	Heterossexual	20	Cursando E.S	3.000	“Parda”	Protetiva	7 anos
MEL	Feminino	Heterossexual	21	Ensino Médio	400	“Parda”	Educativa semi aberto e protetiva	4 anos

Na análise de narrativas, segui algumas etapas recomendadas: após a transcrição na íntegra de todas as doze entrevistas (totalizando 180 páginas de transcrição), separei o material indexado (conteúdo mais concreto, marcado por acontecimentos, datas e personagens) do não indexado (conteúdo mais subjetivo que expressam crenças, valores, sentimentos). Após a separação, através dos conteúdos indexados, pude tentar ordenar os acontecimentos referentes a cada pessoa interlocutora e reconstruir as “trajetórias” singularizadas e coletivas, embora, como vimos, estão necessariamente interligadas.

Basta lembrar que romper com essa dicotomia do singular e coletivo é uma das propostas teóricas e analíticas desta Tese: nascemos, vivemos e morremos “sós”, no sentido de que apenas um “eu” pode saber sobre as afetações que em si surgem (HOMEM, 2022). E elas só existem porque um “eu” sobrevive e se constitui como humano, necessariamente/indissociavelmente, com a coletividade.

Assim, a ideia foi que, ao constituírem a pesquisa, interlocutores tivessem como privilegiar a atividade do nomear, de forma inédita, determinados sofrimentos e afetações, De forma mais específica, nesta Pesquisa, como princípio e afetação esteve incluída, principalmente, a esperança. Tal nomeação inédita da vida emocional é, inclusive, como afirma Helena Rosenfeld (1998), um dos principais objetivos de uma análise, referindo-se aqui à análise como o trabalho construído entre psicanalista e analisando.

Em seguida, interpretamos a dimensão não indexada e comparamos as trajetórias individuais, com o objetivo de estabelecer semelhanças e diferenças (MUYLAERT et al., 2014). Ao realizar esse passo, foi possível identificar possíveis trajetórias coletivas e construir uma nova narrativa sobre esse percurso, o que consistiu na própria análise da Pesquisa. Difícil separá-la, inclusive, do momento da entrevista, visto que durante suas criações, criávamos também a sua análise e, no momento de escrita da mesma, foi inúmeras vezes também recriada.

Desse modo, a análise foi organizada em quatro categorias: “**pontos coletivos de desesperança**: classe/raça/gênero/sexualidade; trauma; culpa; família de origem e violência institucional”; “**pontos coletivos de esperança**: uma presença de alguém ‘salvador’; construção de nova família”; “**pontos singulares de (des)esperança**: a profissão escolhida por cada jovem e alguma questão apontada como mais específica, tanto para alimentar sua esperança, como para desesperanças. Além das três, a categoria “**(des)enquadrando e bordeando a história de...**”, na qual foi trabalhada a história em quadrinhos de cada jovem e a potência da aventura do método *psicanalítico contracolonial feminista*”

A respeito da categoria dos “**pontos singulares de esperança e desesperança**”, na maior parte dos casos, localizei tanto as questões referentes à profissionalização, quanto às questões referentes aos sofrimentos patologizáveis narrados por Ian, Frank, Catarina, Alaska e Mel (além de algum detalhe mais específico da narrativa de cada jovem).

Apesar de terem sido encontradas nas narrativas de *todos os interlocutores*, a profissionalização como ponto de esperança, ou a questão da ideação suicida ou depressão, como ponto de desesperança (nas entrevistas com Frank e Mel e Alaska, por exemplo), essa localização na presente categoria não se deu por desconsiderarmos a presença da coletividade nesses pontos. Até porque já demonstramos que não há singularidade sem coletividade e vice-versa.

Localizei-as, portanto, nos “pontos singulares” porque tentei dar ênfase a “qual” profissão, em específico, aquela pessoa jovem afirmou desejar conquistar, visto que é uma forma muito importante de identificação e pertencimento. Além disso, por considerar sempre necessária o destaque para a singularização do sofrimento psíquico (“*como é a sua depressão?*”), numa tentativa de se contrapor à massificação puramente nosográfica dos Manuais Psiquiátricos, também decidi localizar as narrativas que envolviam termos psicopatológicos na categoria dos “pontos singulares de (des)esperança”.

É importante também explicar que os diálogos não foram separados de acordo com o primeiro e segundo encontro, tendo em vista as suas conexões e a-linearidades das narrativas e do próprio esperar. Eles foram então agrupados e interpretados de acordo com suas semelhanças temáticas. No início e no fim de cada capítulo analítico, dividido pelo título da história em quadrinhos dada por cada pessoa jovem interlocutora desta Pesquisa, foram construídas tabelas sínteses, tanto para lembrar os dados mais objetivos organizados naquelas entrevistas, como as construções mais subjetivas escutadas e, assim, clínico/politicamente analisadas. Iniciamos, assim, a seguir, a primeira das análises, que partiu da escuta das narrativas de Ian.

13 IAN EM: “NUNCA DESISTA, PERSISTA, INSISTA. SONHE O MAIS ALTO QUE PUDER. E NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE, COLOQUE EM PRÁTICA!”

13.1 Seu processo de chegada

O primeiro jovem que aceitou participar da Pesquisa escolheu o nome fictício de Ian. Ele havia sido um dos autores da escrita do livro “Diário de uma tranca”, organizado pela pedagoga da FUNASE de Arcoverde, Jedivam Conceição, em 2021. Foi ela quem me passou o seu contato. Sobre meu primeiro encontro com Ian, escrevi no diário de campo:

Quando pedi para que escolhesse um nome fictício, meu primeiro entrevistado me respondeu que gostaria de ser chamado de Ian, por ser um nome que lhe representava amor. A partir dele, sigo em busca de mais marcações com jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas. Jedivam havia me prevenido que Ian normalmente se negava a dar entrevistas, tendo sido o último convite feito por um jornalista, o qual ele havia negado. Ian de início visualizou minha mensagem e ligação, mas não me respondeu nas primeiras três horas. Resolvi deixar bem explícito, demarcado, que o transporte para o local de encontro e um ticket de refeição seriam entregues, conseguidos a partir de um restaurante pernambucano conhecido por sua política de contratação de jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas. Uma amiga minha muito querida é dona desse restaurante, e tive a impressão de que foi após escrever essa mensagem que Ian me respondeu. Também pensei nos meus privilégios em ter esse contato, o da minha amiga dona do restaurante. O mais curioso de tudo? Descobri hoje que Ian é cozinheiro. Ficou tão contente quando recebeu o ticket que me perguntou como eu tinha conseguido. Quando expliquei que foi através de uma amiga, ele perguntou se poderia mandar o currículo para tentar trabalhar lá. Pensei então que talvez realmente tenha sido importante oferecer os tickets. Mas isso é relevante o suficiente para incluir na tese? Não sei...

Diário de campo, 04/01/2022

13.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência

Ian (nome fictício escolhido pelo jovem) tem 20 anos. Coursou até o Ensino Médio Completo, em colégio particular em Santa Catarina, se reconhece como uma pessoa branca, do gênero masculino e heterossexual. Contou que sua renda mensal é de 1.700 reais. Sua entrevista

foi realizada no dia 04 de janeiro, com duração de 49 minutos e nosso segundo encontro aconteceu dia 14 de janeiro, com duração de 40 minutos. Ian é um rapaz muito falante e que reconhece sempre ter gostado muito de conversar.

Inicialmente, me disse que trabalhava num hospital como “cozinheiro” há seis meses, emprego que conseguiu através do seu tio que tem alguns amigos que trabalham no mesmo hospital. Falou que gosta do trabalho atual, mas que está procurando outro, pois não trabalha todos os dias e precisa de mais dinheiro para sustentar seu filho, um neném de apenas dois meses. Seu filho mora com ele e com a esposa, que trabalha como autônoma. Brincou com o fato de que seu filho não o deixa dormir bem à noite e que estava se sentindo bastante cansado por isso.

Contou também que já trabalhou numa lanchonete quando morou em Santa Catarina, local onde vive até hoje sua mãe e seu padrasto. Ian foi para Santa Catarina após cumprir uma medida por conta de um ato infracional em Recife, em regime fechado, por 3 meses, quando tinha 15 anos. Após alguns conflitos familiares, resolveu voltar para Recife aos 17 anos, e descobriu que ainda precisava cumprir mais 03 meses da sua “pena”, que o direcionou para a cidade de Arcoverde (PE).

As demais histórias e sentimentos presentes no primeiro encontro com Ian deslizarão através do “dispara-dor” das imagens do jogo Dixit. A partir delas, Ian pode falar sobre afetações muito importantes: *a vergonha*, *a culpa*, *a angústia*, *a esperança* e *a injustiça*. Também contou sobre seu “encontro” com a pedagoga, que representou uma “iluminação” esperançosa para ele, e da sua recente identificação com a religião evangélica.

Deixou bem explícito que não considera a Funase um ambiente capaz de promover *nenhum tipo de esperança*, considerando esse o momento “fundo do poço” da sua história, além da presença de preconceitos. Enfatizou que o fato de ter cumprido a medida socioeducativa o fez se sentir sozinho, esquecido, abandonado, “calado” e desesperançado. Por fim, conversamos um pouco sobre a realização da pesquisa. Aos poucos, discutimos cada um desses pontos tão importantes para esta análise. Foi principalmente a partir das imagens escolhidas e produzidas que Ian narrou suas histórias. Abaixo, uma síntese dos dados mais objetivo sobre Ian e também uma fotografia da sala das entrevistas, com as vinte e quatro imagens do jogo que foram apresentadas a *todos os interlocutores*, além do diálogo sobre a escolha das imagens.

Tabela 3 - Tabela com os dados objetivos sobre Ian

NOME FICTÍCIO	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA	CLASSE	GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RAÇA	TIPO DE MEDIDA
Ian	20 anos	Ensino Médio completo	1700	baixa renda	masculino	heterossexual	branca	Socioeducativa; regime fechado

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

Raíssa: *É... o seguinte, eu vou colocar aqui na frente umas fotos, umas imagens na verdade, e eu vou pedir pra tu escolher duas imagens que vão ficar aqui na frente, certo?*

Ian: *Beleza.*

Raíssa: *E tu vai escolher as imagens que tu achar que mais combinem com a palavra: esperança. Tá bom?*

Ian: *“Vamo” lá.*

(Ruídos ao fundo)

Ian: *É difícil as imagens, viu? (risos)*

Raíssa: *(risos) parece bem difícil né? tá achando muito difícil?*

Ian: *Então.*

Raíssa: *É só o que tu sentir que lembra, não precisa ter muita lógica ou... não é nada exato... é só o que você achar que tem a ver na sua interpretação, tá? Não tem certo e errado, tem só a tua visão... só tô interessada em saber o que você vê.*

13.3 Pontos coletivos de desesperança: raça/classe/sexualidade/ gênero; trauma; culpa; família de origem e violência institucional

Uma das primeiras histórias que Ian me contou foi a da sua relação difícil com seu padrasto, que me contou quando o interroguei sobre como tinha conhecido sua esposa. Ian disse:

Aí no final do ano a gente se conheceu. A gente se conheceu, aí começamos a ficar, namorar e tal... e foi num momento que ela morava numa casa de favor com um amigo dela e amiga dela e eu tirei ela daquela casa e levei ela pra morar com a gente, comigo, com minha mãe e com meu padrasto. Minha mãe é separada do meu pai. Aí, ficou morando comigo lá... e depois de um tempo o meu padrasto começou a sentir ciúme meu com minha mãe. Aí, já ficou um clima chato. Aí, eu falei pra ela: “vamo’ fazer o seguinte...” isso já tinha vários anos que eu fui pra lá, eu fui pra lá, eu tinha doze “ano”... pra Santa Catarina. Aí, foi quando eu falei pra ela: “vamo’ embora daqui...” ela tinha família em São Paulo, “vamo’ pra São Paulo, a gente tenta a vida lá, caso não dê a gente vai pra Recife, que lá Recife eu tenho todo o apoio dos familiares meu, né?” ... aí ela, “ok, vamo’ simhora”. Aí a gente veio pra São Paulo, aí eu passei por São Paulo antes de vir pra cá, fiquei dois “mês” lá, e não deu certo. Arrumei um emprego lá, mas não deu bem, vim ‘simhora’ pra cá.

Ian: *Sendo que eu não gosto de pedir ajuda, né? Porque eu gosto de ser uma pessoa independente, né? Como já tô de maior e tal... mas mesmo assim ela ajuda.*

Raíssa: *Uhum... Pra você é difícil pedir ajuda?*

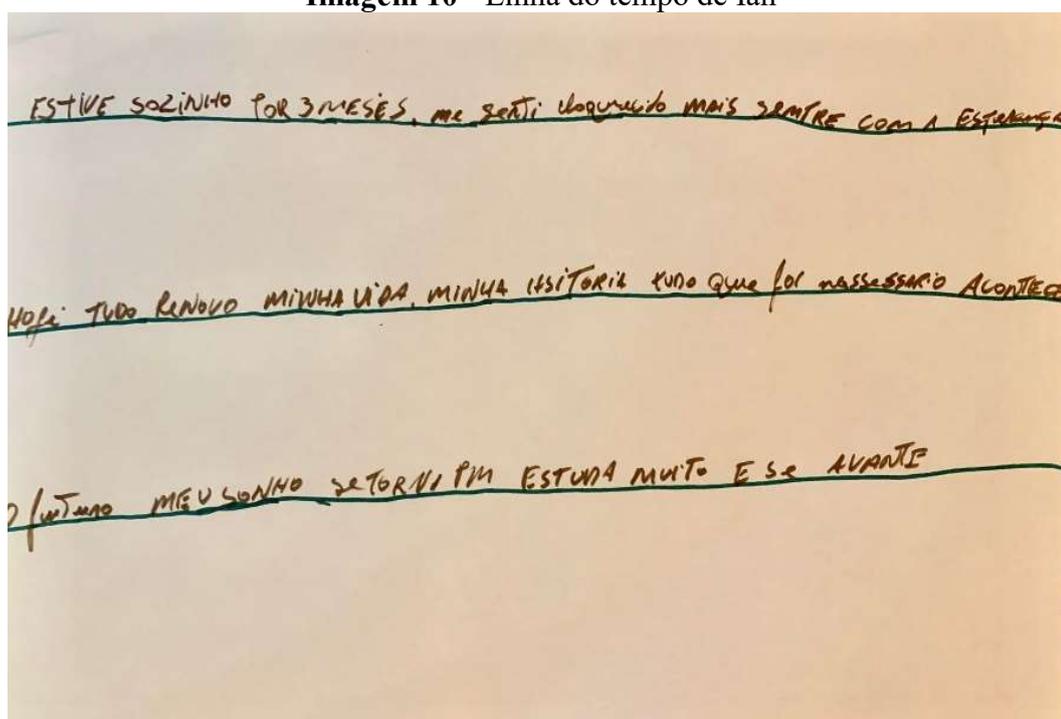
Ian: *É tipo... se eu pedir ajuda, ele vai ver que eu tô pedindo ajuda a ela, entendesse?*

As dinâmicas de gênero parecem centrais para a discussão do arranjo familiar de Ian, em que há uma aparente “disputa” pelo sujeito do gênero feminino, no caso, sua mãe. Há, portanto, essa marca do ethos da masculinidade hegemônica, que conforma e é conformado em corpos e sexualidades (ADRIÃO, 2005) em que o homem precisa “disputar as mulheres” e “prover” o lar financeiramente.

Assim, tendo “se tornado um homem”, já “maior de idade”, ficou difícil, para Ian, pedir “ajuda” da sua mãe”, justamente, por “conta dele”, o padrasto. Desse modo, o arranjo tentacular da família (KEHL, 2003) de Ian parece o ter afastado logo cedo do apoio financeiro que recebia de sua mãe, deixando-o mais vulnerável economicamente e talvez até para a sua vinculação com a criminalidade. Além disso, há também a marca desse ethos da masculinidade de “guerreiro/salvador” quando Ian afirma, sobre sua namorada: “*eu tirei ela daquela casa*”.

Um dos momentos em que considerei que Ian conseguiu falar mais sobre o tempo que passou na Funase aconteceu quando pedi para Ian desenhar uma linha do tempo, na qual incluísse uma representação para o seu passado, outra para o presente e outra para o futuro. Ele decidiu escrever: “*Estive sozinho por três meses e me senti esquecido, mas sempre com a esperança. E no presente: hoje tudo renovou, minha vida, minha história, tudo o que foi necessário aconteceu. E o futuro: o futuro, o meu sonho é se tornar PM, estudar muito e ser avante. (risos)*”. O diálogo seguiu:

Imagem 10 - Linha do tempo de Ian



Fonte: elaboração do interlocutor

Ian: Lá é tipo é... **é uma escola do crime, lá dentro.** Eles mesmo me falaram, lá é uma escola do crime. Lá você não vai entrar e vai escutar coisa boa lá, você não escutar coisa boa, você só vai escutar coisa ruim o dia todo[...] **é uma ilusão de juízes de colocar uma pessoa ali... é uma ilusão aquilo ali.**

Raíssa: Uhum. O que é que você acha que podia fazer as pessoas se sentiram melhor então? Em vez de ir pra FUNASE, já que não...

Ian: Um Centro de Reabilitação, uma casa com professores e um atendimento adequado, um atendimento de pessoas que quer o bem, quer um futuro avante, um futuro mais pra frente pra pessoa. Tipo, não uma FUNASE... **tipo a pessoa dormir numa pedra “véi”, numa pedra com o colchão em cima, não existe isso, entendessee?**

Raíssa: É duro mesmo, né?

Ian: É duro.

Raíssa: **É duro como uma pedra mesmo? Literalmente.**

Ian: É, a pessoa tomar banho num cano. Já viu um cano na parede saindo água? Não existe isso. Isso aí é pra revoltar, sabe? Se a pessoa não é cabeça firme, a pessoa se revolta lá dentro, “pô”. É... muitas vezes eu vejo... que eu assisto muito internet, né? Eu gosto de pesquisar as coisas, eu vejo pessoas que são presas por inocência, e tá numa vida adequada, uma vida tranquila assim... e a pessoa vai pra um lugar desse e chega lá dentro muda a mente do nada, muda pra outros caminhos, por conta que isso da injustiça da justiça por tá lá e, por tá num lugar vendo aquele ambiente, uma pessoa humilhando, outro maltratando, outro batendo, aí...

Raíssa: Você acha que é um ambiente que não traz esperança?

Ian: De jeito nenhum. De jeito nenhum, literalmente, de jeito nenhum.

Ian explicou que a Funase é um ambiente violento, “duro”, revoltante. Afirmou que não havia nenhuma maneira de sentir esperança a partir dali, e que não conseguia, embora já tivesse tentado, tirar nada “de positivo” referente aos meses que passou “internado”. Inclusive, essa terminologia da internação denuncia uma política de manicomialização, desumanização e patologização das juventudes, sobretudo, pobres e negras (BOAS, 2021).

Através da sua narrativa, percebemos que a dinâmica institucional socioeducativa funcionaria, para ele, mais como uma recolonização dos corpos juvenis em conflito com a lei, distantes de uma socioeducação ou ressocialização protetora. Como podemos observar em seu relato, há uma constante violação dos direitos de acordo com o próprio Eca (1990) e o próprio paradigma da “**Situação de Proteção Integral da Criança e do Adolescente**”. Isso porque a própria estatização da proteção (e sua burocratização) não foge da lógica perigosa da militarização e marginalização (VERGÈS, 2021).

Assim, na sociedade capitalista neoliberal, internalizamos os discursos sobre periculosidades juvenis, que acabam servindo para “para justificar mais polícia, mais controle, mais vigilância e menos proteção (VERGÈS, 2021, p.17)”. Assim, desumanizamos juventudes, comprimimos a habilidade do seu esperar, promovemos mais traumas psíquicos. Ao perguntar sobre “*por quê(m) ele se sentia esquecido*”, Ian me respondeu: “*todo mundo...eu achava que tava esquecido pelo mundo*”. E foi quando tentei provocar uma inversão de perspectiva, um reposicionamento subjetivo, ao tensionar a posição de “esquecido pelo mundo” para “poder esquecer algo sobre o mundo”:

Raíssa: *Tem alguma coisa hoje que você sente que precisa esquecer? Que você deseja esquecer?*

Ian: *Só isso aí.*

Raíssa: *Esse período?*

Ian: *É. Não quero mais lembrar disso.*

Devido ao afastamento dos seus vínculos significativos quando estava na Funase, o que foi, inclusive, uma violação dos direitos juvenis - em casos de regime fechado, receber visita é um direito de acordo com o ECA (1990)- sua habilidade para o esperar ficou comprometida e desvitalizada assim como demonstrou, aparentemente, sua linguagem silenciosa. Isso tudo,

certamente, estava articulado a sua “condição traumática”³⁸ como jovem em cumprimento de medida socioeducativa no Recife.

Lembramos de Kilomba (2019) na discussão sobre trauma e racismo quando considera assim sua dimensão, primeiramente, de *choque violento* (imprevisibilidade). Ian já havia cumprido uma sentença em regime fechado e estava em outro momento de sua vida, o que o fez se sentir muito injustiçado, como demonstrou no relato acima “*Não quero mais lembrar disso*” e também, abaixo:

Ian: [...] quando chego em Recife, chega um e-mail pra mim dizendo que o Ministério Público de Santa Catarina recorreu ao meu processo, que eu tinha que me apresentar pra uma audiência aqui em Recife. **Então tipo eu já tava... tipo trabalhando já... já tava em outro emprego, eu já tava... eu tava fazendo o enxoval do meu filho, já tinha todos os meus móveis da minha casa já tava tudo comprado, já tava há dois anos nesse trabalho então, foi aonde que eu cheguei e falei pra minha esposa: “e agora? O que é que eu vou fazer? Eu vou?”** Aí ela falou, “vai”, aí foi aonde que eu fui pra audiência, e quando eu cheguei na audiência aí o juiz falou... não, dois anos não, eu tava oito meses... eu tava há oito meses no meu trabalho[...]aí foi quando eu cheguei na audiência, ele pegou e falou que pra ele eu era um foragido da justiça. **Aí... e eu fui com advogado, viu? Particular, viu? Ainda botei advogado particular, foi comigo na audiência. E não teve pra onde eu ir. Ele falou: “vou te dar uma sanção de três meses, e nesses três meses tu vai passar lá, tu vai refletir pelos teus erros e tal, quando tu sair de lá”... e eu não bebo, não fumo, não faço nada... “... e quando tu sair de lá, tu vai ter tua vida de volta”.** Aí, foi até aonde até a promotora daqui de Recife [...] até falou pra o juiz: **“eu não acho justo o menino ir pra um fechado, ele tá trabalhando, tá de carteira assinada”.**

Vemos aqui a presença da questão da “reincidência”, que, em Pernambuco, é bastante alta, quase metade dos jovens, de acordo com dados da própria Funase (2020) e como esta pode favorecer a intensificação de dores psíquicas. Ian já havia assim sido punido por suposto conflito com a lei, e talvez por isso ainda maior o seu sofrimento de sentir-se injustiçado: veio como um choque possivelmente, mais intenso.

Kilomba (2019) também lembra como o trauma se liga a uma abrupta *separação* (relação entre *sujeito* e sociedade tensionada, cortada), na qual o próprio denunciou ao dizer que “não recebia visitas” e à *atemporalidade* (é sentido como se estivesse acontecendo, sempre, no presente), como demonstrou ao dizer: **“Porque o passado a gente nunca vai esquecer, né? Na nossa mente sempre vai ficar uma marca, né?”** e também em: **“Aí, sai de lá graças a Deus[...]voltei e mesmo não estando lá eu ficava que nem essa imagem aí, eu me achava no fundo do poço, entendesse?”**

Observamos que, interligado com o sentimento de injustiça e de angústia, Ian também demonstrou ter sentido culpa e vergonha, como vemos abaixo:

³⁸ Rosa (2018) utiliza essa expressão para se referir a pessoas negras na sociedade brasileira.

Ian: *Porque assim... eu sempre tive de tudo, né? [...]Minha família tinha uma estrutura boa, então eu fui pra FUNASE por... por causa de vergonha na cara que eu não tive, por conta que esse processo meu da FUNASE, foi há sete “ano” atrás. Eu tinha... Eu tive tudo ... eu tive... quando eu era pequeno eu tinha tudo, eu tinha meu quarto, tinha meu videogame, tinha televisão, tinha ar-condicionado, eu tinha tudo no meu quarto, tudo o que eu precisava[...] Não faz sete anos não, faz cinco anos... eu tinha quinze anos quando aconteceu o ato infracional e foi por conta de droga, por conta de maconha que eu fui[...]*

Para a Psicanálise, como explica Boas (2021), culpa e vergonha são duas formas distintas de sofrimento, embora conectadas. A culpa se liga a uma falha na conquista do ideal do sujeito, e a vergonha se liga a uma transgressão moral (BOAS, 2021). Assim, no caso de Ian, que possivelmente se sentiu transgressor na relação com a maconha, isso lhe causava constrangimento, além de um filho que “não andou na linha” e aparentemente frustrou sua família que “lhe dava tudo”:

Não é novidade que, devido à histórica naturalização do uso do álcool, marginalização e criminalização da maconha no nosso país, a guerra às drogas é um projeto declarado de extermínio das juventudes sobretudo pretas e pobres (ROCHA; 2013; SOUZA; 2017). Sendo o envolvimento sedutor com o tráfico a principal “causa” de encarceramento dessa juventude (AMARAL, 2021). Esse regime necropolítico (MBEMBE, 2014) vem, assim, alimentando culpas, raivas, inúmeras mortes subjetivas e reais. A conversa continuou:

Raíssa: *E você se referiu ao que aconteceu com você como “falta de vergonha”, foi isso que você falou?*

Ian: *Foi (risos).*

Raíssa: *Por quê que você acha isso?*

Ian: *Pra “mim” ter vergonha na minha cara, se pôr no meu lugar e não ter ido pra aquilo, não ter fumado maconha, não tá com aquela quantidade que eu tava [...] mas mesmo assim [...] meu comportamento lá dentro que era excelente, me parabenizavam direto sobre isso, dizendo que eu era uma pessoa boa.*

Raíssa: *Você acha que tem a ver com vergonha que você devia ter tido... você sente vergonha disso que aconteceu.*

Ian: *Sinto [...] Por conta que... da minha família ninguém faz isso, ninguém faz.*

O tabu do uso da maconha parece fazer parte do universo de sua família, e agora também para si, uma vez que já apresentamos a sua forte vinculação com a religião evangélica, para quem o uso da maconha é, comumente, condenável. Como vimos, a culpa estaria mais ligada à

falha na tentativa de atingir o ideal proposto para si, ou seja, o ideal do menino branco de classe média que tem ‘tudo em casa’ e que deve ter destinos diferentes da Funase pois, aparentemente, estaria “fora do seu lugar” ao, inclusive, fumar maconha e ter “ido parar naquilo”.

Vemos aí a internalização da criminalização de corpos negros e pobres juvenis, já que o jovem não se reconhece fazendo parte desse grupo: afinal, sendo “uma pessoa boa”, de classe média e branca, achava que estava “fora do seu lugar”. Talvez o “mito do negro ruim” que, segundo Fanon (2008), faz parte do sistema de crenças e valores da sociedade brasileira, ainda que inconscientemente (e não tão diretamente), tenha oferecido sustentação para essa narrativa de Ian. Podemos observar essas reafirmações de pertencimento a classe “média” (a brancura) em mais alguns trechos seguintes:

Ian: *Rai, eu mesmo me inspiro nos meus familiares. Por exemplo, eu tenho primo advogado, meu tio é PM[...]*

Raissa: *É, você acha Ian, que alguém [...] já fez alguma coisa ou disse que você não gostou, relacionada a sua classe social?*

Ian: *Às vezes. Às vezes porque tipo...**a vida deles era diferente da minha[...]** eu tiro que por onde eu moro, **do outro lado** tem uma comunidade, né?*

Raissa: *Entendo. E você acha que lá tinha mais pessoas pobres, pessoas de classe média ou pessoas ricas?*

Ian: *Misturado viu? Mas acho que é mais pobre. **Mas sempre tem uma pessoa que tem uma classe média[...]**Numa família estruturada, que tinha tudo pra se dar de bem na vida e **infelizmente seguiu aquele caminho.***

Observamos que Ian falava de si mesmo, já que havia caracterizado sua família justamente de forma “estruturada”, termo que, muitas vezes, remete a um modelo de família nuclear, com certo poder aquisitivo, branca, monogâmica, patriarcal, cisgênera e heteronormativa (KEHL, 2003). Assim, sobre a questão da ênfase nas diferenças de classe social e de raça, partimos do princípio, como afirma Jessé Souza (2017) que, mesmo em situação de pobreza, sabemos que entre a pessoa branca pobre e a pessoa negra pobre, a branca tem o privilégio da brancura, o que parece ter sido o caso de Ian.

Ou seja: sabemos que entre as pessoas pobres, as negras encontram uma injustiça ainda maior em relação à precarização das condições de acesso aos serviços de saúde, educação e ao mercado de trabalho e, são, portanto, mais violentadas. Acerca disso, o jovem afirmou nunca ter sentido preconceito racial, embora notava que existia dentro da Funase “*mais brincadeiras*

sem graça com os meninos negros”.

Conscientemente, parecia acreditar no mito da democracia racial (SALES JUNIOR, 2006) e evitar o uso da palavra “negro”, ao afirmar “*Acho que todo mundo somos iguais né? Muitas das vezes, tem gente que julga a cor da pele dos outros né? Mas eu eu acho interessante a cor morena também, porque a minha esposa ela é bonita também, aí tipo eu acho bonita a cor morena também, então pra mim é uma pessoa normal*”.

Ian, assim, utilizou-se de uma forma de embranquecer (BENTO, 2002) a esposa, embora tenha afirmado que a palavra “negro” era “muito forte” por já ter ouvido pessoas na Funase xingarem os outros meninos com esse termo. Nesse momento, foi importante poder debater com Ian como as palavras podiam se transformar a partir de diferentes contextos, inclusive, a palavra “negro”.

Notei também que, apesar de afirmar sua trajetória como vindo de uma família de classe média, Ian falou, por exemplo, que era “cozinheiro” e, em seu currículo (o qual me enviou para ajudá-lo a encontrar um novo emprego), havia escrito “auxiliar de cozinha”. Do mesmo modo, afirmou inicialmente que sua mãe era médica mas, quando interroguei sobre sua especialidade, pareceu descrever a atividade de uma técnica de enfermagem. Ou seja: a “comunidade” (pobreza) está do “outro lado” (e não em si mesmo).

Compreendo que a afirmação de sua classe social e de sua brancura foi também atravessada por uma “leve troca” nas hierarquias dessas identidades profissionais. E que tudo isso se relacionou, ao mesmo tempo, com a resposta “apressada” sobre a sua heterossexualidade e cisgeneridade. Afinal, a ideia da cisgeneridade pode se alinhar à heteronormatividade, uma vez que: “legitimam e privilegiam [...] como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis; tais práticas organizam, entre outros fatores, moralidades, ideais de família” (VERGUEIRO, 2016, p.264).

Assim, como afirma Vergueiro (2016), vemos como os efeitos da cisheteronormatividade não se restringem apenas às marginalizações de pessoas trans, algo, inclusive, que Ian afirmou conhecer:

Raissa: *E lá na FUNASE, tinha algum um homem trans ou algum menino trans?*

Ian.: *Não.*

Raissa: *Não? Hunrrum. E você acha que o que aconteceria se existissem meninos trans lá dentro?*

Ian: *Acho que não ficava lá não viu? Acho que ficava isolado, sozinho. Ficar assim no meio do pessoal? Ficava não.*

Raissa: *É? Por quê não?*

Ian: *Sei não, os meninos “não aceita não”[...]*

Desse modo, até aqui, observamos que, para Ian, afirmar essas diferenças, principalmente, de classe e raça em relação aos demais jovens da Funase, parece exercer uma função reguladora para sua psiqué. É como se o encaixe nessas normativas de gênero, sexualidade, classe e raça o defendessem da “anormalidade” de ter vivido na Funase, de maneira inconsciente. É como um mecanismo de defesa de evitar uma possível identificação violentável, perigosa, desesperançosa e/ou vergonhosa.

Sabemos que é a partir das relações familiares que construímos nossas primeiras referências afetivas e sociais, fontes de identificação e reconhecimento, que estão bem além dos laços consanguíneos ou cisheteronormativos. Ou seja, menos importa “quem” necessariamente desempenhe esta função de cuidado, mas *como* a pode desempenhar.

Assim como afirma Contardo Calligaris (2004), consideramos a família é também uma instituição de controle e repressão. Aparentemente, o fato de fumar maconha fazia com que Ian não se sentisse às vezes como um “verdadeiro” membro da família que era, inicialmente, “tão boa” com ele, ou seja, há um sofrimento de culpa envolvido (é como se este se perguntasse: como oferecer algo vergonhoso para minha família que me oferece tantos bens materiais?). O diálogo seguiu:

Raissa: *Ninguém fuma maconha?*

Ian: *Não. Ninguém fuma, só bebe. [...] tipo... eu tinha uma educação boa, mas não tinha um pai e uma mãe assim presente. Acredito eu também que um vínculo de um pai e uma mãe “tando” presente com o filho o crescimento é bem melhor, né?*

Raissa: *Não faltou nada materialmente para você, né?*

Ian: *Não, nada.*

Raissa: *Mas talvez você sinta que mesmo assim que falta algo, sempre falta algo...*

Ian: *Amor, sentimento, faltando tudo, né?[...] eu tinha uma educação boa, mas não tinha um pai e uma mãe assim presente. Acredito eu também que um vínculo de um pai e uma mãe “tando” presente com o filho o crescimento é bem melhor, né?*

Aqui, observamos como Ian também localizou outro elemento na sua história, que é o sentimento de “presença da ausência” de seus pais. Para Cláudia FôNSECA (2005), vivemos dentro de uma cultura ocidental que compartilha valores simbólicos em relação à família. Desse modo, criamos expectativas e desejos em relação a esse primeiro agrupamento da nossa história, assim como nos ressentimos quando não estão de acordo com nossas idealizações.

De fato, para a Psicanálise, o vínculo com a família, enquanto instituição em exercício, apesar de não ser a única, está diretamente envolvida na base da saúde mental do sujeito (WINNICOTT, 2011), que se inicia antes mesmo do nascimento do bebê Cabe aqui refletir com Winnicott (2011), para quem o ambiente pode tornar-se adoecedor tanto pelo excesso de presença, quanto pelo excesso de ausência.

O envolvimento da família no processo de subjetivação se dá a partir dos diferentes tipos de vinculações que aí se constroem. Vemos como, para Ian, esse primeiro ambiente não foi “suficientemente bom” justamente por sentir uma grande falha nas trocas afetivas amorosas. Para ele, parece que, se não tivesse sentido esse tipo de abandono familiar, ele poderia ter garantido um “crescimento melhor”, acredito que se referindo a um desenvolvimento sem tantos episódios que considerou “vergonhosos” e talvez até com mais episódios “esperançosos”.

Ou seja, Ian parece sentir que, se não tivesse sido “privado” desse ambiente simbolizador (que, sabemos, poderia estar muito além da unidade doméstica) não haveria “delinquência” em sua história. Ian trouxe assim a relação entre a ideia de um tipo de privação e de delinquência (WINNICOTT, 1987) baseado apenas na ideia tradicional de “família” como ambiente que “falhou”.

É comum, de acordo com Kehl (2003), compartilharmos um discurso onde a dissolução de um certo modelo familiar no século XX “justifique” a delinquência juvenil, a violência e as drogas. Isso não quer dizer que, como primeiro espaço de socialização e portanto de humanização, os vínculos familiares não exerçam uma função fundamental nos destinos e nas organizações psíquicas juvenis. No entanto, “sabemos que todos os “papéis” dos agentes familiares são substituíveis – por isso é que os chamamos de papéis” (KEHL, 2003, p.5). O que é insubstituível é justamente a presença de um adulto que deseje a existência desse ser e que se dedique não apenas a sua sobrevivência física, mas que faça ‘bom’ uso da apetência simbólica do bebê (CRESPIN, 2010) e introduza a função simbólica da linguagem, para assim promover saúde psíquica.

Assim, o ambiente facilitador precisa ser compreendido no nível macropolítico (como ambiente, necessariamente contracolonizador e aquilombador) que é o que produz, inclusive, as famílias (que jamais estão, a nível de sua própria constituição, sozinha). Assim:

A situação se agrava no caso das famílias pobres, fragilizadas pela falta de políticas sociais e de construção da cidadania; nelas, o desvio em relação às fantasias de família ideal podem ser vividas como uma forma de desmoralização dos pais, o que dificulta a tarefa de educação dos filhos e pode produzir justamente a delinqüência e a violência que se quer evitar. (KEHL, 2003, p.5/6)

A questão da sua família de origem continuou a ser comentada, no entanto, de uma outra maneira quando pedi para que Ian escolhesse a imagem que ele julgava que menos lembrava a palavra “esperança”. Foi nesse momento que entendi que Ian conseguiu, de forma predominantemente projetiva, falar sobre o preconceito de classe que sofreu e certamente produziu impactos negativos sobre sua habilidade para o esperar. Ian não demorou e logo escolheu a imagem abaixo:

Imagem 11 - Imagem que menos lembra “esperança”, segundo Ian



Fonte: Jogo Dixit

Em seguida, narrou:

Ian: *É... que ... eu acho que ele tá indo embora, né? Acho que... eu acho que ele já perdeu todas as esperanças e tá indo embora.*

Raíssa: *Desistiu?*

Ian: *Desistiu, né?*

Raíssa: *Uhum, já aconteceu isso com você? De você sentir que perdeu as esperanças e desistir?*

Ian: *Quase. [...]*

Raíssa: *Vamos imaginar uma história assim... qualquer uma... pra tentar entender o que houve com essa criaturazinha...*

Ian: *“Vamo” ver que desprezaram, né? Eu acho que por toda via, né... a gente... por toda a via acho que ele não... **ninguém mais acreditava nele, não acreditava no potencial, não admirava mais... o que ele tem... é porque... todos nós a gente tem algo especial dentro da gente, mesmo ninguém vendo, mas a gente tem algo especial dentro da gente, a gente tem... então eu acho que aos olhos do ser humano, não via mais isso nele.***

Nesse momento, Ian comenta sobre o descrédito que a pessoa na imagem receberia, a ausência de uma aposta do outro sobre ele fez com que deixasse de apostar em si mesmo. É possível ver uma ligação com a questão da família de origem, na qual não se sentia suficientemente “amado”, mas também com o preconceito e injustiças que sente ter sofrido por sua classe social e pelo seu julgamento, o que apareceu de forma, na verdade, bem ambivalente nas narrativas de Ian.

Num primeiro momento, possivelmente por se identificar como um menino branco de classe média, vimos que Ian marcou, algumas vezes, essa diferença em relação à classe (advogado particular; bens materiais, profissões de elevado status social na família). No entanto, ao ser perguntado sobre se haviam pessoas ricas na Funase, ele respondeu:

Raíssa: *E pessoas ricas, tinham?*

Ian: *Não.*

Raíssa: *E o que acontecem com os jovens ricos que cometem algum tipo de infração?*

Ian.: *Advogado né? Advogado tira né? Porque tipo...vamos supor né...um jovem rico, rico, beleza, comete um ato infracional. Aí um advogado. **O meu advogado foi r\$ 3000 foi r\$ 2 ou r\$ 3.000 e pouquinho, mas para um jovem rico, ele não vai pra esse, ele vai pagar 5.000, 10.000, 15.000**, advogado solta pô, na hora. Não tem essa não. Advogado conversa com juiz, dá um jeito, vai para um lado, vai para outro, e cobra 10.000 reais né?*

Raíssa: *Tu acha isso justo?*

E.: ***Não.Injusto demais** agora a gente que é \$ 3000. R\$ 3000, a gente não tem muita condição, né? Tem alguma condição de colocar 10.000 assim na mão de um advogado? Então acho que 3.000 reais é uma palavra uma palavra que ele vai dizer eu vou tentar eu vou tentar! tirar não*

é certeza, mas vou tentar. Pronto, tu tá 10.000 para o advogado, não, beleza eu vou te tirar. É só conversar com o juiz, o cara sai po [...]

Aqui, observamos uma mudança em relação à percepção de sua condição de privilégio, quando reconhece uma limitação dos recursos financeiros familiares e o quanto isso pode, injustamente, o ter prejudicado. É notório também que Ian sente que sofre preconceito pela marca de ser um egresso da Funase, quando diz:

“É pra ter, dar oportunidade dos jovens que querem. Tem muitas pessoas lá dentro que quer ir pra rua pra mostrar pra sociedade, pra mostrar pra diretora, que quer algo melhor, porque aí não solta o menino pra rua pra trabalhar, prá estudar com medo que o menino fuja, aí pega ali oh... Não só olhar, ah “mai tá preso”, não. Tem que olhar também o coração, o sentimento, de família, né...”

Foi interessante notar a potência do mecanismo projetivo na narração de histórias, uma vez que Ian, ao falar de si mesmo, se culpa bastante, mas, em relação ao “mágico”, parece expandir sua compreensão para os motivos que o fizeram desistir: “a humilhação da sociedade”. A projeção é justamente uma operação na qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro, pessoa ou coisa, as qualidades, os desejos, os afetos, os sentimentos e até mesmo os “objetos” que estão internalizados e ele desdenha e/ou recusa aceitar e/ou admitir que lhe são pertencentes (LAPLANCHE; PONTALIS, 1986). O que seria mais difícil para Ian, o que este recusa e joga para o “mágico” da história, talvez, fosse se reconhecer como esse alguém humilhado e maltratado pela sociedade, talvez isso desorganizasse, demasiadamente, o seu “princípio esperança” (FIGUEIREDO, 2008).

Afinal, como afirma Boas (2021), o humilhado é justamente aquele que é excluído das possibilidades possibilidade de fazer parte da comunidade e de efetivar trocas menos assimétricas. Em suma: para sua psiqué esperar, talvez fosse melhor sentir culpa (algo como: “mesmo tendo nascido numa família de classe média, entrei para o crime”) do que vergonha (algo como: “ocupo um lugar de poder desprivilegiado como pobres e negros também; por isso, fui violentado”). Essas possíveis interpretações estão ligadas ao trecho de diálogo abaixo:

Raíssa: *E o que foi que aconteceu para as pessoas não verem mais justamente esse potencial nele? O que foi que aconteceu com ele?*

Ian: *Eu acho que por atitude dele... algumas atitudes que poderia ter mudado a mente de alguém, né? [...] Porque quando **a gente maltrata alguém, humilha alguém...** a pessoa vai mudar automaticamente com a outra pessoa, né? Então acredito que a sociedade em si pode ter feito isso com ele e ele ter **se fechado mais... ter ficado na dele e tal...** e tá fazendo atitudes que não cabiam a sociedade em que ele convivia, então acho que por conta disso, **aos olhos da***

sociedade: “ah, fulano tá fazendo isso, tá fazendo aquilo...”, mas não vê o que “tavam” fazendo com ele.

Raíssa: *Aham. Então você acha que ele tava em uma condição ruim que fez ele tomar algumas decisões que prejudicaram ele?*

Ian: *Sim.*

13.4 Pontos coletivos de esperança: uma presença de alguém “salvador” ; construção de nova família

Foi possível localizar os pontos coletivos de esperança quando Ian continuou interpretando a imagem, ao mesmo tempo em que contava mais sobre sua trajetória na Funase.

Raíssa: *Três meses sem visita?*

Ian: *Em Arcoverde.*

Raíssa: *Lá em Arcoverde?*

Ian: *Foi, aí... eu me achava **no fundo do túnel** porque tipo, não tinha família, não tinha ninguém só ligação, nem chamada de vídeo eu tinha aí foi na hora que apareceu Jeditam, que começou a me ajudar, começou a me dá umas palavras de apoio, ela viu meu comportamento lá dentro que era excelente [...] porque como ela sempre dizia né, “que isso aqui não é pra sempre, é passageiro, né?”*

Desse modo, além da filiação religiosa apontada como algo que o “iluminava”, foi interessante observar uma troca simbólica de expressões (ato falho) “fundo do poço”, onde não há saída, para “fundo do túnel” quando conta o seu encontro com a pedagoga (o túnel, diferente do poço, nos leva para um outro lugar, permite travessias).

Assim, a presença de uma figura de cuidado como alguém que traz “esperança” foi comum nas histórias das outras pessoas interlocutoras, o que marca essa narrativa mais diretamente como uma *trajetória coletiva*. É importante enfatizar que a atividade oferecida pela pedagoga era a da escrita de um livro a partir de um diário: tratava-se de arte, essa linguagem transgressora que amplia nossos encontros com a diferença e sofrimentos e que é, portanto, empreendimento de saúde (AZERÊDO, 2010).

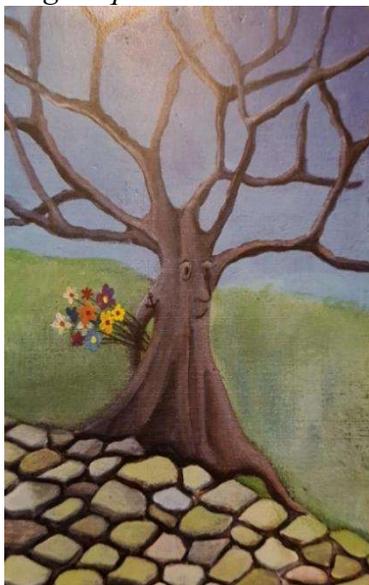
Ou seja, atividade que favorece a simbolização, como vimos, justamente o destino que um trauma pode encontrar para ser liquidado (FIGUEIREDO, 2008). Acredito que a oferta da possibilidade da escrita e sua valorização a partir da publicação de um livro, embora reconhecida como tendo ajudado “apenas um pouquinho” (sic) pelo jovem, foi preciosa do

ponto de vista da reparação da sua habilidade para o esperar. Ênfase também que o trauma psíquico esteve presente na história dos demais interlocutores e, por esta razão, foi considerada uma marca na *trajetória coletiva* que comprimiram o esperar.

Isso pode demonstrar justamente a importância e força da vinculação afetiva que “segura” e portanto oferece “segurança”, da aposta em um holding regulador *do princípio-esperança* (WINNICOTT, 2011) como organizador da vida psíquica e também reparador de “medanças”. Uma vez que o próprio Ian, de jovem conversador, se viu “*muito angustiado, eu ficava tímido na minha quieto, não queria conversar com ninguém[...] Ficava muito calado, entendesse?*”, ou seja, com dificuldade de poder investir em suas relações com o mundo e em si mesmo, certamente assustado e, pior, possivelmente traumatizado.

A ideia de família apareceu novamente, desta vez, não mais como a família de origem, mas como a família que Ian estava formando. Pois, ao escolher a outra imagem que representasse esperança, conversamos sobre alguns dos momentos mais paradoxais para Ian na Funase, como a distância da esposa e gravidez, e foi possível perceber que isso foi algo que lhe provocava medo e, ao mesmo tempo, esperança. Para discorrer mais sobre esperança, Ian escolheu a imagem seguinte:

Imagem 12 - Segunda imagem que mais lembra “esperança”, segundo Ian



Fonte: Jogo Dixit

Sobre a escolha da imagem, afirmou: “[...] *E dessa aqui, eu acho que a esperança... da árvore cortada, né? que ainda há esperança dessa árvore renascer, de viver, de poder recomeçar, né? Tem um novo recomeço para tudo*” [...] *Sem folha, sem frutos, né? E tem uma florzinha querendo renascer...* **Raíssa:** *Querendo brotar, né?* **Ian:** *É.*

Assim, foi possível identificar, através dos conteúdos simbólicos da imagem, interpretados por Ian, *algo* que situava entre “cortes” e “nascimentos”. Ao longo da entrevista, Ian falou sobre como o fato de pensar na gravidez da sua esposa lhe trazia, ao mesmo tempo, esperança e medo. Ao narrar sua história, notamos a presença do medo da morte simbólica para sua nova família, que consideraria o seu “recomeço”. Observamos que, embora o pedido tivesse sido para escolher uma imagem que representasse esperança, Ian combinou essa afetação com o medo já que, como vimos, são bastante interligados (SPINOZA, 2009). Aparentemente, a existência do filho de Ian representou um dos fatores que o faziam sentir “*medança?*”

Na sua subjetivação, sabemos clinicamente que a esperança para a construção dessa nova família possivelmente exerce uma função reparadora em sua história. Mais ou menos como: já que sente que seus “pais eram ausentes”, que pudesse, então, ser um “pai presente” (ao menos, conscientemente). Ao mesmo tempo, existiu o medo que essa família não se concretizasse porque considerava que sua esposa poderia “não esperar por ele”. No entanto, segundo Ian, ela não só o “esperou”, como foi a pessoa que ele considerava que mais lhe ofereceu apoio.

Ian: *Então eu pensei sim que ia perder muita coisa, minha esposa, mas não, graças a Deus, deu tudo certo [...] Foi, que ela me esperou.*

Raíssa: *Uhum. Mas você sentiu esse medo, né?*

Ian: *Sim.*

Ian, mais adiante, reafirmou: “*era uma preocupação maior ainda que eu tinha lá por que meu filho tava dentro da barriga da minha esposa mas, quando eu sai de lá tudo mudou*”.[...]

Raíssa: [...] *Uhum, já aconteceu isso com você? De você sentir que perdeu as esperanças e desistir?*

Ian: *Quase.*

Raíssa: *É? Quando foi?*

Ian: *Quando eu tava lá em Arcoverde. Mas Deus me deu força, né? Pra poder continuar e, principalmente, lembrar do meu filho, né? Que tem alguém que depende da gente, né?*

Raíssa: *Isso te dava força? Te preocupava, mas também te dava força?*

Ian: *Demais, né?*

É muito importante, aqui, destacar um dos momentos inter-inventivos da entrevista com Ian. Após conversarmos, assim, sobre a existência da ambivalência dos afetos, considero que

foi possível tensionar algumas “verdades” promotoras de sofrimento na história de Ian, quando este pareceu conseguir deslocar um pouco a vergonha que sente de si ao longo da entrevista. Foi quando tentamos, juntos, inter-inventar uma visão mais esperançosa e portanto ‘mais orgulhosa’ para sua trajetória. A tentativa foi de redistribuir/devolver a “vergonha” para as falhas ambientais/coloniais e não apenas para si mesmo, ao debatermos sobre a sua relação com sua família e sobre criminalização da maconha:

Raíssa: *Tu acha que alguém devia ir pra Funase por conta de maconha?*

Ian: *Caramba! Acho que se tiver vendendo, com certeza, né?*

Raíssa: *Sei.*

Ian: *Mas se a gente for parar pra pensar, vamo lá né... Vamo botar na ponta do lápis. Tem países aí que libera a maconha, né?*

Raíssa: *Sim.*

Ian: *Tipo, que em farmácias é vendido maconha.*

Raíssa: *Sim.*

Ian: *Como no Canadá, se não me engano...*

Raíssa: *Na Holanda, no Uruguai...*

Ian: *No Uruguai... é... eu acredito que a maconha ela não traz um vício de “ah, fumar maconha, vai fumar pra o resto da vida e não vai viver a vida, vai matar, vai fazer isso de roubar” não, depende da pessoa, por isso que justamente nesses lugares é passado receita médica, é passado psicólogo, né? Pra ver se a pessoa é “adequado” a usar aquilo. Então eu acho que não, a maconha mesmo eu tendo esse... essa experiência toda, eu acho que a maconha não devia levar ninguém preso não.*

Raíssa: *Você acha que a droga vicia a pessoa? Ou a pessoa se vicia na droga?*

Ian: *Eu acho que a pessoa se vicia na droga[...]porque assim... é... a droga não vai até a gente, a gente que vai até ela, né?*

Raíssa: *Pois é, eu acho que... é importante a gente... é... conversar sobre isso também Ian porque é... talvez a gente consiga olhar pra tua história assim num campo maior, né? Assim, de um contexto em que a gente tá no país, em que a maconha é criminalizada...*

Ian: *É verdade.*

Por fim, acredito que essa passagem da história que Ian criou para a terceira imagem resume bem sua compreensão sobre esperança:

Ian: *Caramba, eu acho que ele era um... um mágico.[...]*

Raíssa: *E a mágica não deu certo?*

Ian: *A mágica não deu certo, isso! Mas é bem interessante que velho ele não é, ele é uma pessoa jovem, né?*

Raíssa: *Uhum. E ele pode... você sentiu que ele tinha perdido a esperança?*

Ian: *Sim.*

Raíssa: *E essa esperança ele pode voltar a sentir ou não?*

Ian: *Com certeza!*

Raíssa: *Quando alguém perde a esperança, ela pode vir?*

Ian: *Pode!*

Raíssa: *Pode vir, né? E aí, no caso dele viria se as pessoas voltassem a acreditar nele?*

Ian: *Siiiiim!! Dessem um apoio, né?*

Raíssa: *Um apoio pra ele?*

Ian: *Um **palavras de conforto.***

Raíssa: *Pra ele continuar a fazer mágica?*

Ian: *Continuar a fazer mágica e dizer que... ele é uma pessoa especial, uma pessoa que **a gente pode acreditar nele pelo talento que tem, né?**[...]E dizer que... que tudo isso que alguém falou algum dia pra ele pode ser pode ser algo da mente de alguém, pode ser algo que... não seja nada a ver com o que cabe a ele.*

Raíssa: *Uhum. às vezes as pessoas falam coisas sobre os outros que querem dizer pra elas mesmas, né?*

Ian: *Boa, isso aí! [...]*

Raíssa: *Como é que é esse sentir esperança? Tenta me descrever um pouco como é a sensação de ter esperança.*

Ian: ***É gostoso demais!***

Ian parece ter recuperado sua crença na “magia” esperançosa a partir do seu exemplo em que isso poderia voltar a acontecer, desde que alguém oferecesse palavras de conforto para o mágico. A magia, aqui, seria como o princípio esperança (FIGUEIREDO, 2008): está lá, uma que se pode voltar a sentir a afetação esperança, mas para que ela venha fazer a sua função, é preciso que haja uma aposta do outro sobre nós. Assim, quando disse para ele sobre o quanto as pessoas, às vezes, falam coisas sobre os outros que queriam dizer para elas mesmas, falei sobre seu próprio mecanismo projetivo ao longo da entrevista (uma conversa sobre “a projeção da projeção”).

Desse modo, Ian descreve a esperança como “algo gostoso”. De acordo com a perspectiva semiótica, Castro (2010) classifica a esperança como um tipo de paixão discursivada que comanda estratégias intersubjetivas, sendo paixão um reflexo da relação aproximada entre o sentir, o conhecer e o fazer. Assim, através da intensidade da paixão, a esperança enquanto tal seria considerada uma *emoção eufórica*, bem como a confiança, a alegria e o amor. Sim, como é gostoso (e doloroso) sentir paixão.

13.5 Pontos singulares de (des)esperança: desejo de tornar-se policial e religião

Os pontos de esperança mais singulares da história de Ian foram também facilitados pela escolha de uma imagem e pelo que ele conseguiu produzir, narrativamente, acerca dela.

Imagem 13 - Primeira imagem que mais lembra “esperança”, segundo Ian



Fonte: Jogo Dixit

Ian: *Eu acho que na hora da escuridão ainda pode existir uma luz, né? Aí eu acho que isso aqui **poderia ser tipo uma esperança**, né? De encontrar uma luz no **fim do túnel** mesmo estando na escuridão.*

Raíssa: *E tu já sentiu alguma vez que tu tava nessa situação desse menino aí dessa escuridão e veio uma luz assim?*

Ian: *Já sim [...]lá dentro rola de tudo, como você sabe, né? Lá dentro é muita maldade que o pessoal faz lá um com o outro e eu ficava só na minha, orando eu levei uma bíblia, aí eu ficava orando aí levava a palavra de Deus pra um e outro nas celas. [...] Na escuridão, e mesmo todo mundo me dando todo o apoio, **mas eu me achava perdido**[...] porque lá não tinha família, não tinha visita... não podia nem ter visita. [...]*

Vemos aqui como o significante da escuridão está atrelado negativamente na história de Ian, à ideia de se sentir sozinho e sem conseguir enxergar-se: ou seja, “perdido”. Ian contou que era recente sua “conversão” para a religião evangélica, que aconteceu dentro mesmo da Funase e que ler a Bíblia era uma das suas principais atividades lá, o que, segundo o jovem, o ajudou. Isso pode ter acontecido, como afirmou, já que, sobre coisas ligadas à religião ele “sabia responder”. Isso pode se tornar, subjetivamente, muito valioso, já que o jovem é alguém que tem o seu saber o tempo todo desautorizado (PARKER; MANIR, 2009), ainda mais, quando está em conflito com a lei.

Assim, sentir “saber responder” as perguntas dos demais jovens possivelmente favoreceu que ele se sentisse mais no controle da sua existência ou menos “perdido na escuridão”, como sugere o trecho abaixo:

Ian: *acho interessante porque quando eu ia contar a história da bíblia pra eles e eles paravam ficavam olhando assim, tipo... eles entrava profundo no que eu “tava” falando pra eles: “da época da antiguidade”... porque eu gosto de teologia, eu acho massa também, tá ligado? Teologia[...]É sobre história, então eu acho massa teologia... então eu ficava lendo e eu interpretava as coisas, eu lia falava com eles, e eles ficavam assim admirado, tipo na história e ficava me perguntando... e eu sabia, tipo... eu sabia responder porque daquilo ali eu já tirava uma base, né? Eu sabia responder, então... eu achava massa, aí foi aonde que eu falei com a agente lá, eu falei: “oh, eu quero tá orando em cela por cela”, pra também tirar aquela coisa da mente da pessoa[...]*

O fenômeno das articulações entre carreira no mundo do crime e posterior identificação religiosa, sobretudo a evangélica, que é a que mais cresce no Brasil, tem chamado atenção de vários estudos (MACHADO & GOUVEIA, 2021). Tais estudos identificam que existe um grande poder desse discurso institucional no viés político, econômico, social e subjetivo. É um discurso poderoso que, ao mesmo tempo que pode mobilizar culpas, também pode aliviá-las.

Isso acontece uma vez que, diferente do tráfico, que lida com a ideia de um futuro nebuloso (FRANCH, 2004) e, muitas vezes, de morte, a Igreja promete um “futuro de salvação e perdão”. Porém, em comum, tanto o tráfico quanto a Igreja oferecem a circulação de um capital simbólico ligado a ideia de fidelidade e pertencimento (MACHADO & GOUVEIA, 2021). Assim, nas periferias e suas inseguranças, a ideia de se sentir protegido e amparado por uma entidade divina parece ter um lugar, muitas vezes, (des)organizador do ponto de vista psíquico.

Além disso, possivelmente articulada a essa espécie de “redenção” e expiação de sua culpa, Ian também afirmou desejar se tornar policial: “*principalmente, o meu sonho é ser PM!*”, Sobre isso, conversamos:

Raissa: *Quando eu falo assim “PM”, qual a primeira palavra que vem na tua cabeça assim?*

Ian: *Ah, acho que é um trabalho digno. Todos os trabalhos são dignos né?*

Raissa: *Uhum.*

Ian: *Mas acho que PM... acho que é porque eu já vejo... já veio da minha família então... eu vejo que é massa, **tipo a pessoa cuidar do pessoal**, tipo tem pessoas... tem PM's que já faz outras já, né? Mas, eu acho que sendo PM eu já ia fazer um negócio de nutricionista pra trabalhar dentro do órgão lá[...]Não queria ficar lá nas ruas, né? Eu queria ser PM, virar nutricionista, tipo e trabalhar dentro de órgão. **Dentro de instituições, entendesse?***

No caso de Ian, este parece ter criado uma nova identidade de futuro policial evangélico, portanto, mais socialmente aceitável e que parece ter se tornado central em sua vida. Inclusive, após o término das entrevistas, Ian me enviou seu currículo e a primeira coisa que havia ali escrita era, após o seu nome, era “cristão evangélico”. Além de que, por diversas vezes ao longo dos dois encontros, afirmou que queria estudar para o concurso da Polícia Militar. Assim, de infrator da lei, para executor da lei, Ian parece desejar inverter tais funções, realizar portanto uma reparação esperançosa para a sua história, já que o desejo seria de ser um PM para “cuidar do pessoal”, nutrindo-os a partir do seu trabalho na cozinha.

13.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Ian

No segundo encontro com Ian, foi entregue a História em Quadrinhos contruída com base no nosso primeiro encontro, como um presente, o que pareceu o deixar um pouco surpreso e satisfeito. Ele reagiu assim: **Ian:** *Oxe...(silêncio). Com licença...(abrindo). Que lindo. Pô, ficou massa. (lendo em silêncio). Ficou muito lindo. Muito obrigado, viu?*

Imagem 14 - História em Quadrinhos de Ian



Fonte: elaboração própria, junto com “Ilustra sob medida”.

(Texto dos quadrinhos: “Era uma vez um menino curioso que um dia encontrou um arco-verde...Oxe! O que eu vou fazer com isso? Apesar de não gostar daquele arco verde, o arco não

deixava ele em paz. Arrodeava ele em todo logo que ele ia. “Sai daqui, arco-verde!”. Foi quando ele começou a estudar muito e desenvolveu um caldo muito gostoso...que transformava aquele arco de uma cor só em um lindo arco-íris.)

A conversa continuou:

Ian: [...] *Eu achei demais porque...Era uma vez um menino curioso, que ele encontrou um arco-verde. “Oxe! O que eu vou fazer com isso?”. Apesar de não gostar daquele arco-verde, o arco não deixava em paz, arrodeava ele em todo lugar que ele ia. “Sai daqui arco-verde!”. Foi quando ele começou a estudar muito e desenvolveu um caldo muito gostoso que transformava aquele arco de um cor só em um lindo arco-íris. “Arco-verde”, né? Não é? Ficou massa! E esse paletó aqui? É igualzinho ao que eu tenho! Vou colocar lá no meu quarto!*

Foi muito importante, para mim, sentir a alegria de Ian ao ver a nossa primeira conversa tendo sido transformada numa história em quadrinhos sobre a sua vida, com uma nova “borda”, baseada numa ideia de contenção afetiva, catalisadora de afetos (FERENCZI, 1988). Ou seja, baseada num formato estético e simbólico inédito para narrar sua história. Quando perguntei se ele tiraria algo ou acrescentaria na sua história, ele respondeu que não.

Ian: *“Ééé...pronto, essa história pra mim tá ótima, achei super interessante, uma coisa bate com a outra, então achei super bacana, então não tiraria nada, e nem acrescentaria.”*

Raissa.: *Você acha que ela representa um pouco a sua história mesmo?*

Ian.: *Sim. Com certeza. Eu achei muito legal. É...e depois que eu vim entender sai daqui Arcoverde. Entendesse? Risos.*

Acredito que o momento da construção da História em Quadrinhos foi o de maior esforço da aplicação da escuta conquistada no método do que nesta Pesquisa chamamos de *pesquisa-inter-invenção-psicanalítica-contracolonial-feminista*. Guiada pela busca da (des)esperança nas narrativas de Ian, tentei incluir, nas imagens e nas palavras, possíveis representações para os principais momentos que com ela se conectaram.

Assim, uma vez que, para a Psicanálise, o sofrimento humano se apresenta em forma de metáfora (ROSENFELD, 1998), apostamos que ele é capaz de ser reeditado também a partir das palavras (sempre polissêmicas) que, *ao mesmo tempo em que produzem, são produzidas pela esperança*.

Primeiro, então, foi necessário ousar “transformar” esse local traumático em uma outra coisa, uma vez que era marcante seu sentimento persecutório (possivelmente advindo do

preconceito de classe) ligado ao sofrimento da injustiça vivenciada na cidade de Arcoverde. Lembrei de Clarice (1978, p.87), em *Um Sopro de Vida*: “*Um dos modos de viver mais é o de usar os sentidos num campo que não é propriamente o deles*”. E então bastou apenas partir a palavra: de Arcoverde, para “arco-verde”. Como afirmou Ian, foi justamente essa brincadeira com a palavra, que “só depois” que foi entender, o que parece ter achado de “mais legal”.

Depois, julguei importante incluir algo que remetesse ao seu atual trabalho como “cozinheiro” da Polícia Militar, o que lhe proporciona uma identidade, segundo ele, com mais “dignidade” (“todo trabalho é digno, né?) e que possibilita que ele tenha um saber (além do religioso) de quem faz um caldo “gostoso” (gostoso, assim como ele disse que era sentir a esperança).

Por fim, a imagem do nascimento do seu filho (algo que o sustentou psiquicamente, através da afetação medança) e que forma, junto com a sua esposa, uma nova família (que possa ser diferente daquela que ele diz não ter lhe dado amor suficiente). Nesse arco-íris, certamente estão colorindo a sua relação com a pedagoga, com a própria religião, que não foram incluídas diretamente, mas que apareceram como vínculos, como pontos de esperança ao longo das entrevistas.

Sobre a sua relação com a pesquisa, Ian parece ter se sentido “livre para conversar” e surpreendido com o ambiente da sala: “[...] *porque eu me surpreendi pelo ambiente, né... pelo local que, oh senta aqui e tal, senta aqui pra desenhar[...] achei massa, tipo eu fiquei surpreendido por isso*”. Afirmou que nunca tinha ido a nenhum tipo de acompanhamento psicológico antes, o que certamente nos faz refletir sobre a precarização dos serviços de saúde mental (BARROS; BERNARDO, 2017) e necessária democratização desse direito, justamente para as pessoas que mais sofrem violências no país.

Há também a marca do discurso moral neoliberal meritocrático, individualista que o coloca, mais uma vez, como único responsável pelo seu “sucesso”, assim como o fez para falar do seu “fracasso”. Ian encerra utilizando um termo religioso, “o livre arbítrio” e apresenta uma concepção sobre os estudos, trabalho, família e relação com as drogas como o “caminho certo”, sendo algo que depende apenas de si mesmo. “Para o neoliberalismo, o corpo que apresenta bom desempenho é o do homem branco, em plena posse de uma força física normatizada como masculina, que se levanta cedo [...] trabalha, sem contar as horas, para o sucesso econômico” (VERGÈS, 2021, p.12).

A marca mais presente, no entanto, foi a da “que sirva de lição”, o que mais uma vez denuncia a medida socioeducativa como, principalmente, punitiva, mobilizadora de culpa. Desejei “terminar” a análise das entrevistas de Ian com suas próprias palavras:

Ian: *É eu achei superinteressante essa, essa pesquisa. Porque quando se trata que a gente tem o livre arbítrio de poder conversar, né. De poder relatar do que passou, e isso é bom. A gente falar da, das coisas boas e coisas ruins que a gente passou[...]Mas que sirva de exemplo, de lição pra gente fazer tudo diferente da nossa vida. E, também eu digo que... as drogas para pessoas que “queira” entrar por esse caminho, não tentar porque isso é um caminho sem saída, “num” tem pra onde ir. Né, a única coisa que a gente tem que fazer é fechar com nossa família, seguir um caminho certo estudar. É, principalmente estudar, construir uma família[...]Né, então eu acho, acho bacana. Porque isso aí, alguém pode tirar também uma experiência de vida... né,, isso aí pode servir de aprendizado pra algumas pessoas. Porque muitas pessoas podem tá lendo e pô já passei por isso aí, mas olha como o menino tá. Né, porque ele conseguiu e eu não consegui? Porque ele consegue e eu não? Né, isso tudo basta a gente querer focar: eu quero, eu posso, eu consigo. Entendesse?*

Ah, sim! Por último mesmo, pedi para Ian que desse um título para sua história em quadrinhos. Ele escolheu: **“Nunca desista, persista, insista. Sonhe o mais alto que puder. E na primeira oportunidade, coloque em prática!”**

Quadro 1 - síntese da entrevista com Ian

NOME FICTÍCIO	PONTOS COLETIVOS DE DESESPERANÇA	PONTOS COLETIVOS DE ESPERANÇA	PONTOS SINGULARES DE (DES)ESPERANÇA
IAN	Classe/raça/gênero/sexualidade; trauma; culpa; família de origem; violência institucional	Presença de uma pessoa “salvadora”; construção de nova família	Tornar-se policial; religião

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

14 FRANK EM: “O MENINO E A ESPERANÇA”

14.1 Seu processo de chegada

Frank (nome fictício escolhido pelo jovem) foi o terceiro jovem a aceitar ser entrevistado. O conheci a partir do método da bola de neve (VINUTO, 2014), quando Catarina me forneceu duas indicações, sendo uma delas, Frank. Sobre a sua chegada, escrevi no meu diário de campo:

Hoje conheci o terceiro jovem que topou participar da pesquisa. A marcação da entrevista foi bem difícil, uma vez que este jovem não tinha celular próprio, morava com um amigo e era através desse amigo que estávamos tentando organizar nosso encontro. A primeira vez que marcamos, Frank me avisou, no dia, que ia precisar faltar. Quando chegou a nova data que agendamos, não consegui contato com ele. Confesso que estava convicta de que ia levar um “bolo”, quando a recepcionista avisou que ele tinha chegado. Senti um aperto no peito quando ele entrou na sala, ofegante e suado. Eu disse: “Menino! Como tu veio até aqui se eu não consegui pedir teu uber?” Ele respondeu: “Eu vim andando”. “Oxente! De onde?”, perguntei. “Lá de Maranguape 2. Eu saí bem cedo de casa. É que eu tava sem dinheiro para a passagem. Mas não podia perder a entrevista né?”, me respondeu. Nesse momento, meu coração gelou, pois me ocorreu que ele tivesse compreendido que seria algo como uma entrevista de emprego. Ele andou mais de 30 km, possivelmente por mais de 5 horas e meia, no sol, e chegou no horário que combinamos, de almoço. Lamentei o ocorrido e peguei uma água para ele. Senti vergonha de fazê-lo realizar todo esse esforço. Fiz questão de reembolsá-lo pelo transporte que ele não pegou. Para o meu alívio, logo no início da entrevista, percebi que Frank sabia que não se tratava de uma entrevista de emprego, mas sabia que se tratava de uma entrevista com uma “psicóloga”. Isso repercutiu de tal forma que Frank já chegou falando sobre suicídio, o que me deixou preocupada. Emendou vários assuntos diferentes, pareceu um pouco confuso. Eu não consegui mostrar as imagens disparadoras do Dixit, porque ele já tinha “disparado” na fala desde o momento em que entrou na sala. Foi preciso, assim, “fechar” em vez de “abrir” mais narrativas. Sem dúvida, foi a entrevista mais difícil que fiz até agora. Descobri ao longo da nossa conversa que ele já havia cumprido ambas as medidas, tanto numa Casa de Recuperação, como em abrigos, dentro dos quais passou boa parte da sua vida. Talvez isso explique muita coisa? Não sei.

Diário de campo, 07/01/2022

14.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência

Frank (nome fictício escolhido pelo jovem) é recifense e tem 18 anos. No momento em que o entrevistei, estava cursando o terceiro ano do Ensino Médio numa escola pública. Sua renda mensal é de 1.000 reais, e mora com um amigo que “também já morou em abrigo”. Frank trabalha como Jovem Aprendiz num órgão público. É um menino negro, que se identifica como “moreno”, cisgênero e heterossexual. Nosso primeiro encontro foi no dia 07 de janeiro de 2022, com duração de 48 minutos. O segundo encontro aconteceu no dia 21 de janeiro, com duração de 49 minutos.

Frank passou 02 meses cumprindo medida socioeducativa em regime fechado, em Santa Cruz do Capibaribe. E passou 08 anos, entre idas e vindas, morando em abrigos do Estado. Quando não estava em abrigos, morou com sua irmã mais nova, junto com sua avó paterna, com quem sua relação sempre foi muito conflituosa.

Logo quando chegou, Frank começou a falar da experiência que tinha tido com uma psicóloga. Ele começou a fazer a psicoterapia em um dos abrigos, a partir do pedido de uma “madrinha”. Ela dizia que a psicóloga teria um “concerto para ele”. Frank também queria saber se a minha pesquisa era sobre suicídio, já que ele estava vendo muita campanha sobre “janeiro branco”. Mais adiante, revelou que já tinha pensado em tirar a própria vida, num período em que teve “depressão”. Frank também contou que o seu sofrimento já começou com um mês de idade, quando a sua mãe o jogou numa lata de lixo. Perdeu a mãe e o pai quando ainda era criança e foi levado cedo para o abrigo por conta dos “maus tratos” que sofria em casa. Me disse que tem, até hoje, “as cicatrizes nas costas”(sic).

Desse modo, devido à grande demanda de fala de Frank, muitas de suas narrativas deslizarão sem a necessidade do disparador das cartas do jogo Dixit. Teria ele caminhando mais de 30km justamente com esse objetivo maior, digo, o de ser escutado? Em diversos momentos, Frank relatou ter se sentido “calado” nas suas relações, principalmente, familiares. Talvez tenha sentido, ali, comigo, simplesmente que podia falar e ser escutado. Quando contou sobre sua experiência com a psicóloga, lembrei de Dunker & Thebas (2019, p.23), ao afirmarem que: “Quando você se sente escutado, você quer mais”. Acredito, então, que foi a busca por mais escuta que Frank atravessou, de Paulista para Boa Viagem, a pé.

Na entrevista com Frank, as imagens só puderam ser apresentadas no segundo encontro, sendo portanto a ordem inversa proposta pelo roteiro original. As imagens “abririam as narrativas”, mas, no caso dele, a escolha das imagens teve a função de falar sobre sua relação

com a pesquisa, já no final do nosso segundo encontro. Isso porque as suas histórias já haviam sido, boa parte, compartilhadas desde a primeira entrevista.

Em síntese, ao longo dos dois encontros, foi possível localizar os pontos, tanto os mais coletivos, quanto os mais singulares, relativos à (de)esperança nas narrativas do jovem. Assim, Frank contou sobre: ter sofrido de depressão, ideação suicida, violência familiar e perdas significativas, como a morte do seu pai. Se referiu ao abrigo como algo que trouxe esperança para ele, pois era “melhor do que ficar na sua casa”. Demonstrou sentir culpa por ter se afastado de sua irmã e por ter “entrado para a vida do crime”. Abaixo, uma síntese dos dados mais objetivos sobre Frank.

Tabela 4 - Tabela com dados objetivos de Frank

NOME FICTÍCIO	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA	CLASSE	GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RAÇA	TIPO DE MEDIDA
FRANK	18 anos	Ensino Médio incompleto	1.000 reais	baixa renda	masculino	heterossexual	negra	Medidas socioprotetivas; Abrigo e Casa de Recuperação

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

14.3 Pontos coletivos de desesperança: raça/classe/gênero/sexualidade; culpa; trauma família de origem e violência institucional

Logo no início da primeira entrevista, Frank trouxe uma narrativa muito dolorosa sobre sua origem e uma marca precoce de abandono ligado a sua família. Contou que, com meses de idade, foi jogado na lata de lixo pela sua mãe. Diante disso, lembramos da importância da psiquê do bebê ser cuidada e integrada. Num momento de tanta fragilidade humana, isso se torna fundamental para possibilitar a sobrevivência e uma determinada organização psíquica.

Embora essa discussão não tenha como ponto de partida uma relação de causa-efeito, o fato é que tanto a Psicologia quanto a Psicanálise vem cada vez mais aprofundando seus estudos a respeito dos impactos subjetivos ligados a esse período da vida e suas formas de cuidado, muitas vezes chamados de “Intervenção Precoce” (LAZNIK, 2013; WINNICOTT, 1988; SAMPAIO & CAMAROTTI, 2020). É preciso lembrar também que esse próprio termo “precoce” vem sendo criticado, uma vez que é contraditório com a sua própria premissa: se desde bebê precisamos cuidar da psiquê, por quê chamar este trabalho de precoce, como algo que aconteceria “antes do tempo”? Por isso, é preferível falarmos simplesmente da “Clínica com Bebês”.

Para Winnicott (2005), o bebê tem uma tendência inata para a integração, que faz parte do processo de amadurecimento. A integração, que é necessária para o desenvolvimento emocional, só é conquistada através de uma relação de cuidado com um outro significativo, que nomeie suas emoções e garanta sua sobrevivência (física e psíquica). Isso tudo depende dos modos como o bebê cabe ou não na fantasia e no desejo de ao menos uma pessoa que garanta sua segurança (holding) de existir enquanto ser humano. Caso contrário, podem haver muitos acidentes psíquicos desastrosos no desenvolvimento do sujeito.

É fundamental enfatizar, entretanto, que Winnicott não é determinista a esse respeito. Apesar de defender a necessidade do cuidado psíquico e físico com o bebê para um desenvolvimento saudável, também afirma que: “Todos estes desenvolvimentos podem ser observados nos primeiros anos de vida, embora nada esteja estabelecido à época do primeiro aniversário [...]”(WINNICOTT, 2005, p.20). Abaixo, o trecho em que Frank falou, pela primeira vez, do abandono materno:

*Frank: É tipo assim...eu sou um cara que tipo...com um mês de idade, já, tipo assim, senti um sofrimento. Meses de idade, meses de idade eu fui jogado no lixo. No lixo. Lixo! A pessoa pega um saco, e joga na rua. Pela minha própria mãe. Ai passou um tempo...meu pai e minha avó, que é a mãe dele, me criaram até um certo tempo [...] Foi isso. Ai, minha avó procurou saber né da parte dela né (referindo-se a sua mãe), seu filho, **você não vai mais querer saber não? Não, não quero, vou curtir minha vida, vou viver do jeito que eu quero e dane-se filho. Beleza. Até ela descobrir que tava grávida do meu pai de novo. Beleza, aí quando teve minha irmã de doze anos, morreu. Faleceu.***

Desse modo, tendo sofrido um provável impacto enquanto bebê na integração da sua psiqué, Frank teve que lidar, muito cedo, com uma vivência de rejeição e abandono. Ele fez, assim, referência ao significante “lixo” algumas vezes ao longo dos dois encontros. Em um deles, tentei inter-vir com a ideia da reciclagem do lixo, para a qual Frank apresentou inicialmente uma certa descrença, acredito, justamente por conta das profundas cicatrizes subjetivas (além de físicas) deixadas nele. Frank carrega nas costas esse sofrimento, literal e simbolicamente:

*Frank: “A primeira vez que eu fui para o abrigo foi por causa da minha mãe. Porque[...] por causa desse **acontecimento do lixo e maus tratos. Até hoje eu tenho as cicatrizes nas costas, que foi dela [...]** Sabe um caixote de laranja toda boa? **Você pega uma laranja podre, e coloca. Depois de um tempo tudo vai ficar podre. Tipo, isso foi o que aconteceu comigo. Uma palavra, me entristeceu. Duas, me entristeceu. Quatro, cinco, seis, dez, cem, cento e vinte e cinco, mil, um milhão. Até chegar na depressão.***

Nesse momento, lembrei da passagem de Clarice Lispector em *Água Viva* (1998, p.25), quando esta fala da escrita como “pesca” de palavras: “Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu [...]”. Compreendi que a entrelinha, no caso de Frank, seria a linha de sua existência que se rompeu, ao escutar “um milhão de palavras que o entristeceram”. O que se “escreveu” em sua psiqué, para ele, foi o que denominou de depressão. Foi quando pesquei aquela mesma palavra, “lixo” na entrelinha e disse:

Raissa: *E essas laranjas elas quando apodrecem vão para o lixo. Mas a gente sabe, hoje, que a gente pode reciclar o lixo.*

Frank: *É, o que vai para o lixo, ninguém gosta.*

Raissa: *Será que hoje você sente que dá para reciclar? Reciclar essas coisas que você ouviu? [...]*

Frank: *Eu acho que não. Eu quero tipo ser uma pessoa como quem bate a cabeça na quina da parede e esquece. Entendeu? E esquece.*

Raissa: *Você quer esquecer, não quer reciclar?*

Frank.: *Isso.*

É possível que os elementos de intenso desamparo na sua história tenham provocado uma vivência desintegradora, com a qual teve que aprender a sobreviver com muita dor, já que, como afirma Winnicott (2005, p.07): “A desintegração é dolorosa”. Frank sentiu, assim, que adoeceu pelas palavras. Compreendo que, como “enfermeiros da mente” (WINNICOTT, 2005), precisávamos construir juntos, ao menos, um curativo cicatrizador para aqueles encontros ao longo da pesquisa.

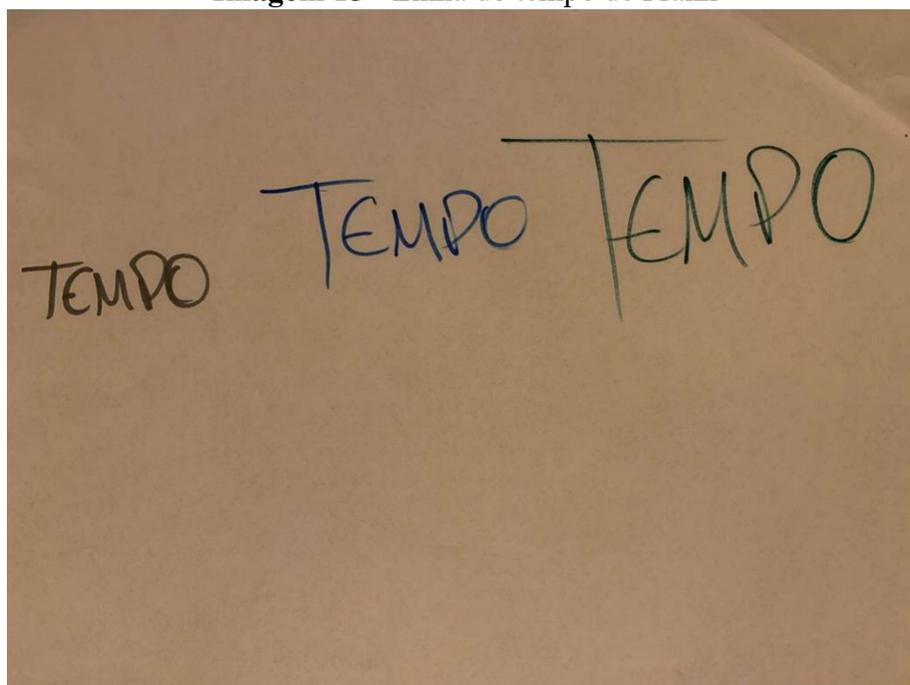
Ali e em vários momentos das entrevistas, senti que ele estava compartilhando comigo suas fases de desesperança. E foi justamente por as ter compartilhado que podíamos ensaiar a criação de outros destinos para o seu sofrimento. Ou seja, no caso, podíamos tentar escrever outras linhas, de preferência, com palavras inéditas para se referir as suas dores, assim como defende Rosenfeld (1998).

Raissa: *Será que tem como fazer isso sem reciclar? Será que a gente consegue esquecer, assim, essas coisas tão difíceis da vida ou apenas lembrar com menos dor?*

Frank: *Assim, do nada não, só contando com o tempo.*

A palavra “tempo” pareceu preciosa mesmo para Frank, no caso, recicladora. Pois foi ela que ele utilizou para fazer sua “linha do tempo”, diferenciando o passado, presente e futuro apenas com diferentes cores. Um tempo “cinza”, para o passado; um tempo “azul” para o presente e um tempo “verde” para o futuro. Abaixo, vemos a produção de Frank e um diálogo sobre ela:

Imagem 15 - Linha do tempo de Frank



Fonte: produção do interlocutor

Raissa: *Nesses tempos, o que foi mais difícil que aconteceu com você?*

Frank: *Foi assim...o afastamento da minha irmã que eu amo muito, e...e...ela vai fazer 17 anos agora em março [...] Aí por causa do que eu fiz, ela sofreu.*

Raissa: *Por causa do que aconteceu ou do que você fez, quer dizer, você acha que dependeu só de você? Muitas coisas aconteceram né?*

Frank: *É, foi, não dependeu só de mim...*

Frank, que já havia afirmado ter sido “muito ruim e muito perverso” (sic) na sua vida, também demonstrou sentir culpa nos conflitos com a sua família, distante de um estado subjetivo esperançoso. Em diversos momentos, Frank narrou episódios de violência doméstica em que eram frequentes xingamentos e espancamentos, mais especificamente, na relação com a avó. Muitos dos conflitos envolviam, segundo ele, a exigência de que compartilhasse mais do seu dinheiro com ela. O seu tio também exigia o mesmo, que era quem também sustentava a casa, além de Frank.

A dinâmica de sua família parece ter sido marcada também pelo ethos da masculinidade hegemônica branca e suas obrigatoriedades de prover financeiramente a unidade doméstica, como destaca Aldair Barreto (2021). Assim, afirmou que muitos problemas pioraram quando ele começou a trabalhar: “*Sim. Aí eu comecei a trabalhar aí ela não, Frank, já é um rapaz, vai começar a querer comprar, a querer gastar, e vai ter que pagar. Deveu, pagou, deveu, pagou*”.

Ou seja, observamos aí como se reflete, na construção da masculinidade negra, a reivindicação por um ideal de masculinidade branca patriarcal cisheteronormativa. É comum

que um homem negro busque, assim, fugir das violentas imagens negativas que lhe são atribuídas no imaginário social. Ao realizar essa busca pela identificação com “imagens positivas”, se depara com a masculinidade supremacista branca em que, além de provedor da casa, o homem possa ser rígido e disciplinador nas suas relações afetivas (BARRETO, 2021). Constroem-se, assim, imagens nada subversivas ou esperançosas que mostram, justamente, como o colonialismo racializou as sexualidades e os gêneros (LUGONES, 2014; VERGÈS, 2021).

Lembrei de algumas mensagens que recebi de Frank me perguntando se “sua namorada estava certa” ao reclamar de algumas coisas que estavam acontecendo entre eles. Perguntei o que era, e ele me respondeu que o problema era que, como homem, costumava “bater nela quando estava com raiva” (sic). Respondi que sim, ela estava certa em reclamar, e que inclusive era um crime o que estava acontecendo. Ele reconheceu que achava isso “errado” e disse que ela também costumava bater nele. Foi quando conversamos um pouco mais sobre a importância do acompanhamento psicológico e reforcei o encaminhamento para seu atendimento. Sobre a agressividade de Frank, comentamos um pouco mais nos “**pontos singulares de (des)esperança**”.

Frank contou muitos episódios de violência doméstica, e por isso é importante refletir sobre os principais pontos que aparentemente promoveram uma desintegração familiar. Acerca disso, Winnicott (2005) nos lembra que não nos cabem julgamentos morais, principalmente de ordem econômica, já que não podem ser origem exclusiva de tensão nas famílias. Na passagem abaixo, vemos como a questão econômica, geracional, de gênero e racial são marcantes, de maneira interligada, no discurso da avó sobre Frank.

Frank: *Porque assim minha avó achava...achava que eu ia ser mais um que tipo ia passar na esquina, um carro preto ia passar e me sequestrar. Ia ser mais um que ia na esquina e não sabia mais o canto de casa, ia ser mais um que chegasse na escola não sabia as coisas, não sabia voltar para casa, não sabia falar com ninguém...e eu disse: eu sei fazer essas coisas! Você não acredita, você não confia... mas eu sei! [...]*

Percebemos como Frank vivia num ambiente de descrédito e desconfiança de sua avó em relação as suas habilidades em geral. Ele seria apenas “mais um (jovem, negro e pobre)” “sequestrado”, possivelmente, da vida escolar para o crime. De fato, sabemos que mais de 70 por cento dos jovens que sofrem com a evasão escolar, no Brasil, são pessoas negras (REDE BRASIL ATUAL, 2019). E Frank, assim como todos os demais interlocutores, não terminaram o Ensino Médio sem a necessidade de fazer um Curso Supletivo, ou seja, todos passaram por atrasos na sua formação escolar (Frank ainda estava concluindo o ensino médio quando realizamos as entrevistas).

Foi, portanto, a partir a ausência de um “ambiente facilitador contracolonial e aquilombador” que Frank, aparentemente, sofria com uma espécie de “desmentido” constante e “descapacitante”, o que, já defendia Ferenczi (1992), é potencialmente traumatizante. Segundo o autor, o desmentido contribui justamente para que o sujeito lance mão de algumas defesas e tente sobreviver por conta própria, uma vez que, muitas vezes, acaba perdendo a confiança no mundo ao seu redor.

Observamos também como o significante “preto” se repete nas narrativas de Frank sempre como algo ruim, o que reflete a questão do “racismo e o essencialismo negativo” (BARRETO, 2021). Acima, referiu-se ao “carro preto” como aquele que o sequestraria no imaginário da avó. Abaixo, vemos passagens desde a cor do lápis escolhida para sua linha do tempo, até episódios racistas nos abrigos e na relação com seu próprio corpo.

Frank: *É assim, a linha do tempo. Essa foi a que eu passei a mais difícil. Que ia ser preto, mas aqui não tem preto, coloquei cinza [...]*

Raissa: *E tu colocou uma cor diferente em cada palavra: na primeira, você colocou cinza, e você falou que foi a mais difícil.*

Frank: *Foi, que era para ser preto, mas não tem.*

Raissa: *E preto é uma cor que representa coisa difícil para você?*

Frank: *É, tempo escuro.*

[...]

Raissa: *Me diz uma coisa sobre essa coisa de raça ainda que a gente tava falando... é...os meninos que você via que tinham a pele mais escura, você acha que eles já tinham é... que as pessoas de repente[...] tinham preconceito...*

Frank: *Sim, e também por causa “das veste” que eles usava.*

Raissa: *Você acha que eles se vestiam de uma forma que as pessoas não gostavam?*

Frank: *Sim, ficava olhando mal para eles.*

Raissa: *Como se o quê?*

Frank.: *Como se fossem criminosos. Como foi no ano de 2019 nas férias, na colônia de férias. Ai no shopping. Tava tendo jogo de graça aí o público podia ir aí jogar tinha campeonato e um bocado de coisa. Ai chega um menino que era ex acolhido da casa e ele tava mal vestido para ir com a gente pro shopping. Tá com a roupa inadequada. Tipo, eu senti que alguma coisa ia dar errado. E realmente deu. Eu fiquei calado, depois eu me manifestei. **Eu não vou. Eu sei o que vai acontecer.** Ai a educadora disse: “Não,você vai” aí eu disse “eu não vou”. E fui forçado a ir. Ai quando chegou lá ela viu o que aconteceu.*

Raissa.: *E o que aconteceu?*

Frank: *Esse menino ficou tirando onda com “os segurança” e o segurança pra onde a gente ia, ia com a gente, por causa dele.*

Raissa: *E você sentiu raiva, nesse momento?*

Frank: *Pode apostar.*

Raissa: *E o que mais?*

Frank: *Vergonha. Pode apostar.*

Raissa: *Mas a vergonha quem devia sentir era o segurança, não?*

Frank: Não, a vergonha quem devia sentir era ele. **Porque o segurança está ali para fazer seu trabalho.**

Raissa: E ele tava ameaçando alguém?

Frank: Quem?

Raissa: O menino!

Frank: Não, tava tirando onda, tirando onda. Entendeu? E tipo quando o guarda olhou para ele tipo olhou torto porque ele tava na instiga, era negro também . E tipo...eu achei que foi ato de racismo com ele, até porque também ele provocou entendeu?

Raissa: E se fosse um menino branco provocando o segurança ia ficar seguindo também? Você acha que ia ficar seguindo vocês em todo o shopping?

Frank: Acho que ia também, acho que ia.

Observamos nesses trechos como Frank se defendia da difícil identificação como um homem jovem negro. Afirmou nunca ter sofrido nenhum tipo de racismo, mas um colega seu do abrigo, sim, teria. Afinal, o negro é sempre o outro, não é um homem, como afirmava Fanon (2008).

Quando contou o episódio racista no shopping, Frank afirmou que sentiu vergonha, o que nos faz supor sua identificação com seu colega. De acordo com Marina Bilenky (2014), a vergonha possui um caráter traumático e provoca justamente defesas encobridoras. Ela se liga a questões de identidade que ficam protegidas e pouco acessíveis para elaboração. Classificada como um sentimento social, já que emerge quando o olhar do outro vê o que não poderia, algo que o torna inferior, sem dignidade (BILENKY, 2014). Frank, assim, parece ter encoberto sua negritude na pele do seu amigo negro.

Desse modo, tentei inverter a perspectiva do olhar da narrativa de Frank, ao perguntar sobre “quem deveria sentir a vergonha” afinal. Na verdade, sugeri devolvê-la ao segurança. Isso porque, de acordo com Boas (2021, p.55), o trabalho de tornar-se negro envolve uma desalienação de ideais brancos e, desse modo, nos questiona se “[...] o processo de desalienação não seria o trabalho de qualquer análise?” Acrescento que sim, e de qualquer análise também numa pesquisa inter-inventiva. Mais especialmente, nas pesquisas clínicas-inter-inventivas-decoloniais e feministas.

Quando Frank me disse como se via, ele colocou em perspectiva como me via. E considerei este um momento muito importante da pesquisa, pois foi quando Frank marcou que estava sendo pesquisado por uma pessoa branca, ou, ao menos, que tinha a pele “mais clara do que a dele”: “*sou moreno, me vejo com a pele clara. Assim, não tão clara como a da senhora...mas assim, só um pouquinho mais escura.*”.

No diário de campo, escrevi sobre como esse momento de legitimação do privilégio da brancura me fez me sentir indigna de fazer aquelas perguntas, me senti invasiva e me perguntando se aquele momento não era uma demonstração de que esta pesquisa estivesse

funcionando como mais uma prática colonial (FREIRE, 1997). E/ou se eu não estaria oferecendo mais um “atestado de falhas” (RONSEFELD, 1998) para os mecanismos subjetivos de defesa construídos por Frank.

Ao lembrar a ideia freudiana de um dos destinos do trauma psíquico como internalização do agressor, Boas (2021, p.53) tece uma hipótese interessante: “essa pessoa poderá ser aquela que não se reconhece entre seus pares e que rejeita tudo o que remete à negritude (cabelo, cor, luta política, traços fenotípicos em geral)”. Afinal, se internalizo o branco e este está dentro de mim, ele “não pode me atacar” (BOAS, 2021, p.53). Estremeço ao pensar se não estaria eu, afinal, fazendo um novo ataque branco a Frank?

É preciso que a Psicologia possa produzir conhecimentos em que a pessoa negra não seja “o objeto, mas o *sujeito*. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita” (KILOMBA, 2019, p. 29). Ou, como defende Costa (2021), uma Psicologia em que seja possível afirmar algo como “sou uma pessoa negra, sim, mas não sou **sua** pessoa negra”. Como seriam, afinal, as respostas de Frank, se aquelas perguntas todas estivessem sendo feitas por uma pessoa negra? Em outras palavras, quem sou eu para poder interrogar uma pessoa negra sobre suas vivências racistas?

Apesar das tensões, voltamos para o diálogo, meu e de Frank, que acho que é sempre o que nos resta a fazer. E observamos, nos trechos abaixo, como ele aponta a sua insatisfação com sua imagem. Na infância, Frank afirmou que sofria por não enxergar beleza em seu rosto, em seu cabelo, o que certamente contribuiu para sua dificuldade, desde cedo, de conseguir esperar:

Raissa: *E o que é que você acha sobre a sua imagem? Você gosta da sua imagem você sente que tenha uma boa autoestima ou não?*

Frank : *Hoje eu gosto. Mas antes eu não gostava não.*

Raissa: *Antes do quê?*

Frank: *Antes quando era criança. Me achava feio.*

Raissa: *O que você via de feio em você?*

Frank: *Meu cabelo, meu rosto[...] Meu cabelo às vezes ficava muito grande, aí eu ficava muito careca. Minha avó mandava raspar. E eu tinha que ficar calado.*

Raissa: *E hoje como é teu cabelo?*

Frank: *Deixo só um pouquinho grande...de vez em quando deixo ele bem baixinho...*

Vimos como o cabelo de Frank parecia o incomodar e como foi algo que sofreu ataques. O cabelo é parte importante do corpo social e da linguagem estética e identitária negra, símbolo de resistência cultural (GOMES, 2019). Justamente por isso, o cabelo da pessoa negra é uma das principais vítimas da política de embranquecimento no nosso país. Afinal:

[...] para as pessoas negras, a dor de aprender que não podemos controlar nossas imagens³⁹ [...] ou como somos vistos, é tão intensa que nos estraçalha. Isso destrói e arrebenta as costuras de nossos esforços de construir o ser e de nos reconhecer. Com frequência, ficamos devastados pela raiva reprimida, nos sentimos exaustos, *desesperançados* [...]. Essas lacunas na nossa psiqué são os espaços nos quais penetram a cumplicidade irrefletida, a raiva autodestrutiva, o ódio e o desespero paralisante (hooks, 2019.p. 35-36).

Por fim, é possível que, inconscientemente, Frank tenha feito uma referência a todas essas desigualdades quando falou sobre a esperança a partir da cor que escolheu para representar o futuro na sua linha tempo. Nesse sentido, Frank pareceu se isentar dessa linguagem ao afirmar: “*Verde para mim significa esperança. Desde criança assim as pessoas sempre falam que esperança é branco, mas para mim, é o verde [...]*”.

Como defende Gonzalez (2018, p.329), não podemos “permanecer cativos de uma linguagem racista”. Só quando aprendermos a transformar os ideais brancos contidos na linguagem é que teremos produções de desejo antirracistas e, portanto, novos modos de esperar para as subjetivações negras que estão, como vimos na introdução desta tese, sob condição traumatógena. Nesse momento da escrita, gostaria de ter me dirigido a Frank, o que não aconteceu. Gostaria de ter dito algo como: “Certamente, Frank, que as pessoas falam que a esperança é branca; mas temos visto, inclusive, nesta Pesquisa, que ela, felizmente, também é, e sempre foi, **preta**.”

14.4 Pontos coletivos de esperança: uma presença de uma pessoa “salvadora” (ele próprio); construção de nova família

Quando explorou as outras cores da sua linha do tempo, azul e verde, Frank falou sobre a esperança como algo prazeroso que sentia tanto no presente, como em relação ao futuro. Atribuiu a isso, inicialmente, a “simples” sensação de saber que vai “acordar vivo”.

Como sabemos, de fato, o genocídio da juventude negra no Brasil é diretamente ligado a uma precarização de sua (re)existência. O esperar sendo essa espécie de insistência de construção de movimento é, assim, uma insistência de vida, de sobrevivência como grande força dentro de um regime pautado na necropolítica, ou seja, que dita quem deve morrer e quem deve viver (MBEMBE, 2018).

³⁹ Boas (2021) nos chama a atenção para uma presença de corpos negros na mídia, mas sempre unicamente como corpos negros e nada mais, na medida em que há uma midiaticização do sofrimento racial, por vezes alimentando um imaginário “vitimizador acachapante”.

Assim, essa política neoliberal, capitalista e também, muitas vezes, antidemocrática na qual se cumprem as medidas socioeducativas e socioprotetivas, tem como elemento central a precarização de vidas negras e, por consequência, a produção de muitas dificuldades para o esperar. Observamos, aqui, a esperança como afetação resistindo na narrativa de Frank:

Raissa: [...] *E esse azul, de hoje, como é que você tá se sentindo, em relação à esperança?*

Frank: *Tô mais esperançoso. Tô muito mais (sorri).*

Raissa: *E como é sentir esperança? Tu podes descrever para mim como é a sensação que é ter esperança?*

Frank: *Tipo assim, é...a sensação de ter uma esperança que você fecha o olho hoje, e amanhã você tem a certeza que vai acordar vivo. Que vai explorar coisa nova, vai viver coisas novas também, vai obter experiências...*

Raissa: *É prazeroso, sentir esperança?*

Frank: *Muito. Muito. (Silêncio)*

Sobre o tempo presente, Frank comentou ainda que seus planos estavam dando certo, o que contribuía para essa esperança:

Raissa: *O que é que você tá planejando?*

Frank: *Morar com meu amigo, que ele tá precisando de uma ajuda[...]Quando ele me ligou semana, tipo quando ele tocou no assunto já veio aquele negócio tipo...uma esperança enorme. Enorme maior que uma montanha. E tipo aquele negócio tipo... vai dar certo. Top, que dessa vez vai dar certo! E tipo eu tô com isso até agora!*

Raissa: *Na casa do seu amigo?*

Frank: *É, na casa de outro amigo agora.*

Raissa: *E ele também passou por um abrigo, você falou?*

Frank: *Passou.*

Vemos que uma situação muito comum entre egressos do cumprimento de medidas socioprotetivas no Brasil é a rede de apoio que se constrói entre os pares. Apesar da existência de programas como o Projovem, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Acolhimento em Repúblicas, que buscam facilitar a saída dos jovens após completarem a maioria nos abrigos, Frank optou por voltar para sua família e, após os conflitos com a avó se agravarem, saiu para morar com um amigo. Afirmou que fez uma promessa para ele mesmo: *“Eu só volto para casa quando eu completar 18 anos e ninguém tira essa minha decisão. Ninguém. Pode ser juiz, promotor, polícia, qualquer pessoa. Eu não vou sair do abrigo até completar 18 anos”*.

Ou seja: ambas as pessoas envolvidas na história de acolhimento de Frank após a sua saída dos abrigos, além da sua família, também haviam vivido por lá. Como ele, Frank contou que seus amigos trabalhavam como Jovens Aprendizes. Sua nova família parece estar, assim,

sendo construída, e isso o esperançava através dessa rede de amizades. Como afirma Clarice Lispector (1999, p.14): “Queríamos tanto salvar o outro. Amizade é matéria de salvação”.

Miranda (2018, p.49) também nos lembra dessa possibilidade de extensão da noção de família, pois “os discursos sobre amizade trazem muito frequentemente a imagem de que um grande amigo ou uma amiga verdadeira são ‘como irmãos/irmãs’”. Desse modo, nesses laços fraternos de amizade de Frank, observamos como a construção de *uma nova família* sustentou a habilidade do jovem de sentir esperança (bem como encontramos nas narrativas de *outros interlocutores*).

Quando falou sobre a esperança no futuro, Frank lembrou um momento em que contou ter evitado o suicídio de uma pessoa no abrigo onde morou. Falou foi difícil, mas que isso o fazia desejar poder fazer mais vezes essa espécie de “salvação”. Parece que esse momento foi reparador para ele, já que sentia como se ninguém pudesse ter feito algo semelhante na sua história. Se sentiu como alguém que pôde, diretamente, evitar a morte e inspirar vida.

Raissa: *O que é que você deseja que aconteça no teu futuro, assim?*

Frank: *Eu quero que aconteçam coisas que nunca aconteceram assim comigo e que eu possa fazer acontecer com outra pessoa.*

Raissa: *Tipo o quê?*

Frank: *Sei lá, tipo...é...uma pessoa que quer suicídio, dizer ali né, entucar na cabeça daquela pessoa que tipo do mesmo jeito que eu passei, ela pode passar, e pode passar melhor do que isso. Tipo eu já evitei um suicídio num abrigo, no último abrigo que eu passei. Até hoje eu tenho contato com essa pessoa.*

Desse modo, incluí esse episódio como ponto coletivo de esperança, uma vez que existiu novamente na narrativa de Frank, assim como na de Ian, Alaska, Catarina e Mel, a presença de alguma relação de “salvação”. Ao “salvar” sua amiga, acredito que, na verdade, Frank pôde salvar sua esperança. Ainda que, no caso dele, tenha sido o próprio quem representava essa figura “salvadora”, isso só foi possível com a internalização de outras figuras de cuidado que parecem tê-lo acompanhado no abrigo. Já que, como vemos a seguir, na categoria “**pontos de (des)esperança singulares**”, ele definiu o momento que estava no abrigo como, justamente, o que mais permitiu que ele se sentisse bem cuidado e esperançoso.

14.5 Pontos singulares de (des)esperança: depressão; crime; ideação suicida; abrigo

Nesta categoria, as interpretações sobre esperança e/ou desesperança se tornaram um pouco mais difíceis de separar. Isso porque, primeiramente, trabalhamos com o paradoxo entre esperança e depressão, na perspectiva winnicottiana. Em segundo lugar, vemos como a própria

entrada de Frank na criminalidade exerceu uma função, ainda que arriscada, de sustentação psíquica. Afinal, segundo ele, foi a entrada para o crime que o ajudou, inclusive, a não cometer suicídio. Por fim, vemos como Frank foi o único ao relacionar, diretamente, o abrigo como local que promoveu esperança, além da escola. Acerca disso, seguem alguns trechos importantes :

Frank: “[...] *Aí depois de passou um bom tempo, eu fui para a casa de recuperação, lá em Santa Cruz do Capibaribe. Lá, eu já tinha me tratado das drogas, e não queria mais saber de droga e nem de vida errada*[...] *eu temia muito, eu tinha muito medo de voltar para casa. Muito medo.*

Raissa: *Entendo. Você achava que poderia acontecer o quê se você voltasse para casa?*

Frank: *Tipo...ou eu voltava para a vida errada, ou eu matava ou eu morria.*

Raissa: *Você tá chamando de vida errada, o quê?*

Frank: *Tipo a vida do crime. De roubar, traficar, essas coisas. [...] E eu, assim, para não entrar na depressão, eu tomei uma atitude (quando seu pai morreu), assim, dizem que é radical né... **Que foi entrar para a vida do crime. E eu entrei tipo pensando que assim entrei tipo para entrar mesmo, para não cair na depressão, entrei depois que eu vi assim muitas coisas, muitos acontecimentos, vi até a morte também de perto, aí eu...chega!***

Sobre sua relação com o tráfico, Frank contou que a iniciou logo após a morte de seu pai, assim como o consumo das drogas. Esse consumo depois se tornou abusivo, segundo ele, resultando no tempo que passou na Casa de Recuperação em Santa Cruz do Capibaribe. Contou que seus sonhos foram interrompidos, principalmente quando viveu lá, “internado”, por três meses e também pelo tempo em que viveu com sua família. Para ele: “*foi tudo tempo perdido*” (sic), embora tenha ajudado a parar com o abuso das drogas.

Ele afirmou que a *entrada para o crime* serviu para que ele não “*entrasse numa depressão*”(sic). Quando o indaguei sobre isso, respondeu que vivia num canto onde tinha que permanecer calado, que tinha que ficar calado (quando morava com sua avó) e sentia muita raiva.

Por exemplo, contou que às vezes era acordado “aos chutes”: *Ela chamou minha irmã de doze, para me acordar chutando, fiquei calado. Aguardei calado [...] e também como se sentia regredido quando escutava palavras de humilhação da avó: Arrumei minhas malas, **ela falando um bocado de coisa, eu comecei a chorar, chorar. Chorar, chorar, eu chorei de um jeito que nem eu acreditei. Igual a um bebê. Um bebê [...] Tem que ouvir calado! Tá na minha casa, tem que ouvir calado!***

Compreendi, então, que entrar para o crime foi seu modo de falar, não calar. De tentar esperar. Afinal, sabemos que o tráfico pode ser bastante sedutor, já que pode funcionar como meio de inclusão para jovens excluídos também de uma semântica social de consumo (SANTOS, 2016). Essa sedução acontece sobretudo entre as juventudes pretas e periféricas do

Brasil, justamente porque outros códigos simbolizadores de poder e reconhecimento são compridos e até eliminados, incluindo seus próprios direitos fundamentais.

Como vimos, Winnicott (1987) traçou a relação entre as ideias de “privação” e “delinquência”, em que a privação de um ambiente facilitador no início do desenvolvimento infantil pode contribuir para que o sujeito “dramatize” sua agressividade e destrutividade na relação com o mundo. Isso acontece com o objetivo de “pedir”, ainda que de forma atrapalhada, esse elemento, sobretudo, limita-dor.

Nesses casos, como o de Frank, consideramos *a delinquência como um sinal de esperança*, em que o indivíduo estaria “reagindo”, através de uma tentativa de “cura”, pois demonstra que não aceita o que viveu e, ao destruir o ambiente, quem sabe, pode construir outro. Assim:

quando as forças cruéis ou destrutivas ameaçam dominar as forças do amor, o indivíduo tem de fazer alguma coisa para se salvar, e uma das coisas é dramatizar exteriormente o mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar seu controle por uma autoridade externa. É um pedido de determinado tipo de suporte para que ela possa experimentar os sentimentos de depressão necessários a um controle interno próprio, e não imposto por suas forças cruéis ou destrutivas. (WINNICOTT, 1939, p. 93-94).

Pareceu então que o encontro de Frank com a própria morte muito “de perto” funcionou como essa “autoridade externa” que o fez conquistar uma espécie de “controle interno próprio”, no ambiente da rua e do tráfico. Por essa razão, ou seja, da delinquência como esperança e do crime com uma possível função de sustentação psíquica, foi que considerei esses pontos como esperançadores na história de Frank. Acerca disso, basta observarmos este trecho da entrevista:

Raissa: *E se não tivesse (entrado para o crime)?*

Frank: *Eu acho que eu não tava mais vivo pra contar essa história aqui.*

Raissa: *O que é que ia matar você?*

Frank:: *Eu.*

Mesmo assim, ao longo dos dois encontros que tivemos, Frank denominou, diversas vezes, seu sofrimento de “depressão”; “eu já tive muita muita depressão” (sic). A noção de depressão como distúrbio psiquiátrico parece ter sido a que Frank se referiu (aquela que se aproxima mais da noção de melancolia para a Psicanálise). Relacionamos, aqui, a depressão mais como um estado emocional em que sim, pode ser praticamente ausente a *esperança como afetação* ou, como a denominamos, “*medança*”.

Porém, compreendi a narrativa de Frank como momentos de amostra de uma “desesperança congênita”, já que nela, é vivida a ausência da esperança e a dor do desespero de

forma constante; sem horizontes (ROCHA, 2007). Assim, relacionado com esse quadro, Frank também falou sobre uma ideação suicida, aparentemente passiva:

Frank: *Tipo eu já evitei um suicídio num abrigo, no último abrigo que eu passei [...] porque tipo, poderia acontecer comigo, e aconteceu.*

Raissa: *Você pensou em suicídio.*

Frank: *Sim, quando eu tava com depressão.*

Dessa forma, analisamos que os sofrimentos narrados por Frank foram promotores de uma desorganização psíquica fundamental, não orientada pelo *princípio esperança*. O suicídio foi, inclusive, um dos principais assuntos trazidos por ele na primeira entrevista. Ao chegar na sala, ele queria saber se seria sobre suicídio a pesquisa, transparecendo que necessitava ser escutado e também encaminhado⁴⁰. Considerei muito importante que ele pudesse emprestar mais palavras a respeito.

O fato é que, devido, principalmente, a uma ausência de figura primordial de oferta de cuidado simbólico e físico, foi que relatei o sofrimento de Frank com o descrito por Winnicott (1986) como “desesperança congênita”. Compreendendo a palavra “mãe” como qualquer pessoa que faça a função dessa figura, afirma Nasio (1995, p.189): “Frente a uma mãe incapaz de sentir as suas necessidades, o bebê renuncia à esperança de vê-las satisfeitas”. Diante da sua história de abandono familiar, contou que o ambiente que o fez sentir mais esperança, ao longo da sua vida, foi o abrigo.

Raissa: *Em qual momento da sua vida, qual episódio, enfim, você sentiu mais esperança? Da sua vida toda?*

Frank: *Foi só por causa dos abrigos só.*

Raissa: *Nos abrigos você sentiu mais esperança?*

Frank: *Só lá! É!*

Raissa: *O que tinha lá nos abrigos que fazia você poder sentir isso, pode me contar?*

Frank: *Tipo assim... Os amigos, as pessoas também que cuidavam de mim, me deixava feliz, me fazia feliz, entendeu? Embora eu tivesse um passado gravado, mas eles sempre tavam ali para tirar um sorriso de mim [...]. Enquanto eu tava no abrigo, eu tinha raiva momentânea. Era muito momentânea. A raiva que ...daqui a um tempo...pronto! Tá sorrindo, cantando, pulando. Fazendo coisa assim, que me deixava feliz. Quando eu voltei para casa, assim, semanas antes né, de eu voltar para casa, eu já tava sentindo o peso.*

Assim, segundo o jovem, no abrigo foi onde se sentiu mais bem cuidado, alegre e esperançado. Entretanto, sua habilidade para o esperar não foi facilitada ao longo da sua história, já que a “desesperança congênita” compromete, justamente, seu amadurecimento e organização da vida mental. É preciso lembrar que essa desesperança, embora denominada “congênita”, é justamente “adquirida” a partir de traumas precoces onde o sujeito resente-se e

⁴⁰ Pouco tempo após o término das entrevistas, Frank se mudou para outra cidade para morar com outro amigo. Fiz um encaminhamento para que ele fosse acompanhado por um Serviço de Psicologia Aplicada daquela cidade. Frank me disse, até o mês de julho/2022, que, embora desejasse, ainda não tinha ido lá buscar atendimento.

não sente que há continuidade no seu existir (WINNICOTT, 1958). No caso de Frank, o estado de estagnação pareceu se camuflar em estados, sobretudo, de agressividade e autodestrutividade, o que é comum, de acordo com Figueiredo (2008).

Por fim, é imprescindível lembrar que “fiapos” de esperança quase sempre resistem (FIGUEIREDO, 2008), mesmo nos casos em que aparentemente não estão lá. Vemos essa persistência dos “fiapos” na fala de Frank quando se referiu sobre o período mais difícil da sua vida, o que envolveu a separação da sua irmã e “depressão”: “*Não senti esperança. **Que tipo, tipo assim, que eu senti senti, entendeu? Mas sendo que tipo: foi o tempo em que eu menos, menos, menos senti esperança**”*. Foi nesses fiapos que também me agarrei para poder construir o roteiro de sua história em quadrinhos, o que foi comentado a seguir.

14.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Frank

No segundo encontro, ao entregar a embalagem com o quadro da história em quadrinhos para Frank, este a recebeu com sorrisos e curiosidade. Abaixo, segue um pouco do nosso diálogo logo após Frank recebê-la e também escrevi sobre fazer esse recorte da sua história com relação às (des)esperanças.

Imagem 16 - História em quadrinhos de Frank



Fonte: elaboração “própria”, junto com “Ilustra sob medida”.

(Texto dos quadrinhos: Era uma vez um menino que acreditava que tinha nascido com algo quebrado dentro dele, mas não sabia o que era...Ele procurou o conserto na família, mas lá não encontrou. Ele procurou o conserto na rua, mas lá também não encontrou. E procurou em todos os cantos que conhecia. Até que ele descobriu que não tinha nada realmente quebrado: ele só precisava reciclar sua esperança!)

Raissa: *(Risos). Tás rindo do quê?*

Frank: *Gostei...muito [...] De tudo!*

Raissa.: *O que é que tu tá vendo aí?*

Frank: *Tô vendo “as pessoa”... eu li também. Os negocinhos que tem aqui [...]Um porta retrato, que eu possa dizer, um quadro.*

Raissa: *[...] E é a história de quem?*

Frank: *Acho que minha...né? Foi isso que eu gostei...caramba...(silêncio, começou a guardar o presente).*

Foi muito importante sentir que a leitura e estética dos quadrinhos, para Frank, puderam promover risos e um resgate subjetivo. Parti do pressuposto, assim como bell hooks (2019), que, através do uso de imagens e “representatividade”, devemos lutar para romper com modos racistas e hegemônicos de (se) ver. Afinal, como afirma a autora, existe uma conexão de caráter colonial entre dominação e representação, também de imagens.

Foi essa conexão que, provavelmente, engendrou o processo traumático racista de Frank. Desse modo, Frank foi desenhado e colorido como um jovem negro. Isso parece não ter atrapalhado a sua identificação com os quadrinhos, pois afirmou: “*a parte que eu achei mais interessante... não tem assim.... tudo isso é interessante [...] Sou eu, minha vida minha, o que eu falei assim*”. Continuamos:

Frank: *Queria dizer uma coisa. Hoje eu tava vindo né... Aí eu andando como eu tava, como eu disse, que vinha andando... aí, parece que tinha um ou foi um buraco ou foi jarro, que tinha um livro dentro. E o título dele era Esperança [...] Foi...E tipo parecia... eu achei né?*

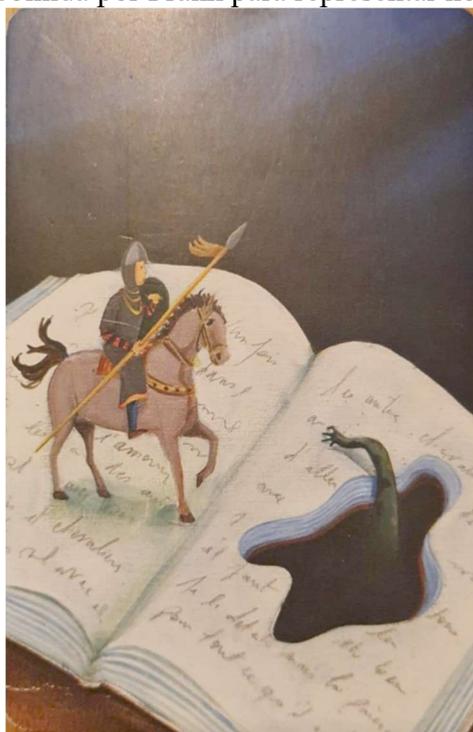
Ligação. Um negócio assim de ligação.

Raissa: *De ligação com a conversa que a gente teve?,*

Frank.: *Sim! Deve ter uma ligação. Eu achei. Como foi que tu fez essa história em quadrinhos?*

Fiquei me perguntando que tipo de **ligação** era essa que ele estava falando, mas gostaria que fosse como uma **conexão esperançosa** facilitada pela **escuta** de suas narrativas. Acredito que possa ter se construído algo bastante afetuoso, positivamente, aí, quando observamos a carta do dixit que Frank utilizou, no fim do segundo encontro, para ilustrar como havia sido para ele a participação na pesquisa:

Imagem 17 - Carta escolhida por Frank para representar nossa relação na pesquisa



Fonte: Jogo Dixit

Frank: [...] *essa daqui representa eu e você. Você é quem tá no cavalo e esse sou eu, que tô saindo daqui. Você tá me ajudando a sair daqui e a tipo fechar o buraco. Para eu nunca mais voltar [...]* *Que tipo... (a pesquisa) me ajudou a ter mais um pouquinho de esperança, no mundo, na vida [...]* *ajudou muito.*

Na imagem, quem sai do buraco parece ser alguma espécie de “monstro”, o que fez ecoar, em mim, as palavras moralmente internalizadas por Frank “*já fui muito, muito perverso*”, como quem afirmava já ter feito coisas “monstruosas”. Foi mais importante ainda, perceber que essa figura estava proporcionando sentir a esperança, pois estava, justamente, “saindo” de um profundo sofrimento. Agora que, quem sabe, alguém estava sendo mais cavalheiro com ele. Ou seja, agora que, como mostra a imagem, alguém que, poderia *lutar junto com ele*. Agora sim, sustentado, ele poderia sair para não mais voltar.

Para responder à pergunta de Frank sobre como construí a história em quadrinhos, expliquei que uma das coisas que mais tinha me chamado atenção na sua história foi a ideia de que ele precisava ser “consertado”. Este trecho marcou bastante a minha escuta:

Frank: [...] *eu já fiz eu já fiz muita coisa ruim. Já fui muito. Muito perverso. Mas tipo dos 14 anos em diante eu decidi eu me consertar e a linha foi seguindo reta e tipo parece que quando a pessoa quer se consertar, tem alguma coisa que chega assim alguma energia que quebra esse...Esse pensamento, essa energia [...]*

Assim, falei para ele que tudo começou quando decidi que gostaria de construir um roteiro potente para ele. Que, ao ler a história, Frank pudesse sentir que **ele não era o culpado pela sua “quebra”**. Ou seja, quis sugerir que ele não **precisava de conserto**, mas de **cuidado**. E que, ainda assim, era provável que algo importante tivesse sido quebrado dentro dele.

Além disso, sua quebra, que entendi como sua *desesperança congênita*, poderia se reciclar: a reciclagem, para Frank, seria “os fiapos de esperança” de Figueiredo (2008). Na verdade, muito pretensiosamente, gostaria que todas as suas narrativas de desesperanças, que começaram com o Frank bebê sendo jogado, literalmente, no lixo, pudessem, eventualmente, ser recicladas por ele.

Para isso, ao construir o roteiro, tentei também demonstrar a importância de que Frank se responsabilizasse pelo seu sofrimento, ou seja, se retificasse subjetivamente e, portanto, conquistasse um pouco de “cura” pela esperança. Isso porque, ao buscar o seu “conserto” nos ambientes, não o encontrou. Afinal, nenhum deles aparentou ter sido, na história de Frank (com exceção do abrigo), ambientes facilitadores-contracoloniais-aquilombadores. Ou seja, ambientes onde ele conseguiria ofertas subjetivas para *integrar-a-dor, a sua continuidade de ser*, sem se destruir. Processo, justamente, chamado de *cuidar-curar* (WINNICOTT, 2011).

Desse modo, inspirada em Safatle (2015), defendo *que, como clínicos, nós somos e cuidamos de corpos políticos, de seus regimes de afetos construídos dentro de regimes políticos*, e nossas inter-invenções podem contribuir para uma reorganização menos violenta de uma política dos corpos. Curar, assim, seria redimensionar as nossas relações com nossas dores psíquicas, que são nossas singularidades.

Assim, entendo que a cura que buscamos seria justamente a de conseguir manter a *esperança de amor*, portanto, manter a sensação estabilizadora de continuidade da nossa existência justamente porque alguém a deseja. Isso vem de que as próprias teorizações clássicas psicanalíticas sempre remeteram à ideia de uma *esperança* também como constituinte do sujeito (como sujeito de desejo).

Desse modo, mesmo sabendo (conscientemente ou não) que a perfeita complementaridade não existirá: afinal, como defende Suy (2015), no núcleo dos encontros amorosos, há sempre um encontro faltoso. Proponho, assim, que há esse tipo de *cura pela esperança*, habilidade que podemos desenvolver, mesmo em condições traumáticas, desumanas e de desesperança congênita. Afinal, o próprio Frank, quando afirmou que existiu falta de amor da sua família reforçou:

Frank: “[...] *se o amor não existir dentro do coração de uma pessoa que ama a outra, ela não existe, entendeu? Para mim, essa pessoa não existe*”.

Ora, numa escuta clínica tradicionalmente psicanalítica, seria justamente essa *esperança* humana a de encontrar a completude, originada da perda de uma experiência de uma satisfação inicial que foi limitada, a principal fonte de nossos movimentos psíquicos. Afinal: “À busca pelo retorno dessa satisfação, se dá o nome de desejo” (2019, p.20). Por fim, termino com uma pergunta: se é o desejo que nos move como sujeitos, não seria então *esperança de amor* a que nos permite alguma espécie de reencontro com a satisfação de **existir**, como afirmou Frank, ainda que de maneira limitada? Abaixo, um quadro síntese dos encontros com ele:

Quadro 2 - Síntese da entrevista com Frank

NOME FICTÍCIO	PONTOS COLETIVOS DE DEESPERANÇA	PONTOS COLETIVOS DE ESPERANÇA	PONTOS SINGULARES DE (DES)ESPERANÇA
FRANK	raça/classe/gênero/sexualidade trauma; culpa; família de origem; violência institucional	Presença de pessoa “salvadora” (ele mesmo); construção de nova família	Depressão; crime, ideação suicida; abrigo

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

15 CATARINA EM: “A MULHER QUE SÓ QUERIA TER A CHANCE DE SER CRIANÇA”

15.1 Seu processo de chegada

Ainda no início da minha graduação em Psicologia na UFPE, fui convidada por uma amiga para conhecer um abrigo apenas de meninas, que fica localizado próximo à Universidade Federal de Pernambuco, na Várzea. Há catorze anos atrás. Lembro, até hoje, o nome das meninas que ali habitavam, das quais me aproximei ao longo da realização deste trabalho voluntário. Liguei para o abrigo, perguntei por elas. Consegui os contatos, o que me deixou um pouco surpresa e, ao mesmo tempo, animada. Uma delas topou participar da pesquisa, e escolheu o nome Catarina como pseudônimo. Antes do encontro com ela, escrevi no meu diário de campo:

O segundo vínculo que busquei foi com minha própria história. Já havia realizado trabalho voluntário em um Abrigo do Recife, no início de minha Graduação em Psicologia (UFPE), a partir de uma ONG. Eu me lembrava inclusive o nome de alguma das meninas que ali habitavam; em mim, de alguma maneira, elas ficaram. Liguei para o abrigo, me apresentei, e prontamente já estava com os contatos das meninas. Seriam agora mulheres? A pessoa que me passou o contato das jovens também me indicou um vídeo, que ela e algumas das meninas haviam participado. O vídeo era uma reportagem justamente sobre a situação de jovens egressas do abrigo. Nele, me chamou a atenção a realidade do nosso país, em que não há uma política federal a respeito de jovens que completam 18 anos e não são adotados, e sim algumas alternativas que os estados vão adotando, de forma ainda insuficiente. Dados do vídeo como: mais de oitenta por cento dos adotantes desejam crianças com menos de 05 anos, além da própria história dessa cuidadora do abrigo, que já levou muitas adolescentes para morarem na sua própria casa após completarem 18 anos me deixaram, no mínimo, intrigada. Outra coisa chocante foi a questão das crianças e adolescentes com deficiências, que carregam também muitas marcas de diferentes abandonos em suas histórias e que praticamente nunca são adotados e/ou contratados. Para minha surpresa e alegria, uma das crianças que trabalhei através da ONG, quando ela era muito pequena, me respondeu animada para participar da pesquisa. Encontrei uma foto em que estávamos abraçadas, e enviei para ela. Ela disse: “Não lembro dessa foto mas meu deus, como eu era feia! Rsrs”. E eu respondi: “Que absurdo de se dizer!”. Lembrei como ela era conhecida pelas outras crianças como alguém muito ciumenta e “chorona”. Lembro que ela se agarrava nas minhas pernas, desesperada, quando íamos

embora; lembrei que uma vez ela chegou a me arranhar, tentando me impedir de sair do abrigo, e fiquei muito emocionada de poder entrar em contato com ela, 14 anos depois... estou me sentindo ansiosa para esse reencontro.

Diário de campo, 03/01/2022

Catarina (nome fictício escolhido pela jovem) me possibilitou entrar em contato com mais duas pessoas jovens egressas do cumprimento de medidas. Foi através dela que consegui o contato de uma jovem que escolheu o pseudônimo de Alaska e de um jovem que escolheu ser chamado como Frank ao longo dessa escrita. Porém, é importante lembrar que, antes de me oferecer tais contatos, Catarina me perguntou se sua irmã poderia participar da pesquisa. Sobre isso, escrevi:

À noite, fiquei triste ao receber uma mensagem de Catarina perguntando se sua irmã, de 22 anos, poderia participar da pesquisa. Disse a ela que só até os 21 anos, e ela argumentou: “Mas a idade mental dela é de 05 anos”. Lembrei do vídeo que falou das crianças e adolescentes com deficiências e fiquei me sentindo culpada. Afinal, lembrava de muitas meninas do Abrigo, inclusive, de uma irmã mais velha de Catarina, que também estava por lá. Mas não lembrava absolutamente nada dessa irmã “do meio”, muito menos, que ela tinha algum problema de saúde. Como deve ser difícil existir nessas condições múltiplas e sobrepostas de desigualdades... Por quê será que eu não conseguia me lembrar dela? De que ordem era este “esquecimento?” O que consegui dizer a Catarina era que poderíamos conversar mais sobre sua irmã se ela desejasse, no dia da nossa entrevista. Mas que não, ela não poderia participar. Fui dormir sentindo um aperto forte.

Diário de campo 03/01/2022

15.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência

Catarina (nome fictício escolhido pela jovem) tem 19 anos e nasceu em Itabaiana-SE. Estudou, inicialmente, em escola pública e, depois frequentou a Rede Privada de Ensino no Recife, no período em que foi adotada por um casal de idosos. Terminou seu Ensino Médio numa Escola Municipal de Educação para Jovens Adultos. Sua renda mensal é de 600 reais.

Quando realizamos as entrevistas, Catarina estava prestes a fazer algumas provas para entrar no curso de Fisioterapia. Me contou, depois, por mensagem, numa alegria contagiante, que conseguiu ser aprovada em uma faculdade particular, com uma bolsa integral. Mudou sua

escolha, no entanto, de Fisioterapia, para Enfermagem. Catarina se considera “parda”, identificada com o gênero feminino e como uma pessoa heterossexual. Nosso “primeiro” encontro aconteceu no dia 07 de janeiro de 2022, com duração de 49 minutos. E o segundo aconteceu no dia 21 de janeiro, com duração de 43 minutos.

Há um ano atrás, decidi morar com sua sogra, que trabalha como autônoma, com seu cunhado e seu marido, apesar de, como ela disse, “não ser casada ainda no papel”. Seu marido é estudante do curso de Direito. *“A gente mora lá enquanto ainda não temos nosso cantinho”*, afirmou. Sua mãe biológica era “prostituta” e faleceu em decorrência da AIDS, há dois anos atrás. A jovem viveu, aproximadamente, dos 04 aos 08 anos, em acolhimento institucional, num abrigo só para meninas. Catarina disse que lembrava da idade que tinha ao sair do abrigo, mas disse, curiosamente, não conseguir lembrar da sua idade exata quando chegou no abrigo.

Catarina tem duas irmãs e dois irmãos, mas não conhece todos. Os filhos mais novos da sua mãe nasceram com HIV positivo, e sua irmã, a que viveu mais tempo com ela no abrigo, tem um atraso significativo no desenvolvimento, sobretudo, cognitivo. *“A idade mental dela é de uma criança de 05 anos”, “inclusive, Maria (nome fictício) nasceu com esse probleminha porque quando ela (a mãe) tava grávida, ela consumia (drogas)”*.

As irmãs de Catarina também viveram no mesmo abrigo que ela, embora a mais velha tenha sido separada das outras no seu processo de adoção (*“Só que Mariana- nome fictício- ela tem um pai. A gente não conhece o pai da gente, mas minha irmã mais velha ela tem um pai. E esse pai tirou ela do abrigo, enquanto ficou só eu e Juliana”-nome fictício*). Explicou que sua chegada na instituição foi depois, assim, da chegada das suas duas irmãs, ambas mais velhas do que ela. Isso porque, após denúncias de negligência, quando a polícia foi até a casa em que morava com sua avó, Catarina foi escondida pelos vizinhos.

A sua avó estava gravemente doente, ao que tudo indicou, sofrendo com uma doença neurodegenerativa e, portanto, não conseguia mais cuidar das crianças. Por essa razão, ainda pequena, diferente das irmãs que já tinham ido para o abrigo, Catarina foi morar com uma “madrinha”, que, segundo ela, infelizmente, fazia um uso abusivo de drogas: *“[...]a família dela também não era essas coisas todas, aí depois que descobriram que eu tava com ela, aí a polícia foi lá e levou. Então eu não fui junto com as minhas irmãs, eu cheguei depois”*.

Catarina chegou, assim, no abrigo aos 4 anos. Aos 8 anos, foi adotada, junto com sua irmã do meio, por um casal de idosos e ficou com eles até completar 17. Após isso, precisou sair de lá, pois *“essa família não tinha mais condições, eles já estão muito idosos e eles já tem os filhos deles que também já estão tudo casado, mas que caso eles viessem a óbito, não tinha*

quem ficar com a gente né, porque cada filho já tem a sua família. Mas mesmo assim, a gente ainda tem uma ligação muito forte tanto com eles quanto com os filhos[...].

Foram então, ela e a irmã, para a casa de um tio, irmão da sua mãe, com quem sua irmã vive até hoje. Há um ano, Catarina saiu da casa do seu tio para morar com o marido, sogra e cunhado, devido a conflitos com o tio: “[...]porque assim, eu queria namorar, só que meu tio ele é cristão e ele só queria deixar eu namorar se fosse com um rapaz cristão. Só que eu me senti meio que, assim, eu não queria namorar com um rapaz cristão, sabe?

A jovem chegou, no primeiro encontro, dizendo que já tinha participado de uma pesquisa antes, mas tinha sido em casa, para ajudar o marido num trabalho que ele precisou fazer na faculdade. Disse já ter sido “cobaia” antes, o que provocou um clima descontraído naquele momento. Abaixo, uma sistematização dos seus dados mais gerais.

Tabela 5 - Tabela com dados objetivos de Catarina

NOME FICTÍCIO	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA	CLASSE	GÊNERO	SEXUALIDADE	RAÇA	TIPO DE MEDIDA
Catarina	19 anos	Ensino Médio Completo	600	baixa renda	feminino	Cisheteronormativa	negra	Socioprotetiva (abrigo)

Fonte: elaboração própria

15.3 Pontos coletivos de desesperança: gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem

Um dos primeiros pontos que considere importantes na tentativa de compreensão das narrativas sobre desesperança de Catarina, foi quando perguntei sobre como ela se via em relação a sua raça. Sua resposta logo se “misturou” com a sua identificação de gênero e também geracional: “*Eu me vejo como uma mulher já, né? Porque a vida me ensinou a ser uma mulher, eu não tive tempo de ser uma menina. Eu me vejo como parda*”.

Como defende Vergès (2021, p.13): “Uma política contracolonial e antirracista da proteção é decididamente anticapitalista e despatriarcalista, pois vê nesses dois regimes o cadinho das violências sistêmicas praticadas contra as mulheres”. Assim, a colonialidade do gênero, indissociável da colonialidade da raça, se fez presente na narrativas de Catarina, mais especificamente, quando se queixou de ser mais exigida de cuidar da sua irmã por ser “mulher”. Contou que esses cuidados foram cobrados desde cedo, mesmo ela sendo a mais nova das irmãs. Sobre isso, desabafou:

Catarina: *Eu não podia nem me dar ao luxo de dizer, não quero ter essa responsabilidade. Eu não pude me dar esse luxo, não pude escolher [...] Ficavam dizendo que ela era uma*

*menina burra, que ela não deveria estudar porque era burra, não queria aprender. Inclusive, eu briguei uma vez a tapa na escola para defender a minha irmã, porque pelo fato de a minha irmã ser especial, eu nunca permitirei que ninguém falasse nada dela, nunca! Nem que levantasse a mão para bater nela, porque **eu sou a protetora da minha irmã**, independente dela fazer coisa errada ou não.*

Raissa: *Quem é a sua protetora, você tem?*

Catarina: *Agora eu tenho a minha sogra, mas antes era eu por mim e por ela, minha irmã.*

Catarina afirmou sentir que não tinha escolha na decisão de cuidar, cotidianamente, da sua irmã. Disse que, se ela fosse um menino, certamente não seria tão exigida. Segundo ela, na família que estava construindo, ainda notava essa desigualdade entre homens e mulheres. Explicou que, ainda que o marido ajudasse a arrumar a casa e a “cuidar das pessoas”, assim como o cunhado, eles “*Cuidam também, mas de um jeito diferente. É como se eu fosse mais mole pra ajudar a pessoa.*”

Entre as violências sistêmicas praticadas contra as mulheres, está justamente a naturalização histórica do seu lugar como cuidadora mais sensível (“*mole*”), de quem tem que guardar tudo que diz respeito à família e à “vida privada”, e do lugar do homem como o que tem o direito à vida pública (COSTA, 1995). Catarina se tornou, assim, alguém que se dedicava demais a cuidar/ajudar (d)os outros. Quando perguntei: “*E você, se ajuda?*” Ela me respondeu, parecendo recém conscientizada de seu abandono a si mesma: “*Não. Eu ajudo mais os outros*”.

Assim, percebemos como as desigualdades de gênero interferiram diretamente na *habilidade do esperar* e no modo de ser criança de Catarina que lhe foi roubado. Inclusive, afirma que não conheceu o seu pai, diferente de uma de suas irmãs, que foi, inclusive, adotada por “ter um pai”. Observamos então um desdobramento da sustentação cultural da ideia de paternidade como um projeto para os homens e da maternidade como uma essência para as mulheres (TONELI et al, 2012). Desse modo, em outro trecho da entrevista, afirmou: “*E eu me sentia muito assim, como se fosse uma mãe. Eu sentia como se eu tivesse **que crescer rápido, sabe? Pra poder proteger a minha irmã***”.

Assim, é notório como as desigualdades de gênero que atravessam a sua história tenham, como defende Ferenczi (1933) lhe causado um violento impacto psíquico devido à traumática “confusão de línguas entre adultos e crianças”. Assim, sobre essa confusão de línguas, uma vez que crianças ocupam, habitualmente, lugares de poder completamente assimétricos em relação aos adultos e estão em diferentes momentos da maturação do desenvolvimento, a linguagem do adulto, para Ferenczi (1933), é a da paixão, e a da criança, a da ternura. Através da linguagem

infantil da ternura, Kupermann (2019, p.179) nos explica que há uma evocação para uma presença de uma outra pessoa disponível para um encontro afetivo em que haja produção de sentidos, sendo a ternura justamente o “efeito da potência de um encontro intersubjetivo”.

Já sobre a linguagem adulta da paixão, Ferenczi (1933, p. 356) nos ensina que há uma grande ambivalência entre o amor e o ódio relativos aos objetos de desejo do adulto, dualidade que ainda falta à criança no estado da ternura. Por isso, tal ódio a surpreende e traumatiza: “Este ódio transforma um ser que brinca espontaneamente [...] em um autômato, culpado do amor e que, imitando ansiosamente o adulto, esquece-se de si mesmo”.

Ou seja, no estado infantil da ternura, o ódio ainda não é simbolizado pela criança em relação aos seus objetos de amor, mas, no violento choque que se produz na confusão de línguas, a criança é obrigada a entrar em contato com esse intenso afeto ainda sem nome. Catarina, assim, precocemente, conheceu o ódio dos adultos e, ansiosamente, passou a ter que “imitá-los”. Como uma mãe (que não teve), como uma mulher que ainda não podia se tornar: “esquecida” pelo outro/de si.

De modo que, *na confusão de línguas promovida pelas próprias desigualdades das dinâmicas de gênero na sociedade, além da desintegração familiar de Catarina*, muitas possibilidades de vivências mais suaves e lúdicas na sua infância foram substituídas por grandes responsabilidades. As responsabilidades se transformaram, infelizmente, também em culpas desesperadoras. Sobre isso, afirmou Catarina: [...] *“Assim, não vivi como criança, não tive aquela educação de criança, **aquele carinho de criança, não tive um acolhimento de criança. Pulou essa fase de criança e fui para aquela fase de adolescência, de adulto. Em vez de brincar, ter **responsabilidade, em vez de ter um brinquedo, ficar se preocupando com outras crianças, né? No caso da minha irmã, ela é outra criança, ela ainda é outra criança**”***.

Interessante notar que a questão da culpa de Catarina em relação a sua irmã também envolveu a questão racial. Catarina disse se considerar parda e que sua irmã, sim, era negra. Contou que, diferente da sua irmã, nunca tinha sofrido racismo. Apenas preconceito por “ser de abrigo”, algo que só parece reconhecer, ainda, separado da questão racial. Sabemos que a problemática do termo “pardo” vem do fato de que este é um termo embranquecedor, um vocábulo típico de “negociação racial” herdado no processo de colonização do Brasil (SANTOS,2005).

Segundo Costa (2021), o racismo faz com que a distinção entre negros e brancos seja tida como um fato biológico, independente da aquisição da linguagem da ideologia racial. Catarina, assim, que não tem a cor da pele retinta, se vê e diz ser vista como “parda”. Ora, o termo “pardo” é, justamente, um produto da linguagem racista, dicionarizado como “cor entre

branco e preto, como a do pardal”; de cor “relativamente escura”. A afirmação de Catarina mostra como denominar-se “parda” e que “se fosse branca, não mudaria muita coisa não”, a aproxima de um privilégio através de um “carimbo gramaticalmente inscrito no próprio sistema de relações sócio-raciais” (SANTOS, 2005, p.137). É possível notar, inclusive, a existência de várias categorizações como a de “pardo disfarçado”, já no século XIX (SANTOS, 2005) o que denuncia, justamente, na linguagem, a ideia do ter algo a esconder, no caso, a negritude. Assim, a jovem contou:

Catarina: *Eu nunca fui uma pessoa de ver raça, eu nunca me liguei nisso. Inclusive, eu digo que isso acontece porque eu já escutei uma pessoa dizer que eu era parda, ou então dizer que eu sou amarela [...] E eu nunca parei para pensar assim. A minha irmã é negra, a minha irmã é branca e eu sou amarela, eu sou parda.*

Raissa: *Mas parando para pensar agora, você acha que isso tem alguma influência na sua vida? [...] na sua esperança?*

Catarina: *Depende. Se eu fosse branca, acho que não ia mudar muita coisa, não. Mas se fosse negra, dependendo dos locais e dos racismos que acontecem hoje em dia, acho que mudaria um pouquinho, alguma coisa. Mas, nesse aspecto, como sou uma pessoa muito desligada, se fizerem bullying comigo eu não vou nem ligar.*

Raissa: *Você já viu a sua irmã que é negra sofrer racismo?*

Catarina: *Já, muitas vezes! Tanto por ser negra, quanto por ser especial [...]*

Assim, o sofrimento de culpa de Catarina em relação a sua irmã se liga tanto ao privilégio de não ter nenhum tipo de prejuízo cognitivo, como à cor da sua pele. Vemos a negação do racismo estrutural (dependendo dos locais, ela sofreria ou não racismo) e uma dificuldade em ver a questão racial como fonte de sofrimento, que podem afetar, inclusive, sua esperança. “Nunca fui de ver raça”, afirmou, o que escutei como “nunca me vi em relação a minha raça”, uma forma de defesa ao alienar-se dessa identificação (“se fizerem bullying, eu não vou nem ligar”).

Finalmente, para Catarina, é como se raça fosse algo que não pudéssemos ver ou considerar, afinal, isso sim seria racismo, ideia sustentada pelo mito da democracia racial. Lembrei, assim, das reflexões de Boas (2021) sobre a “a culpa dos sobreviventes” vivenciadas por pessoas negras em ascensão social: sentem-se, frequentemente, em dívida com os demais. Essa relação de endividamento é o que parece preocupar Catarina, ao contar também que sua irmã pede para ir morar com ela: *“Inclusive ainda hoje eu moro na casa dos outros, eu não tenho meu canto [...] ela diz que quer morar comigo, mas eu disse pra ela eu não tenho meu canto, quando eu tiver o meu cantinho, aí você tá de portas abertas. Você vem morar comigo [...]*”

Na relação com seus irmãos, não só com a sua irmã mais velha, de quem Catarina cuidava, ela afirma também sentir culpa. Na visão desta Pesquisa, isso é extremamente relevante, pois compreendo que a culpa dificulta, e muito, o esperar. *É como se o sujeito não achasse que “merecesse” sentir esperança.* Para Scliar (2007) a culpa é um sentimento, portanto, mais do que uma emoção, por ser duradoura. Ela é algo implacável, nos deixa sem muitas alternativas de defesa a não ser sua expiação/castigo.

Catarina parece, assim, sentir sempre um dedo ameaçador apontando para ela. Como seus irmãos são mais novos, envolvidos em diferentes tipos de adoção, ela não conheceu todos. Ainda assim, disse “[...] *Mas às vezes eu me sinto culpada, pelo fato de ser mais velha que eles, eu me sinto na responsabilidade de que devia ter cuidado melhor, de ter agarrado, entendeu?*”, o que nos faz, mais uma vez, perceber o seu sofrimento resultante dessa confusão de línguas entre “meninas e mulheres”, indissociável das desigualdade de gênero. Tentei oferecer um outro olhar, talvez mais suavizador dessa culpa, ao indagar: “*Mas com quais condições você poderia ter feito isso?*”, para o que ela reconheceu: “*Pois é, eu não tinha*”.

Assim, sabemos que em famílias nas quais alguns vínculos significativos com adultos se rompem, como o da família de Catarina com a avó e com a mãe (nunca conheceu seu pai), a chamada *função fraterna se torna ainda mais importante*, na qual “referências sólidas para as identificações horizontais; alianças de afeto e cumplicidade entre os irmãos são mais estáveis do que os laços com os adultos” (KEHL, 2003, p.04).

Desse modo, Catarina nomeia como doloroso o momento de separação de suas irmãs, em específico, da sua irmã mais velha, no processo de adoção: “*Eu lembro de sentir muita falta das minhas irmãs, porque a gente sempre foi muito juntas.*”; “[...] *Porque é muito triste a criança ver que outra criança está saindo e você tá ficando pra trás. Inclusive a minha irmã, foi muito difícil Juliana (nome fictício) sair do abrigo, sem a gente. Ela foi primeiro e a gente era muito apegada.*”. Acerca disso, sabemos ainda, que, apesar da Lei da Adoção (3.509/17) regulamentar a preferência de manter o vínculo fraternal, priorizando tais vínculos, na maioria dos casos, não existe a prática de adotar grupos de irmãos no Brasil.

O exemplo da cobrança para cuidar da sua irmã mais velha, infelizmente, não foi a única vez que podemos observar essa confusão de línguas entre adultos e crianças, traumática, promotora de culpa e pouca esperança nas narrativas de Catarina. Ela sofreu situações de abuso sexual, tanto dentro, como fora do abrigo. Assim, quando conversamos sobre a sua orientação sexual, Catarina respondeu, “automaticamente”, que era heterossexual. Perguntei se todas as meninas no abrigo se denominavam assim, e foi quando ela disse que não, e emendou:

No abrigo da gente, eu passei uma situação de abuso. Tinha uma menina lá, bem mais velha do que todo mundo[...] Só que essa menina era mais velha do que todas e a menina abusou de mim no abrigo. Eu cheguei para dizer na secretaria, primeiro que eu tinha medo pelo fato de ela ser mais velha, e quando eu contava para as meninas, as meninas achavam que não, que era coisa da minha cabeça, porque, quando eu morava na casa da minha mãe, já tinha acontecido isso comigo. Só que com as pessoas da rua, né? Então, eu não tenho preconceito de quem gosta do mesmo sexo, mas eu tenho, assim, um pouco de medo.

Considerarei muito importante o momento em que Catarina pôde compartilhar episódios tão silenciados da sua história. Conversamos sobre como deve ter sido difícil, para ela, esse momento no abrigo. O abrigo, como ela mesmo se referiu, é para *acolher* as pessoas que não tem para onde ir. O que torna ainda mais desesperançador o fato de que dentro dessas instituições de proteção, mais agressões, como a sexual, possam não só acontecer, como abrir pouco espaço para sua prevenção.

Vemos, assim, um exemplo de como o ambiente educativo dos abrigos ainda é, em geral, despreparado para lidar com a sexualidade das abrigadas, como aponta o estudo de Flávio Firmino (2017), realizado em São Paulo. Além disso, é comum existir, nos abrigos, uma grande naturalização da violência, o que contribui para a perpetuação dos seus ciclos de silenciamento e reprodução:

A dificuldade em reconhecer a violência vivida pode estar relacionada ao fato de ter sido perpetrada por aqueles que deveriam proteger, fornecer afeto, notadamente, a família. Entende-se a necessidade de esconder, velar esta ocorrência, dado o constrangimento gerado com sua revelação. A violência é entendida como algo maior ou mais grave, diferente do acontecido comumente em seu cotidiano, daí a dificuldade em se perceber em situação de violência – seja como vítima ou agressora. Neste sentido, poderia tratar-se da violência já tão banalizada e naturalizada que não se reconhece como tal. (PENNA, 2012, p. 70)

Falei com Catarina, sobre o fato disso ter acontecido, não querer dizer que todas as meninas eventualmente “lésbicas”, serem também abusivas, com o que ela disse que sabia, mas que ainda assim, tinha “medo”. É lamentável que o medo que, ao menos conscientemente, desenvolveu, foi de pessoas homossexuais, e não das violências do Estado, do abrigo, da família que a silenciaram e descreditaram, que não a protegeram como deveriam. Segundo Ferenczi (1933, p.351), no abuso sexual, há uma confusão entre:

[...] as brincadeiras das crianças com os desejos de uma pessoa que já atingiu a maturidade sexual [...] verdadeiras violações de meninas, recém saídas da primeira infância, relações sexuais entre mulheres maduras e meninos, assim como atos sexuais impostos de caráter homossexual são frequentes.

Sobre essa frequência, sabemos que, no caso de jovens em cumprimento de medidas socioprotetivas, se atualizam também as dinâmicas de exploração sexual da mulher negra (NASCIMENTO, 2016; GONZALES, 1984). Na medida em que são altíssimos os índices de violência sexual, direcionados a jovens, sobretudo meninas negras (embora exista uma subnotificação nos casos de meninos quando são vítimas de abuso sexual) no nosso país. Sabemos também que o abuso sexual ocorre, mais da metade das vezes, entre pessoas com quem há um suposto vínculo de confiança (comumente, alguém que represente família), o que torna o processo de culpabilização e o silenciamento da violência ainda mais difíceis de romper (FALCÃO, 2015). No caso de Catarina, tanto sua família de origem quanto sua família, então representada pelos vínculos do abrigo, falharam em protegê-la e acolhê-la.

Assim, podemos observar os dois tempos do trauma patogênico na história de Catarina. Primeiro, o choque, depois, o desmentido. Catarina não descreveu exatamente como se sentiu, mas a forma como precisou se esquivar de falar sobre o que aconteceu. Ferenczi (1933) explica que, no primeiro momento do trauma psíquico, há o *choque*, que afeta o sujeito de tal maneira que este não encontra nenhuma forma de resistência para oferecer. O segundo momento é o do *desmentido*, já comentado nesta Pesquisa, ou seja, da reação de descrédito dos adultos que pode vir através de uma incompreensão, exigências incabíveis para a criança ou um silêncio que se torna ensurdecedor para ela. Abaixo, segue mais uma parte narrada por Catarina, desta vez, sobre o abuso sexual fora do abrigo:

Catarina: *“Foram conhecidos da minha mãe e, assim, né? Tem um rapaz, inclusive, eu moro perto da casa da minha mãe, de onde eu morava e tinha um rapaz, **que ninguém nunca acreditou que eu dizia que ele fazia. Ninguém nunca acreditou, inclusive esse rapaz passa por mim, olha para minha cara e eu fico morrendo de medo, mas ninguém nunca acreditou em mim [...]** Eu acho que eu tive menos esperança porque é uma questão, assim.... é horróroso, sabe? [...] **É uma situação nojenta, sabe? E eu acho que eu me sentia um pouquinho culpada [...]** Acho que eu tenho um pouquinho de culpa, de não falar. A minha mãe, ela sabia. Ela sempre soube, ela sempre soube [...]”*

Catarina contou que sua mãe costumava levar ela para um presídio masculino, dizendo que ali estava o seu pai: *“Ela ficava lá comigo também, mas eu dormia dias em presídio. Ela ia visitar e dormir por lá. E eu só conseguia entrar porque ela dizia que o homem lá era meu pai. Nessa **questão de sexo, eu ainda tenho um certo medo. Inclusive, a primeira vez que eu tive, a minha relação sexual foi com 18 anos, mas tive muito medo de ir, senti um certo nojo, sabe? Eu tinha um pouquinho de pudor, de nojo[...]** Eu não gosto nem de falar porque é uma questão que eu guardo para mim, sabe?*

Ficou evidente que era realmente muito difícil para ela continuar tocando naquele assunto, onde, mais uma vez, uma confusão de línguas entre crianças e adultos se mostrava traumática: culpabilizadora e fragilizadora dos vínculos de confiança na sua história. Vemos o quanto isso afetou, inclusive, sua iniciação sexual de forma consentida, como lhe é de direito e nos é de dever. Pensei o quão violento é tirar de uma menina jovem a *medança* que habitualmente sentimos, ao romantizarmos sobre uma “primeira vez” prazerosa. Para quantas Catarina teria ficado só o medo, sem a dança?

E foi quando escutei que aquele medo não era exatamente ou apenas em relação à questão da homossexualidade, mas de todos os encontros eróticos que pudesse vir a ter, provavelmente, ocasionados por uma defesa repressora do seu desejo sexual devido, justamente, ao trauma psíquico. Por isso, nesse momento, conversei com ela sobre um possível encaminhamento clínico, que pudesse dar um suporte nas questões mais duras sobre sua existência. Ela afirmou que desejava sim o encaminhamento, inclusive já tinha buscado recentemente no “postinho de saúde”. “Não faço, mas preciso”, disse, sorrindo.

Lembremos que, para Ferenczi (1933), existe uma criança dentro de todo ser adulto, e é *com* ela que precisamos falar, para promover um alívio de sofrimento psíquico, e não apenas *sobre* ela. Ou seja, defendemos, assim como o autor, que há uma grande diferença entre falar *com* a criança e falar *sobre* a criança da nossa história. No trecho a seguir da entrevista, por exemplo, considero que foi a criança de Catarina quem falou comigo.

Catarina: *Às vezes eu me pego querendo ser criança, sabe, e feliz... Não, eu sou mulher... Como assim? Eu nunca fui uma criança. Às vezes quero ser tratada como uma criança. Às vezes me pego assim...*

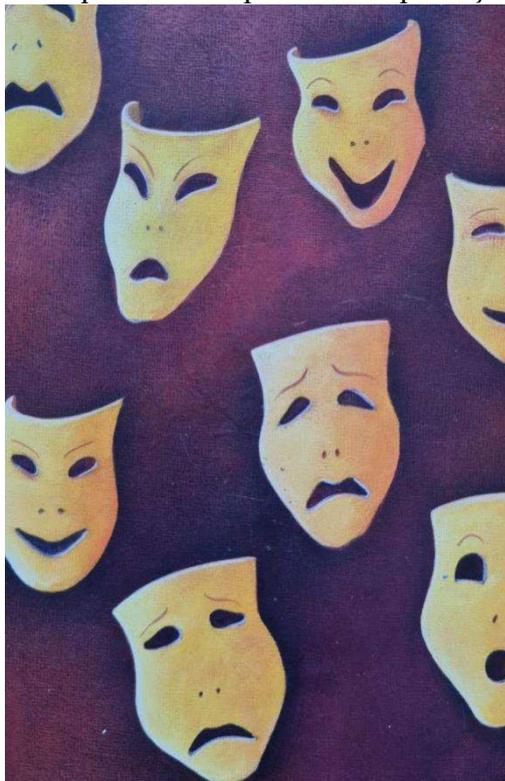
Raissa: *Em reparar esse tempo em que você sentiu que não foi a criança que você podia ser, essa coisa do espelho que, de repente, que você se viu diferente.*

Isso é algo muito importante, uma vez que sabemos que a experiência traumática gera, quase sempre, uma regressão e que o trauma pode ser “liquidado” quando essa regressão é do tipo “revitalizante” (WINNICOTT, 2011). Ou seja, quando nessa regressão, revitaliza-se, de alguma maneira, com palavras, promovendo simbolização para aquele sofrimento. Apesar de, no caso dos *interlocutores* desta Pesquisa, considerar que, pela própria limitação de dois encontros com cada jovem, em seu formato, não foi possível achar que algum trauma possa ter sido “liquidado”, mas, talvez, simplesmente, “fiscado” por uma escuta acolhedora.

Desse modo, pensei, durante as entrevistas, que era preciso não só falar *sobre* esperança, mas *com a* esperança dos *interlocutores*. Baseada na ideia da inter-invenção (KASTRUP, 2012; PERUCCHI, 2014), escutei o quanto Catarina precisava de um “modo de *criançar*”, de brincar,

e foi assim que lembrei que podíamos tornar aquele momento mais cheio de *ternura*. Portanto, resgatamos o lúdico ao pedir que ela escolhesse as imagens e também desenhasse sua linha do tempo. Sugeri que escolhesse, então, a imagem que menos representava esperança para ela, com o objetivo de facilitar a simbolização de todos aqueles tabus dolorosos. Ela escolheu a imagem abaixo:

Imagem 18 - Carta que menos representa “esperança” para Catarina



Fonte: Jogo Dixit

Sua interpretação sobre a imagem das “máscaras” acabaram por contribuir para que conseguisse falar sobre os conflitos com seu tio: “ *Elas (as máscaras) não tiveram o que precisavam, não foi o que elas esperavam. Às vezes a gente tem uma esperança, mas não é aquilo que a gente queria que fosse. [...] Feito quando a gente foi morar na casa do meu tio, eu tinha muito a esperança que eu ia ser feliz lá. E eu não fui [...] quando a gente brigava, o meu tio sempre dizia que eu ia ser igual a minha mãe. Que eu ia ser uma prostituta, que eu ia usar droga [...] Ele não se importava muito comigo. Às vezes eu queria sentar pra conversar e não tinha, não tinha tempo*”.

Vemos como Catarina não se sente adotada, de fato, pelo tio, pois este, para ela, não parecia abraçar suas singularidades. Não sentia que seu tio a via, mas que ela era apenas alguém que refletia a imagem da sua mãe, “prostituta” e “drogada”. Isso limitava as possibilidades

subjetivas de esperar para Catarina, alimentava sua frustração e seu desejo de partir. Assim, a família de origem de Catarina também entrou na categoria “pontos coletivos de desesperança”. Segundo ela, inclusive, o problema não era só a escassez de cuidados (e de adoção), mas também a escassez do dinheiro. Acerca disso, conversei com Catarina, quando falávamos sobre ela cuidar mais do outro do que de si mesma:

Raissa: *Hum...vou deixar isso para a sua psicóloga cuidar, mas é importante né? Cuidar de si e não só do outro. A gente falou em ser mulher, a questão do dinheiro, Catarina. **Você acha que se fosse rica, se a origem da sua família fosse rica, você acha que seria diferente?***

Catarina: *Acho que seria diferente. porque, primeiro eu teria condições de ajudar minha irmã, de fazer acompanhamento, psicológico, médico melhor, sem precisar esperar pelo SUS. **Em primeiro lugar, se eu tivesse dinheiro pensava na saúde da minha irmã, não penso nem em mim. Na verdade nem faço questão por mim, mas deveria fazer[...]***

Raissa: *Mas você acha que a origem pobre da sua família se relaciona com perda de esperança?*

Catarina: *Acho que sim, porque eu acho que, se fosse rica, eu teria mais esperança de um local bom, de uma experiência de vida melhor*

Raissa: *Você via meninas ricas no abrigo, ou só pobres?*

Catarina: *Não, só via pobres.*

Raissa: *E onde estão as meninas ricas? Você acha que elas não vão?*

Catarina: *Com certeza eu acho que não! [...]*

Raissa: *Mas as meninas ricas também são abandonadas?*

Catarina: *É, mas é diferente... são abandonadas mas têm dinheiro...*

Raissa: *Aí não vai para abrigo. Será que elas vão morar sozinhas, elas pagam para morar em outro lugar?*

Catarina: *Eu acho que sim, se eu tivesse condições, eu acho que eu moraria sozinha.*

Raissa: *E o que você acha do Estado? Você acha que o estado olha para essas meninas e diz “vou tirar elas das suas famílias” ou **essas famílias ricas não tem muita intervenção do juiz?***

Catarina: ***Eu acho que não têm, não.** Inclusive a gente vê caso de rapazes que tem mais dinheiro, que abusam de meninas e ficam impunes por conta do dinheiro, porque tem o dinheiro.*

Raissa: *Então é um privilégio ter dinheiro?*

Catarina: *Eu acho que é.*

Vemos, neste trecho mais extenso do diálogo, como, primeiramente, ao falar sobre a escassez do dinheiro, Catarina coloca a sua irmã como prioridade, mais uma vez, demonstrando toda a força que a culpa (e o amor) co-produzem em sua subjetivação. Ao mesmo tempo, mais adiante, diz que, se tivesse dinheiro, gostaria de morar sozinha.

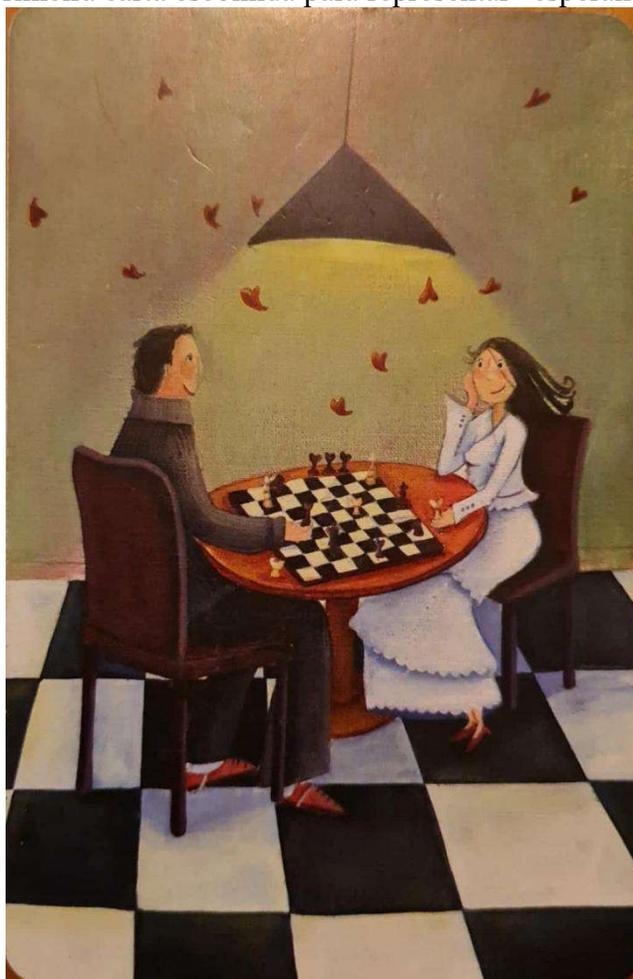
Ainda assim, parece que a questão do reconhecimento do desprivilegio de sua classe econômica foi bem menos difícil de conectar com a esperança do que o desprivilegio em relação à raça. Isso pode, justamente, demonstrar o quão protegidos estão os traumas racistas, e também o quanto pode ser perigoso a (re)abertura das mais dolorosas feridas psíquicas na população negra (FANON, 2008), principalmente, vindo essas provocações de uma mulher branca, como foi o caso desta Pesquisa.

Assim, apesar de reconhecer que as meninas com mais dinheiro também podem sofrer abandonos, Catarina parece compreender, do seu modo, que as políticas estatais, neoliberais da proteção são racializadas (VERGÈS, 2021). Por isso, considero esses tensionamentos, embora perigosos e portanto, que precisam ser realizados com cuidados, são potentes e necessários. Afinal, como defende Vergès (2021), interrogar a proteção pelo viés da classe, raça, gênero e sexualidade ampliam nosso campo de ação.

15.4 Pontos de esperança coletivos uma presença de pessoa “salvadora”; construção de nova família

A primeira carta que Catarina escolheu para representar o que mais lhe lembrava esperança foi a de um casal, aparentemente apaixonado, jogando xadrez. Ela afirmou: *“Essa daqui, é porque eu não sei ao certo... É porque, a gente vê um casal sentado, né? E assim, eu sempre tive, eu sempre quis ter a minha família, sabe? Sem ser os meus tios, sem ser as minhas irmãs e no abrigo eu tinha muita esperança que um dia eu fosse casar, que eu fosse ter a minha família. Eu tinha esperança que a minha mãe fosse tirar a gente de lá, entendeu? Isso nunca aconteceu. Minha mãe nunca tirou a gente de lá, eu nunca conheci meu pai, mas eu tinha esperança de ter a minha família e hoje eu tenho a minha família. Eu consegui. Pelo menos isso eu consegui, entendeu?”*

Imagem 19 - Primeira carta escolhida para representar “esperança” por Catarina



Fonte: Jogo Dixit

Sempre que olho para esta carta, lembro da conhecida analogia de Freud da análise ser como um jogo de xadrez, e, apesar de não termos trabalhado muito uma perspectiva propriamente lacaniana estruturalista nesta Pesquisa, particularmente admiro bastante como ele reinterpreto tal colocação de Freud. Assim, nesse momento, para me ajudar a analisar a narrativa de Catarina, convidei Lacan (1958/2016, p.224):

[...] Deveríamos comparar todo o desenrolar de uma análise ao jogo de xadrez. E por quê? Porque o que há de mais bonito e mais chamativo no jogo de xadrez é que cada peça é um elemento significante. O jogo é jogado com a ajuda de uma série de movimentos em réplica, baseados na natureza desses significantes, tendo cada uma seu próprio movimento caracterizado por uma posição como significante, e o que acontece é a progressiva redução do número de significantes em jogo. E poderíamos, em última instância, descrever uma análise da mesma forma, dizendo que se trata de eliminar uma quantidade suficiente de significantes para que reste uma quantidade suficientemente pequena para que se perceba claramente onde está [...] a posição do sujeito"

Assim, na história de Catarina, parece que a esperança se relaciona com o encontro de sua nova posição: de quem viveu uma destruição familiar, para uma construção familiar. Para isso, colaboraram, certamente, os fatores simbólicos ligados a uma romantização cultural do significante “família”, e o sentimento de abandono tão precocemente vivenciado na relação com esse primeiro agrupamento humano que ocuparia, tradicionalmente, a função de tê-la acolhido ao nascer. Ou seja, não só Catarina, como muitas crianças e jovens que vivem violências domésticas, são obrigados a elaborar um luto precoce sobre a perda até de um “mínimo” de uma família idealizada, algo que é sustentado culturalmente e necessário, até certo ponto, para a organização psíquica.

Afinal, a família é mesmo a primeira instituição que estabelece as bases para a saúde mental; sendo, no entanto, substituíveis as funções dos agentes familiares por outros que, por alguma razão, sejam designados a exercer a função desse tipo de cuidado em específico (WINNICOTT, 2011). As razões, como sabemos, se ligam a abandonos anteriores a esse grupo que não pode oferecer esse cuidado, ciclos de abandonos e violências de diversos tipos, incluindo, do Estado e da sociedade.

O fato de não haver uma substituição dessa “família”, sabemos, é que é extremamente perigoso para o esperar. Além disso, é preciso considerar que, a depender de como se constroem as simbolizações das narrativas sobre os vínculos com a família de origem, essa relação possa, ainda que substituída, provocar *intensos sofrimentos psíquicos* (embora, não necessariamente *sentenças de sofrimentos psíquicos*).

Isso pareceu particularmente difícil na história de Catarina, pois afirmou que foi um longo processo raivoso elaborar essa rejeição que sentia haver sofrido de sua mãe. Assim, Catarina afirmou: ***“Eu não queria outra pessoa tomando o papel da minha mãe, sabe? Eu não queria ter uma nova família eu queria a minha família. Eu queria que a minha mãe se importasse comigo.”***

No entanto, mesmo desse modo, tal sofrimento não foi uma sentença de fim do seu esperar, na medida em que Catarina afirmou que, através do acolhimento que recebeu da sua sogra, conseguiu aprender a não sentir mais raiva de sua mãe: ***“E antes eu tinha muita raiva da minha mãe. Muita, muita raiva. Até ela falecer. Hoje, eu entendo porque conversando com minha sogra [...] A minha avó era prostituta, na época. O meu avô foi só um caso e simplesmente, nasceu a minha mãe [...] Então, hoje em dia eu olho assim e digo, eu não tenho o que cobrar da minha mãe. Se ela não recebeu, como que ela vai poder dar?”***

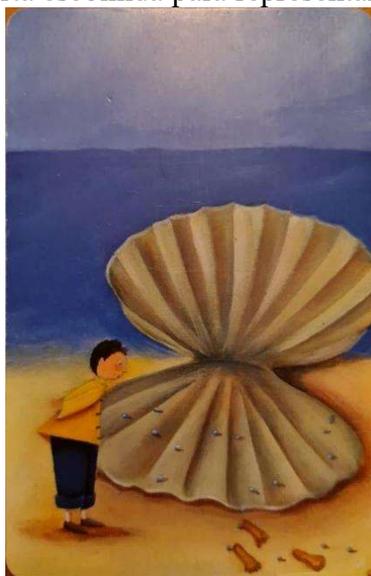
Considerarei esse um dos momentos mais belos da entrevista de Catarina, o que ela pode encontrar seu lugar de quebra da repetição das histórias de abandono em sua família, inverter a

sua perspectiva e olhar para a história da sua mãe, não só agressora, como também vítima. Ainda que não tenhamos ampliado, para além da família, os outros tipos de abandono engendrados na história da sua mãe.

Portanto, esse encontro de Catarina consigo mesma, conquistado com o seu “lugar” de esperança, parece lhe oferecer orgulho (“*eu consegui, pelo menos isso eu consegui, entendeu?*”). Ele só foi possível a partir dos (des)encontros com todas as relações com expectativas de cuidado que estiveram nas suas narrativas, cada uma, sempre limitada por seus movimentos próprios, como num jogo do xadrez. O abrigo, que não a protegia de violências, e criava uma expectativa de adoção; a mãe, que não caminhava para buscá-la no abrigo, estava sempre em outras direções; sua irmã, que demandava sempre ser cuidada por ela; sua avó, derrotada logo no início do jogo; o pai, que nunca nem apareceu ou existiu ali.

Como Catarina afirmou que o seu sonho era casar-se, e, em outros momentos, falou do seu casamento como a “melhor coisa que já lhe aconteceu na vida” (sic), entendi que seu companheiro desempenhou o lugar, junto com sua mãe, de “salvador” dela. Aqui, também interligamos a habilidade do esperar como um evento tipicamente cisheteronormativo, embora não exclusivamente, que é a instituição casamento. E mais uma vez, encontramos a presença dessa “pessoa que salva”, na narrativa não só de Catarina, como na de todos *os demais interlocutores* da Pesquisa. De modo que, tudo que se aproximou da ideia de família construída, e não destruída, para Catarina, foi o que mais pareceu ancorar sua habilidade para o esperar. A partir daí, a segunda carta escolhida para representar esperança foi a seguinte:

Imagem 20 - Segunda carta escolhida para representar “esperança” por Catarina



Fonte: Jogo Dixit

De modo semelhante a sua interpretação da primeira carta, Catarina relacionou a segunda carta escolhida com o significante família. No entanto, dessa vez, ligando com os momentos em que sentia, no abrigo, a esperança e o desejo de ser, ainda, cuidada pela mãe. Ela afirmou: *“Eu não sei não. Mas eu achei interessante o bonequinho olhando pro nada. É que me lembrou das vezes que, dia das mães ou dia dos pais e a gente ficava tudo sentado no portão, esperando, na esperança de às vezes chegar, sabe? E nunca chegou. A gente tinha essa esperança da minha mãe largar as drogas, pegar as filhas dela e criar. Porque a minha mãe nunca criou a gente, sempre foram as pessoas da rua. As pessoas que dão comida, as pessoas que davam roupa, as pessoas que ajudavam, minha mãe nunca... a gente só simplesmente tinha, mas nunca cuidou de nenhum”*.

O chamado “tempo do possível”, que também podemos relacionar com o “tempo da ânsia”, de acordo com Safatle (2015), se forma quando se vivenciamos o esperar. Isso porque a condição do “possível” nunca poderá oferecer uma “garantia completa” de conquista. Assim, como forma de sermos seres afetados pelo tempo, a esperança é uma espécie de “temporalidade da expectativa” que, como vimos, compartilha com outras afetações, como o medo, uma relação íntima em que uma não existe sem a outra (SAFATLE, 2015). Pareceu ser sobre esse tempo do possível, com ânsia, que Catarina descreveu ao interpretar a imagem. E esse pareceu se satisfazer com a conquista da adoção.

Foi quando Catarina lembrou que essa situação só mudou quando foi adotada, aos 08 anos, por um casal de idosos, sendo um deles um pastor, que a conhecia da Igreja, desde antes de ir para o abrigo. *Pronto, aí aos 8 (oito) tem uma família perto da minha casa, onde eu moro*

agora, que é uma família de um pastor, que quando a gente tava com fome, quando a gente passava necessidade a gente corria pra igreja e essa família sempre acolheu a gente. Sempre esteve de braços abertos pra a gente. E quando eles descobriram que a gente tava no abrigo, eles resolveram tirar[...]

Raissa: *E você lembra se você queria ir?*

Catarina: *Queria muito!*

Raissa: *Queria muito sair do abrigo?*

Catarina: *Queria muito! Não era nem a questão de sair do abrigo, sabe? Era a questão de querer morar com eles, porque era uma família que a gente conhecia, que a gente tinha uma intimidade com essa família. A gente ainda tem hoje, a gente ainda tem muita consideração com os pais adotivos da gente, que eles foram os primeiros no caso.*

Raissa: *Entendi! E aí, como é essa sensação de esperança. Tem como tu descrever pra mim como que é mais ou menos?*

Catarina: *É um pouquinho difícil. É uma alegria muito forte que a pessoa sente. Eu não sei explicar, mas é uma coisa muito boa [...] É como se minha mãe fosse me buscar pela primeira vez.*

Nesse momento, vemos como foi intenso, reparador e esperançador, para Catarina, seu processo de adoção. Quando disse: “*É como se minha mãe fosse me buscar pela primeira vez*”, é um renascimento; semelhante, a como afirma Winnicott (2011), aos sonhos, em que há uma atividade mental presidida *pela esperança de reencontrar o objeto de amor perdido*. Seu trauma encontrou o destino de elaboração e cuidado, e Catarina pode, a partir daí, adotar sua própria história.

15.5 Pontos singulares de (des)esperança: ser enfermeira; relação ambivalente com a medida socioprotetiva

Apesar da questão dos estudos e da profissionalização aparecer como um desejo nas histórias de quase todos os interlocutores desta Pesquisa (exceto no caso de Frank), optei por colocá-la em separado com o objetivo de analisar o tipo de identificação de cada jovem com suas escolhas profissionais. Catarina afirmou, na entrevista, que gostaria de ser fisioterapeuta. Algum tempo depois, me contou, super feliz, que havia sido aprovada no curso de Enfermagem, com uma bolsa integral de uma Faculdade Particular.

Apesar de não ter detalhado o motivo da mudança, percebi que ambos os cursos, da área de saúde, se conectam com a sua identificação como cuidadora. De cuidadora informal, para cuidadora formal, de cuidadora como imposição, para cuidadora como escolha e reconhecimento. Parece que é mais ou menos por aí que caminha o seu desejo e seus modos de esperar. Escreveu, assim, na sua linha do tempo, que inicialmente, o que mais lhe esperançava era sua mãe, naquele tempo da ânsia (SAFATLE, 2015) de reencontrá-la; hoje, é

sua sogra que lhe faz sentir esperança, quem cuida dela como nunca se sentiu cuidada. Afirmou: “*Eu acho que mãe porque eu não tive, sogra eu tô tendo, uma mãe né?*”

E no futuro, me disse que são os seus estudos que a fazem sentir esperança, pois sabe que “[...]o estudo, porque é uma coisa que ninguém vai tirar de mim sabe? ***Eu posso até no futuro não estar com meu marido, mas eu vou ter o meu estudo. E é uma coisa que não vai acabar, não vai parar, ninguém pode tirar isso de mim[...]minha sogra podem tirar, meu marido podem tirar, mas o meu estudo não.***

Raissa: *É. Você não pode perder o que é seu né?*

Catarina: *É. As pessoas não são minhas.*

Raissa: *Os vínculos sim, mas as pessoas não.*

Catarina: *Isso aí.*

Raissa: *Nessa linha do tempo Catarina, qual momento ou quais momentos você **considera que sentiu mais esperança?** No passado, no presente ou no futuro?*

Catarina: **No presente.**

Raissa: No presente você sente que tem mais esperança?

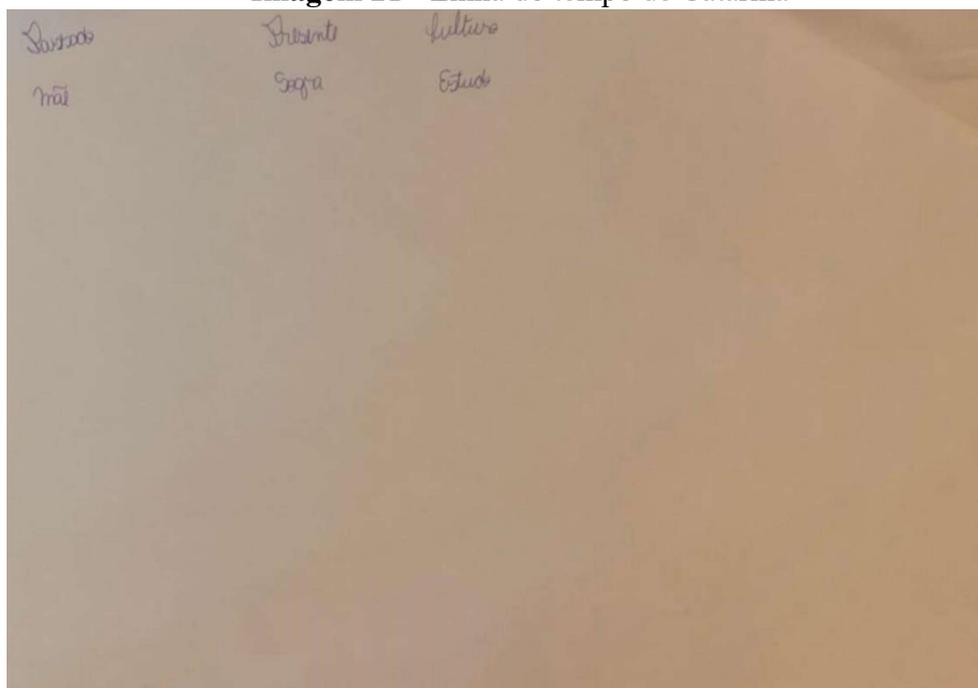
Catarina: Tenho mais esperança, uhum.

Raissa: E essa esperança é formada por quê? Pelo quê?

Catarina.: *Porque **eu tenho pessoas que me amam ao meu lado, sabe?** No futuro eu não sei se eu vou ter. Porque a gente não sabe né? O que é hoje pode não ser amanhã. E hoje... é...tenho as pessoas que estão do meu lado **que querem o meu bem, que estão me empurrando para frente sabe?***

Raissa: *Entendi. E o momento que você sente que sentiu menos esperança?*

Catarina.: *Acho que quando me senti abandonada pela minha mãe no passado. Eu sentia esperança, mas era aquela esperança de criança de que um dia a mãe chega, o pai chega e isso nunca aconteceu. **Então foi o que eu tive menos esperança.***

Imagem 21 - Linha do tempo de Catarina

Fonte: elaboração da interlocutora

Lembramos, aqui, que o esperar é considerado, nesta Pesquisa, como uma habilidade formada por *elementos constitutivos do existir humano no tempo* (ROCHA, 2007), como uma necessidade ontológica (FREIRE, 1992). Esse tempo, como não é linear, se espalha na sua existência. Por exemplo, nesse passado de Catarina que contém a palavra “mãe”, estamos entendendo-o como um passado também de antepassados, necessariamente *colonizado* (coletivamente e subjetivamente) por figuras e instituições opressoras, situações de desigualdades econômicas, políticas, raciais, de gênero. Ou seja, apesar de localizado como um dos “pontos singulares de (des)esperança”, é constituído por elementos das trajetórias coletivas *dos interlocutores*, em que passado, presente e futuro são interdependentes.

É importante ressaltar que, na continuidade desse diálogo, foi possível observar como a relação com o abrigo se mostrou ambivalente para Catarina em relação à esperança. Ora como ambiente desesperançador, ora como ambiente esperançador, de modo que resolvi também incluir aqui nos seus “**pontos singulares de (des)esperança**”. Assim:

Raissa: *E o abrigo nessa história? Como é que você, assim, avalia sua experiência lá? Você acha que era um lugar que te dava mais esperança? Menos esperança? Como é que era assim, a relação do abrigo com a esperança?*

Catarina: *Eu acho que dava e que não dava.*

Raissa: *Certo, tudo bem, são as duas coisas ao mesmo tempo né?*

Catarina: *Sim. Porque assim, dava porque a gente fica muito assim, vai chegar, chega uma visita e a gente tem aquela esperança e sabe que aquela visita é pra gente, que aquelas pessoas querem a gente perto sabe? E não dá porque a gente começa a ver as outras crianças saindo,*

e você vai ficando, aquilo vai dando um certo medo na gente sabe? Como teve gente como T. que ficou até os 19 e teve que sair do abrigo e a gente, N. eu não sei se tivesse contato com ela.

Raissa: *Se você tivesse ficado mais tempo? Como você acha que isso poderia ter te afetado? Em relação a tua esperança.*

Catarina: *Acho que ela não tinha mais esperança nenhuma em sair de lá, só se fosse expulsa mesmo.*

Raissa: *Você acha que ia desejar sair de lá?*

Catarina: *Eu acho! Não, na verdade eu acho que eu iria desejar ficar lá né? Porque eu não tinha para onde ir e lá a gente é muito protegida, eles acolhem, a gente é família, feito as tias (cita o nome das educadoras do abrigo) tinha elas como uma mãe e aí de quem falasse dela na escola que a gente arrumava briga (risos) mas às vezes aquela proteção acaba, a gente precisa aprender a se proteger.*

Raissa: *Dava medo no abrigo que acabasse essa proteção?*

Catarina: *Dava! Eu não vou mentir, eu tinha medo que tia Luciana (nome fictício) fosse embora e não voltasse, que tia Gabriela (nome fictício) fosse embora e outra pessoa substituísse, eu tinha esse medo, porque a gente já tinha elas como uma família.*

Raissa: *Você tinha medo de ficar até os 18 e depois ter que sair?*

Catarina: *Tinha [...]E não ter pra onde ir, eu tinha esse medo de não ter para onde ir.*

Catarina ligou a esperança que sentiu no abrigo à sensação de proteção e acolhimento, ainda que tenha vivenciado episódios de violência lá dentro, como o de violência sexual. A esperança era proporcionada pelos vínculos afetivos com as “tias”, ou seja, educadoras do abrigo que já eram, literalmente, consideradas “família”. A (des)esperança, ligou à questão do medo de não ter para onde ir quando completasse a maioridade, motivadas, justamente, pelas conhecidas dificuldades das pessoas jovens egressas dos abrigos, o que se liga à deficiência de políticas públicas para jovens egressos de instituições de abrigamento (GUIMARÃES, 2015).

Conversei com Catarina sobre alguns programas de acolhimento para pessoas jovens egressas de abrigos, como o Projovem, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o de Serviço de Acolhimento em Repúblicas. Ela disse que, mesmo assim, sabia que seria difícil. Acrescentou que “*que as pessoas querem mais quando tão pequenos porque dá para ensinar né? A pessoa depois de adolescente já é um pouco difícil de se ensinar*”.

Infelizmente, no Brasil, é como se, necessariamente, as crianças mais velhas que buscam adoção se tornassem “problemas”, revoltadas com suas vivências anteriores. E que só encontrariam um único destino para as suas revoltas: justamente redirecioná-las para a família adotiva no presente (DIAS; SILVA; FONSECA, 2008), algo que parece ter sido internalizado pela jovem. Comentados, assim, seus pontos mais singulares de (des)esperança, veremos a seguir a entrega da História em Quadrinhos para Catarina.

15.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Catarina

Para Kupermann (2009), é através da qualidade do encontro afetivo que podemos promover uma circulação de sentidos num trabalho clínico. Considero que a qualidade desse encontro nas entrevistas com Catarina foi privilegiada pelo fato de já termos nos conhecido, embora, ao menos conscientemente, ela não se lembrasse. Senti que o clima das entrevistas foi de confiança. Isso facilitou, para mim, a construção do roteiro da história em quadrinhos, guiada pelo fios de (des)esperança que tentei conectar através da escuta de suas narrativas. Vejamos como ficou:

Imagem 22 - História em Quadrinhos de Catarina



Fonte: elaboração própria e “Ilustra sob medida”.

(Texto dos quadrinhos: Era uma vez uma menina pequena que sentia que sempre perdia coisas muito importantes. Isso a deixava muito irritada! Um dia quando acordou e se olhou no espelho, tomou um susto: ela tinha sido transformada em mulher! Ela viveu assim por alguns anos e agia como uma mulher. Até que um dia, encontrou um grupo de pessoas mágicas que a transformaram em menina novamente. Porém, algo estava diferente. Não vivia mais precisando buscar coisas perdidas: com esse encontro, ela tinha ganhado uma nova memória!)

Inicialmente, então, escutei o quanto Catarina se sentia enraivecida por ter “perdido” a família que “nunca teve”. Ou seja, tentei representar, de alguma forma, seu sofrimento enlutado

que também a desesperançava. Foi como lembrar da clássica passagem em “A Paixão Segundo G.H”, de Clarice Lispector (2009, p.9/10) que diz:

Perdi alguma coisa que me era essencial, e que já não me é mais. Não me é necessária, assim como se eu tivesse perdido uma terceira perna que até então me impossibilitava de andar mas que fazia de mim um tripé estável. Essa terceira perna eu perdi. E voltei a ser uma pessoa que nunca fui. Voltei a ter o que nunca tive: apenas as duas pernas. Sei que somente com as duas pernas é que posso caminhar. Mas a ausência inútil da terceira me faz falta e me assusta, era ela que fazia de mim uma coisa encontrável por mim mesma, e sem sequer precisar me procurar.

Resgatei, no segundo quadrinho, a questão da confusão de línguas traumática (um “susto) entre criança e adulto, pois isso foi algo muito marcante, por diversas vezes, nas suas histórias. Ou seja, tanto nas histórias de violência sexual, como na inversão de lugares de cuidado, atravessadas pelas exigências culpabilizadoras envolvidas na responsabilidade com uma de suas irmãs.

O terceiro e o quarto quadrinho tentaram marcar o destino de elaboração de seus traumas, um resgate reparador, representado pelas pessoas que a adotaram, e, posteriormente, como adotante e ao mesmo tempo, adotada, na relação com seu marido e sua sogra. Escutei que foi especialmente nessa última relação que ela pode perceber que o que sentia ter perdido, já não lhe era mais necessário. Só assim pode, “verdadeiramente”, esperar, ou seja, reorganizar-se através do princípio esperança para poder aceitar viver afetações esperançosas de forma satisfatória. Ganhar uma nova memória quer dizer não mais se sentir tão “esquecida” e poder ter, assim, novas lembranças.

Como ela mesma descreveu, quando perguntei sobre como era sentir esperança: *É uma alegria muito grande [...] como se você ganhasse um presente pela primeira vez, de uma pessoa que você nunca imaginasse que ia ganhar.* Ora, é justamente sobre essa alegria instável nascida da ideia de algo cujo desenlace duvidamos, em certa medida, que caracteriza afetação esperança para Spinoza (1677/1992), o que chamamos de *medança*.

Por fim, acredito ter sido potente para Catarina se sentir escutada num espaço de confiança. Pareceu ter sentido que podia compreender um pouco mais sobre si mesma. Catarina reafirmou nunca ter ido “ao psicólogo”, o que me deixou incomodada ao refletir sobre o tamanho da precarização do acesso aos serviços de saúde mental no nosso país (BARROS, BERNARDO, 2017). Como que jovens institucionalizados ainda não tem esse acesso garantido? Isso é a pura manutenção da própria elitização, em especial, da modalidade individual de escuta clínica. O que seria esse engessamento se não a impossibilidade de uma prática clínica decolonizadora?

Desse modo, mesmo sendo uma pessoa de “fora”, pode ser que Catarina tenha sentido que a conversa provocou um novo olhar para o que já estava dentro dela. Segundo ela, foi algo que promoveu esperança para “encontrar o seu lugar”. Escutei, ainda, como se Catarina tivesse sentido um certo estranhamento ao perceber que aquela conversa era, de algum modo, diferente das que costumava ter.

Assim, quando perguntei como ela contaria sua história na construção desta Pesquisa, respondeu: ***“Eu acho que foi uma experiência muito boa porque, assim, eu nunca fui no psicólogo, e aqui eu pude conversar um pouco o que eu não converso em casa, assim [...] eu nunca sentei com um profissional que me entendesse, que me dissesse ou porque eu sentia isso, que me explicasse o motivo daquilo. Então, eu acho que essa pesquisa foi muito boa para mim [...] Eu acho que só fez me dar mais esperança para eu, no futuro, conseguir o que eu quero: uma formação boa, a minha família, o meu lugar, sabe? Não me fez perder a esperança em momento algum e foi uma pesquisa muito legal porque é bom conversar, sabe? E eu pude me abrir com uma pessoa diferente, com uma pessoa de fora, que não conhecia a minha história”***.

Este foi o nosso último diálogo formalmente registrado (seguimos nos comunicando pelo whatsapp e redes sociais, bem como sigo com outros *interlocutores* também).

Raissa: [...] ***Enfim, foi muito especial poder te reencontrar, ver como você cresceu, em todos os sentidos, sabendo mais detalhes de como você passou e o que você superou também. Muita coisa, eu estou bem feliz de ter conseguido te escutar. Então, eu gostaria dizer que eu estou, você tem meu contato, se você acha que eu posso te ajudar, pode falar comigo, tá? [...] eu gostaria de te pedir para você dar um nome para essa história, que eu não botei título. Se você pudesse colocar um título, qual seria?***

Catarina: *Eu nem sei...(Risos!)*

Raissa: *Você pode mandar no whatsapp para mim depois, pode ser?*

Catarina: *Combinado! Muito obrigada, Raissa!*

Naquele mesmo dia, Catarina mandou uma mensagem para mim. O título escolhido para a sua história em quadrinhos foi: **“A mulher que só queria ter a chance de ser criança”**. Ela também mandou, alguns meses depois, uma fotografia que mostrava o quadro na sala da sua nova casa. Vibrei, junto com ela, por mais essa conquista da manutenção do seu esperar.

NOME FICTÍCIO	PONTOS COLETIVOS DE DEESPERANÇA	PONTOS COLETIVOS DE ESPERANÇA	PONTOS SINGULARES DE (DES)ESPERANÇA
CATARINA	gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem; violência institucional	Presença de pessoa “salvadora” construção de nova família	ser enfermeira; relação ambivalente com a medida socioprotetiva

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

16 ALASKA EM: “A VIDA DA GENTE”

16.1 Seu processo de chegada

Conheci Alaska (nome fictício escolhido pela jovem) através de uma das educadoras do Abrigo no qual realizei trabalho voluntário durante a Graduação em Psicologia. Consegui seu contato quando liguei para lá em busca de voluntárias para a Pesquisa. Quando enviei mensagem para Alaska, ela respondeu, quase que imediatamente, de forma bem sucinta, dizendo que aceitava participar.

De todas as pessoas que entrevistei, a família de Alaska foi a única que entrou em contato comigo para se informar melhor sobre a Pesquisa, ou seja, sobre quais os assuntos que seriam abordados, pois Alaska ainda estava em “processo de adaptação na adoção”. Achei importante esse cuidado da família da jovem, ao mesmo tempo em que fiquei um pouco preocupada sobre o quanto poderia ser, para ela, intensamente mobilizador os nossos encontros. Sobre isso, escrevi no diário de campo:

Hoje, uma pessoa da família de Alaska entrou em contato comigo para saber maiores detalhes da Pesquisa. Confesso que fiquei um pouco surpresa, pois ninguém da família de nenhum dos interlocutores, até o momento, tinha feito esse movimento. Penso no quanto isso já quer dizer algo sobre Alaska e com quem ela vive. A pessoa me disse que estava apenas um pouco receosa por conta da temática, mas que se tranquilizava ao saber que eu era psicóloga. E também porque a própria Alaska tinha lhe dito que queria participar. Quanta responsabilidade! Me pergunto se não estou sendo muito ousada em tratar de algo tão delicado como a esperança e a desesperança nas histórias dessas pessoas. Me pergunto se eu iria gostar de ser entrevistada nesta Pesquisa. Não sei, talvez não. Estou um pouco apreensiva com este primeiro encontro.

Diário de campo, 05/01/2022

16.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência

Alaska tem 20 anos e nasceu no Recife-PE. Se identificou como uma menina cisgênera, “parda” e heterossexual. Inicialmente, Alaska estudou em uma escola pública, mas, aos 06 anos, foi convidada a estudar numa escola particular. Através do seu bom desempenho escolar, conseguiu uma bolsa: “*Sempre gostei muito de estudar, de ler [...]*”, contou. Além dos estudos, durante a vida escolar, Alaska dedicou boa parte do seu tempo para o judô.

Chegou para viver no Abrigo aos 04 anos de idade. Nove anos depois, aos 13 anos, saiu de lá, por decisão judicial, para viver com seu pai, o que durou aproximadamente um ano. Após esse período, a própria Alaska chamou novamente o Conselho Tutelar para que ela e a irmã voltassem para o abrigo, visto que seu pai fazia uso abusivo do álcool.

Contou: *“É assim: minha mãe biológica me deixou com meu pai, eu e minhas duas irmãs. **Aí os vizinhos denunciaram dizendo que ele não tinha condições.** **Aí a gente foi para o abrigo.** **Aí a mais velha foi adotada aí meu pai achou a família dele que fica em Salgueiro, num quilombo.** **Aí o juiz tentou como é que se fala...tentou uma reconciliação para ver se dava certo.** **Aí eu e minha outra irmã foi para lá, só que ele bebia. E quando ele bebia, ele queria bater na gente.** **Aí passou um ano lá e depois voltou para o abrigo [...]***”.

Alaska narrou que, apesar de não saber se tinha uma relação direta com isso, teve “depressão” logo depois do período que morou com seu pai e voltou para o abrigo. Foi cuidada por um psiquiatra e também psicóloga de um CAPS, com a ajuda de uma das educadoras do abrigo.

Alaska não conheceu sua mãe biológica e seu pai faleceu há três anos. A jovem chorou muito ao lembrar essas perdas durante o nosso primeiro encontro, mas pediu para que continuássemos a conversa. Além disso, contou que, *“nunca quis ser adotada porque eu queria voltar para o meu pai”* (sic). No entanto, disse que o seu desejo em relação a ser adotada mudou aos 16 anos, já próximo à época em que teria que sair do abrigo quando completasse 18 anos. Narrou, assim, que o dia em que foi adotada foi o dia da sua vida em que mais sentiu esperança.

Alaska está cursando Educação Física em uma Universidade Pública, e disse que adora as aulas da faculdade. Segundo ela, no entanto, não vai desistir de fazer o curso que realmente deseja, que é o de Medicina: *“Tô pensando em terminar o curso de Educação Física para depois eu tentar **Medicina [...]** **era minha primeira opção, mas eu não consegui a nota**”* (sic).

A jovem chegou um pouco tímida para o primeiro encontro. Falava pouco, e bem baixinho. Senti que talvez precisasse utilizar o recurso das imagens com mais rapidez do que as entrevistas realizadas, até o momento, para tentar, através de outra linguagem, facilitar nosso diálogo. Abaixo, uma síntese dos dados objetivos de Alaska.

Tabela 6 - Dados objetivos de Alaska

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

NOME FICTÍCIO	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA	CLASSE	GÊNERO	SEXUALIDADE	RAÇA	TIPO DE MEDIDA
ALASKA	20 anos	Cursando Ensino Superior	3.000 reais	Classe média	feminino	heterossexual	negra	Medida socioprotetiva (abrigo)

16.3 Pontos coletivos de desesperança: gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem; violência institucional

Em relação aos pontos coletivos de desesperança, localizei nas narrativas de Alaska os preconceitos que sofreu, segundo ela, ligados sobretudo ao fato de ser uma jovem institucionalizada. Assim, afirmou: “*É porque as pessoas pensam que quando você tá na casa de acolhimento é porque você cometeu algum crime e num é assim. Mas é porque algo aconteceu com você e você não tava sendo protegida. Então o juiz colocou você lá, mas pras pessoas elas não entendem[...]*”

Raissa: *Então as pessoas confundem? Uma medida protetiva com uma medida educativa?*

Alaska: *Elas não sabem que você tá lá porque algo tava meio que colocando sua vida em risco, elas acham que você tá lá porque você cometeu algum crime. Os olhares, você sente [...] E quando cê é do abrigo e você vai pra escola, às vezes você nem fala, mas como assim, reunião dos pais, aí as tias vão lá, aí as vezes ficam sabendo. Ai ficam falando: por quê? Tu fez o que pra tá lá que, num sei o quê?*

Na história de Alaska, vemos como, muitas vezes, a presença da ideia de uma juventude (sobretudo, negra e pobre) associada à criminalidade é quase que imediata. Aqui, apesar de Alaska refletir como condições separadas, considere o fato de viver em uma instituição (o que já é um pressuposto de pobreza) e o fato de ser uma jovem negra, juntos, já pareciam suficientes para culpabilizá-la e criminalizá-la. Afinal, a população juvenil negra no Brasil é exterminada, quando não literalmente, através da violação constante de seus direitos e sua associação direta ao crime (BADY & SILVA, 2019), o que faz parte das políticas de morte praticadas desde o processo de colonização (MBEMBE, 2019).

Por outro lado, a própria Alaska reconheceu que trajetórias juvenis em diferentes tipos de instituições podem ser combinadas, apesar de não ser o seu caso: [...] “*E às vezes também o que acontece, a menina vai pro abrigo, aí as vezes ela ou ela volta pra família, comete algum*

crime e vai pra FUNASE. Ou ela sai da FUNASE, talvez, não sei, volta pra família e eles não tem condições e aí volta pro abrigo”.

Conversamos, então, sobre a falta de oportunidades para jovens institucionalizados de maneira geral, e como a criminalidade pode ser sedutora, e, até mesmo, única alternativa para uma sobrevivência física e psíquica de muitas pessoas no Brasil. Estávamos, justamente, falando sobre a relação íntima entre “privação e delinquência” (WINNICOTT, 1987). Na qual, como vimos, existem alguns acontecimentos “[...] em que a criança organiza atos anti-sociais na **esperança** de compelir a sociedade a retroceder com ela para a posição, em seu processo de desenvolvimento, em que as coisas deram errado” (VIDAL & LOWERNKRON, 2008, p.55).

Dessa forma, assim como ocorreu nos casos de Frank e Catarina, pareceu menos difícil para Alaska nomear o preconceito desesperaçador ligado ao abrigo, do que a questão propriamente do racismo. Sobre isso, afirmou: *[...] Então, assim, claro que eu nunca sofri racismo em relação a cor da minha pele, mas as meninas que são negras, elas sofreram racismo também por ser de abrigo, então já juntam essas duas coisas. Mas eu nunca sofri racismo, não, pela cor da minha pele.*

Observamos, mais uma vez, como o racismo estava no corpo do outro (“as meninas que são negras”). Aqui, convém lembrar, da transmissão psíquica inconsciente nos grupos, onde ocorre a transmissão de conteúdos estigmatizados [...] “depositados nas pessoas negras, que implicam em traumas e sentimentos de inferioridade, na ambivalência entre desejo e culpa e em sofrimentos na *representação* de seu corpo” (BENEDITO & FERNANDES, 2020, p.05).

Nesse processo de representação de seu corpo, houve uma particularidade no caso de Alaska que dificultou ainda mais o seu processo de reconhecimento racial. Alaska, talvez nas entrelinhas, tenha afirmado que não se sentia no direito de assumir essa negritude, como se estivesse reivindicando uma identidade que não seria sua. Ela pareceu dizer que, em tempos de políticas de ação afirmativa, sentia que era perigoso esse tempo de afirmação, “polêmico”, porque alguém poderia questionar a cor da sua pele. Sobre isso, conversamos:

Alaska: Assim, essa parte eu não... ainda também não sou muito resolvida porque, eu não sei, hoje em dia é um assunto que é muito recorrente, né, porque talvez você dizer “me considero branca”, aí alguém fala “não, você tem um pouquinho mais escuro”. “Tá, me considero negra”, aí o povo já fala muito dessa questão. É, por eu saber que eu sou de uma família quilombola, que é por a parte do meu pai, e todos lá são negros, só eu e minhas irmãs que somos, assim... pardas, mas o resto é tudo negro. Eu me considero parda, mas pra falar por dentro, assim, eu sei que minhas raízes, é, são todas negras. Mas eu não posso dizer que eu me considero negra também por causa do... de hoje, né, porque qualquer coisa as pessoas

falam. Aí não posso dizer assim “eu me considero negra”. Porque as pessoas vão olhar pra mim e vão dizer que eu não sou negra. Aí eu tento evitar essas coisas.

Raissa: *Mas o fato de se reconhecer como negra vai além do que você vê no espelho, né? De certa forma você reconhece em você, é... origens, né, e a sua família, enfim. E você acha, Alaska, que o fato de você ter essa origem, né, teve algum impacto na tua capacidade de sentir esperança, ou, nas coisas que aconteceram na sua história, né, teve alguma coisa que você acha que foi diferente, por exemplo, do que uma menina branca experienciaria?*

Alaska: *Eu acho que sim porque antes eu não sabia, assim, muito a história dos quilombolas, e eu saber, assim, que eu tenho diretamente ligado, eu fui procurar a história, tudo. E também eu penso assim, um dia poder voltar lá, ajudar como eu posso a comunidade porque eu sei que é uma comunidade carente e tudo.*

Sabemos como os dilemas de “classificação” racial tem gerado debates acalourados e confusos. De acordo com Santos (2005), as categorias preta e negra na sociedade brasileira, por muito tempo, foram sinônimos da figura do sujeito “africano” e da pessoa negra escravizada. De modo que se torna, muitas vezes, tenso reivindicar por essa identidade quando o tom da cor da sua pele “não é tão escuro assim”, como afirmou Alaska.

Dessa forma, a pessoa parda é aquela que fica num não lugar: “nem tão branca para ser branca, nem tão preta para ser negra” (pois se confunde cor com raça, que é uma categoria linguística, política). Percebemos, então, junto com Lauro Gomes (2019), como o projeto de embranquecimento, estratégia de genocídio da população negra e indígena, no Brasil, construiu um verdadeiro limbo identitário-racial traduzido no termo “parda/o”,

Ou seja, subjetivamente, a problemática da identificação racial de Alaska está diretamente ligada a uma filiação identitária já fraturada através da separação de sua família de origem no seu processo de (re)institucionalização. Autorizou-se, assim, no máximo a dizer que suas raízes eram todas negras. Ao escutar as palavras de Alaska, lembrei-me da canção-poema de Victoria Santa Cruz (1960), “Gritaram-me negra!”, em que se questiona: “Por acaso sou negra?”; “que coisa é ser negra?”. No caso de Alaska, entendi que, ao mesmo tempo em que talvez negasse inconscientemente sua negritude, também a desejasse libertar. Ou seja, se filiar ao “gritar-se, por fim, negra!”.

Esse limbo identitário dificultou o esperar de Alaska na medida em que se sentia desautorizada da sua identificação como pessoa negra. Ao mesmo tempo, também afirmou que a sua esperança era afetada no momento em que ligou suas raízes negras à pobreza. De modo

que, na continuidade da constatação de Alaska sobre sua origem quilombola e o desejo de voltar para ajudar a comunidade economicamente, o diálogo correu em torno da questão de classe:

Alaska: [...] *Porque como eu gostava muito de estudar e de ler, eu sempre pensava em estudar pra poder arrumar um emprego bom pra ajudar, tanto meu pai, quanto se pudesse, lá, a comunidade.*

Raissa: *E você acha que se você tivesse uma origem rica você teria tido as mesmas preocupações?*

Alaska: *Não. [...]*

Raissa: *Você acha que uma menina rica ela vai pro abrigo? Ou não?*

Alaska: *Acho que não.*

Raissa: *Tinha alguma menina rica lá?*

Alaska: *Não.*

Raissa: *Não. Pra onde vão as meninas ricas?*

Alaska: *Não sei, acho que se tem problema na casa delas não é tão grave como acontece com as meninas que vão pro abrigo, ou não... talvez o conselho não tenha essa perspectiva nas famílias ricas.*

Raissa: [...] *cê acha que isso é uma coisa importante de refletir? Por que que no abrigo tem só meninas pobres?*

Alaska: *Eu acho que já tá na cultura, né, do Brasil. Porque, se, eu acho que se colocar uma menina rica lá, talvez a família encontre alguns problemas que não deveriam encontrar, talvez vá pra mídia, essas coisas. E dê problema.*

Raissa: *Então não é que nas famílias ricas não existam violências, é que elas não são... elas são silenciadas, talvez?*

Alaska: *Sim.*

Raissa: *Ou o Estado não enxerga ou fecha os olhos?*

Alaska: *Eu acho que sim [...]* **Nunca parei pra pensar nisso.**

Raissa: *E pensar nisso te faz sentir alguma coisa? Ou não, é indiferente?*

Alaska: [...] *acho que, pensando agora, assim, acho que é meio injusto, né? Porque, parando pra pensar, a gente nunca viu uma menina rica no abrigo, não.*

Nesse trecho, vemos como Alaska parece ter, inicialmente, reiterado o mesmo discurso originário das leis coloniais, que separaram as crianças de suas famílias pobres (como se somente essas produziram problemas mais graves) para “civilizá-las” (VERGÈS, 2021). Depois, afirmou sentir como esse apelo do Estado, da Justiça é, de fato, injusto, visto que

funcionam como instância de controle social apenas das famílias pobres (FOUCAULT, 2001). O diálogo continuou:

Raissa: *E você acha que, então, essa constatação faz você pensar que de alguma maneira ser rico ou pobre tem alguma influência na esperança que a pessoa tem que sentir, ou nos rumos que a vida dela tem? Ou você acha que a esperança é uma coisa que é independente da sua origem, independente da sua raça ou da sua classe social?*

Alaska: *Eu acho que não. Acho que tem, acho que a esperança, ela não anda sozinha, acho que outros fatores podem contribuir pra ela.*

Raissa: *No caso o fator de você ter uma origem pobre contribuiu pra o tipo de esperança que você tinha que sentir. E pros tipos de preocupações, você acha que uma menina rica não teria as mesmas preocupações que você?*

Alaska: *Não [...] Talvez a esperança dela seja outra. Não sei qual seria, porque se ela tem dinheiro talvez ela possa conquistar as coisas, qualquer coisa que ela quiser.*

Raissa: *Você acha que é um privilégio isso?*

Alaska: *Sim.*

Assim, através das tentativas inter-inventivas, Alaska tensionou suas próprias afirmações e por fim pôde se reconhecer como parte de um grupo de baixa renda, portanto, desprivilegiado para esperar, uma vez que precisa preocupar-se demasiadamente com o sustento financeiro. Interessante como Alaska sugeriu, inclusive, existir mais de um tipo de esperança (um para meninas pobres, outro para meninas ricas), tamanha pareceu ser a força com a qual a falta de dinheiro lhe traz uma condição de intensa e constante preocupação com seu futuro.

Ao pensar sobre o futuro, Alaska constatou que também ficava mais difícil esperar pelo fato de se identificar como uma mulher. Argumentou que, no curso de Educação Física que estava fazendo, ainda não encontrou exemplos de mulheres que trabalhassem, por exemplo, como técnicas do clube de futebol, algo que é do seu interesse.

Assim, quando lhe perguntei se havia diferença para sentir esperança entre meninos e meninas, disse: “[...]Uma questão que eu observo muito, que eu gosto muito de esportes, eu acompanho diversos, é o futebol, a questão de que, no futebol brasileiro, nunca vi uma treinadora, só treinador. E eu não sei se existe algum regulamento pra, que só pode ser treinador, mas eu nunca vi uma treinadora, então, assim, são coisas que eu penso, né, porque a gente sabe que é muito difícil você ser mulher no Brasil por essas questões”.

Raissa: *Isso afeta tua esperança de alguma forma? Assim, não ter essa figura pra se identificar? Ou não?*

Alaska: *Sim.*

Raissa: *Afeta, né? De que maneira?*

Alaska: *É... não ter alguém pra... como representatividade, né? Talvez, assim, se um dia eu quisesse, é... técnica, eu não posso, porque eu não vejo ninguém pra me apresentar, não sei como é, assim, não tenho a experiência pra falar como é, se eles, **se existir, um exemplo, algum assédio, algo que eles impõem.***

Nesse momento, penso como as desigualdades entre homens e mulheres no mundo laboral no país, entre avanços e desafios, parecem, muitas vezes, assumirem uma forma mais panfletária, nas instituições em geral, do que efetivamente equitativa. Alaska falou sobre esse binarismo das normas de gênero (BUTLER, 2003) como sustentadores dessas assimetrias na linguagem esportiva. Além disso, também ter comentou sobre um medo e um maior risco de sofrer violências sexual e física, por ser menina, dentro dos próprios abrigos.

Alaska: *[...] Porque, talvez, é, eu não sabia lidar com os meninos junto com as meninas, talvez eu também ficasse **mais preocupada com a minha irmã se eles fizessem alguma coisa.***

Raissa: *Tipo o quê?*

Alaska: *Não sei, **fazer alguma violência sexual, querer bater.** Porque como eles, existe abrigos, né, que tem menina e menino, aí às vezes acontece esses relatos, a gente escuta.*

Raissa: *Mas em relação, por exemplo, a **essa coisa da violência sexual**, cê acha que isso é uma preocupação mais das meninas do que dos meninos?*

Alaska: *Sim, acontece também com os meninos, **mas a gente sabe que muito menos do que com as meninas.***

Em relação a sua sexualidade, assim como os demais *interlocutores*, Alaska respondeu de forma “cirúrgica” na afirmação de sua cisgeneridade e heterossexualidade (quase que compulsoriamente): “*gosto de menino e sou uma menina*”. Afinal, diante de tantos fatores considerados *fora da norma* nas narrativas de Alaska, talvez esses pontos sejam pouco tensionáveis já que são os que, possivelmente, a fazem sentir-se, finalmente, pertencente a um grupo com mais poder que outros e, assim, *sentir-se com mais esperança*. De modo que, como afirma Vergueiro (2016, p.252), a cisgeneridade funciona: “[...] denotando as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero “normais”, “não transtornados”, “biológicos”.

No entanto, apesar dessa identificação com a cisheteronorma, houve também uma identificação com um transtorno (depressivo) nas narrativas de Alaska ao longo da entrevista. Assim, a jovem contou que, aos 14 anos, foi diagnosticada por um psiquiatra com depressão, o que nomeou como o momento em que não sentiu “nenhuma” esperança na sua vida. De acordo com ela: “*Teve uma vez que eu não lembro o ano, mas acho que quando eu tinha 14 anos, eu fiquei com depressão, quando eu tava no abrigo. Aí teve que ir para a psiquiatra, para poder passar remédio.*” Disse que, por um período breve tempo (não lembrava exatamente quanto tempo), tomou medicação e fez acompanhamento psicológico, no CAPSi, tudo através dos cuidados de uma “tia”, educadora, do abrigo. Sobre isso, conversamos:

Raissa: *E esse período que você tava se sentindo deprimida, você tava no abrigo, como você se sentia?*

Alaska: *Eu não sei, sei que aconteceu de repente, eu gostava muito de estudar...fazia judô aí depois que eu voltei da casa do meu pai, eu não fazia mais judô [...]. Aí eu fiquei com depressão, não queria mais estudar, não queria ler. Aí foi que a tia procurou um lugar para eu fazer judô. Aí foi que eu fui melhorando.*

Pude escutar, nesse relato de Alaska, o quanto sua habilidade de investir libidinalmente ficou comprometida nesse período, desvitalizada, como afirma Delouya (2008). Isso se vê, justamente, na interrupção das atividades que normalmente lhe proporcionavam mais prazer: praticar o judô e estudar. Aqui, inspirada sobretudo em Figueiredo (2008) e Winnicott (2011) compreendi a *depressão de Alaska* como algo que se relacionou com a *compressão de sua esperança* como estado subjetivo, diferente, como vimos, de uma *desesperança congênita*.

Desse modo, sabemos o quanto o sentimento de culpa está envolvido na depressão (WINNICOTT, 2011; PERES, 2010). Na história de Alaska, percebemos como ela relaciona, ainda que, talvez, não conscientemente, o desenvolvimento de sua depressão com a volta para o abrigo, *após passar um período com seu pai*. Considerei que é possível que essa culpa possa ter sido “engatilhada” pela denúncia que ela mesma fez quando viveu com ele. Isso porque Alaska ficou bastante mobilizada no momento da entrevista em que afirmou que ela própria tinha tomada essa difícil decisão. Assim, conversamos:

Raissa: *E também tu contou dessa coisa da relação com teu pai. Que tu passou um tempo no abrigo, mas quando tu saiu do abrigo para ficar com ele de novo, tu não queria voltar, tu queria ter ficado com ele mesmo?*

Alaska: *Não, eu que chamei.*

Raissa: *O Serviço Social?*

Alaska: *Mais choro (silêncio)*

Aqui, considerei importante lembrar que é justamente “[...] pelo fato de existir um trauma anterior que as experiências recentes tem efeito traumático”, com afirmam Silvia Alonso

e Mario Fuks (2015, p.73). Sobre os traumas anteriores ao reabandono de Alaska, observei que existiram marcas da violência do passado dentro do próprio abrigo, vividas como que no presente. Isso foi notório através do ato falho de Alaska, quando afirmou: “Eu **tô** no abrigo desde os 04 anos”. Assim, lhe perguntei:

Raissa: *E você sente que você saiu já ou você ainda sente um pouco que tá lá? Que tem alguma parte sua que está lá?*

Alaska: *Assim...eu ainda tenho alguns pesadelos.*

Raissa: *Hunrrum, você quer falar sobre isso? Sobre esses pesadelos?*

Alaska: *É sobre umas meninas, que eram de lá...que se achavam a dona, aí elas queriam bater na minha irmã, minha irmã é mais velha que eu... mas era eu e mais duas irmãs. Eu sou a mais nova aí a mais velha foi adotada aí ficou eu e a outra. **Sendo que quando a outra saiu eu meio que fiquei para tomar conta.** E minha irmã não ficava calada, ficava retrucando. Aí eu meio que tinha que defender. Aí eu sonho com isso.*

A violência entre as meninas que viviam no abrigo pareceu algo também da ordem do traumático para Alaska, uma vez que a faz viver, por vezeza, como se ainda lá estivesse. Essa pode ser uma característica, como lembra Kilomba (2019), da própria *atemporalidade do trauma* (é sentido como se estivesse acontecendo, sempre, no presente). A *atemporalidade* se faz presente no Inconsciente freudiano (presente, passado e futuro se combinam e convivem em “perfeita desarmonia”), onde produzimos os nossos sonhos, inclusive, os de angústia, como foi o caso de Alaska e seus “pesadelos”.

Colaborando com esse contexto, assim como na história de Catarina, mais uma vez observamos violação dos direitos da jovem de preservar os laços fraternos, o que produziu um *choque violento* oriundo da imprevisibilidade do trauma (KILOMBA, 2019) ligado à separação da sua irmã mais velha. Sobre essa perda, Alaska comentou: “[...] **Aí a mulher que adotou ela não queria que ela visitasse a gente. Aí a gente perdeu o contato dela e só depois de muito tempo é que uma amiga dela foi visitar o abrigo aí achou eu parecida com ela. Aí ela achou a gente**”.

Assim, no caso de Alaska, o trauma anterior de ter sofrido diferentes abandonos na relação com a família de origem, junto com as violências narradas do abrigo, foram reatualizados com esse processo de reinserção familiar “mal sucedido”. Ou seja, um reabandono. Infelizmente, a reinstitucionalização devido a um processo de reinserção na família de origem mal sucedido é muito comum no Brasil, assim como afirmam Iliana Paiva, Tabita Moreira e Amanda Lima (2019). Isso reflete, justamente, a falta de condições subjetivas e objetivas dessas famílias para acolherem seus filhos. Existe, assim, uma grave situação de

pobreza de políticas públicas efetivas para o acompanhamento e acolhimento de famílias de crianças e jovens abrigadas (PAIVA, MOREIRA & LIMA, 2019).

Sendo a re-institucionalização, muitas vezes, um processo de *revivência traumática, portanto, compressora de esperança*. Considero que não foi à toa que Alaska, de “reabandonada”, *precisou abandonar*, por exemplo, os estudos e o judô para poder elaborar suas perdas. Lembremos, aqui, que depressão pode ser considerada uma “patologia dos vínculos”, mas, ao mesmo tempo, de mudanças (PERES, 2010).

Desse modo, participando ainda desse trauma anterior ligado ao abandono, Alaska reviveu a intensidade de sua própria culpa infantil. Acerca disso, contou: “*Eu vim pro abrigo muito pequena. Então assim, às vezes eu me culpava porque minha vida é assim, porque eu num tenho uma mãe, porque meu pai não pôde ficar comigo, mas eu era muito pequena, então às vezes eu colocava a culpa muito em mim[...]*”.

Apesar de Alaska dizer, ainda hoje, que prefere esconder sua tristeza, pois não gosta de compartilhá-la com seus pais adotivos para não “preocupá-los” (permanece uma certa culpa), reconheceu que não fica mais no mesmo estado de sofrimento que sentia no abrigo. Assim, afirmou: “[...] *depois quando você vai crescendo. Cé percebe que **muitas coisas não dependiam de você**. Muitas coisas dependiam dos outros e não de você[...]mas agora é **diferente** [...] com meus pais adotivos, **eu não fico mais triste como ficava no abrigo**”.*

Como vimos, a depressão acontece, muitas vezes, justamente quando conseguimos nos vincular à tentativa de elaboração de um sentimento de culpa, já que aqui consideramos que essa capacidade é sinal também de certo grau de amadurecimento. E é assim, como afirma Winnicott (2011), que forma-se o “germe da esperança” dentro da depressão.

No caso da jovem, diferente de como age a *desesperança congênita*, permaneceu em Alaska a atividade, ainda que dificultada, da sua vida psíquica simbolizadora. De modo que ela me contou que sentiu que aquilo que mais a ajudou a se recuperar, foi voltar a praticar o judô. Simbolicamente, foi sobretudo isso que germinou até que pudesse voltar ao movimento necessário para a luta, para o esperançar.

Alaska foi, assim, do luto (pela perda da realização do desejo de morar com seu pai) à luta. Afinal: “a esperança não é cruzar os braços e esperar. Movo-me em esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero” (FREIRE, 1992, p. 97). Praticar judô parece, assim, ter sido uma decisão de realizar um novo resgate subjetivo, lembrando-a de um vínculo prazeroso que não precisou perder.

Compreendi que tal vínculo desempenhou, assim, uma função de sustentação psíquica, na história de Alaska, lembrando-a de sua força, o que a possibilitou se mover em

esperança e suportar novas esperas. *“Eu me sinto bem, porque o judô fez parte da minha vida né... não é só uma questão de querer lutar e de querer uma performance não. Mas é uma questão de que eu me sinto bem dentro do judô. Eu me sinto bem!”,* disse Alaska.

Assim, além da permanência da sustentação do esperar de Alaska disparada pelo retorno ao judô, o seu processo de adoção veio enriquecer suas vivências esperançadoras. Ou seja, a identificação com uma nova família foi apontada por ela como um dos momentos dos que mais a fizeram sentir esperança. A partir daí foi que discutimos, a seguir, um dos principais “pontos de esperança coletivos” na história de Alaska.

16.4 Pontos de esperança coletivos uma presença de uma pessoa “salvadora”; construção de nova família

A respeito dos pontos coletivos de esperança localizados nas narrativas de Alaska, vimos, quando contou sobre a sua depressão, a importância de uma “tia” do abrigo (essa linguagem que, comumente, na nossa cultura, denuncia a mistura com uma vinculação de parentesco com a educadora) que cuidou dela quando esteve deprimida. Alaska contou como essa “tia” não deixou que ela ficasse sem acompanhamento, nem psiquiátrico e nem psicológico. Ou seja, foi ela quem fez toda a mediação com o CAPSi e levou a jovem, todas as vezes, para todos os atendimentos necessários. De modo que, assim como nas narrativas dos demais *interlocutores*, foi possível escutar a presença de uma “pessoa” ligada a uma ideia de salvação também na história de Alaska.

Para discutir os demais pontos coletivos de esperança, decidi voltar para o início do primeiro encontro com Alaska, que parecia mais silenciosa, observadora, e um pouco tímida. Quando começamos a conversar, deu respostas mais sucintas, objetivas. Foi quando decidi então, após a explicação sobre o termo de consentimento, mostrar a seleção das vinte e quatro imagens do jogo Dixit. A primeira reação de Alaska foi dizer: *“É muita carta né?”*

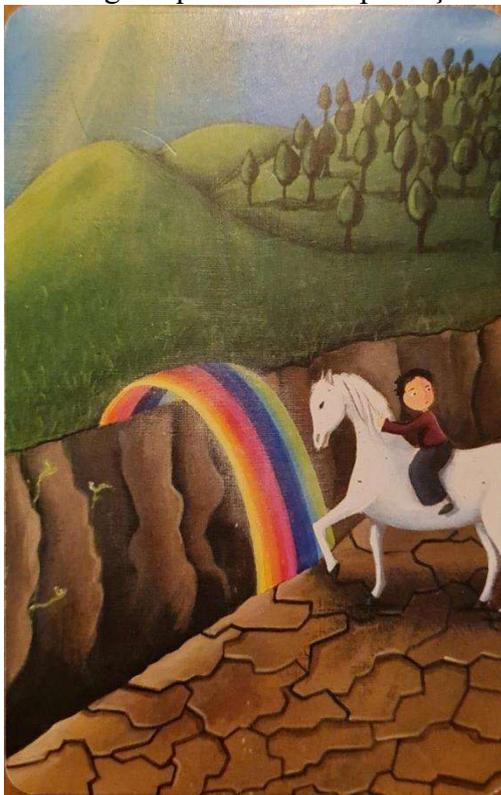
Particularmente, a minha ideia era mesmo provocar alguma espécie de “choque estético”, com as cores e beleza das cartas; dificultar a racionalidade a aproveitar o seu potencial de acesso ao Inconsciente. Afinal, através de imagens “sensações, emoções, pensamentos são levados a reconhecer-se, a associar-se” (SILVEIRA, 1992, p.21).

Desse modo, a primeira carta escolhida por Alaska que lembrava a palavra “esperança” foi a imagem abaixo. Sobre ela, me contou a seguinte história: *“Deixa eu ver[...]essa daqui uma menina pegou o unicórnio e saiu para desvendar a floresta e achou um arco-íris [...] Aqui ela tá com cara de assustada mas pra mim ela tá feliz.*

Raissa: *Assustada?*

Alaska: *Sim, porque é um caminho novo, que ela não conhece.*

Imagem 23 - Primeira imagem que lembra “esperança” escolhida por Alaska



Fonte: Jogo Dixit

Me chamou bastante atenção a escolha dessa carta, em específico, por Alaska, e também a história que construiu. A menina “pegou um unicórnio”, um objeto que associamos, geralmente, à pureza e força, muito querido no universo infantil e, achou um “arco íris”, ou seja, uma forma materializada de beleza colorida. Assim, Alaska, montada na sua criança-unicórnio, dominando-a, conduziu-se para o desconhecido, ainda que com medo. Afetivamente, então, vivenciava o medo e a esperança ao mesmo tempo, a tal “*medança?*” com função, justamente, de proteção e defesa de sua organização psíquica. Quer dizer, de sua habilidade simbolizadora. Projetivamente, acredito que no trecho abaixo podemos interpretar o que, na sua trajetória, se liga o desconhecido e a sua esperança:

Raissa: *Ok. Tu pode me dizer qual foi o momento assim da tua história que tu sentiu mais esperança?*

Alaska: *No dia que fui adotada (choro).*

Raissa: *E tu pode me dizer um pouquinho como é sentir esperança?*

Alaska: *É você não ter aquele pensamento de tá dentro do abrigo, com se preocupar, como que você vai ser...em como é que vai ser o mundo lá fora... Porque você é adotada você vai ter alguém para te ajudar a conseguir as coisas né? Porque quando você tá dentro do abrigo, e*

completa 18 anos, você não pode mais ficar lá. E se você não é adotada e se você não teve uma família, como é que você vai ficar? Eu acho que é isso.

Notamos, assim, que Alaska falou sobre a preocupação e o medo, assim como no caso de Catarina, de não ser adotada e completar a maioridade dentro do abrigo. Alaska afirmou que não desejava ter que trabalhar para talvez poder estudar, como via que acontecia com muitas meninas que saiam do abrigo ao completar 18 anos. Geralmente, iam morar “de favor” na casa de alguém (inclusive, muitas vezes, na casa das próprias educadoras do abrigo em que viveu). Ou mesmo nas Repúblicas, como é o caso das jovens que aderem ao Serviço de Acolhimento em Repúblicas. Essa situação seria o que Alaska antecipava para seu futuro. Era o que tinha como “conhecido”, diferente, assim, do que seria o “desconhecido da adoção”.

Acredito que a resistência de Alaska à ideia da adoção se motivava também pela culpa que sentia em abandonar a sua família de origem. Afirmou, por diversas vezes ao longo da entrevista, que “*não queria ser adotada porque eu tinha meu pai também*”(sic). No entanto, vimos que a fantasia de aceitação e assimilação em Alaska na família de origem foi fraturada, como acontece em muitos casos de reabandono (OLIVEIRA, 2010). Para superá-lo, apenas *adotando uma nova fantasia de vinculação*, através, justamente, de um novo momento de esperar.

Quando pedi para que Alaska escolhesse uma segunda carta que lembrasse esperança, ela decidiu pela carta abaixo, ao narrar: “*Essa ele saiu para ... eita eu acho que ele tá cantando...para mim ele tá com liberdade, fazendo o que ele gosta. Sentindo o ambiente.*

Raissa: *E dessas histórias que você contou, tem algum elemento delas que tem a ver com as suas histórias?*

Alaska: *Pode ser.*

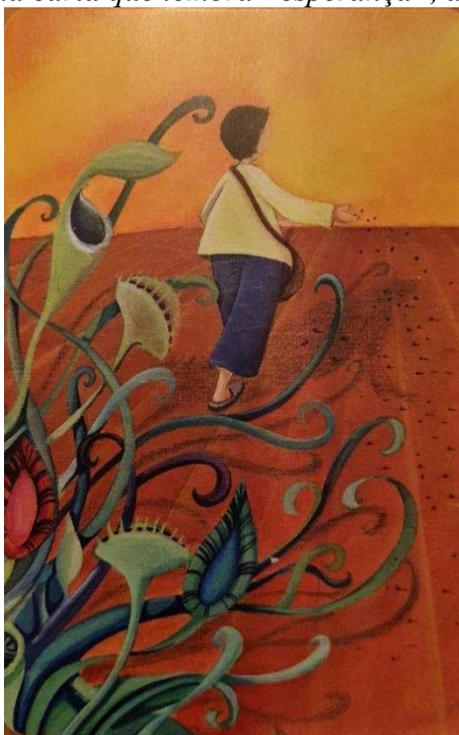
Raissa: *O que é que você vê que pode ter a ver?*

Alaska: *Acho que a questão de que essa daqui é sobre liberdade.*

Raissa: *Você sente que tem liberdade?*

Alaska: *Hoje eu sinto.*

Imagem 24 - Segunda carta que lembra “esperança”, de acordo com Alaska



Fonte: Jogo Dixit

Novamente, Alaska enfatizou as mudanças que um novo ambiente (relacional), como define Winnicott (2011), proporcionou no seu esperar. Pois afirma que conquistou mais liberdade para *ser e viver* além da instituição. O ambiente com os pais adotivos parece se aproximar da função de ambiente *facilitador aquilombador* que, paradoxalmente, *não pôde ser sustentado no próprio quilombo*, onde viveu sua família de origem⁴¹. Isso pode demonstrar, justamente, a força desesperançadora com que o projeto eurocêntrico moderno subalternizou povos, lugares geopolíticos e subjetividades (LUGONES, 2014), precarizando e produzindo inúmeras fraturas nos vínculos e nas vidas psíquicas da população negra.

Alaska afirmou também que uma das relações que mais faz, no presente, com que ela sinta esperança, é com a sua sobrinha, filha da sua irmã mais velha. Após a separação que sofreu no abrigo, ao reencontrar essa irmã, a jovem tem conseguido acompanhar, ainda que não tão de perto quanto gostaria, o desenvolvimento de sua sobrinha. Ela enfatizou, assim, que isso

⁴¹ Como referido anteriormente, o pai de Alaska, que vivia no quilombo, fazia uso abusivo de álcool. Estudos como a dissertação de Roseane Amorim (2014, p.09), sob orientação de Jaileila Menezes (UFPE) discutem os desdobramentos das opressões nas populações quilombolas a partir do efeito do cruzamento entre os diversos marcadores sociais (gênero, classe, raça/etnia) e a repercussão destes nas significações sobre o uso de álcool. Assim, observamos que “[...]o uso abusivo tem apresentado consequências negativas nas comunidades, a exemplo dos acidentes automobilísticos e da violência contra as mulheres em espaços público e privado [...] O estudo indica a necessidade de reflexões e ações sobre as condições desiguais que têm marcado a existência dos/das quilombolas e sobre estratégias que possam ser acionadas/desenvolvidas em prol da agentividade política dessa população, considerando as repercussões do uso de álcool em seus projetos de vida”. O projeto de vida de Alaska e o seu esperar foram, assim, completamente afetados por esse fenômeno nos quilombos.

despertou ainda mais o desejo de **construir uma nova família** diferente da que ela já teve no passado. Ou seja, além da nova **família adotiva** no presente, a ideia de um futuro formado por uma família que ainda não conhece, mas **que vai adotar**, lhe faz sentir esperança. Sobre isso, lhe perguntei:

Raissa: *Como seriam essas diferenças?*

Alaska: *Não sei....risos.*

Raissa: *A que você já teve, você me contou um pouco, o que você queria que mudasse em relação a sua história de origem com sua família e a história que você vai querer construir com uma nova família?*

Alaska: *Não, eu acho que em relação a é... eu desejo ter filhos e também adotar. Em relação a eles saberem do passado deles.*

Raissa: *Em relação aos teus filhos saberem do passado deles?*

Alaska: *Sim.*

Raissa: *Entendi, e você acha que isso não aconteceu com você?*

Alaska: *Não, eu não conheço minha mãe. (Choro)*

Pausa.

Raissa: *Entendi. A sua mãe biológica, você não a conhece. E isso é uma coisa que machucava muito você e ainda machuca falar sobre isso.*

Alaska: *É só a questão de saber porquê ela foi embora, mas nem queria conhecer ela não.*

Alaska contou que nem ela e nem as suas irmãs conheceram a mãe biológica. Tudo que ela sabe é que sua mãe “foi embora com outro homem”. Seu pai, nunca falou sobre sua mãe para Alaska. Me disse que saber mais sobre sua mãe não afetaria sua esperança hoje, mas mudaria as perguntas que ela tem para sua mãe e para si mesma. Resolvi então falar sobre o encaminhamento psicológico, para que Alaska pudesse aprofundar determinadas questões, porém, não pareceu aceitar, até porque já havia afirmado que “não gostava de falar sobre seus sentimentos”.

Alaska: *Acho que mudaria alguma coisa das perguntas que eu tenho.*

Raissa: *Entendi. Nas perguntas para sua mãe?*

Alaska: *É.*

Raissa: *E para você mesma, talvez?*

Alaska: *Também.*

Raissa: *Pois é, será que nisso, talvez, uma psicóloga pudesse te ajudar ou não? A ouvir essas perguntas?*

Alaska: *Acho que não (risos).*

Raissa: *(Risos) Não! E tem alguém que pode te ajudar?*

Alaska: *Não, acho que isso é de você com você mesma.*

Raissa: *Entendo[...]Tem pontos da nossa história que são muito delicados então às vezes quando a gente fala sobre isso é como se fosse uma ferida, é assim, mais ou menos, ou não?*

Alaska: *Sim [...] É como...só quer saber da vida da pessoa! Eu não gosto muito de falar dos meus sofrimentos. Eu saí. Mas minha mãe quer que eu volte [...]sei lá, eu não gosto muito não. De falar não. Porque eu não converso muito. Ai...eu saí.*

Raissa: *É, acho que é uma coisa que tem que acontecer se você quiser, claro né? Tem algumas coisas que são meio difíceis de falar...*

Alaska: *Terminei!*

A jovem já havia comentado da interrupção recente do seu acompanhamento psicológico, porque “não gosta muito de conversar”. É possível que dada ao intenso sofrimento relatado por Alaska, muitas feridas estejam ainda abertas, de modo que senti que já havia invadido demais seu mundo dos afetos.

Esse trecho do diálogo me fez refletir: será que não estive então realizando uma intervenção intrusiva, repetindo justamente a falha ambiental, por vezes, violenta e intrusiva da história de Alaska? Será que aquele encaminhamento torto não foi uma pura falta de *tato* na qual aquele sinal vermelho que gritava “resistência” para mim também me fez ignorar, justamente, a força que ela tem? Afinal, de acordo com as últimas formulações freudianas, a resistência:

não se trata de uma força de oposição a um poder que se detém, nem tampouco de uma manifestação de interrupção da experiência de análise. Trata-se, sobretudo, de mais uma força que a movimenta, também força de afirmação de si. Afinal, quem afirma que todo mundo precisa de psicoterapia ou de análise para lidar com suas dores desrespeita o princípio orientador singularidade. (CANAVÊZ, 2015, p.230).

Sendo a resistência aquilo que escapa à submissão e tendo sido Alaska submetida, diversas vezes, às violências domésticas, do Estado e suas instituições, sua decisão de não fazer acompanhamento psicológico pode ser, justamente, uma importante afirmação de si. Vale a pena colocar aqui que, para mim, quem acha que todo mundo precisa de análise (ou psicoterapia) não entendeu absolutamente nada sobre essa modalidade de escuta. Afinal, é possível resistir de diversos modos, singularmente. Sobre a singularidade de Alaska e suas (des)esperanças, discutimos a seguir.

16.5 Pontos singulares de (des)esperança: liberdade; judô e estudos

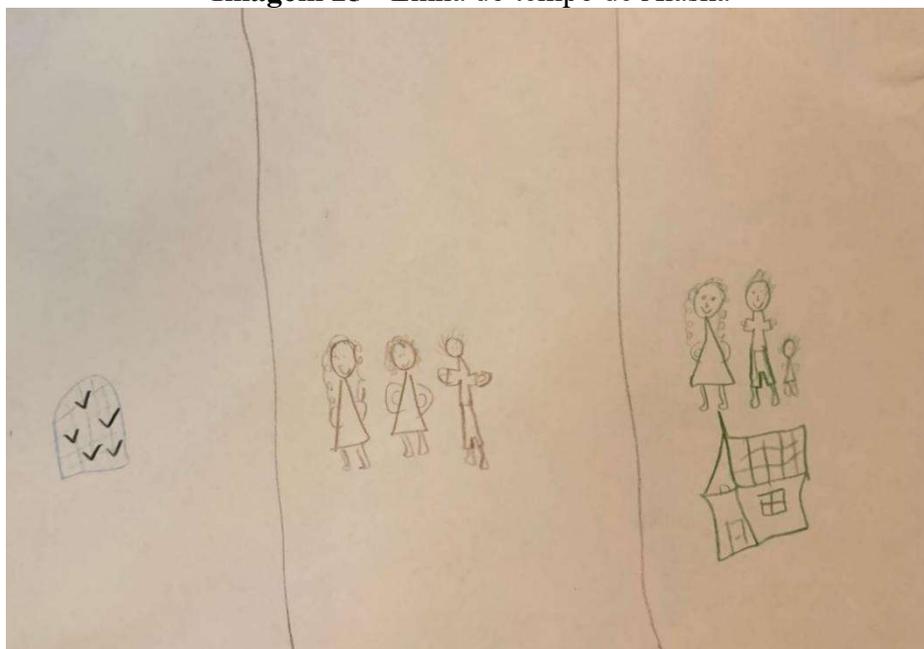
Observei que a produção da linha do tempo de Alaska também trazia a liberdade, que foi comentada na segunda imagem escolhida do jogo Dixit, como um divisor no seu modo de esperar. De modo que, para representar o passado, ela desenhou uma gaiola com passarinhos. O presente, desenhou ela mesma com sua família adotiva. No futuro, sua imagem com a família que deseja construir, além da sua casa. Sobre isso, explicou: “*É porque quando você está no abrigo, você não pode sair muito...porque como você mora lá, e eles estão para proteger, você só pode ir para a clínica, para os médicos, com as tias, e quando vai para a escola, e volta. Você não tem tipo essa liberdade, ah eu vou sair com meus amigos! Não pode*”.

Raissa: *Entendi. Não tinha muito lazer fora do abrigo?*

Alaska: *Assim...tinha, não. Assim, que você fosse sozinha, não. Mas tinha assim passeios, mas é como se a pessoa se sentisse excluída porque quando você vai para a escola, e descobrem, aí não querem ser seus amigos.*

Nesse momento, ficou marcado o quanto, na história de Alaska, a política do abrigo, ainda de caráter asilar, verticalizava ainda mais as relações de desigualdades entre as demais pessoas jovens. Afinal, conhecemos como, de modo geral, a dinâmica institucional dos abrigos no Brasil necessita ser reorganizada, para se desvincular de um “modelo massificador e excludente” (SILVA et al. 2015, p.55). O assistencialismo, desse modo, também reprime libertações de singularidades. Como demonstrou Alaska, *o puro assistencialismo reprime o esperar.*

Imagem 25 - Linha do tempo de Alaska



Fonte: elaboração da interlocutora

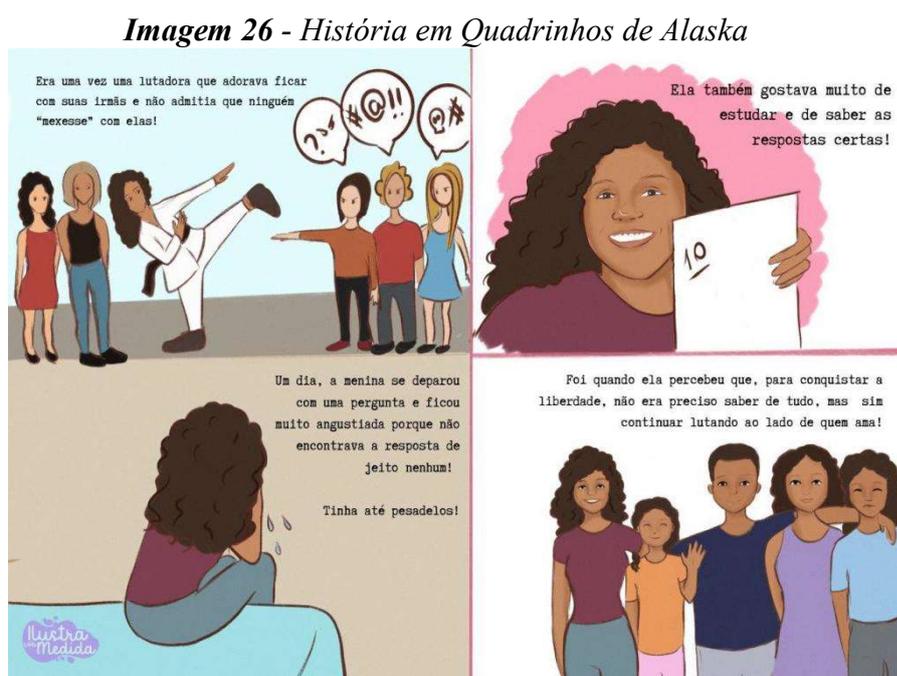
Assim como um pássaro, que tem o voar como princípio, Alaska, através da sua *esperança como princípio*, precisava sentir uma abertura segura para afetar-se intensamente com *medanças*? E tal abertura pareceu só ter conquistado ao sair do abrigo. No entanto, ao mesmo tempo em que percebemos o abrigo como um ambiente violentador para Alaska (“prendendo-a”, além das violências entre as demais jovens do abrigo) ela contou que foi lá também onde entrou em contato, muitas vezes, com sua esperança, quando fez a seguinte pergunta:

Raissa: *Você acha que no seu passado **nessa gradezinha com passarinho preso, tinham momentos de esperança também?***

Alaska: *Sim. Quando eu ia treinar judô, ia estudar...quando eu ia dormir pensando no que eu poderia ser no futuro...*

Desse modo, singularmente, o esporte e os estudos fizeram a sustentação esperançosa por um futuro diferente do seu passado. Ambas essas relações, mediadas pelo abrigo, foram construídas por Alaska desse modo protetivo e potente. Sabemos como o esporte e o apoio escolar (mudou três vezes para encontrar uma escola que oferecesse judô) podem abrigar sonhos, identificações e até sentimentos de filiação, de modo coletivo. Mas, por terem aparecido apenas na história de Alaska como apoios subjetivos, e não nas histórias dos *demais interlocutores*, resolvi situá-los aqui, nos seus “pontos singulares de esperança”. Vejamos “novamente”, então, sua história, sendo, agora, bordeada em quadrinhos.

16.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Alaska



Fonte: Elaboração própria e “Ilustra sob Medida”

(Texto escrito nos quadrinhos: “Era uma vez uma lutadora que adorava ficar com suas irmãs e não admitia que ninguém ‘mexesse’ com elas!. Ela também gostava muito de estudar e de saber as respostas certas. Um dia, a menina se deparou com uma pergunta e ficou muito angustiada porque não encontrava a resposta de jeito nenhum! Tinha até pesadelos! Foi quando ela percebeu que, para conquistar a liberdade, não era preciso saber de tudo, mas sim, continuar lutando ao lado de quem ama!”)

Para construir o roteiro da história em quadrinhos de Alaska, me guiei através da escuta dos *momentos-chave* para a sustentação do seu esperar. Logo no início dos quadrinhos, decidi representá-la através de sua identidade de lutadora/judoca, junto com suas irmãs. Como vimos, foi fundamental para a sobrevivência do *seu princípio esperança* tanto o seu vínculo com o esporte, tanto suas relações fraternais.

No segundo quadrinho, achei fundamental também incluir a relação com os estudos, pois essa também funcionou como uma saída de reconhecimento subjetivo para Alaska. Brinquei, no terceiro quadrinho, como se ela tivesse ficado muito habituada a ter respostas racionais para tudo, e apontei para o lugar angustiante onde não existe tal possibilidade (*“É só a questão de saber porquê ela foi embora, mas nem queria conhecer ela não”*, sobre sua mãe biológica).

No terceiro quadrinho, incluí o significante *pesadelos* para tentar deslizá-lo, um pouco, do poder que o medo das meninas do abrigo exerciam sobre ela e incluí-lo como uma produção própria ligada ao seu medo do reabandono. Incluí também a palavra liberdade, tão referida por Alaska, pois ela considerei que ela tinha que aparecer na história em quadrinhos, com o mesmo objetivo de fortalecer o princípio esperança. A prisão, aqui, não seria apenas o assistencialismo do abrigo, que a fazia se sentir excluída de outros grupos de jovens, mas também a eterna busca por respostas inexistentes ou insatisfatórias. A eterna busca, enfim, por um objeto de amor perdido.

Aqui, considero fundamental recordarmos que a *esperança como princípio* se liga a um particular encontro satisfatório com o objeto primordial, ou seja, com “o objeto causa de desejo” que oferta cuidado primordiais, sendo o principal deles, além das atividades maternantes (podem ser desempenhadas por qualquer pessoa jovem/adulta/idosa), a nomeação das vivências emocionais do bebê. A ideia é que se possa ser simbolizada a *ausência-presença* desse objeto, o que favorece que tal relação seja “suficientemente boa”. Para isso, não pode haver um excesso nem de ausência (abandono) e nem de presença (invasão) nessa relação. Winnicott (2011, s/p.), no entanto, nos faz uma ressalva:

É bom lembrar as ausências que mobilizam ansiedades desde que sintonizadas com os retornos tranquilizadores, fazem parte de um processo saudável de constituição psíquica. É justamente nas dinâmicas alternadas de ausências e presenças- idas e vindas- que identidade e diferença, bem dosadas, instalam uma **esperança fundamental**.

Portanto, no último quadrinho, tentei representar a inscrição simbólica da adoção, como

uma *presença* que lhe promoveu uma nova identificação, filiação e aceitação das diferenças, além da necessidade do movimento para o esperar (continuar lutando), como sugere Freire (1992) e Rocha (2007). É como se aí, estivéssemos dizendo para Alaska que, olha: “O amor não preenche nossos vazios, mas, dá contorno a eles”, como afirma Ana Suy (2022, s/p.).

Desejo então que essas tentativas de novos contornos para suas narrativas, através da construção de tais representações em quadrinhos, possam ter contribuído, assim como nossos encontros, ao menos um pouco para fortalecer novos modos de defesa e de esperar. Parece que toda essa pretensão não ficou totalmente distante, uma vez que, sobre a sua relação com esta pesquisa, Alaska afirmou: “*Eu gostei de participar da pesquisa, pois foi uma forma de lembrar das minhas origens de uma forma saudável, o que muitas vezes é difícil falar para outras pessoas. E também foi muitos assuntos que normalmente eu não parava para pensar*”.

Para finalizar a análise das entrevistas de Alaska, gostaria de destacar o momento em que ela me explicou a escolha tão curiosa deste nome fictício, que veio de um livro: “*O livro é: quem é você Alaska? É de John Green. E Alaska é uma menina que é meio depressiva, e ela vive assim, ela gosta muito de ler, ela tem uma biblioteca, uma biblioteca assim no quarto dela, que no colégio tem um quarto e ela chama da biblioteca da vida dela. E o nome dela é Alaska e as pessoas perguntam por que o nome dela é Alaska. Porque é algo interessante Alaska. E ela fala que o nome dela é Alaska porque o Alaska é grande como ela queria ser. E eu acho que isso é muito legal. E eu me identifiquei*”.

A identificação de Alaska com a personagem do livro através da questão da depressão e do encanto pela leitura parecem tê-la motivado para essa escolha. Penso, ainda, que o Alaska, além de grande, é também gelado. Seria esse o modo de defesa que a jovem precisou desenvolver para não desintegrar-se? Lembrei inevitavelmente de Clarice (1999, p.12) e da resistência de Alaska a “falar sobre seus sentimentos” nos fios que (des)costuraram suas narrativas:

Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar — uma palavra mais verdadeira poderia de eco em eco fazer desabar pelo despenhadeiro as minhas altas geleiras.

Raissa: *E como é que faz pra ser grande como o Alaska?*

Alaska: *Eu acho que você tem que não se prender nas coisas que deixam você mal, as coisas do passado, e vê que viver a vida é liberdade. Sem se privar muito [...]E eu acho que uma*

peessoa grande ela não tem medo do que ela é e do que as pessoas tão falando sobre ela. Porque ela sabe quem ela é.

(Breve silêncio)

Assim, termino esta análise desejando que Alaska possa continuar trilhando seus processos de identificação, protegendo-se dos preconceitos que engendram seus sofrimentos e que não viva reprivações de ambientes *facilitadores aquilombadores*. Ainda que “o modo de ser pequena, criança” dentro de Alaska tenha que congelar-se, defensivamente, para expandir, “ser grande”, Que ela siga, no entanto, sem muitos desabamentos gélidos e sentir o conforto quentinho que seu *princípio esperança* e suas *medanças?* podem lhe proporcionar.

Abaixo, o quadro síntese das narrativas de Alaska:

Quadro 4 - Tabela síntese das entrevistas com Alaska

NOME FICTÍCIO	PONTOS COLETIVOS DE DEESPERANÇA	PONTOS COLETIVOS DE ESPERANÇA	PONTOS SINGULARES DE (DES)ESPERANÇA
ALASKA	gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem; violência institucional	Presença de pessoa “salvadora” construção de nova família	depressão; ser médica; liberdade; judô e estudos

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

17 MEL EM: “AINDA HÁ ESPERANÇA PARA A ÁRVORE CORTADA!”

17.1 Seu processo de chegada

Conheci Mel através de uma indicação de uma profissional que me recebeu no Programa Novas Oportunidades. O Programa trabalha com jovens de 12 a 22 anos, residentes na Região Metropolitana do Recife, que são justamente egressos das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade da FUNASE. Ele existe desde 2015 no estado de Pernambuco e foi mais detalhado no capítulo sobre “jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas”.

Precisei contar com a ajuda do Programa, pois, as indicações de *outros jovens* que pedi para Ian, Frank, Catarina e Alaska não mais demonstraram interesse e/ou disponibilidade para a construção da Pesquisa. Assim, quando consegui entrar em contato com Mel, reacendeu-se em mim a esperança de conseguir concluir as entrevistas com as cinco pessoas interlocutoras, sendo pelo menos metade egressa do cumprimento de medida socioeducativa, e metade egressa do cumprimento de medida socioprotetiva. No entanto, foi grande a minha surpresa ao perceber que aquela entrevistada era, na verdade, egressa de ambas as medidas. Sobre o meu primeiro encontro com Mel, escrevi:

Hoje conheci uma jovem que pediu para ser chamada de Mel. Quando sugeri um primeiro horário para nos encontrarmos, Mel afirmou que não poderia pois tinha uma entrevista de emprego agendada. Ela me contou que já tinha trabalhado algumas vezes, mas que no momento, seu contrato do Jovem Aprendiz havia terminado e ela estava desempregada. Sua chegada foi um grande paradoxo: Mel tinha uma maneira de falar que transmitia uma espécie de autoconfiança.. Mas, ao mesmo tempo, pareceu estar num momento de certa fragilidade emocional, o que observei logo nas primeiras palavras embargadas, repletas de muito choro. Disse que quando via uma psicóloga, já dava logo vontade de chorar. Senti imediatamente o tamanho da responsabilidade por aquelas escutas, entendi que ali eu representava uma modalidade de cuidado muito importante para Mel. Ela disse, inclusive, que já pensou em estudar Psicologia, mas achava que era mais para entender os próprios problemas. Se denominou como uma menina briguenta que todos achavam que ia morrer muito cedo. Ou seja: alguém em que não se devia depositar esperança. Quanto mais Mel falava, mais eu me sentia indignada com as violências que ela tinha sofrido e, sobretudo, admirada pelo fato de ela ser, sem sombra de dúvidas, uma sobrevivente de uma política do abandono colonial capitalista.

Diário de campo, 07 de março de 2022

17.2 Referências biográficas: os marcadores de sua existência

Mel nasceu em Recife-PE e tem 21 anos. Foi criada pela sua avó materna e o marido da avó, junto com sua “irmã de criação” (sic). Sua mãe foi presa quando ela ainda era um bebê, tinha 08 meses de idade. Seu pai biológico, não o conheceu. Sabe, apenas, que ele já faleceu. Mel é a mais velha de três filhas que sua mãe teve, mas não mora com nenhuma de suas irmãs. Aos 12, ela foi levada para um abrigo, onde ficou até os 16 anos

Até onde sabia, a jovem afirmou que seus pais nunca chegaram a trabalhar, e Mel disse que isso fazia com que as coisas em casa fossem sempre “muito complicadas”(sic), pois “*nisso fui crescendo revoltada [...] Porque a situação era complicada bastante dentro de casa... eu preferia ficar no abrigo, que pelo menos no abrigo eu tinha o que comer.*” Além da falta de alimentos, Mel afirmou que, na sua casa, nunca sentiu que ninguém tinha qualquer preocupação ou cuidado com ela, além de que nunca havia se sentido compreendida pela sua família.

Durante toda a sua adolescência, Mel disse que sua mãe permaneceu presa, por ter “matado um homem”, o que fazia com que muita gente “tivesse medo dela”. Além do abrigo, Mel viveu por algum tempo no Centro de Atendimento Socioeducativa (CASE) devido à prática de atos infracionais. Disse não saber exatamente quantas “quedas” teve, “umas quatro, ou cinco” (sic), mas que o período em que viveu no abrigo foi alternado por uma permanência no CASE, em regime de semiliberdade, o que fez da jovem uma interlocutora egressa de ambos os tipos de medidas, a socioeducativa e a socioprotetiva.

Mel também explicou que as razões que a fizeram ser levada ao CASE, todas as vezes, estiveram ligadas às situações de conflitos no abrigo, devido a “surto de raiva” (sic) que ela tinha, no qual costumava “quebrar coisas” a sua volta. Há 05 anos, Mel voltou a morar com a sua avó. Contou que, apesar dos desentendimentos, já que “ninguém é de ferro” (sic), a convivência está melhor do que antes de ir para o abrigo. No entanto, como sua mãe tem vício em crack, isso já chegou a atrapalhar muitas vezes a organização financeira da casa.

Logo quando entrou na sala da entrevista, Mel afirmou: “*É tão diferente... e quando não sei, é uma sala quando... entro numa sala, com uma psicóloga já dá vontade de chorar (choro), não é nem de emoção não, tô falando nem tipo tanto que já aconteceu isso, é...eu nem sei dizer, já dá vontade de chorar*”. Escutei, nesse momento, que Mel ela estava me convidando para um acolhimento sensível. Ora, para que se inicie uma escuta clínica, ainda que não propriamente

dentro de um processo psicoterápico ou de análise, é necessário que seja feito um *pedido disponível* por parte do sujeito.

Com isso, se abre um espaço em que alguém que sofre se dirige a um outro (que também sofre) e lhe pede um apoio para lidar com seus tormentos (REIS, 2004). Desse modo, senti que Mel me ofereceu uma abertura também para o encaminhamento psicológico, o que, inclusive, vem sendo realizado através de um Serviço de Psicologia Aplicada de uma instituição privada do Recife.

Tabela 7 - Tabela com dados objetivos de Mel

NOME FICTÍCIO	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA	CLASSE	GÊNERO	SEXUALIDADE	RAÇA	TIPO DE MEDIDA
Mel	21 anos	Ensino Médio Completo	600 reais	Baixa renda	feminino	heterossexual	negra	Medida socioprotetiva (abrigo) Medida socioeducativa (CASEM: Semiliberdade)

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa

17.3 Pontos coletivos de desesperança: gênero/raça/sexualidade/classe; culpa; trauma; família de origem; violência institucional

Nas entrevistas com Mel, foram diversos os relatos de violências vivenciadas de nos seus processos de institucionalização, de maneira interligada, tanto no abrigo, como no CASE. Logo no início do primeiro encontro, me disse: *“As minhas idas para... para medida foi por conta do Abrigo, porque era mais coisas que aconteciam lá brigas, quebrava as coisas... surtava.... brigava lá dentro, aí era mais isso, era mais agressões. Tipo porque também a gente era bastante desmerecido”*.

Assim, resolvi mostrar a maior parte dos trechos dos relatos de Mel sobre violências sofridas nas instituições, pois me sentiria repetindo um silenciamento e/ou os “desmentidos” tão presentes e traumatizantes (FERENCZI, 1933) de sua história se não os incluísse aqui. Nas suas narrativas, ficou evidente o ciclo de diferentes privações (no sentido winnicottiano), através dos sentimentos de dor, inclusive física, abandono e de raiva como afetos intensamente presentes.

Do abrigo para o CASEM, do CASEM para o abrigo, Mel não conseguia exercer outra linguagem nos momentos de raiva, para além de uma série de atos que provocavam destruição, quebras dolorosas que certamente sentia dentro de si. Escutei como se algo se quebrasse

dolorosamente, numa certa constância, dentro de Mel, que vivia dentro de uma “camisa de força” da violência. Ela contou, inclusive, que sempre acabava, de algum modo, quebrando os celulares que conseguia. Além disso, que começou a vender drogas “*por conta de um liquidificador que eu quebrei*” (sic) e não tinha dinheiro para pagar. Disse que, por um tempo, trabalhava lá, onde “*era uma casa dentro da comunidade, aí muitas vezes a gente ia, lavava prato, lavava roupa*”.

Quando perguntei se ela sentia que tinha tido momentos de muitas quebras dentro dela, respondeu sobre o desejo de esquecer, demonstrando o quão difícil era emendar-se, ou seja, elaborar aqueles traumas psíquicos: *Bastante [...] Na verdade eu acho que antes eu queria esquecer. E a gente não pode esquecer. Porque depois quando as lembranças vem, a gente tem que curar [...] (choro)*. Como afirma Kilomba (2019), esse “imediatismo” no qual o passado ferido se torna a ferida presente é outra característica do trauma clássico.

Mel construiu, assim, um modo “delinquente” de provocar “fraturas na colonialidade” (LUGONES, 2014); era o seu modo de esperar. Afinal, como vimos em Winnicott (1987), há uma intimidade na relação entre privação (de acolhimento, de narrativas simbolizadoras e valorativas de forma positiva sobre sua existência) e delinquência. Confesso que os relatos de Mel me afetaram, em especial, não por acaso, de um certo modo *raivoso*, principalmente, durante a primeira entrevista.

Mel: *[...] “quando alguém tinha um ataque de raiva, quebrava alguma coisa, eu mesmo já quebrei muitas vezes, pra não bater nas pessoas eu ficava estressada, eu jogava as coisas e isso consecutivamente todo mundo fazia. É... muitas vezes em vez de uma chegar e conversar, falava “quebra, porque eu vou pra minha casa e na minha casa vai ter. Eu vou sentar lá no meu sofá, eu vou assistir na minha televisão e quem ia ficar aí com as coisas quebradas são vocês” Elas falavam e tipo... eu achava que pra trabalhar num abrigo a pessoa tinha que ter um preparo psicológico porque tá lidando com crianças e adolescentes que tem problemas [...] Mas se eu falasse, “vai tomar naquele canto” ela dizia: “Vai você”.*

Para analisar esse e outros trechos das entrevistas com Mel, é preciso termos em mente que a agressão pode ser derivada do medo. Afinal, para Winnicott (1987, p.89): “amor e ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas. Mas amor e ódio envolvem agressividade. E a agressão pode ser um sintoma de medo”.

Acredito que esse modo defensivo que Mel denominou como “surto” parece que surgia quando desejava quebrar as situações que ameaçavam sua dignidade, sua sobrevivência. Mais uma vez, vemos uma construção de uma identidade “delinquente” esperando pela não privação entre jovens egressos de institucionalizações.

Vale a pena lembrar que a “delinquência”, para Winnicott (2011) também pode ser um sinal, *um S.O.S feito de esperança*, em que o ambiente torna-se constantemente testado pelo sujeito privado. “A sua tendência destrutiva testará o ambiente repetidamente em sua capacidade para suportar a agressão, impedir ou reparar a destruição, tolerar o incômodo... Em suma: sobreviver”, resume Rosana Onocko Campos (2018, p.1093).

Mel resumiu suas punições como ligadas às infrações justificadas como “*danos ao patrimônio público*”. Pensei em quantos inúmeros danos o poder público, constituindo as condições insuficientes para sua própria sobrevivência e para família poder aquilombá-la, lhe foram atirados.

Afinal, como ela mesma disse algumas vezes durante as entrevistas, seu destino era frequentemente previsto de acordo com o que viam, nela, aquilo que era de sua mãe, como o envolvimento com o tráfico de drogas e o presídio. Podemos observar isso nos seguintes trechos: “[...]muitas pessoas diziam que eu **ia morrer nova** e tudo foi um processo, pessoas dizendo que eu ia morrer”; “**Briga, vai! Mostra que tu é filha de não sei quem. O povo sempre brincava assim**”. Sobre sua entrada para o tráfico: “**Assim.... era o que tava mais perto de mim, eu acho que é mais pelo espelho, porque minha mãe é, o povo falava “olha, tu parece com tua mãe” sempre tentando comparar[...]”**

Sabemos que há um perigo, constituído através do poder que tem um discurso, ao produzir marcas inconscientes em que tanto a alienação como a identificação na família podem ser produzidos, no sujeito, por toda a vida (PERNAMBUCO, 2005). Mel tinha medo de ser como sua mãe, e, ao mesmo tempo, precisava, literalmente, **brigar** para filiar-se a ela. No entanto, percebia que sempre “perdia” as disputas de poder: “[...]é, **quem não tem voz, aí aguenta, como... hum, eu não podia fazer minha palavra ser mais do que a deles né [...] aí sempre saía a história sempre saía do jeito que eles contavam.**

A jovem tinha consciência dos seus direitos, mas também da presença das injustiças e desigualdades que impediam que fossem respeitados. Considerei imensamente importante que, naquele momento, alguém pôde escutar a versão de Mel, por Mel, *incluindo ela mesma*, diferenciando-se da identidade de sua mãe, do jeito que **ela própria** contava.

Assim, sendo o medo um afeto político (SAFATLE, 2015), a referência de uma vida precarizada, repleta de perdas, assustava Mel, fazendo-lhe pensar que seu futuro desesperançoso já estava traçado: “**eu vou ser assim**”, disse, quando pensava sobre sua mãe no presídio. Esse afeto político tende, assim, a construir, com muita perversidade, imagens de corpos “paranóicos” (SAFATLE, 2015), acrescento, tidos como “surtados”, como o de Mel. Afinal, o colonialismo é a política do medo, criando corpos desviantes dos quais devemos nos

proteger (KILOMBA, 2019); como, por exemplo, corpos de pessoas jovens, negras, pobres, institucionalizados, assim como o dela e de outras mulheres.

Lembro, aqui, das considerações de Vasleka Zanello, Gabriela Fiuza e Humberto Costa (2015), que discutem a psicopatologização feminina, ao afirmar que, para um comportamento ser considerado agressivo ou não, não existe um “agressivômetro”, de modo que o nível de tolerância é muito mais baixo para comportamentos mais sexualizados ou agressivos dentre as mulheres, compreendidos como sintomas de uma loucura/patologia.

Assim, Mel via como os profissionais do Abrigo a ameaçavam e perpetuavam a linguagem da hostilidade, ou seja, como as práticas institucionais reiteravam os lugares de subalternização das meninas jovens negras. Afinal, eram “eles”, e não “ela”, quem tinham as palavras validadas. **O** diretor, e não **a** diretora do abrigo. Eram “**os guardas**” e não “**as guardas**” quem entravam no abrigo para puni-las. Estamos, aqui, justamente nos domínios da sujeição dos grupos de colonizadas, já que as elevar à categoria de “seres humanos” não foi e nem é uma meta colonial (LUGONES, 2014), como podemos observar no relato abaixo:

Mel: [...] *Os guardas entravam, agrediam a gente, era choque, isso tudo acontecia no abrigo, era uma desordem, mas ninguém via não, porque só via que eram as meninas que quebravam, só viam que eram as meninas que não tinham, mas ninguém via no tratamento, como tava sendo tratada não. [..]já cheguei a fazer denúncia, na DPCA aí embaixo, porque já deram choque eu fiquei roxa, deram choque no meu pescoço e era sempre balela, sempre cobria[...] mas por conta de uma parede pintada, que não foi eu que pinte, passei quase um ano e seis meses na cadeia rodando. Porque a juíza não acreditou na minha palavra, acreditou na palavra do diretor.*

Os traumas em Mel foram, literal e simbolicamente, causados por ferimentos extremamente invasivos, com armas das quais não tinha como se proteger. O *choque* simbólico próprio do trauma psíquico (KILOMBA, 2019) se inscreveu da forma mais crua e violenta possível. Vemos, assim, mais uma série de violação de direitos da infância e da juventude da forma mais basilar, que é o respeito à integridade física da pessoa (ECA, 1990). Entendo que é como se as instituições, “de repente se tornam sinhás/senhores simbólicas e as (jovens) negras, através do insulto e da humilhação, tornam-se escravizados figurativos (KILOMBA, 2019, p.157)”. Nosso diálogo continuou:

Raissa: *Uma parede pintada?*

Mel: *Uma parede pintada, porque pintaram, aí minha colega com raiva pegou a tinta e “você pintou e tchã” na parede[...] pronto....*

Raissa: *Aí pintaram você de culpada, né?*

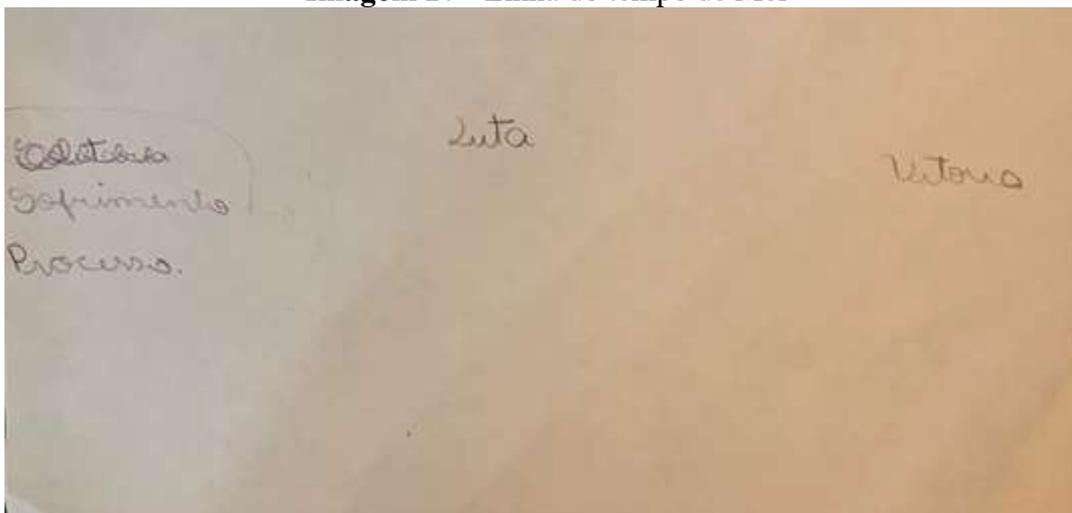
Mel: *Nessa hora quando chegou os guardas “Leva as duas” eu não tive nem o que dizer, [...] [...] e foi decepcionante pra mim, no lugar que era pra eu me sentir abrigada, colhida e protegida, eu acredito assim, quando se tira do lar, uma criança do lar que não tá sendo protegido era pra levar pra um lugar que a criança ia se sentir protegida, acolhida e não mais humilhada do que dentro da própria casa. Porque praticamente a gente vivia uma vida de humilhação praticamente. Em tantas casas de abrigo tinha doação, as pessoas davam, a gente não tinha doação [...]*

A doação de que falava Mel parecia além das coisas materiais, o que alimentava as vivências de humilhação, pois se referiu várias vezes como se sentia “solta” no abrigo. Afirmou não sentir isso como liberdade, mas como uma negligência em relação a ela e as meninas que “entravam e saíam a hora que quisessem”. Aqui, acredito ser possível retomar a nossa tese que considera o ambiente colonial como promovedor de abandonos subjetivos, principal causa para a compressão do esperar apontada pelos jovens interlocutores desta Pesquisa, egressos de processos de institucionalizações.

Sem holding, ou seja, sem a segurança nem física e nem afetivo-simbólica, “solta”, a impressão era que Mel se sentia despencando onde não havia fundo: “por sofrimento, entendo um estado de confusão, de desintegração [...] um cair para sempre, uma perda de contato com o corpo, uma desorientação completa e outros estados dessa natureza” (WINNICOTT, 2011, p.90).

Desse modo, já que falávamos, eu e Mel, de pintura, decidi incluir aí o momento para que ela desenhasse sua linha do tempo, desta vez, delimitando-a num ambiente em que parecia sentir alguma confiabilidade. Quem sabe, assim, *sentia-se menos como pintada e mais como pintando sua própria história*. Eis o que Mel produziu para representar seu passado: sofrimento e luta (Sobre o presente, no qual representou “luta” e o futuro, para o qual escolheu a palavra “vitória”, discutimos na seção de “pontos coletivos de esperança” e pontos singulares de (des)esperança”).

Imagem 27 - Linha do tempo de Mel



Fonte: elaboração da interlocutora

Como sabemos, raça, classe, gênero e sexualidade não são “distintos reinos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si, nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como as peças de um lego” (MCCKLINTOCK, 2010, p.19). Assim como os demais interlocutores, Mel afirmou nunca ter sofrido racismo: [...] ***eu nunca sofri problemas raciais, assim... por conta da minha cor, nem do meu gênero não, porque eu sempre fui bem resolvida no caso do gênero. [...] Não, não racismo sobre minha cor, mas preconceito de onde eu vim, pelo meu jeito.***

Raissa: *Como é seu jeito?*

Mel: *Como era meu jeito, né?*

Raissa: *Como era o seu jeito?*

Mel: ***Eu era muito brigona[...]meu rosto já intimidava as pessoas de longe, já era minha barreira, não venha falar comigo, na minha cabeça já tinha assim escrito... não fale comigo.***

Raissa: *Era uma defesa mesmo, era uma defesa que você encontrou pra lidar com tudo isso.*

Mel: ***Porque eu acreditava que eu não falando com aquelas pessoas, eu não iria ofender elas, eu preferia não falar porque tudo na maioria das vezes, tudo que eu falava virava contra mim [...]***

A negação do racismo e das violências de gênero, ambas estruturais, faziam com que Mel praticamente culpasse, apenas a si mesma, por tudo que sofria. O problema “**era**” o seu jeito, enfatizando, inclusive, o verbo no passado, para demonstrar que tinha “mudado”, o que deve ter escutado que deveria fazer, muitas vezes, algo típico do discurso capitalístico neoliberal: só depende de você (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

A mudança precisaria vir dela, e somente dela. No entanto, apesar de ter se autoreferido, ora com a palavra “parda”, ora com a palavra “morena”, Mel me contava assim aspectos de sua vida e da vida de meninas, sobretudo negras e pobres, que tiveram suas vidas invadidas por uma suposta tentativa protetora de institucionalização do nosso Estado colonizador. Afinal, como vimos nas narrativas de Catarina, Frank e Alaska, as razões históricas para adotar esses termos se combinam com “[...]o princípio da superioridade racial; em primeiro lugar, “raça pura” ou “manutenção da pureza de seu sangue” que dá à palavra ‘morena/parda’ o seu significado (KILOMBA, 2019, p.149).

Assim, Mel falou como se sentisse uma certa repugnância e, também, culpa por alguns pontos desesperançadores da sua história, mais especificamente ligados às questões de classe e sexualidade que foram vivenciados no seu corpo de menina cisheterossexual negra. Sobre os episódios de sua “agressividade”, por exemplo, afirmou que sabia que “*o jeito que eu reagia era errado!*”. Além disso, quando lhe perguntei sobre como era a vida no abrigo, me respondeu também que:

“[...]era muito suja as meninas se prostituíam... as meninas usavam drogas.... era bem pesado. Graças a Deus eu nunca cheguei a me prostituir não. Mas eu já usei drogas e foi horrível [...]. Tipo, tinha menina que não tinha mãe, não tinha pai, não tinha um creme para botar no cabelo e era complicado porque eles não davam e em meio a isso as meninas iam praticamente para a porta do abrigo se prostituir. Eu agradeço muito a Deus que eu nunca precisei passar por isso. E tipo não reclamar porque... no meio de tudo que aconteceu de ruim assim, em minha vida, para mim é só um suporte [...]aí (quando foi para o CASE da última vez) todo mundo ficou revoltado porque tava vendo que eu tava querendo mudar [...]até com a minha mãe eu tava tentando deixar essa raiva de lado, eu ia visitar ela[...]

Mais uma vez, assim como na história dos demais interlocutores, vemos como “o discurso do poder é um discurso mobilizador de culpa” (SCLIAR, 2007, p.183) Infelizmente, há uma relação histórica entre violências sexuais sofridas por mulheres negras e culpabilização (GONZALES, 1984), através da qual percebemos, ainda, a marca das mulheres ocupando uma posição de objeto e não de sujeitos sexuais (RUBIN, 1993).

No caso do abrigo, é bem importante lembrar que só vivem meninas menores de 18 anos. De acordo com a lei, essas meninas não estariam se prostituindo, mas “sendo prostituídas”, já que seus “consentimentos” não são considerados válidos. Mel denunciava, assim, atividades que caracterizariam o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes combatidos pelo Código Penal (artigos nº 228 e 229) e pelo ECA (1990). Afinal, tais explorações sexuais se ligam diretamente às desigualdades geracionais, de raça e de gênero,

uma vez que as condições de escolha dentro do abrigo são extremamente limitadas pela própria precarização contínua dessas existências juvenis.

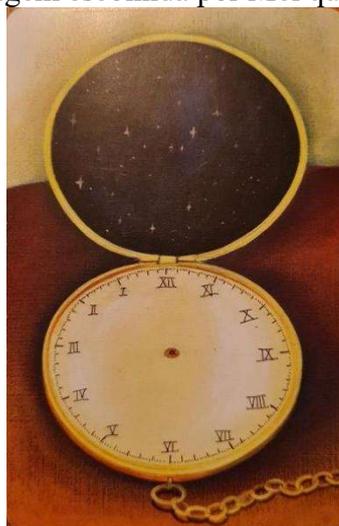
Assim, como ressalta Richard Parker (1991), os sistemas de gênero e sexualidade articulam um repertório de práticas sexuais em que algumas são consideradas como aceitáveis, outras como proibidas. Para Mel, aquela era uma prática que considerava degradante e que feria seu código moral. Culpada, sentia que não tinha nem o direito de reclamar, afinal, considerava que as meninas que “se prostituíam” estavam em uma “situação pior que a sua”.

Diante disso, onde fica o desejo dessas jovens, muitas vezes, assujeitadas sexualmente? Como encontrar o exercício de uma ética do cuidado (FIGUEIREDO,2007) com as meninas trafegadas de dentro do (des)abrigo, transformadas em formas de “carnes de mulher” (RUBIN, 1993)? Ou seja: como encontrar pontos de esperança, de alguma doçura, nesses contextos tão amargos narrados por Mel? Essas foram algumas de minhas inquietações, para as quais não tive exatamente respostas. Porém, tive pistas esperançosas através do uso das imagens escolhidas por Mel, comentadas a seguir.

17.4 Pontos de esperança coletivos uma presença de alguém ‘salvador’; construção de nova família

Sobre os pontos de esperança nas narrativas de Mel, as cartas do jogo Dixit funcionaram como importantes disparadores de narrativas. Assim, a primeira carta escolhida por Mel que lembrava esperança foi a carta abaixo:

Imagem 28 - Primeira imagem escolhida por Mel que lembrava “esperança”



Fonte: Jogo Dixit

Sobre a imagem, afirmou: *Pra mim significa que, independente do tempo, sempre há esperança, independente de qual idade, quanto tempo possa passar, a gente sempre possa conseguir algo que a gente tem desejo. Tipo, no do relógio eu pensei nos meus estudos, porque era bem complicado, eu não gostava de estudar não e o tempo ia passando[...] É... eu não terminei com 20 anos né, porque o tempo não deu[...]*

Raissa: *Foi o tempo possível pra você, né?*

Mel: *Eu me programei naquele tempo pra alcançar meu objetivo que era a esperança de terminar meus ‘estudo’ pra poder conseguir um emprego melhor...eu penso em vencer, ajudar minha família, dar uma vida melhor.*

Mel considerava o fato de ser a única pessoa da sua família a ter terminado o Ensino Médio uma fonte de esperança, um “incentivo” para os menores. Apesar da sensação de atraso, ela contou que, através de algumas ajudas, sustentou o seu *princípio esperança*. Mais especificamente, ela se referiu a uma ex-chefe como grande fonte de apoio (ou “pessoa salvadora” como vimos nas entrevistas com *os demais interlocutores*): “Eu nunca tive apoio de ninguém de “tu vai conseguir” Nunca, nunca, eu tive mais da minha ex-chefe do que de dentro de casa [...] Sempre foi uma pessoa que me incentivou muito, foi minha primeira chefe [...]

Raissa: *Ela te deu esperança?*

Mel: *Bastante, bastante...Ela me pegou, eu era muito mal, eu tinha muitos pensamentos tipo de morte mesmo doutora, de me matar, de tirar minha vida que tanto faz pra qualquer pessoa*

*e ela chegava, conversava, ela me conhecia, se eu comesse ou não: “Tu se alimentou Mel.?” Ela dava pra mim, “tu não comeu não, vai comer”, falava, era **uma pessoa que se preocupava. Nunca tive essa preocupação, ninguém, nunca teve.***

Raissa: *Ela tinha um cuidado com você que você nunca tinha experimentado.*

Mel: *Verdade (choro).*

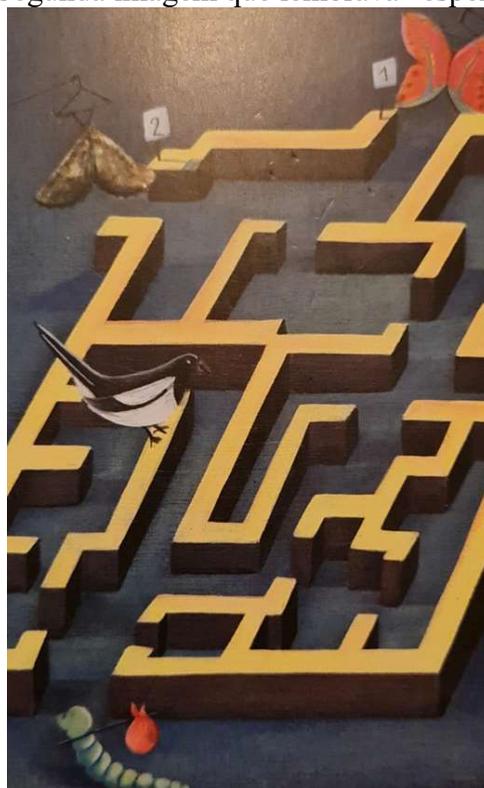
Raissa: *As lágrimas fazem parte dessa lembrança, não é?*

Mel: *É, e eu nunca... eu achava diferente porque uma pessoa que nunca tinha me conhecido, que quando me pegou, **já me pegou cheia de trauma**, conseguia me entender tão bem que nenhuma pessoa que passou a vida toda comigo, que me criou **não conseguia me entender.***

Assim, vemos como o tempo do esperar não é linear, ou seja, como esse tempo do “ainda não” (ROCHA, 2007), no caso de Mel, combinou o passado de perda da escolarização da sua família, a conquista orgulhosa de concluir o Ensino Médio do seu presente através do incentivo de sua ex-chefe, e uma maior confiança num futuro com mais qualidade de vida através da conquista de um “emprego melhor”. Nesse sentido, me chamou muito a atenção o fato de conquistar isso e querer “devolver” para sua família os frutos do seu estudo. Ou seja, assim como os demais interlocutores, Mel gostaria, desse modo, de construir uma “nova família”.

Curioso é que a outra carta que Mel escolheu para representar esperança foi uma carta que mostrava um labirinto. Interpretou que as paredes do labirinto eram as barreiras que enfrentou, como a família e os muros do CASE e do abrigo. Ou seja, falou das barreiras do seu caminho e da dificuldade e medo de terminar algo que começasse. Mas que, apesar disso, sentia que “havia uma saída”, por mais “perdida” que pudesse se sentir. Mel narrou, assim, suas *medanças?* que sobreviviam se movendo, mesmo dentro dos mais complexos caminhos. Foi particularmente interessante notar, então, que, apesar do pedido ter sido o de escolher uma carta que lembrasse “esperança”, Mel narrou muitos dos episódios mais desesperançosos, o que nos mostra também uma ligação (no mínimo, ambivalente, assim como são os afetos) entre esperança/desperança.

Imagem 29 - Segunda imagem que lembrava “esperança” para Mel



Fonte: Jogo Dixit

17.5 Pontos de (des)esperanças singulares: ser empreendedora; ideiação suicida

Assim como fizemos com as análises das entrevistas das outras pessoas jovens, resolvi colocar nos “**pontos singulares de esperança e desesperança**” tanto as questões referentes à profissionalização, quanto aos referentes aos sofrimentos patologizáveis. Dessa forma, sobre seus sofrimentos mais íntimos, Mel trouxe que, nos seus piores momentos: “[...] *tinha muitos pensamentos tipo de morte mesmo[...] de me matar, de tirar minha vida que tanto faz pra qualquer pessoa*”.

Tais momentos parecem se assemelhar aos que consideramos como de “desesperança congênita” (WINNICOTT, 1958), ou seja, aqueles em que não há simbolização sobre o quê *é preciso matar para nascer outras formas de existir*, além do real da destruição do próprio corpo, da própria vida. Mel não sentia mais que podia formar fantasias de desejo, como é típico da desesperança congênita (FIGUEIREDO, 2008). Parecia ter sido tomada por estados predominantes de agressividade e melancolia, que é oriunda justamente de uma perda inconsciente não simbolizada (PERES, 2010).

No entanto, contou que a sua ex-chefe, mais uma vez, proporcionou o “germe do esperar” que nasceu junto de questões também ligadas à profissionalização. Sobre isso, Mel

comentou que gostava da ideia de trabalhar com informática, que já tinha trabalhado em restaurante, como atendente, e em outras empresas através do Programa Jovem Aprendiz. Mas o que mais desejava mesmo era empreender o seu negócio de produção de artigos personalizados para festa.

Ela contou que sente que tem muito “jeito” para esse tipo de negócio, pois aprendeu tudo no youtube a confeccionar: *Começando a investir mais agora é [...] para fazer algo mais arrumado. Tipo mais online, eu quero fazer como um **catálogo com as peças...** que as pessoas possam selecionar o modelo uma cor, é [...], algo mais diferente, **não fazer um monte de peça deixar um monte de peça acumulada.***

Pareceu que aqui Mel estava falando justamente sobre um encaixe também dentro de si, necessário para voltar a esperar, talvez, sem mais precisar quebrar(-se) tanto. Colocando cada peça no seu lugar, cada palavra em algum lugar sobre sua história, repleta de mortes e também de vida, Mel pode arrumar em capítulos suas (des)esperanças, separar-se do discurso sobre sua morte precoce e identificação com a história violenta de sua mãe para, enfim, usufruir de seus direitos e reencontrar seus desejos.

17.6 (Des)enquadrando e bordeando a história de Mel

No segundo dia da entrevista, entreguei a história em quadrinhos abaixo para Mel:

Imagem 30 - História em quadrinhos de Mel



Fonte: elaboração própria e Ilustra Sob medida

(Texto dos quadrinhos: Era uma vez uma MELnina que ninguém achava que poderia viver muito. Como ela gostava muito de viver, isso a deixava muito MELdrosa, e, ao mesmo tempo, furiosa. Aos poucos, ela foi aprendendo outras coisas além do medo e da raiva. Foi quando ela finalmente percebeu que a MELnina MELdrosa poderia se lambuzar e oferecer o seu próprio MEL para ter uma vida muito mais gostosa!)

Assim, baseada no método *psicanalítico-contracolonial-feminista*, me guiei através da escuta dos pontos de esperança (coletivos e singulares) das narrativas de Mel. No primeiro quadrinho, procurei propor uma ilustração das dificuldades que narrou ligadas a sua sobrevivência em meio a tantos descréditos, morbidez e falta de perspectiva de um reconhecimento subjetivo. No segundo, tentei inter-inventar demonstrando que aquela raiva toda que sentia poderia ser resultante do medo que tinha dentro de si; quem sabe isso poderia apaziguar mais suas culpas e promover mais o seu esperar? Afinal, a sua forma de defesa havia sido, boa parte da sua vida, construída dentro da única linguagem que pensava dominar: a das quebras violentas.

A ideia de Mel, que repetiu tantas vezes, ser uma mulher raivosa, agressiva, “surtada” foi, assim, tensionada no terceiro quadrinho, quando a própria ilustração já remete a ideia de uma grande sensibilidade para o trabalho artístico. Tentamos, eu e a ilustradora, simularmos um “ateliê” que fosse de Mel. Sobre o último quadrinho, fiz uso de uma metáfora com o objetivo de, como sugere Rosenfeld (1998), promover a circulação do afeto, a ressignificação. Assim, brinquei com o próprio nome fictício escolhido pela jovem, Mel. Isso porque, sabemos, o mel não é só doce, como tem propriedades curativas, anti-inflamatórias.

O nome fictício foi também partido num jogo de palavras chistoso, no qual há uma condensação de palavras com o objetivo de suavizar o que deseja ser afirmado. Para Freud, quanto mais leve for a modificação da palavra, melhor será o chiste (1950), o que parece ter produzido algum efeito nela, pois afirmou:

Mel: *Achei bem eu (Risos)*

Raissa: *Tem a ver com você? Quais foram as partes que te chamaram mais atenção?*

Mel: *Essa que fala “como eu não gostava muito de viver se deixava muito MELdrosa e furiosa ao mesmo tempo. E eu era muito furiosa, nunca gostava de escutar ninguém, era sempre minha opinião que eu colocava e tinha que impor e tinha que ser porque se não fosse, tinha que ser. Eu era muito assim... Eu amei essa parte.*

Raissa: *Desses momentos que tão aí, quais que cê acha que sentiu mais esperança?*

Mel: *Esse do meu crochê, sabe por quê [...]?* **Porque eu acordei pensando nisso.** *Em fazer meu negócio!*

Mel contou assim que participar da pesquisa tinha ajudado ela a resgatar seus planos e desejos para o futuro, o que foi muito gratificante de escutar. Sobre sua força e modo inflamado pelo esperar, a reconheci numa letra de uma canção, através de um texto de Vergès (2021), que é de Vivir Quintana, compositora e cantora mexicana. Lembrei-me de Mel, suas quebras que pediam amor, labirintos e emendas: “*Que tremam o Estado, os céus e as ruas; que tremam os juízes e toda a justiça; hoje as mulheres perderam a calma [...] E a Terra treme até as entranhas; diante de nossos gritos de amor!*”

18 NARRATIVAS SOBRE (DES)ESPERANÇA ENTRE PESSOAS JOVENS CIS EGRESSAS DE INSTITUCIONALIZAÇÕES: UMA SÍNTESE

Escutar as narrativas sobre (des)esperança de pessoas jovens cis egressas de institucionalizações foi uma tarefa difícil, dolorosa, mas, ao mesmo tempo, muito potente. Primeiramente, referente ao objetivo de observar a potência do método *clínico contracolonial feminista*, gostaria de destacar como, em diversos momentos, percebi como Ian, Frank, Catarina, Alaska e Mel falaram sobre possíveis efeitos esperançadores de uma presença em forma de escuta clínica e analítica.

Isso só demonstra o quanto a Psicologia e, em especial, a Psicanálise precisam avançar junto com políticas públicas que garantam o acesso à modalidade também “individual” de trabalho psíquico. Em especial, trabalhar na garantia contracolonial dessa oferta como uma possibilidade de cuidado para pessoas jovens institucionalizadas ou egressas de institucionalização.

Afirmar “individual” propositalmente, pois aqui partimos da concepção de que há uma interdependência entre o individual e o grupal nas formações inconscientes e do sofrimento psíquico. Isso significa dizer que quando escuto, por exemplo, Ian, estou inter-inventando, necessariamente, com várias (re)existências. Ou seja: a Psicanálise é uma atividade política e precisamos mudar, no entanto, algo sobre a política da Psicanálise, embora seja necessário, também, reconhecer os esforços rumo a sua democratização no país nos últimos tempos. Nesse sentido, confesso que também fiquei me perguntando, após olhar para todo esse volume de material construído com as entrevistas: “mas o que foi isso que fizemos, afinal?”

Apesar de não ter sido conscientemente meu ponto de partida, considero que, de repente, o que aconteceu nessas entrevistas tenha se assemelhado ao que Winnicott (1965, p.261) chamou de “consultas terapêuticas”. Sobre isso, afirma que “A diferença entre a psicanálise e as consultas terapêuticas é [...] que, na primeira, tenta-se ter a oportunidade de fazer tanto quanto possível [...], enquanto que na última pergunto-me: qual é o mínimo que se precisa fazer?”

O mínimo. Foi isso que entendi que eu pude fazer. O mínimo de acolhimento, o mínimo de autorização para seus sofrimentos, o mínimo de nomeação emocional, o “mínimo” de interesse por suas histórias, o mínimo de tensionamentos considerados suportáveis naqueles encontros. Já que tínhamos uma grande limitação de tempo e também delimitação temática, obviamente não se construiu ali propriamente uma análise, mas uma atividade analítica, sem dúvida. Numa ótima síntese sobre as consultas terapêuticas, afirma Lescovar (2004, p. 45):

As consultas terapêuticas, ou a exploração integral das primeiras entrevistas psicológicas, representam uma nova possibilidade de avaliação, intervenção e ajuda psicológica, em que o encontro analítico se respalda basicamente numa *comunicação significativa* entre os membros do encontro. Tal possibilidade surge exatamente pelo caráter peculiar que marca o momento de pedido de ajuda do paciente, que espera encontrar, na comunicação com o psicoterapeuta, o objeto necessitado para a superação de sua dificuldade e, conseqüentemente, a retomada de seu processo de amadurecimento. A brevidade (variando aproximadamente de uma a três sessões) torna-se possível graças ao elemento norteador do trabalho terapêutico, segundo a clínica winnicottiana [...] que exigem um outro ser humano para cumprir-se.

Há autores que assemelhem essa prática mais pontual de escuta a de um “Plantão Psicológico”, para o qual (embora haja conexão) devido ao embasamento fenomenológico, me sinto ainda menos autorizada a me aproximar. Desde já, o próprio processo de chegada (não exatamente espontânea) das pessoas jovens para a escuta já seria distante de um serviço tradicional de plantão. Assim, embora as consultas terapêuticas também partam do princípio de um pedido de ajuda, considere que Ian, Catarina, Frank, Alaska e Mel não me buscaram para a primeira entrevista, mas, ao longo dela, pareceram realizar essa abertura que “pedia”, ao menos, algum tipo de apoio emocional.

Em relação ao objetivo de estudar as relações do cumprimento medidas socioeducativas e socioprotetivas com a esperança, foi difícil escutar como esses momentos foram relatados, sobretudo, como violentos e desesperaçadores. Embora existam relações de ambivalência também muito presentes com os processos de institucionalização, como nos casos de Alaska e Frank, noto que foram justamente os casos em que se tratam das permanências mais longas em instituições, ou seja, de jovens que foram mais limitados nos seus processos de construções de vínculos para além dos abrigos.

Ainda sobre a questão do tempo de permanência nas instituições, resalto como foi gritante a diferença entre o que estipula a legislação, sobre a permanência de 18 meses, e a grande quantidade de anos que, por exemplo, Alaska, Catarina, Frank e Mel passaram nos abrigos. Ou seja, em nenhum caso, foi possível que o abrigo fosse compreendido ou tivesse a função de uma medida provisória. Ao contrário, deixou efeitos permanentes, muitas vezes, como vimos, traumáticos, compressores do esperar. Além disso, outro dado em comum foi a maior permanência no tempo escolar, caracterizando dificuldades mais duradouras nesse processo educacional.

Sobre a relação entre o tempo de institucionalização e as confusões violentas entre adultos e crianças, relembro Ferenczi e sua metáfora sobre as frutas e seu processo de amadurecimento: “Pensa-se nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando

o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado” (FERENCZI, 1933/1992, p. 104).

O quão apressado foram, nas trajetórias dessas pessoas, seus processos de amadurecimento devido, justamente aos graves machucados sofridos? O quão invasivos foram determinados episódios na vida de Catarina, que se viu “forçada a ser mulher ainda criança”? De Ian, que se viu perseguido pelo Estado? De Frank, que se viu, tantas vezes, “jogado no lixo”? De Alaska, com quem se prometeu o que não se podia garantir? De Mel, “quebrando-se” dentro de uma “camisa de força?”

Felizmente, o esperar é um princípio que se manifesta através de um tipo de afetação atemporal. Isso demonstrou que, em geral, apesar dos processos de institucionalização, foi possível encontrar os “germes da esperança”, momentos de *medanças*? resgatados pelas vivências juvenis.

Segundo o grupo de interlocutores, isso foi possível devido às presenças de pessoas ligadas a uma ideia de salvação, consideradas indispensáveis para essas “viradas”. Essas pessoas foram educadoras, em dois casos (Ian e Alaska), uma ex-chefe, no caso de Mel, um relacionamento amoroso, no caso de Catarina. No caso de Frank, foi através de uma amiga numa situação difícil que ele pôde se ver nesse lugar de “salvador”.

Ou seja, o encontro com um olhar esperançador, um olhar de aposta simbolizadora e reconhecimento subjetivo é o que faz circular a crença no poder para dominar os perigos de suas existências e, portanto, o movimento: novos modos de esperar. Essa presença foi considerada indispensável nos momentos denominados de “depressão”- considerados aqui, paradoxalmente, também como sinais de esperança, de acordo com Winnicott (2011)- por alguns jovens, como Alaska e Frank.

Assim, tudo isso também foi possível graças à construção imaginária que alimentava o desejo por novas famílias, o que parece permitir que abandonassem, ao menos em parte, as narrativas de abandono que sentiam ter sofrido desse tipo específico de amostra de sociedade que é, também, a família (WINNICOTT, 2011).

Acredito que a ideia de construir uma nova família é justamente uma tentativa de reparar os momentos de desintegração emocional sofridos e se redirecionar para a continuidade do seu processo maturacional. Os relatos sobre suas famílias de origem, demonstram, em todos os casos, a pobreza econômica e uma grande precarização do cuidado de forma geral. Famílias abandonadas pelo Estado, colonizadas e exploradas, que, por essas e outras razões, não puderam cuidar de sua saúde e quebrar o ciclo de privações que possivelmente também sofreram.

Sobre a família de origem, nos chamou a atenção a ausência paterna (Catarina e Mel não chegaram a conhecê-los, Frank perdeu seu pai muito cedo) na maior parte dos relatos. Entendemos essa questão como mais um componente ligado às dinâmicas de gênero que afetam as condições para o (des)esperançar. Aqui, mais especificamente, nos referimos às produções de masculinidades nas famílias mais pobres, que, literal ou simbolicamente, acabam matando a paternidade com mais facilidade. Sobre essas “ausências”, afirma Camila Fernandes (2020):

Trata-se de interrogar acerca do processo social e invisível que fornece condições para que um pai que não assume suas obrigações seja pensado como, de fato, uma parte “fora da família”, desimplicado do circuito de cuidado. É importante marcar o descompromisso masculino como algo “dentro” das relações de parentalidade e interdependência, ainda que sua posição seja também marcada como imaterial e desencarnada.

Assim, sobre as famílias de origem das pessoas entrevistadas, compreendemos, de modo geral, que não puderam, de modo geral, constituir o tão indispensável ambiente *facilitador aquilombador* para o esperançar. Afinal, são famílias diretamente que tiveram suas dificuldades envolvidas nos processos de desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza (e, acrescento, da negritude), como discutem Maria Lívia Nascimento, Fabiana Cunha e Laila Vicente (2007).

Além da ausência paterna, por outro lado, marcaram as narrativas: a presença de uma pessoa “salvadora”, a construção de uma nova família, o papel da profissionalização, ou seja, ofertas de mais identidades. Inclusive, com exceção de Frank, observamos como as identidades de enfermeira, policial, empreendedora e médica catalisaram investimentos esperançosos.

Sobre o objetivo em que pretendemos estudar como as desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade entre tais jovens poderiam marcar as narrativas sobre (des)esperança, percebemos que as heranças dos processos de colonização, sobretudo, do ponto de vista dos impactos subjetivos. Nenhuma pessoa interlocutora reconheceu ter sofrido episódios de racismo e/ou se reconheceu como negra, embora todas tenham projetado episódios de racismo acontecendo a sua volta.

Foi notório o quanto era difícil não internalizar a pessoa branca agressora, ou ainda abrir mão da ideia de um racismo biológico e assumi-lo, finalmente, como discursivo (KILOMBA, 2019). Pareceu mesmo da ordem da negação esse luto não elaborado pelo ideal violento de brancura, e considerei como grave fonte inconsciente e traumática de desesperança.

As condições extremamente desfavorecidas de classe já foram mais facilmente reconhecidas entre as pessoas entrevistadas, assim como algumas desigualdades ligadas às

relações de gênero e sexualidade, mais especificamente as situações de abuso sexual dentro e fora das instituições. Ainda que com certa timidez, considere que o reconhecimento dessas assimetrias pôde favorecer uma esperança crítica, aquela que mobiliza para a luta; afinal, seria uma grande falácia defender que ela, sozinha, transforma o mundo (FREIRE, 1992).

Além das discriminações de classe, gênero e sexualidade, o grupo também reconheceu o estigma da institucionalização, embora parecesse considerar que essa vivência (sobretudo desesperançosa) estivesse isolada dos outros marcadores. Acreditamos que, ligado a isso, por já se perceberem tão fora das normativas, por exemplo, ligadas a ideia de família e percurso escolar, responderam, todas as vezes, em todos os casos, rapidamente que se consideravam “cisheteronormativos”. Alguns, até, com muito estranhamento pelo fato de eu apenas perguntar. Sobre isso, Karla Galvão Adrião (2022) “traduziu”: é muito importante, então, que tenha sido colocado, ao menos, “em suspensão” essas identificações nas entrevistas.

Talvez, no caso dessas pessoas jovens, se reconhecerem como pessoas negras, ou eventualmente dissidentes sexualmente, fosse arriscar demais a já tão difícil sustentação da organização psíquica para o esperar. Dispensar uma “oportunidade” de se verem identificados com corpos considerados “normais”, “belos”, “não transtornados”, “biológicos”. Não seria “mais um motivo” para rejeições, abandonos, traumas, culpas; seria, talvez, da ordem do insuportável? Como (re)existir se vendo “totalmente fora” das categorias humanizadas, ou seja, no lugar “mais abjeto da abjeção”? Afinal: “o abjeto é tudo o que o sujeito procura expurgar para tornar-se social; é também um sintoma do fracasso dessa ambição” (MCCKLINTOCK, 2010, p.119).

É importante destacar, ainda, a presença do Programa Jovem Aprendiz⁴² nas narrativas das pessoas interlocutoras. Do ponto de vista profissionalizante, não foi possível escutar muita relação com o que faziam através do programa com o que desejavam fazer no futuro. Porém, do ponto de vista financeiro, ele parece ter sido, literalmente, sustentador para essas pessoas jovens cis egressas de abrigos e da Funase.

Por fim, gostaria de ressaltar como, nas representações da maior parte das histórias em quadrinhos, existem sempre presenças acolhedoras ao lado da protagonista; afinal, a esperança só pode surgir e permanecer junto com o outro que “aposta” nesse sujeito. Retomando, assim a tese deste trabalho, parto do princípio que os processos de colonização promovem institucionalizações, abandonos subjetivos e dificultam o esperar juvenil. E, desse modo,

⁴² O Programa atende jovens de 14 aos 24 anos incompletos e pessoas com deficiência a partir dos 14 anos sem limite de idade. Oferece salário mínimo hora ou condição mais favorável, vale transporte, 13º salário, INSS, FGTS (2%), e férias.

afirmo que: *a habilidade do esperar, formada pela união do princípio esperança e da esperança como afetação (“medança?”) está, em geral, comprimida (mas não eliminada) entre pessoas jovens cis egressas de institucionalizações, uma vez que se encontram distantes de ambientes facilitadores-aquilombadores e, portanto, sob condição traumatógena.*

19 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever é estar em dívida, em dívida com todas as autoras e todos os autores de obras, poemas, romances, filmes, instalações artísticas, com militantes que investigaram analisaram e teorizaram as opressões de classe, raça, gênero e sexualidade, as opressões coloniais, imperialistas, capitalistas[...]. Reconheço aqui a minha dívida: ela é imensa.

Françoise Vergès (2021, p.04)

Gostaria, antes de “finalizar”, pedir licença para rememorar um pouco o início deste percurso de escrita, como que (re)contar, do começo, a história deste trabalho. Desse modo, ainda que não tenha sido objeto de estudo desta pesquisa, é preciso lembrar que, devido a um agravamento da pandemia da COVID-19 com o contexto político do Brasil, (e vice-versa) sofri (assim como tantas outras pessoas) uma forte contaminação de descrença generalizada no nosso país. Em muitos momentos, confesso, senti uma intensa desesperança na nossa capacidade de lutar contra tanta morbidez e violência.

Considerei, dessa forma, que só era possível escrever um trabalho de Doutorado em meio a tanto caos se este nos servisse, de algum modo, a reconhecer a existência do esperançar. E isto só seria possível, para mim, se conseguisse trabalhar uma determinada união (não muito comum) de autorias que, em geral, nos ensinam um tipo de escuta capaz de “pescar” o que aparentemente não está ali. Uma escuta que pode encontrar pontos de saúde até nos adoecimentos mais graves, nos países mais devastados, nas pessoas menos privilegiadas.

Isso que eu desejava tentar escutar teria que vir do Inconsciente (como sistema que nos singulariza, e não como um grande universal) que, como afirmou Isildinha Nogueira (2017), tem cor e é também marcado pelas desigualdade de gênero, de sexualidade e de classe como fatores (des)esperançadores. Considerei que alguma tentativa de “tradução” dessa escuta do Inconsciente só seria possível de empreender junto com os ecos dos gritos dos povos originários que, ao mesmo tempo que denunciam o tamanho da devastação psíquica colonizadora, teimam, felizmente e com muita força, em resistir. A partir dessa união de epistemologias, certamente podemos favorecer “o efeito político organiza-*dor* da escuta psicanalítica”, como afirma Miriam Rosa (2015, p.29).

Assim, considerei que teria que escutar dessa maneira até porque, conscientemente, não conseguia mais ver muitas presenças da esperança como princípio e/ou estado subjetivo naquele momento. Lembrei assim “daquele grupo de jovens” institucionalizados. Como estaria aquele grupo? Não estava. O grupo foi desfeito, não frequentava mais a ONG, até porque muitas daquelas pessoas já não estavam em cumprimento das medidas. Tentei localizá-las, insisti, mas

não consegui. Foi quando resolvi trabalhar com pessoas jovens, agora, egressas dos cumprimentos de medidas socioprotetivas e socioeducativas, ainda que não fossem aquelas mesmas do grupo que conheci no trabalho de Extensão. Foi quando consegui realizar as entrevistas que me permitiram sintetizar as ideias a seguir.

A esperança tem uma função social, política, subjetiva, reguladora psíquica, que, num país colonizado, deve, necessariamente, não só se construir a partir de ambientes facilitadores mas, ao mesmo tempo, aquilombadores. Isso significa dizer que, para favorecer um desenvolvimento psíquico “saudável”, ao menos, no Brasil, um ambiente (de fato) facilitador, tem que ser, ao mesmo tempo, aquilombador. Afinal, como afirma Joselicio Junior (2019), o aquilombamento é uma necessidade histórica que, através da reconexão com a ancestralidade, é capaz de fortalecer a esperança.

Ou seja: na Psicanálise e na Psicologia, precisamos lutar por ambientes em que resgatamos memórias (inclusive ancestrais) e nomeamos (des)privilégios. Ambientes em que simbolizamos tanto dores mais singulares e, ao mesmo tempo, dores mais coletivas, de tão interligadas. Eles devem, inclusive, marcar as normas quando presentes, seja, por exemplo, a da branquitude ou da heterocisgeneridade. Mais ou menos como tentamos “recriar” nas situações das entrevistas desta pesquisa: um ambiente de escuta psicanalítica, inter-inventiva, contracolonial e feminista.

Dessa forma, para promover a construção da esperança como princípio e como estado subjetivo, em territórios subjetivamente colonizados, é indispensável lembrar que as condições são traumatógenas para a maior parte da população negra e pobre do país. Ainda assim, devemos tentar exercer um cuidado “suficientemente bom”, em que, muitas vezes, falhamos no processo de simbolização ao silenciar e recalcar, por exemplo, dores oriundas do racismo. Isso significa dizer que a habilidade para o esperar e a forma como atravessamos momentos de desesperanças dependem de como as histórias se (des)arrumam no nosso Inconsciente, já que só existem em relação com as Histórias.

Reconheço aqui, também, os pontos mais falhos deste estudo. Afinal, esta pesquisa, ainda que tenha identificado aspectos majoritariamente considerados como positivos para o esperar em relação a determinadas políticas públicas, como foi o caso do Programa Jovem Aprendiz, e, também, em vários casos, denúncias em forma de narrativas de violências aos direitos juvenis nas instituições (ausência de visitas, permanência longa demais nos abrigos, muito superiores ao tempo considerado limite de um ano e seis meses, abuso sexual, violência simbólica) não se aprofundou nos debates ligados a essas e outras políticas direcionadas para essa população.

Também não foi possível analisar os conteúdos narrativos produzidos acerca dos (não) impactos da pandemia da COVID-19 na (des)esperança das pessoas interlocutoras, tampouco os que diziam respeito à relação que se construía entre mim, pesquisadora e elas: gostaria de poder trabalhar tais conteúdos com o merecido aprofundamento em trabalhos futuros⁴³.

Felizmente, desejo que os pontos falhos não tenham superado os pontos esperançosos por apontar caminhos de diálogos mais proveitosos entre a Psicanálise e os estudos contracoloniais feministas, de modo geral. Compreendemos que, ainda que tendo vivenciado violentos processos desumanizadores, a maior parte das pessoas jovens cis egressas de institucionalizações interlocutora desta pesquisa foi capaz de narrar o esperar. Ou seja, narraram momentos em que se organizaram e se organizam a partir do princípio esperança e que vivenciaram e vivenciam “*medanças?*”. Desse modo, consideramos o próprio ato de esperar dessas pessoas jovens como contracolônizador na medida em que permite sentir justamente o que os processos de colonização tentam impedir, como nos ensina Bispo dos Santos (2020).

Por fim, gostaria de que pudéssemos voltar nosso olhar para cada um dos objetivos deste trabalho. Através do objetivo geral, nos propusemos a analisar as narrativas sobre (des)esperança entre pessoas jovens cis egressas de institucionalizações habitantes do Recife-PE. Vimos como as narrativas sobre esperança se ligaram à ideia da presença de uma pessoa “salvadora”, que investisse um olhar afetuosamente positivado para tais pessoas, além das marcas do desejo pela profissionalização, cada uma com sua oferta identitária singular e simbólica (policia, enfermeira, empreendedora, médica) na trajetória de cada jovem. Além disso, o desejo de constituição de uma nova família (já sendo realizado, de algum modo, por tais pessoas, cada uma a sua maneira) que pudesse não reproduzir os sofrimentos de abandono sofridos. Observamos também como, de modo geral, as narrativas sobre desesperança envolveram episódios cíclicos de violências domésticas e culpa, que estiveram presentes em muitos dos momentos narrados como dos mais difíceis pelas pessoas interlocutoras da pesquisa.

Refletimos também como as narrativas sobre desesperança estiveram diretamente ligadas às narrativas sobre esperança (assim como está uma dentro da outra, na estrutura da própria palavra). Desse modo, ligado ao primeiro objetivo específico que consistiu em “compreender se e como as narrativas sobre esperança estão relacionadas com o cumprimento

⁴³ Para isso, pode também colaborar a análise das entrevistas do interlocutor Diel, que não pôde ser incluída na tese por uma questão de limite de páginas, saturação dos “dados” e, confesso, saturação dos processos desta escrita(ora).

de medidas socioprotetivas e socioeducativas”, entendemos, para resumir, que sua presença se deu forma predominantemente desesperançadora.

Isso porque os processos de institucionalização pareceram tão nocivos à esperança, na maior parte dos casos, que assumimos pouca distinção do ponto de vista dos tipos de sofrimentos provocados mesmo sendo, mais diretamente, dois os tipos de instituições estudadas: o abrigo e o centro socioeducativo. Isso sugere que ainda há muito a ser feito, urgentemente, do ponto de vista da construção de alternativas às institucionalizações (ainda assistencialistas, culpabilizadoras, punitivistas) das juventudes pobres e negras.

O segundo objetivo específico tratou de tentar compreender os atravessamentos das desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade nas referidas narrativas, de modo que, a depender de como esses marcadores interagem nas histórias daquelas pessoas, notamos que: quanto mais combinasse distintos processos de subalternização, menos aquela pessoa parecia reconhecê-los (especialmente, a questão racial). Por isso, escutamos como essas assimetrias engendraram traumas psíquicos, que certamente ainda contribuem para diminuir as possibilidades de esperar. Em relação as questões sobre classe, essas foram mais facilmente reconhecidas pelas pessoas jovens como interligadas com suas (des)esperanças.

Já sobre as questões de gênero e sexualidade, observamos um forte componente cisheteronormatizador nos seus corpos e desejos e também de suas famílias, na medida em que todas as pessoas interlocutoras pareceram “estranhar” aquelas perguntas ligadas à gênero e sexualidade e se reafirmaram, assim, como pessoas cisgêneras e heterossexuais, sem exceção. Ou seja, em geral, não foi fácil para as pessoas interlocutoras se aproximarem de uma esperança crítica nesse sentido, tamanha é a força com que tais desigualdades são naturalizadas. E isso é algo muito importante, na medida em que “precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída” (FREIRE, 1992, p.15).

Por fim, no terceiro e último objetivo específico nos dedicamos a refletir se e como o aqui chamado método *psicanalítico-contracolonial-feminista* pôde contribuir para a (re)construção de narrativas sobre (des)esperança entre tais jovens. Considero que foi devido ao recurso da arte como linguagem poética, metafórica e, portanto, mais íntima de fluxos afetivos do Inconsciente, que as cartas coloridas do jogo Dixit, as linhas do tempo traçadas e as histórias bordeadas em quadrinhos foram fundamentais.

Nesse sentido, todas as reflexões, afetações, escutas envolvidas nesta pesquisa só foram possíveis devido ao reconhecimento da linguagem acadêmica como colonizadora e dessa propriedade da arte como *fissuradora da diferença colonial*, algo que aprendemos junto com autoras-artistas como Grada Kilomba (2016) e Jota Mombaça (2021). Ou seja, a arte poderia

promover a (re)criação de narrativas e portanto de sofrimentos e saídas; tratamos assim de tentar fissurar as desesperanças aí formadas.

Sobre o método, vemos como ainda são poucas (embora crescentes) as pesquisas em Psicanálise que se aproximam de uma contracolonialidade feminista e seus efeitos nas construções de subjetividades. Afinal, já cantava Mateus de Aleluia (2017) em “Fogueira Doce”: “Meus traumas, Freud não explica” e Fanon (2008): “Quer queira, quer não, o Complexo de Édipo está longe de existir entre os negros”, denunciando todo o incômodo com a veia colonizadora da Psicanálise.

Aqui, gostaria de enfatizar como foi constrangedora e assustadora, como mulher cis heterossexual e branca, a possibilidade de, ao realizar esta pesquisa, reiterar tais violências já que “as estruturas de poder e dominação não são alheias às Psicanálises praticadas nos consultórios (NOGUEIRA, 2017, p.126)”. Agora, para não sucumbir e desesperançar novamente com esses abismos, convido Clarice Lispector (1971/2016, p.59), bem como fiz no início deste trabalho:

Aqui em casa pousou uma esperança. Não a clássica, que tantas vezes verifica-se ser ilusória [...] Antes surpresa minha: esperança é coisa secreta e costuma pousar diretamente em mim, sem ninguém saber [...] Está agora procurando outro caminho, olhe, coitada, como ela hesita [...] Ela se esqueceu de que pode voar [...] e pensa que só pode andar devagar assim. Andava mesmo devagar - estaria por acaso ferida? [...]

Que possamos, assim, nos fazer o favor de facilitar os (outros) caminhos da esperança, mas sem tanto hesitar. Afinal, ainda que ferido e delicado, não seria predominantemente humano, subversor, salvador, potente e bonito o ato de esperançar?

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Raquel, LIMA, Maria Luiza. Fatores de risco e de proteção para o acolhimento de adolescentes. In: ACIOLI, Raquel; BARREIRA, Alice e LIMA, Maria Luiza (Orgs). **Abrigos Institucionais: situação dos adolescentes e das casas de acolhimento**. Recife: Editora UFPE, 2021. p. 47-83.

ADRIÃO, Karla Galvão. Perspectivas feministas na interface com o processo de pesquisa: intervenção-pesquisa com grupos no campo. **Labrys - études féministes / estudos feministas**, jul./dez., 2014. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys26/psy/KARLA.htm>>. Acesso: jul. 2019.

ALBERTI, Sonia. **O adolescente e o Outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ALONSO, Silvia & FUKS, Mario. **Histeria**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

ALVES, Antônio. **Ernst Bloch e a semente da esperança em tempos de niilismo**. 2013.

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do Pensamento Contracolonial à Psicologia Política. **Psicologia Política**, v. 15, n. 34. p. 647-661, set./dez., 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n34/v15n34a12.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. As ciências sociais são ciências?. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando (Orgs.). **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 111-128.

AMARAL, Martins. Racismo e a criminalização da juventude pobre e negra: uma análise a partir da realidade do Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (CENSE PMHA) -Unidade no Norte Fluminense-RJ. **X Jornada internacional de políticas públicas**. 2021. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_814_81461242a311218f.pdf>. Acesso em: ago.2022

AMOEDO, Silvia Helena Facó. Licença poética na lógica da interpretação: "psicanarte". **Stylus (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 49-56, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2022.

ANDRADE, Marcela Silva; BARROS, Vanessa Andrade de. O jovem egresso da medida socioeducativa de internação: repercussões psicossociais. **Arq. bras. psicol.**, v. 70, n. 1, p. 37-53, 2018.

ANTUNES, Janaina. **Jovens pobres e falas de esperança: um estudo em um grupo de jovens e suas estratégias de superação**. 2014. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2008191>. Acesso em: jan. 2021.

AZERÊDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em Psicologia. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 18, n. 1, p. 175-188, 2010.

BAGAGLI, Beatriz. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, v.14, n.1. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31062>> Acesso em abr.2022

BARRETO, Aldair. A masculinidade negra discutida a partir da perspectiva do feminismo negro. **Anais História em Debate: Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS e Seminário de Pesquisa em História da UFFS**, 2021. Disponível em: <<https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/AHD/article/view/16080>>. Acesso em: abr.2022

BARROS, Ana Carolina; BERNARDO, Márcia. A lógica neoliberal na saúde pública e suas repercussões para a saúde mental de trabalhadores de CAPS. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 60–74, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100005>. Acesso em mai. 2022.

BENEDITO, Maiara de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 40, n. spe, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>>. Acesso em: jan.2022

BENÍTEZ, María Elvira Díaz; FIGARI, Carlos Eduardo. Introdução. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: _____ (Orgs.). **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58. Disponível em: <<http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. 2016. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado** [online], v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

BILENKY, Marina. Vergonha: sofrimento e dignidade. **Ide** (São Paulo). v.37, n.58. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-31062014000200012> Acesso em: ago. 2022

BOAS, Fabiana. **Clínica Psicanalítica das Relações Raciais: há muito passado pela frente**. In: COSTA, Jurandir et.al (Orgs). São Paulo: Zagodini, 2021.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. De perguntas a problemas. In: **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 63-83.

BRAGA, Luiz Carlos Montans. A política e os afetos: a concepção espinosana. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 2010-2042, jul., 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000302010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRANCO, Edwar. Mídias táticas: os fanzines como fontes para a pesquisa histórica. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 19, n.2, p. 741-762, mai.-ago./2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br>>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. **L8069**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso: jun.2020

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Despacho nº 86**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2016Final.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm#art48>. Acesso em: jul. 2020.

BUARQUE, Chico. **Bom Conselho**. Salvador: Polygram Philips, 1972. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wkcYU699Jj0>>. Acesso em: jul. 2020.

BUTLER, Judith; AGUIAR, Renato. Sujeitos do sexo-gênero-desejo. In: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17-60.

CALLIGARIS, Contardo. **Afeto e família**. Folha de São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3012200415.htm>> Acesso em fev.2022

CAMAROTTI, Maria do Carmo. O nascimento da psicanálise de criança – uma história para contar. **Reverso**, 32(60), p. 49-53, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v32n60/v32n60a07.pdf>> Acesso em: fev.2022

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARINHANHA, Joana. Iabrudi.; PENNA, Lúcia Helena Garcia. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo. **Texto & contexto enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 68–76, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tce/a/w4gDG5htVmtMNrdZXzLGsKR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: jan.2022

CASTRO, Adriane. A esperança vence o medo: paixões semióticas em discursos presidenciais. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 1059-1069, mai./ago., 2010. Disponível em:

<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N3_29.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

CASTRO, Denilson. **A escola e o adolescente em liberdade assistida**. 2016. 196f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

CAVALCANTI, Ana Elisabeth. Ser brincando: sobre a Psicanálise em grupo com as crianças. Em: **Cata-ventos: invenções na clínica psicanalíticas institucional**. São Paulo: Editora Escuta, 2006.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11. 2005.

COSTA, Jurandir. O sexo da homossexualidade. In: _____. **A face o e verso: estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

COSTA, Jurandir. Do Desamparo Narcísico ao Desespero: Incidências da Violência Racista na Economia Psíquica. In: COSTA, Jurandir et.al (Orgs). **Relações Raciais na Escuta Psicanalítica**. São Paulo: Zagodini, 2021.

COSTA, Sandra. **A experiência vivida no acautelamento: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei**. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadres, 2016.

CUNHA, Kelita. **Produção de subjetividade na fronteira entre o dentro e o fora da medida socioeducativo de internação: uma abordagem semiótico-cultural do desenvolvimento**. 2018, 231f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahzar, 1978. p. 23-35.

DAVIS, Madeleine & WALLBRIDGE, David. As provisões ambientais: o lidar. In: _____. **Limite e espaço: uma introdução à obra da D.W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.p.115-118.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Introdução: Rizoma. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, Vol. 1. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 17-49.

DELLAGLIO , Débora; HUTZ, Cláudio. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. **Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 351–357, 2004. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/prc/a/WsBChStVvfSxrQbqNmGN4dB/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: mai.2022

DELOUYA, D. **Depressão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

DIAS, Cristina Maria de Souza Brito; SILVA, Ronara Veloso Bonifácio da; FONSECA, Célia Maria Souto Maior de Souza. A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 28-35, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jun. 2021.

DLAMINI, S. Nombuso. Os jovens desafiam a comunidade: entre a esperança e a estigmatização. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, p. 1229-1255, dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022015001001229&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2020.

DUNKER, Christian; THEBAS, Cláudio. Aprendendo a escutar. In: _____. **O palhaço e o psicanalista**: como escutar os outros pode transformar vidas. São Paulo: Planeta, 2019. p. 19-22.

ESPERANÇA. In: **Houaiss**, Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-1/html/index.php>>. Acesso em 10 Ago 2022.

EU estou pensando em acabar com tudo. Direção de Charles Kauffman. Los Angeles: Likely Story, 2020. Distribuição: Netflix.

FALCÃO, Raissa Rodrigues et al. Relato de experiência de oficina sobre gênero e sexualidade com grupos de jovens aprendizes recifenses. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 5, 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FENPB, 2018. Disponível em: <<http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/cbp/2018/anais/detalhe.cfm?id=18018>>. Acesso em: jul. 2019.

FALCÃO, Raissa Rodrigues. **“Isso é doença ou é safadeza?”**: sentidos sobre o incesto em um grupo de diálogos com jovens da Região Metropolitana do Recife-PE. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FANCHINETTO, Neidemar José. **Medida protetiva de abrigo**: análise dialética e sua transformação social. 2004. 218f. Monografia (Especialização em Direito da Criança e do Adolescente) – Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/medidaabrigo.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

FANON, Franz. Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado. In: _____. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: EDUFBA, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161. 2005.

FERENCZI, Sándor. O futuro de uma ilusão. Em: **Freud, Coleção Os Pensadores**. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. São Paulo: Abril Cultural. 2010.

FERENCZI, Sándor. Análises de crianças com adultos. Em: **Obras completas, Sándor Ferenczi**. São Paulo: Martins Fontes, v. 4p. 69–83, 1931.

FERENCZI, Sándor. Transferência e introjeção. Em: **S. Ferenczi, Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, p. 77–108, 1991.

FERENCZI, Sándor. Elasticidade da técnica. Em: **Obras completas Sándor Ferenczi, 4)**. São Paulo: Martins Fontes, 1928.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. O paciente sem esperança e a recusa da utopia. Em: **Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2003. p. 157–189.

FINE, Michelle; FOX, Madeline. A prática da liberdade: pesquisa de ação participativa da juventude para a justiça na educação. In: MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; SANTOS, Tatiana Cristina dos. (Orgs.). **V JUBRA: territórios interculturais de juventude**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p. 365-382.

FIRMINO, Flávio. **Educação sexual de crianças e adolescentes em abrigos: o lugar do educador**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

FÔNSECA, Cláudia. A certeza que pariu a dúvida. **Rev. Estud. Fem.** v.12 n.2. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/7BqFfPVPj5QjLfbVytX8DgQ/?lang=pt>> Acesso em mar. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e Poder. In: _____. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANCH, Monica. Redução de danos: análise das concepções. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 22 Nov 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/FvQTcRD6BZBj7yr86kHtkKP/?lang=pt>>. Acesso em: 10 Ago 2022.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; NOVAES, Gláucia Torres Franco. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 112, p. 167-183, mar., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Luciane Albernaz de Araújo; FREITAS, André Luis Castro. A esperança de Paulo Freire: diálogo com outros autores. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Unesco, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17754_7660.pdf>. Acesso em: 20 dez 2020.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. Em: **Freud**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
FUNASE – FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. Boletim Estatístico 2020. **Fundação de Atendimento Socioeducativo** [online], Recife, 2020. Disponível em: <<https://www.funase.pe.gov.br/estatisticas/quantitativo-populacional-diario/39-estatistica/3796-boletins-estatisticos-2020>>. Acesso em: jan. 2021.

FURLAN, Reinaldo. Uma revisão/discussão sobre a filosofia da ciência. **Paidéia** [online], Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 125-138, 2002.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
GERGEN, Kenneth. A psicologia social como história. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 475-484, dez., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822008000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: fev. 2021.

GIANESI, Ana Paula Lacorte e MOUNTIAN, Ilana. Psicanálise e política: debates feministas para a psicanálise. **Clínica & Cultura**, vol.8, n.2, p. 2-20. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: abr.2022

GOMES, Lauro. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos de gênero e diversidade**, 5(1), p. 66–78, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31930>>. Acesso em abr.2022

GOMES, Nina. **Sem perder a raiz - Nova Edição: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2019. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. **A juventude fora da CASA: os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA**. 2015, 227f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2022

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Sistema de Informação e Gestão de Assistência Social**. Recife, 2019. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2021.

GROPPO, Luis Antônio. Sociologia da juventude. In: _____. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Alfenas: UFA, 2016. p. 7-24.

GUIMARÃES, Layanne. **A deficiência de políticas públicas para jovens egressos de programas de acolhimento institucional**. 2015. 53f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8404/1/21056779.pdf>>. Acesso em: dez. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, jan./jun., 1993.

HESSEL, Stéphane; MORIN, Edgar. **O caminho da esperança**. Lisboa: Planeta, 2012.

hooks, bell. Introdução: atitude revolucionária: In: _____. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. p. 31-42.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Sou da Paz realiza pesquisa junto à [sic] adolescentes que cumprem medidas de internação. **Instituto Sou da Paz** [online], São Paulo, 27 jul. 2017. Disponível em: <<http://soudapaz.org/noticias/sou-da-paz-realiza-pesquisa-junto-a-adolescentes-que-cumprem-medidas-de-internacao/>>. Acesso em: jan. 2021.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, R. G. Susan. (Orgs.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosas do Tempo, 1997. p. 157-185.

JUNIOR, Joselicio. **É tempo de de aquilombar**. 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/opiniaio/2019/4/29/tempo-de-se-aquilombar-55485.html>>. Acesso em: maio 2022.

KAES, René. **O grupo e o sujeito da psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KASTRUP, Virgínia. Inventar. In: FONSECA, Tania; NASCIMENTO, Maria Livia; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 139-141.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2016.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. **Artigos e Ensaios**. [S.l.], 2003.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o eu. In: _____. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**. Centro Cultural de São Paulo, 2016.

KUPERMANN, Daniel. **Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático**. São Paulo: Zagodini, 2017. 176p.

KVELLER, Daniel. O trauma como afeto político: articulações entre os estudos queer e a Psicanálise. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503342313_ARQUIVO_Trabalhocompleto-FG-DanielKveller-FINAL3-PARAOSANAIS.pdf>. Acesso em: ago 2022

LACAN, Jacques. **Seminário 6: O desejo e sua interpretação**. Recife: Traço Freudiano, 2016.

LATOURETTE, Bruno. **The pasteurization of France**. Harvard University Press, 1993.

LAZNIK, Marie Christine. **A hora e a vez do bebê**. São Paulo: Instituto Language, 2013.

LEAL, Noêmia. **Sujeitos de direitos ou sujeitos de tutela?** Memórias de jovens egressos sobre o acolhimento institucional em João Pessoa. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9541/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: dez. 2020.

LIMA, Francisca. **Esperança e liberdade na constituição do Estado em Benedictus Spinoza**. 2014. 83f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300002>. Acesso em: jul. 2019.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 96p, 1998.

LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LISPECTOR, Clarice. Uma esperança. In: _____. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016. p. 411-413.

LONGUI, Marcia Reis. **Viajando em seu cenário**: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife. 2008. 256f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LOPES, Graziela; DIEHL, Rafael. Intervir. In: FONSECA, Tania; NASCIMENTO, Maria Livia; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 135-139.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: jul. 2019.

MACHADO, Igor; GOUVÊA, Gustavo. De traficante a pastor: Uma análise da conversão religiosa de traficantes do Bairro da Penha em Vitória (ES). **Dilemas**, v. 15, n. 1, p. 349–377, 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5638/563869952015/html>> Acesso em ago 2022.

MARINHO, Fernanda. **Jovens egressos do Sistema Socioeducativo**: desafios à ressocialização. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCCKLINTOCK, Anne. “Massa” e as criadas- Poder e desejo na metrópole imperial (Freud e a babá). Em: **Couro Imperial**: raça gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Unicamp, 2010. p. 140–144.

MEIRELLES, Zilah Vieira; MINAYO GOMEZ, Carlos. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1797-1805, dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000500021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2021.

MENDES, Elzilaine; VIANDA, Teresinha & BARA, Olivier. Melancolia e depressão: um estudo psicanalítico. 2014. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 4, p. 423–431, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/SZNKctRm7tcwQrPw37DZD4n/abstract/?lang=pt>>. Acesso em:abr.2021

MENEZES, Jaileila de Araújo; ADRIÃO, Karla Galvão; RIOS, Luís Felipe. (En)focando as mídias móveis com as lentes da juventude: uma introdução. In: _____ (Orgs.). **Jovens, câmera, ação**: reflexões sobre os usos de dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017.

MERÇON, Juliana. História e liberdade: a esperança de Freire e Spinoza. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 26, n. 52, p. 551-563, jul./dez., 2012.

MEZAN, Renato. **Freud**: a conquista do proibido. 3 edição. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003. 164p.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo e Qualitativo: oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MONTUORI, Alfonso. A Revisão de Literatura como Pesquisa Criativa. Tradução Thomas Schaeffer Bernardes. **Journal of Transformative Education**, v. 3, n. 4, p. 374-393, out., 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/374315930/2005-MONTUORI-A-Revisao-de-Literatura-Como-Pesquisa-Criativa>>. Acesso em: jul. 2019.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira et al. Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema? **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 285-302, ago., 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n33/v15n33a04.pdf>>. Acesso em: jul. 2020.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Cidadania e feminismo: Debate Feminista**, São Paulo, edição especial Cidadania e Feminismo, p. 266-275, 1999.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. esc. enferm.**, São Paulo, v. 48, n. spe2, p. 184-189, dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000800184&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; LACAZ, Alessandra Speranza; TRAVASSOS, Marilisa. Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. **Aletheia**, Canoas, n. 31, p. 16-25, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n31/n31a03.pdf>>. Acesso em: jul. 2020.

NASCIMENTO, Maria Lívia, CUNHA, Fabiana & VICENTE, Laila . A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Rev. psicol. polít.** vol.7, n.14. 2007.

NERY, Maria da Penha; COSTA, Liana. A pesquisa em psicologia clínica: do indivíduo ao grupo. **Estudos de Psicologia I Campinas**. v. 25, n. 2, p. 241–250, abril – junho, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/R3LhYDFnhZSwSfxCKyRWdWp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso: out.2021

NOGUEIRA, Isildinha. Cor e inconsciente. Em: **O racismo e o negro no Brasil: questões para a Psicanálise**. KON, Noemi, SILVA, Maria Lúcia & ABUD, Cristiane (Orgs). São Paulo: Perspectivas, 2017.

NUNES, Larissa et al. Análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. **Rev. Ciências Exata**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 9-16, jan., 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/65612925-A-analise-da-narrativa-como-instrumento-para-pesquisas-qualitativas.html>>. Acesso em: jan. 2021.

OLHOS que condenam. Direção de Ava Duvernay. Nova York: Participant Media LLC Harpo Studios Tribeca Productions, 2019. Distribuição: Netflix.

OLIVEIRA, Ana Maria Rocha; SILVA, Antonio Ricardo. Em terra alheia, pisa no chão devagar... In: ROCHA, Paulina Schimidtbauer (Org). **Cataventos**. Invenções na clínica psicanalítica institucional. Recife: Escuta.2006.

OLIVEIRA, Shimênia Vieira de. **Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado Área de Concentração: Psicologia Aplicada. Disponível em:<http://www.pgpsi.ip.ufu.br/sites/pgpsi.ip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Dissertacao_014_ShimieniaVieiradeOliveira.pdf>. Acesso em: abr.2022

ONOCKO CAMPOS, Rosana. Comportamento antissocial nos jovens como sequela da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas. **Interface**, v. 22, n. 67, p. 1091–1098, 2018. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/icse/2018.v22n67/1091-1098/pt>>. Acesso em: maio 2022.

PACICO, Juliana. **Esperança e relações com autoeficácia, afetos, realização e abertura à experiência**. 2014. 156f. Tese. (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, dez., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022013000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2021.

PAIS, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 267-280, ago., 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PAIVA, Iliana; MOREIRA, Tabita & LIMA, Amanda. Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização / Institutional shelter: families of origin and re-institutionalization. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 2, p. 1405–1429, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/40414>>. Acesso em: jun.2022

PARKER, Richard; MANIR, M. No carrossel da pedofilia. In: MENEZES, J. de A.; RIOS, L. F. (Orgs.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 20-24.

PEREIRA, Jussivânia. **Fora dos muros do Pomeri**: (ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, uma análise crítica do discurso. 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

PEREIRA, William. Movimento institucionalista: principais abordagens. **Revista Psi UERJ**, p. 10–19, 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a02.htm>> Acesso em jun.2022>

PERES, Urania. **Depressão e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

PEROZA, Juliano. **Educar na esperança com Paulo Freire**: para além da visão educacional do neoliberalismo. 2009. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

PERUCCHI, Juliana. **Pesquisa em Psicologia**: dimensões éticas. Palestra proferida no I Internúcleos Pesquisa-Intervenção em Psicologia, Recife – PE, 2014. Mimeografado.

PETRAGLIA, Izabel. Poetizando o prosaico do cotidiano da existência (na ciência e na educação). **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 3, n. 1. 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/21732166-Poetizando-o-prosaico-cotidiano-da-existencia-na-ciencia-e-na-educacao.html>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PICANÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 145-181, jun., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092015000200145&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2021.

PINA, Joviana. Prefácio. ACIOLI, Raquel; BARREIRA, Alice e LIMA, Maria Luiza (Orgs). **Abrigos Institucionais**: situação dos adolescentes e das casas de acolhimento. Recife: Editora UFPE, 2021.

PINHEIRO, Teresa. **Ferenczi**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 215-253.

PRADO, Anihelen. **O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais**: como prossegue a história? 2014, 131f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014.

PRECIADO, Beatriz. Contrassexualidade. In: _____. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 17-45.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. **Dados sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**. Recife, 2018. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/servico-de-acolhimento-em-familia-acolhedora>>. Acesso em: jan. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

QUINET, Antônio. **As 4+1 condições da análise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

RANCIÈRE, Jacques. **Prefácio.** In: _____ Políticas da Escrita. São Paulo: Editora 34, 2017. p.07-24.

REDE BRASIL ATUAL. **Evasão escolar é maior entre jovens negros: é a violência do racismo.** 2019.. Disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/evasao-escolar-e-maior-entre-jovens-negros-e-a-violencia-do-racismo/>>. Acesso em abr.2022.

REIS, Eliana. A arte de curar com a alma e com o mundo. In: _____ **De corpos e afetos-transferências e clínica psicanalítica.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

RITTER, Carolina. **O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção em Santo Ângelo.** 2010, 191f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ROCHA, Zeferino. Esperança não é esperar, é caminhar: reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 255-273, jun., 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000200255>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RORTY, Richard. A Contingência da Linguagem. In: _____. **Contingência, ironia e solidariedade.** São Paulo: Martins, 2007.

ROSA, Miriam Debieux. **Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento.** 151 f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROSENFELD, Helena. A dimensão poética da experiência psicanalítica. In: _____ **Palavra Pescando Não-Palavra metáfora na interpretação psicanalítica.** São Paulo: Caso do Psicólogo, 1998.

RUBIN, Gayle. **O tráfego de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** Tradução Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Côrreia. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919?show=full>>. Acesso em: jul. 2019.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas: Exu como Educação. **Revista Exitus,** Santarém, v. 9, n. 4, p. 262-289, out./dez., 2019.

SAFATLE, Vladimir. Introdução. Em: **O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. Democracia racial: o não dito racista. In: _____ . **Raça e justiça**: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça. 2006. 466f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SAMPAIO, Marisa & CAMAROTTI, Maria do Carmo. (2020). Fenômenos primitivos no campo analítico: construção de uma clínica com pais e bebês. **Estilos da clínica**, v. 25, n. 3, p. 488-500, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i3p488-500>> Acesso em abr. 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília, INCTI/UNB, 2015.

SANTOS, **Antônio Bispo**: “Contra-colonizar é contrariar e não sentir a dor que esperam que sintam”. Publico, 2020. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2020/10/28/culturaipsilon/noticia/antonio-bispo-santos-contracolonizar-contrariar-nao-sentir-dor-esperam-sinta-1936929>>. Acesso em: 10, Ago 2022.

SANTOS, Jocélio. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Revista Afro-Ásia**, n.32, 2005.

SANTOS, Kate Delfini; MOTTA, Ivonise Fernandes da. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 31, n. 4, p. 517-525, dez., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2020.

SANTOS, Neusa. **Tornar-se negro**. As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, e200112, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e200112.pdf>>. Acesso em: fev. 2020.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis** [online], Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em: mar. 2020.

SERAFIM, Thaís; MEZZOMO, Frank; PÁTARO, Cristina. Projetos de vida e constituição de identidades juvenis na interface com a religião e a política. **Psicol. argum**, v. 34, n. 87, p. 289–301, 2016.

SILVA, Cláudia Yaísa Gonçalves da; MILANI, Rute Grossi. Adolescência e Tendência Antissocial: o Rap como Expressão de uma Privação Emocional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 374-388, jun., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932015000200374&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: out. 2020.

SILVA, Denise; BADY, Janaina. Criminalização e extermínio da juventude negra no Brasil: reflexões e desafios. **Revista de ciências humanas**, v.20, n 01, p. 146-153, 2019. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3305>>. Acesso em: nov.2021

SILVA, Edson. **O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e os desafios nas unidades de internação no Distrito Federal**. 2015. 185f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, Gerardo. Sobre o medo e a esperança em Baruch de Espinosa. **Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 21-24, nov.2002/jun.2003. Disponível em: <https://uninomade.net/wp-content/files_mf/113103120335output.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

SILVA, Natália; SILVA, Mayrla; FALCÃO, Raíssa. Maternidade no Sistema Prisional Feminino Brasileiro: um olhar reflexivo sobre as vivências e desafios enfrentados na relação mãe-bebê dentro do cárcere. **Revista Estácio do Recife**, v. 5, p. 1, 2019.

SOCHACZEWSKI, Suzanna. O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 281-288, ago., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142012000200019&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 24 out. 2020.

SOUSA, Edson. Entrevistar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 85-86.

SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, vol. 4, nº 4, jun de 2020.

SOUZA, Jessé. As classes sociais do Brasil Moderno: a criação da rala de novos escravos como continuação da escravidão no Brasil Moderno. In: _____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPINK, Mary Jane. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, jan./jul., p. 7-22, 2000.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Lisboa, Portugal: Relógio d'Água, 1992.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SQUIRE, Corinne. O que é narrativa? **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 272-284, mai./ago., 2014.

SUY, Ana. **Amor, desejo e Psicanálise**. Curitiba: Juruá, 2015

SUY, Ana. **Amar não livra ninguém de ser quem é**. Rio de Janeiro 31 Jul 2022. Instagram: @ana_suy. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cgh5frBJpmS/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 07 Ago. 2022

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>> Acesso em: jul. 2019.

TOROSSIAN, Sandra Djamboladjian; RIVERO, Nelson Estamado. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de; LIRA, Adriana; SOARES, Iomar Pirangi. Jovens universitários em silêncio no mundo das informações: casos de liberação. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 499-520, set., 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000300499&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2020.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas**, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. Em: **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Messeder, S., M.G., and Moutinho, L., orgs. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>>. Acesso em maio 2022.

VIDAL, Manola; LOWENKRON, Theodor. Sobre a depressão pura. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 52-59, mar. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2008000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em abr.2022.

VIEIRA, Fabíola. **Espaços de Pertencimento e Circulação: vivências de egressos do sistema socioeducativo na cidade de Manaus**. 2017. 137f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede>>. Acesso em: jan. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: fev. 2021.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por quê censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n.32, p.157-170,jul./dez.2009.

WINNICOTT, Donald. **Da Pediatria à Psicanálise**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

W Winnicott, Donald. **Tudo começa em casa**. 3ed. Trad. S. Paulo. São Paulo: Martins Fontes. 2011.

W Winnicott, Donald **O ambiente e seus processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

W Winnicott, Donald. **A família e desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes. 1ed. 1965.

W Winnicott, Donald. **O bebê e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 99p.

W Winnicott, Donald. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 1987.

XAVIER, Cristina. Quadrinhos, psicologia e espiritualidade: símbolos e mitos estruturam o desenvolvimento psíquico espiritual. **Psicol. Am. Lat.** n.4 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2005000200008> Acesso em jun.2022

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela.; COSTA, Humberto. Saúde Mental e Gênero: Facetas Gendradas do Sofrimento Psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, 25 nov. 2015.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Primeiro encontro

Oi (Nome da pessoa interlocutora), assim como conversamos anteriormente, e agora que você já assinou o termo de consentimento livre e esclarecido para sua participação na pesquisa, gostaria de te conhecer um pouco mais. Para isso, será muito bom poder ouvir histórias que você puder me contar sobre tua relação com a esperança e com a falta de esperança. Esta pesquisa é sobre jovens que já passaram por abrigos e pela Funase, por isso que você foi uma pessoa convidada. Para começar, vou te pedir alguns dados, mostrar algumas imagens e depois te fazer algumas perguntas, vamos lá?

NOME:

IDADE:

TIPO DE MEDIDA CUMPRIDA:

ESCOLARIDADE:

RENDA:

RAÇA:

GÊNERO:

ORIENTAÇÃO SEXUAL:

1. Escolhe, entre essas vinte e quatro imagens, duas que você considera que lembrem “esperança”. Você pode comentar sobre elas?
2. Quem você considera que é a pessoa que sente mais esperança entre as demais? Você pode imaginar e contar uma história sobre essa pessoa?
3. Quem você considera que é quem sente menos esperança? Você pode imaginar e contar uma história sobre essa pessoa?
4. O que é esperança para você?
5. Você considera que existem semelhanças entre as histórias que você contou com as histórias da sua vida? E diferenças?
6. Agora vamos falar um pouco mais sobre suas histórias. Você poderia construir uma linha do tempo sobre sua vida, e incluir momentos marcantes do seu passado, presente e desejos para o futuro, ao escrever, desenhar e/ou utilizar essas imagens?
7. Você incluiria o cumprimento de medida nessa linha do tempo? De que forma?
8. Nessa linha do tempo, em qual (quais) o momento (s) você considera que sentiu mais esperança? E menos?
9. Houve algum momento em que você sentiu que perdeu esperança? Como foi?
10. Você mudaria algo na sua linha do tempo que você considera que poderia afetar a tua esperança hoje? Se sim, como seria?
11. Você incluiria a pandemia da COVID-19 na sua linha do tempo? Se sim, de que forma ela se relaciona com sua esperança?

Segundo encontro

Agora que te entreguei ilustração em formato de história em quadrinhos personalizada, de acordo com os elementos encontrados, vamos nos aprofundar em como algumas questões participam ou não das tuas narrativas sobre esperança, tá certo? Para isso, vou te pedir para narrar a tua história em quadrinhos.

Após a entrega da ilustração, pedir para que a pessoa jovem possa narrá-la e perguntar se ela alteraria alguma coisa que (não) está lá. A partir dessa história contada, colocar questões sobre raça, classe, gênero e sexualidade, com o objetivo de compreender se e como podem ter surgido elementos ligados à raça, classe, gênero e sexualidade nessa narrativa. Lembrar que o objetivo é entender como tais elementos se relacionam ou não com a esperança ou perda da esperança..

O segundo encontro também serve para discutir sobre como está sendo a experiência de ser pesquisada por uma mulher jovem branca, cisgênera, de classe média alta e heterossexual, na medida em que devo pedir para que cada jovem agora narre, através do recurso que preferir (palavras, desenhos, quadrinhos, imagens recortadas, encenação) sobre “a/s” história/s de (des)esperança/s que imagine ser a minha.

Por último, é um momento para avaliar o processo da pesquisa. Assim, fazer o convite para que a pessoa jovem interlocutora narre a história dos encontros comigo, e para tal, disponibilizar os recursos livremente (desenho, imagens, música) a serem escolhidos pela pessoa entrevistada. Agradecer e encerrar o segundo e também último encontro, além de me disponibilizar para eventuais contatos após a realização da Pesquisa.

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Doutorado em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o Sr. para participar como voluntário da pesquisa NARRATIVAS SOBRE ESPERANÇA ENTRE JOVENS EGRESSOS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E SOCIOPROTEATIVAS DO RECIFE-PE, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Raissa Rodrigues Falcão, residente na Rua Ministro Nelson Hungria, número 724, apartamento 1001. Boa Viagem. CEP:51020-100 Telefone: (81)996117377. Ligações a cobrar: (9090) 996117377. E-mail: raissa_falcao@hotmail.com. A pesquisa está sob a orientação da Professora Karla Galvão Adrião. Telefone: 986560692, e-mail: galvoadriao@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as narrativas sobre esperança entre jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas habitantes do Recife-PE. Mais especificamente, esta pesquisa objetiva compreender se e como as narrativas sobre esperança são relacionadas com os engendramentos produzidos pelo cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas entre tais jovens; estudar se e como as narrativas sobre esperança são marcadas pelas desigualdades de raça e classe entre jovens em cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas; identificar se e como as narrativas sobre esperança são marcadas pelas desigualdades de gênero e sexualidade entre tais jovens e refletir se e como as narrativas sobre esperança são afetadas pelas relações desiguais de poder na relação entre a pesquisadora e interlocutores.

A coleta de dados será realizada através de entrevistas. A partir da liberação para a fase de coleta de dados pelo CEP- Comitê de Ética em Pesquisa, e posterior contato para agendamento da entrevista, você pode ser solicitado a colaborar para pesquisa nos fornecendo a entrevista por mais de uma vez, não ultrapassando três encontros. Caso não queira participar com mais de uma entrevista, também não haverá nenhum problema e nenhuma penalidade.

Riscos: consideramos que o processo de entrevista desta Pesquisa pode oferecer riscos diretos para as(os) interlocutoras(es), no sentido de provocar algum constrangimento ou desconforto psíquico, pois envolverá o convite à rememoração de trajetórias de jovens que podem estar marcadas por sofrimentos ainda não elaborados. Para proteger as(os) interlocutoras(es), é importante lembrar que eles poderão interromper a qualquer momento sua participação na pesquisa e retirar seu consentimento, bem como serão mantidos em sigilo dados sobre suas identidades. Além disso, tanto se forem realizadas na modalidade on-line quanto na modalidade presencial, as entrevistas acontecerão em local reservado e, se necessário, poderá ser realizado o encaminhamento para acolhimento no Serviço de Psicologia Aplicada da UFPE, que conta com a modalidade do Plantão Psicológico. Existe também um serviço de escuta de plantão psicológico na modalidade gratuita realizado nesse período de pandemia de outra instituição de Ensino que pode ser acionado, mais especificamente, da Faculdade de Ciências Humanas Esuda, na qual a pesquisadora leciona, que também poderá ser acionado, caso se torne necessário e/ou seja desejo da pessoa interlocutora. No caso da possibilidade de interação presencial, para evitar o risco de contaminação pelo Sars-COV-02, todos os cuidados como distanciamento mínimo de 1 metro e meio, uso de máscara e insumos de limpeza, como álcool gel, serão adotados, havendo um estoque de máscaras reservas (caso necessário) e álcool gel disponibilizados pela pesquisadora. Mais especificamente sobre a possibilidade de interação na modalidade on-line, o registro da entrevista ficará sob os cuidados da pesquisadora e sua gravação não será divulgada em nenhum meio. É importante destacar ainda que, caso seja necessário realizar a pesquisa na modalidade on-line, ainda que esta preconize apenas o encontro de duas pessoas ao mesmo tempo (pesquisadora e pessoa interlocutora), serão adotadas todas as Orientações para Procedimentos em Pesquisas com Qualquer Etapa em Ambiente Virtual, divulgada em fevereiro de 2021, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

Benefícios: os possíveis benefícios diretos envolvidos nesta pesquisa se ligam à promoção de um espaço de fala e de escuta sobre esperança, o que pode potencializar a (re)criação de estratégias juvenis sobre formas de esperar e resistir em contextos marcados por desigualdades e violências. Assim, nesse diálogo, será

possibilitada a criação de narrativas inéditas através do processo de ressignificação que poderá constituir um (re)endereçamento de desesperanças através do protagonismo assumido pelas(os) interlocutora(es) durante todo o processo de Pesquisa. Além disso, os benefícios indiretos em (re)conhecer as narrativas sobre esperança entre jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas podem reverberar no fortalecimento das práticas de cuidados em geral com tais jovens. Ou seja, podem fortalecer os debates sobre as desigualdades de geração, raça, classe, gênero e sexualidade e o combate às violências das instituições que as/os acolheram, além da importância do olhar crítico para a necessidade da continuidade de proteção do Estado em relação aos seus direitos, principalmente após o término do cumprimento de medidas.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Sua contribuição se dará através de concessão de uma ou mais entrevistas, audiogravadas, de cerca de 2 h cada uma, em local que você ache mais conveniente. Os áudios das gravações das entrevistas e suas transcrições ficarão armazenados e protegidos no computador pessoal da pesquisadora, em sua residência localizada em Recife-PE. Mais especificamente, na Rua Ministro Nelson Hungria, número 724, apartamento 1001, Boa Viagem. CEP: 51020-100. Tal material ficará sob a guarda e responsabilidade da doutoranda por no mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 – Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

(Assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo NARRATIVAS SOBRE ESPERANÇA ENTRE JOVENS EGRESSOS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E SOCIOPROTETIVAS DO RECIFE-PE. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Impressão
digital
(Opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecido sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA
Associação Recifense de Educação e Cultura

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Serviço de Psicologia da Clínica da Faculdade ESUDA aceita receber, gratuitamente, em seu plantão psicológico, que vem sendo realizado de forma presencial em dias determinados, a saber na recepção no momento do encaminhamento, as seis pessoas voluntárias, eventualmente encaminhadas para atendimento, após sua participação na realização do projeto de tese intitulado “Narrativas sobre esperança entre jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas do Recife-PE”. O projeto é desenvolvido pela pesquisadora Raissa Rodrigues Falcão, docente desta instituição, Faculdade Esuda, e está sob a orientação da Prof.(a) Karla Galvão Adrião, do Programa de Pós Graduação em Psicologia (Universidade Federal de Pernambuco).

Recife, 17 de Agosto de 2021



Selme Lisboa da Costa Vasconcellos
Coordenadora do Serviço de Psicologia da Clínica da Faculdade de Ciências
Humanas ESUDA

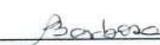
ANEXO D – CARTA DE ANUÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE
PSICOLOGIA
SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA
(SPA)

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos que o Serviço de Psicologia Aplicada - UFPE aceita receber em seu plantão psicológico, atualmente realizado de forma online e mediante agendamento (dentro do limite de vagas definidos para o dia e de acordo com a ordem de inscrição de todos os interessados), as possíveis pessoas encaminhadas em decorrência do desenvolvimento do projeto de pesquisa “ Narrativas sobre esperança entre jovens egressos do cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas do Recife-PE”. Desenvolvido pela pesquisadora Raissa Rodrigues Falcão, que está sob a coordenação/orientação da Prof.(a) Karla Galvão Adrião.

Recife, 16 de Agosto de 2021.



Rubenilda Maria Rosinha Barbosa
Coordenadora do SPA / SIAPE: 1130706


Profª Rubenilda Mª Rosinha Barbosa
Coordenadora do SPA
CRP: 02/0778. CFCH - UFPE
SIAPE: 1130706

ANEXO E – TERMO DE DISPENSA DA CARTA DE ANUÊNCIA**TERMO DE DISPENSA DA CARTA DE ANUÊNCIA**

Eu, Raissa Rodrigues Falcão, pesquisadora responsável pelo projeto: “NARRATIVAS SOBRE ESPERANÇA ENTRE JOVENS EGRESSOS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS E SOCIOPROTEATIVAS DO RECIFE-PE”, solicito, perante este Comitê de Ética em Pesquisa, a dispensa da utilização da Carta de Anuência para realização deste projeto, tendo em vista que os entrevistados serão convidados a participar voluntariamente das atividades da pesquisa e não serão acessados por suas vinculações a instituições específicas, e sim por contato espontâneo ou redes de relações formadas pelos pesquisadores ao longo da investigação.

Recife, 09 de maio de 2021.



Assinatura do Pesquisador responsável



Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca
Coordenador do PPG em Psicologia/UFPE



*Jorge Luiz Cardoso Lyra
da Fonseca*
Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Psicologia -
CFCH/UFPE
SIAPE 2283143